

EDITORIAL

Neste volume 10, n. 3 de *Passagens. Revista Internacional de História Política e cultura Jurídica* completamos dez anos de publicação ininterrupta. E comemoramos o feito em Lisboa, durante o *RCSL-ISA (Research Committee on Sociology of Law/International Sociological Association, Annual Meeting, Lisbon, 2018)*. E nunca é demais recordar que o periódico foi fundado no encontro do *RCSL, Milano-Como, Italy, 2008*.

Os leitores vão conferir a diversidade, multidisciplinaridade e a inovação no esforço teórico e metodológico de pensar o campo dos estudos humanistas e das ciências sociais aplicadas, aí incluído o direito, em relação à história e aos estudos culturais.

Todavia, o Editorial está sendo escrito num momento muito singular de eleições no Brasil, mormente para presidente da república, de radicalização e intolerância política; quando o fim do autoritarismo de regime militar-civil (1964-1988) não ocorreu plenamente e a transição para o estado de direito democrático não se realizou por completo. A vitória eleitoral da presidente Dilma Rousseff, não reconhecida plenamente pelo PSDB, o *impeachment* da mesma presidente sob a aparência de legalidade, o governo de terra arrasada do vice-presidente Michel Temer (PMDB), que a substituiu, políticas regressivas conservadoras, a invulgar judicialização da política no Brasil, com o apagamento das fronteiras entre os três poderes executivo, legislativo e judiciário, as sucessivas intromissões do Ministério Público - em muitos casos - extrapolando explicitamente as suas

competências constitucionais. Tudo somado, e fomos então apresentados a uma conjuntura política de difícil governação...

E mais: tais condições se viram agravadas pela persistente crise econômica dos países emergentes e das novas condições internacionais resumidas no lema geral “*America first*”, do presidente norte-americano Donald Trump, que impõe verdadeira guerra comercial internacional, o que vem dando muito trabalho á instituições multilaterais, com destaque para a Organização Mundial do Comércio (OMC).

A conjuntura político-eleitoral imediata foi ainda abalada por três fatos cuja vivência são de difícil avaliação:

(1) Há pouco mais de trinta dias antes das eleições, o incêndio do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro, deixou a “ciência e tecnologia (C&T) como que nuas” num campo intelectual sem as quais não se realizam políticas redistributivas e de reconfiguração do padrão de desigualdade social do país.

(2) Pouco depois houve o incidente com um dos candidatos presidenciais, na cidade de Juiz de Fora (MG), com repercussão no pleito eleitoral. Além de representar a extrema direita, era o candidato que as pesquisas eleitorais atribuíam maior intenção de voto, quando se excluía o nome de Luís Inácio Lula da Silva.

(3) Finalmente a confirmação da discutível prisão de Luís Inácio Lula da Silva, cujo questionamento ainda não alcançou a força política necessária, a despeito de certo clamor nacional e internacional, em seu favor.

Assim, sob as condições dadas e previamente resumidas, vamos para um pleito eleitoral que nos faz pensar e refletir sobre o futuro da sociedade brasileira.

Oxalá o voto do povo sofrido, pobre, mas não exatamente de todo alienado, possa expressar de forma majoritária uma continuidade mais rápida para uma

genuína formatação do estado democrático de direito com atendimento prioritário das urgentes necessidades sociais.

Os Editores.

Dilemas e agruras na passagem à modernidade: Rede de sociabilidade, cultura religiosa e política (Barão do Rio Branco, Oliveira Lima e Gilberto Freyre)

DOI: 10.15175/1984-2503-201810301

Marcia Barros Ferreira Rodrigues*

Resumo

Este artigo enfoca 8s dilemas e agruras presentes no campo intelectual na passagem à modernidade no Brasil por meio da análise da rede de sociabilidade entre José Maria da Silva Paranhos Júnior (Barão do Rio Branco, 1845-1912); Manoel de Oliveira Lima (1867-1928) e Gilberto Freyre (1900-1987). Sublinhamos a permanência histórica de longa duração de ecos da Reforma Protestante no século XVI e do Concílio de Trento (1545-1563) e as reações da Igreja católica frente às Reformas e suas atualizações históricas na virada do século XIX para o XX. Destacamos a atuação política e intelectual do Barão do Rio Branco, Oliveira Lima e Gilberto Freyre como desdobramentos desse debate e campo de disputa. A pista que nos interessa interpretar a partir desta perspectiva, é a ambivalência e contradição entre o pensar, o sentir e o agir dos personagens históricos em suas ações, e analisar a natureza complexa da cisão: teológica, ideológica, política e psicológica provocada por este “cisma”. O tema proposto será tratado numa interpretação interdisciplinar norteada pelas Ciências Sociais, em particular a Sociologia Política, e a História na denominação de “história subjetivada”, que implica uma escuta atenta das emoções, muitas vezes inconscientes, inscritas no acontecer social que podem produzir efeitos de registro traumático e sofrimento psíquico.

Palavras-chave: Rede de sociabilidade; cultura religiosa; cultura política; subjetividade; relações de poder.

Dilemas y penurias en la transición a la modernidad: red de sociabilidad, cultura religiosa y política (Barón del Río Branco, Oliveira Lima y Gilberto Freyre)

Resumen

Este artículo aborda los dilemas y penurias presentes en el campo intelectual en la transición a la modernidad en Brasil por medio del análisis de la red de sociabilidad entre José Maria da Silva Paranhos Júnior (Barón del Río Branco, 1845-1912); Manoel de Oliveira Lima (1867-1928) y Gilberto Freyre (1900-1987). Subrayamos la permanencia histórica de larga duración de ecos de la Reforma Protestante en el siglo XVI y del Concilio de Trento (1545-1563), y las reacciones de la iglesia católica a las reformas y sus actualizaciones históricas en el paso del siglo XIX al XX. Destacamos la actuación política e intelectual del Barón del Río Branco, Oliveira Lima y Gilberto Freyre como desdoblamiento de ese debate y campo de disputa. La pista que nos interesa interpretar a partir de esta perspectiva es la ambivalencia y contradicción entre el pensamiento, el sentimiento y la actuación de los personajes históricos en sus acciones, con intención de analizar así mismo la naturaleza compleja de la escisión: teológica, ideológica, política y psicológica provocada por este «cisma». El tema propuesto será tratado en una interpretación interdisciplinaria comandada por las ciencias sociales, en particular la sociología política, y la historia en la denominada «historia subjetiva», que implica una percepción atenta de las emociones, muchas veces inconscientes, inscritas en el devenir social que pueden tener consecuencias en el registro traumático y el sufrimiento psíquico.

Palabras clave: Red de sociabilidade; cultura religiosa; cultura política; subjetividade; relación de poder.

* Professora Titular de Sociologia da Universidade Federal do Espírito Santo. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. Coordenadora do Núcleo de Estudos Indiciários (NEI), Pesquisadora do CNPq, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES) e membro efetivo da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental (AUPPF). E-mail: mbfrodrigues@gmail.com

Dilemmas and hardships in the transition to modernity: Sociability network, religious and political culture (Barão do Rio Branco, Oliveira Lima and Gilberto Freyre)

Abstract

The following article considers the dilemmas and hardships experienced by the intellectual field during Brazil's transition to modernity by analyzing the sociability network between José Maria da Silva Paranhos Júnior (Baron of Rio Branco, 1845-1912), Manoel de Oliveira Lima (1867-1928), and Gilberto Freyre (1900-1987). We highlight the long-term historical permanence of echoes of the Protestant Reform in the sixteenth century and the Council of Trent (1545-1563), as well as the Catholic Church's reactions to the Reforms and their historic reworkings at the turn of the twentieth century. We also discuss the political and intellectual activities of the Baron of Rio Branco, Oliveira Lima, and Gilberto Freyre as ramifications of this debate and the field of dispute. Our starting point of interpretation within this perspective is the ambivalence and the contradictions inherent to these historical figures' thoughts, feelings, and actions, spurring an analysis of the complex nature of the theological, ideological, political, and psychological split provoked by the "schism". The subject proposed will be handled according to an interdisciplinary interpretation guided by the Social Sciences, particularly Political Sociology, and History in the defining of "subjectified history". This entails a close consideration of the often-unconscious emotions involved in the social sphere, which may produce traumatic effects and psychological suffering.

Keywords: Sociability network; religious culture, political culture; subjectivity; relations of power.

Dilemmes et aigreurs lors du passage à la modernité : Réseau de sociabilité, culture religieuse et politique (Barão do Rio Branco, Oliveira Lima et Gilberto Freyre)

Résumé

Cet article s'intéresse aux dilemmes et aux aigreurs présents dans le champ intellectuel lors du passage à la modernité au Brésil, moyennant l'analyse du réseau de sociabilité existant entre José Maria da Silva Paranhos Júnior (Barão do Rio Branco, 1845-1912), Manoel de Oliveira Lima (1867-1928) et Gilberto Freyre (1900-1987). Nous soulignerons ici la permanence historique de longue haleine des échos de la réforme protestante du XVI^e siècle et du Concile de Trente (1545-1563), ainsi que des réactions de l'église catholique face aux réformes et à leur mise à jour historique au tournant du XX^e siècle. Nous nous intéresserons particulièrement au rôle politique et intellectuel du Baron de Rio Branco, d'Oliveira Lima et de Gilberto Freyre en tant que conséquence de ces débats. La voie que nous souhaitons suivre à partir de cette perspective est celle de l'ambivalence et de la contradiction entre le penser, de sentir et l'agir dans l'action des personnages historiques, en vue d'analyser la nature complexe de la scission théologique, idéologique, politique et psychologique provoquée par ce « schisme ». Le thème proposé sera traité dans le cadre d'une interprétation interdisciplinaire orientée par les sciences sociales, et en particulier par la sociologie politique et l'histoire dans sa modalité « histoire subjectivée », qui implique une écoute attentive des émotions, souvent inconscientes, inscrites dans les événements sociaux et qui peuvent produire des effets de nature traumatique et psychique.

Mots-clés : réseau de sociabilité ; culture religieuse ; culture politique ; subjectivité ; rapports de pouvoir.

通往现代之路的困境与阻隔：社交网络·宗教和政治文化（里奥布兰科男爵·奥利维拉·利马和吉尔伯托·弗莱雷）

摘要

本文主要讨论巴西现代知识分子在通往现代化进程中所遭遇的困境和阻碍。我们将通过分析三代著名知识分子的社交网络来验证我们的观点。这三代知识分子是里奥布兰科男爵(José Maria da Silva Paranhos Júnior, 1845-1912), 奥利维拉·利马 (Manoel de Oliveira Lima, 1867-1928) 和吉尔伯托·弗莱雷 (Gilberto Freyre 1900-1987)。我们讨论十六世纪的宗教改革·特兰托的教廷会议(1545-1563)对历史进程所产生的长期(longa duração)影响, 以及天主教会的应变改革措施, 及其在十九世纪末到二十历史初期的表现。我们强调里奥布兰科男爵·奥利维拉·利马和吉尔伯托·弗莱雷的政治和思想活动都是在此背景下所展开的, 他们遭遇的困境和阻隔都是“宗教改革与天主教反制”这一长期历史冲突中的产物。从这个角度解释这条现代化之路, 我们指出这些知识分子所遭遇的困境, 他们的思想与行动之间的矛盾, 感情和行为的冲突, 分析了这些“分裂”的复杂性。我们运用神学·思想史·政治和心理学方法来分析这种“分裂”。我们从“历史主观性”角度来倾听三位知识分子意识和潜意识, 以及他们的焦虑情绪, 这种意识与情绪在社交事件中会有所体现, 并常常会引起冲突, 从而产生创伤记忆和心理痛苦。

关键词: 社交网络; 宗教文化; 政治文化; 主体性; 权力关系。

I

O eixo da discussão que proponho analisar nesse artigo são os dilemas e agruras presentes na passagem à modernidade no Brasil por meio da análise do “prolongamento geracional que identifica Gilberto Freyre como “homem ponte” entre o grupo-geração de Oliveira Lima e o seu próprio” (MOTA, 2010, p. 86).¹ Isto inclui investigar a rede de sociabilidade entre José Maria da Silva Paranhos Júnior (Barão do Rio Branco 1845-1912); Manoel de Oliveira Lima (1867-1928) e Gilberto Freyre (1900-1987). Especificamente a pista que me interessa interpretar é a concepção de equilíbrio dos antagonismos formulada por G. Freyre (1933, 2006) em *Casa Grande & Senzala (CG&S)*² como herança intelectual da geração de Oliveira Lima e posteriormente do barão do Rio Branco vivida como missão, no sentido religioso, ou seja, como dever. Inclusive para sermos mais exatos as raízes dessa concepção são prolongamentos históricos de longa duração no campo católico jesuíta expressas por São Tomaz de Aquino. Destacaremos a pertinência da concepção de equilíbrio dos antagonismos à ideologia do favor e os efeitos políticos e epistemológicos desta marca indelével da sociedade brasileira expressa por uma “ignorância simbólica da Lei” tal como formula Cerqueira Filho (1993).

A abordagem parte da perspectiva filogenética psicopatológica da humanidade cunhada por Freud e que tem influência de longa duração na Psicopatologia e, particularmente, na Psicopatologia Fundamental (BERLINCK, 2000). Inscreve-se no campo e estudos da Psicopatologia Fundamental sem, no entanto, fundamentar-se na clínica ou na experiência psicoterapêutica, mas naquilo que Lacan denominou de clínica em extensão, ou psicanálise em extensão, ou seja, a Escola nas suas incursões pelo mundo (circularidade das ideias) e as tensões aí inseridas.³ Portanto, o tema será tratado numa

¹Este artigo faz parte das pesquisas e discussões sobre Vulnerabilidade Psíquica, Poder e Teoria Política do Laboratório Cidade e Poder/Universidade Federal Fluminense em parceria com o NEI – Núcleo de Estudos e pesquisas Indiciárias da Universidade Federal do Espírito Santo. Este texto foi produzido originalmente como parte das atividades desenvolvidas nos estudos e pesquisas de Pós-Doutorado na Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2016, sob a supervisão Da Profa. Dra. Gizlene Neder e do Prof. Dr. Gisálio Cerqueira Filho junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) e no Laboratório Cidade e Poder (LCP) da referida universidade. Os desdobramentos do tema integram também a pesquisa que realizo na Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental (AUPPF).

² A partir de agora iremos nos referir a obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala* pela sigla CG&S

³ A pesquisa acadêmica em psicanálise versus a psicanálise estrito senso (clínica) jogam com a ambivalência e a tensão de duas expressões cunhadas por J. Lacan, “psicanálise em extensão” (a Escola nas suas incursões no mundo) e “psicanálise em intensão” (a formação de operadores, o que sugere a singularidade da experiência [clínica] psicanalítica). A homofonia das palavras em francês *intention* (intenção) e *intention*

interpretação interdisciplinar norteada pelas Ciências Sociais, em particular a Sociologia Política, e a História na denominação de “história subjetivada”, que implica uma escuta atenta das emoções, muitas vezes inconscientes, inscritas no acontecer social que podem produzir efeitos de registro traumático e sofrimento psíquico.

A contribuição para o debate é da constituição de uma experiência, um discurso compartilhado a respeito do *pathos* psíquico (sofrimento-paixão) a partir da relação entre *pathos*, cultura, poder e política entendendo que o *pathos* constitui uma subjetividade que é expressão de uma história singular e coletiva simultaneamente. Para tal, o discurso de Freyre será analisado a partir de CG&S.⁴ A obra tornou-se referência da identidade nacional brasileira e expressão do processo de constituição de uma civilização nos trópicos baseada na concepção de miscigenação por mistura e no equilíbrio dos antagonismos oferecendo pistas de um padrão ideológico alicerçado na ideologia do favor. A miscigenação por mistura pressupõe um padrão de pureza onde a violência e o sofrimento (*pathos*) se diluem na construção mitológica e epopeica freyriana, porém não desaparece, permanece latente (RODRIGUES, 2008). Ao narrar de forma fabulosa a formação de uma civilização nos trópicos por meio do *ethos* da cultura brasileira, Freyre denega o sofrimento e ao fazê-lo reintroduz o mal-estar, sem o querer, ou saber. Desta feita, é importante investigar o conjunto das injunções históricas e sociais juntamente com as motivações político-afetivas e/ou subjetivas que levaram Gilberto Freyre a construir tal interpretação envolvendo o campo intelectual e trajetórias do grupo-geração: Oliveira Lima - Barão do Rio Branco. Para tal, não separamos obra e vida dos intelectuais, portanto, metodologicamente as correspondências entre eles serão tomadas como extensão da sua produção intelectual, assim como artigos no jornal, diários e memórias. A premissa é de que não é a condição de intelectual que desencadeia uma estratégia de sociabilidade, mas ao contrário, é a participação numa rede de contatos que demarca a específica inserção no mundo cultural. A produção do intelectual é demarcada por “lugares de sociabilidade que podem ser

(com o sentido denotativo de tensão) apostam na in-tensão da ambivalência do próprio saber psicanalítico. Com o método clínico ocorreria algo similar (CERQUEIRA FILHO, 2009, p.1).

⁴ A escolha não foi aleatória, se deu em função da importância da obra no imaginário social brasileiro e sua repercussão no exterior quando de sua publicação e a posteriori. Gilberto Freyre recebeu elogios de Braudel, Barthes, Tannenbaum, para citar alguns. A importância de sua obra é tanta, diz Tannenbaum (1963, p. VII), que, no futuro, a história do Brasil será dividida “em duas partes: antes e depois de Gilberto Freyre”; a obra de Freyre, diz Barthes (1962, p. 569), é tão inovadora “que importa na quase realização da quadratura do círculo dos historiadores, o ponto último da investigação histórica”. Braudel, que afirmara ser Freyre “o mais lúcido dos escritores brasileiros”, o colocava ao lado de outros autores importantes e explicava a relevância de seus livros a seus alunos da Sorbonne (cf. depoimento de Marc Ferro apud DAIX, 1995, p. 220). A editora Gallimard apresentou a edição francesa de *Casa-Grande & Senzala* como “livro da mesma categoria de *Guerra e Paz*, de Tolstói”.

marcados por práticas culturais de oralidade e ou escrita envolvendo ideias, projetos, opiniões, interesses e sentimentos” (GOMES, 2005, p.12-13). Dessa forma, a intenção é buscar uma aproximação das formas de estruturação do campo intelectual e político da conjuntura, possibilitando a investigação da maneira de produção e implicações epistemológicas e político-afetivas concernentes aos dilemas entre esses grupos e gerações.

A chave de interpretação que orienta esta análise concebe que o ideal de perfeição tal qual foi formulado na Idade Média (tomismo) deslizou para as ciências sociais e como consequência, o ideal de perfeição e a ideia de normalidade considerou a emoção como uma interferência indesejável. Entretanto, entendo que o afeto é político e assim me afasto da perspectiva positivista e do projeto iluminista com sua tecnologia focada na atenção dirigida na qual o sujeito se dissocia do objeto. Adoto a perspectiva do paradigma indiciário (GINZBURG, 1989) e a escuta psicanalista em contraposição ao dualismo interpretativo na busca da relação dialética e dialógica entre o sujeito e objeto incluindo os afetos expressos por emoções contidas nos discursos tomados como peça analítica.

A perspectiva histórica desta interpretação se orienta pelas teses de Gizlene Neder (2000, 2003, 2011, 2016; NEDER; CERQUEIRA FILHO, 2007) e toma como ponto de partida a Reforma Protestante no século XVI e o Concílio de Trento (1545-1563) e as reações da Igreja católica frente à Reforma e as dissidências no seu campo. Nesse contexto emergem debates calorosos entre duas tendências teológicas e políticas do campo católico, a saber, o jansenismo e o jesuitismo, com prolongamentos expressos no neotomismo na virada do século XIX para o XX. O recorte temporal é o debate teológico estendendo-se ao político entre o jansenismo, tendência dissidente da Igreja Romana e o jesuitismo, vertente oficial do vaticano desde Leão XIII (1878-1903) e suas repercussões no Brasil na passagem à modernidade. Nesse sentido, entendo que a atuação política e intelectual do Barão do Rio Branco, Oliveira Lima e Gilberto Freyre são desdobramentos desse debate e campo de disputa e desde já esclareço que não me interessa o debate religioso ou teológico propriamente dito, mas as repercussões ou os deslizamentos dessas ideias para o campo político. O jansenismo e o combate que lhe moveram o jesuitismo e forças ligadas ao papado abriram um conflito vivido por intelectuais em relação à fé e a ciência na Europa, particularmente em Portugal e França e também no Brasil. Em síntese, o combate do jesuitismo e do papado ao jansenismo provocou conflitos em relação à fé em alguns intelectuais no âmbito da obediência ao papa e/ou as regras da investigação científica. Esse dilema foi vivenciado por Blaise Pascal, um dos maiores investigadores científicos de seu

tempo, na vanguarda da física e da matemática. E no Brasil, por Paulo Merêa e Teixeira de Freitas, entre outros (NEDER; CERQUEIRA FILHO, 2007, 2011).

Acompanhando esse argumento Coelho (2016, p. 38, grifo nosso) ressalta que:

A estrutura política francesa não aceitava o monopólio da Igreja de Roma em seu território [...]. Desta feita, fortaleceu-se a tendência separatista da Igreja Católica da França em relação a Roma e ao Papa, estabelecendo limites ao poder papal e maior autonomia político-religiosa local. Esta tendência ficou conhecida como galicanismo. Muito embora sejam movimentos católicos distintos, o jansenismo e o galicanismo possuem afinidades, entre as quais, a contestação do autoritarismo político da Igreja de Roma, principalmente, em sua expressão jesuítica [...]. Para interpretarmos o jansenismo no Brasil teremos que pensá-lo a partir de Portugal, pois forças antagônicas e dinâmicas no interior do próprio catolicismo, que agiram e reagiram na Europa, assumiram características particulares em diferentes regiões. Desta feita, o jansenismo que se alastrou no Brasil foi reflexo do modelo português [...]. O clero que aqui se instalou recebeu maior interferência dos jesuítas, no entanto, nunca formou uma unidade religiosa homogênea, ao contrário, como na Europa, viu-se atravessado por disputas entre ordens e congregações. Disputas religiosas com efeitos políticos, que foram sobredeterminados por interesses da Igreja no Brasil, do Reino e de Roma. O padroado estabeleceu relações de dependência entre o Estado e o papado, que se configuraram como reciprocidade e interferências entre Igreja e governo. Também engendrou apadrinhamentos e favorecimentos. Este pacto tornou-se uma matriz político-religiosa determinante da consolidação de uma ideologia do favor, de longa duração, na formação do Brasil.

Assim, apesar do “silêncio da Igreja Romana sobre o ‘cisma’ [...] e, mesmo considerando que, aparentemente, os pascalianos tenham sido derrotados, os efeitos políticos e epistemológicos decorrentes do cisma ainda se fizeram presentes no século XX, e além” (NEDER; CERQUEIRA FILHO, 2011, p. 103). Desse modo, me interessa discutir a partir desta perspectiva, as ambivalências e contradições entre o pensar, o sentir e o agir dos personagens históricos em suas ações e analisar a natureza complexa da cisão: teológica, ideológica, política e psicológica provocada por este “cisma”. A ideologia tomista da terceira escolástica deve ser tomada como sintoma entendido não como uma simples mensagem cifrada, mas como um meio do sujeito organizar o seu gozo e, portanto, constantemente reeditado.

Isto posto, destaco que os elementos preliminares desta análise foram instigados pelas reflexões de Berlinck et al (2001) em “Esquizofrenia e Miscigenação” e pelo texto de Freud (1914/1987) *Neuroses de Transferência: uma síntese*. Tomando essas reflexões como base, temos que o projeto “civilizatório e moderno” de colonização do Brasil pode ser entendido como um ataque virulento contra as populações autóctone produzindo uma insuficiência imunológica psíquica⁵ (BERLINCK, 2000) que, por sua vez, se relaciona com

⁵ Nossa subjetividade se construiu apoiada no medo do extermínio provocado por uma insuficiência imunológica psíquica que Berlinck denomina de um desamparo adicional que, como uma paixão, um gozo, expõe o sujeito a um extermínio. Esse desamparo adicional é uma estranha forma de manifestação da subjetividade humana. Essa insuficiência ou incapacidade de se proteger contra ataques virulentos exteriores

as fantasias fabulosas presentes nesse processo e, por fim, com a interpretação mitopoética epopeica formulada por Gilberto Freyre em *CG&S*.

Seguindo até certo ponto a pista de Calligaris (2000) que aponta a falta do Um no Brasil a partir da expressão: Esse país não presta! Ou seja, os brasileiros podem falar do Brasil como se fossem estrangeiros, ou seja, de fora, “porque de alguma maneira o Um de suas diferenças seria um traço identificatório fundante da filiação nacional”. Destaco a pergunta instigante que Calligaris (2000, p. 15) se faz: “Como funciona então um significante nacional que permite que quem se reclama dele enuncie: Esse país não presta?” A conclusão de Calligaris (2000, p. 17), é que a “suma ou o Um nacional na sua instituição parece ter sido proposto ao colono não como valor simbólico implicando ser reconhecido e se reconhecer, mas como marca de uma potência exploradora”. Falta filiação, não há pai no Brasil e isso abre porta para o gozo sem limite sem interdição, expressão trágica do recalque do desejo que tem sua verdade num passado esquecido, a saber, a colonização. Ora, retomando meu argumento, saliento que o sofrimento (*pathos*) embutido nas perguntas feitas por Freyre em *CG&S*, não vieram à tona nas suas respostas. Nesse sentido, *CG&S* ao tomar como missão uma saída salvífica para o Brasil em relação à miscigenação e revisitar e interpretar o passado “esquecido” denega-o. Desta feita, Freyre a partir de Oliveira Lima, remonta as origens ibéricas da nossa formação e a figura onipresente e idealizada do pater, senhor de terras, que tudo pode e tudo quer. Nessa operação, sem o saber ou querer, não importa, traz à tona o tema tão caro à psicanálise proposta por Freud na interpretação da cultura e das origens da subjetividade humana, a saber, a morte do pai e a instauração do conflito edipiano. Nessa direção, concordo com as reflexões sobre a instauração do conflito edipiano de Carl Schorske (1988, p. 194) quando assinala que Freud em *Totem e Tabu* “prenunciava sua teoria política madura, cujo princípio central é que toda a política é redutível ao conflito originário entre pai e filho”.

Vejam estas passagens em Freyre. Que cada um fique “o mais possível no lugar onde nasceu. Nada de muita emenda ao soneto da vida”, diz Freyre (1975, p.192), já de volta ao Brasil em 1923. Quando ainda em Nova Iorque, mas aspirando produzir uma obra interpretativa da cultura brasileira, ele afirma que só se considera capaz de compreender profundamente seu próprio país. “É a terra brasileira que me considero com o direito de possuir plenamente, completamente, como um macho a uma fêmea, com todas as forças

habita o imaginário ocidental alicerçado num mito das origens da subjetividade humana e pode ser relacionada com a colonização ocidental nas Américas.

de que sou capaz” (FREYRE, 1975, p. 73). Esse desejo imbuído de missão contém a questão edipiana via interpretação da formação de uma civilização nos trópicos em CG&S. Reedita a partir da narrativa dos excessos e da “solução” pelo equilíbrio dos antagonismos, nosso sintoma, ou seja, a falta de um significante paterno, ou Nome-do-Pai no dizer de Jacques Lacan (2009).⁶

Avançando na análise com Cerqueira Filho (1993) que oferece uma abordagem que vai além de Calligaris, temos o destaque para a presença na formação social brasileira da ideologia do favor e do arbítrio contido na sua configuração naquilo que o autor nomeia de ignorância simbólica da lei. Ausência/degradação da figura paterna e do não reconhecimento da lei jurídica com efeitos perversos na construção da cidadania no Brasil. O fundamento da teoria de Gisálio neste livro é forjar um pensamento capaz de articular a representação da lei jurídica com a representação da lei no sentido psicanalítico. A ignorância simbólica da lei versus a questão da cidadania (Ciência Política) – Dupla função paterna repressiva/transgressiva (Psicanálise). Dessa maneira, enfatizo que na problemática em questão as injunções são de ordem política, conjuntural, ideológica e subjetiva e concordo com as hipóteses levantadas pelo autor.

Hipótese 1: A presença acentuada de práticas de favor integradas à instituições servis e semi-servis, aliada à forte diferenciação cultural (indígena e africana) traduziu-se no bloqueio da concepção ideológica de uma “sociedade de indivíduos” apoiada na tradição do pensamento burguês. Portanto, a fundação do imaginário social brasileiro tem como fio condutor a tensão entre liberalismo e ideologia do favor via tomismo. Os efeitos ideológicos dessa hipótese são o recalçamento da lei no plano simbólico; a política vista de forma desqualificada (como farsa) – pensada como uma prática inscrita no âmbito da manipulação, corrupção, como uma prática imoral; a política vivida de forma positiva (como missão), sentida como missão salvífica, que moralizará as relações de poder. Hipótese 2. A tensão existente entre a ideologia do favor e o liberalismo implica no recalçamento da concepção jurídica de lei no imaginário social. Hipótese 3. O nome do Pai. A ignorância simbólica da lei, a nível inconsciente, resulta de uma complexa operação, onde incidem a

⁶ No Seminário, Livro III e à luz da clínica das psicoses, Lacan conduz à noção do Nome-do-Pai como significante da Lei. No percurso dos seus ensinamentos a noção o Nome-do-Pai, inicialmente é a sustentação da ordem simbólica portadora da interdição, até chegar à sua função de “*sinthoma*”. Do pai inicial, fundamento do laço social reduzido a um símbolo, portanto na condição de morto, chegaremos a um pai vivo; da unicidade a uma multiplicidade de “exceções” à lei; da universalidade à particularidade do objeto a que um homem extrai do corpo de uma mulher. O Nome-do-Pai multiplica-se em tantos nomes quantos forem os suportes à sua função. Em sua última apresentação, comparece como maneira de ligar os três registros (real, simbólico, imaginário), que cada pai realiza como homem em relação a uma mulher e que decorre da maneira particular pela qual um pai pode suprir uma não relação sexual.

carência da figura paterna ou a presença de uma figura paterna degradada (CERQUEIRA FILHO, 1993, p. 19-36).

A consistência dessas hipóteses norteadoras desta análise permite identificar em CG&S, escrito no decorrer da década de 1920 e publicado em 1933, o prolongamento geracional de um dilema vivido pela geração anterior em relação à identidade nacional e a questão racial na passagem à modernidade. Um “problema” a ser revolvido pela “missão salvífica” embalada pelo desejo de pertencer aos padrões europeus de “civilidade e pureza”, a despeito do mal-estar causado pelo passado escravocrata e da expressiva população composta de negros e mestiços. Assim, sustento que a “saída” apresentada por Freyre em CG&S, a despeito de ser original, foi gestada por seu “pai” intelectual e amigo Manoel de Oliveira Lima, que por sua vez pertencia ao círculo do Barão do Rio Branco e que se inspira nas raízes do passado colonial ibérico e medieval.

Neste ponto, os desdobramentos oferecidos por Cerqueira Filho (2002) em “Olho grande ou o olhar da inveja na política”, nos oferece indícios valiosos a partir de Baltasar Gracián (1601-1658), teólogo tomista que introduz em sua obra uma discussão importante sobre o sentimento da inveja e as fantasias que lhe são correlatas.⁷ Para além de Maquiavel, que aponta a prudência da arte como *virtú* na política; Gracián relaciona em contraponto a política encarnada como prudência (arte) em contradição com a percepção tomista da política como missão (vocação). Arte em contraposição a vocação. A reflexão de Gracián tem como foco uma estratégia que visa driblar, enganar a imagem esculpida com base na idealização narcísica que é capaz de provocar, despertar no Outro o ódio e a inveja (CERQUEIRA FILHO, 2000, p. 80). Nesse sentido, o filósofo Slavoj Žižek acrescenta uma contribuição para pensarmos os efeitos perversos quando a inveja vira ódio, ou seja, quando a frustração e a inveja se radicalizam, dando lugar a um ódio autodestrutivo podendo desencadear vingança violenta.⁸ No entanto, no caso em questão interessa reter para análise das relações entre O Barão do Rio Branco, Oliveira e G. Freyre, os paradoxos,

⁷ Ver do autor o conjunto das obras *El berros*, 1637, *El político*, 1640, *El discreto*, 1646 e *Oráculo manual y arte de prudência*, 1647. Com exceção do último todos os livros foram escritos sob o pseudônimo de Lorenzo Gracián, um dos seus irmãos, e Garcia de Marlonés, um anagrama.

⁸ O vício primário de uma pessoa perversa é preocupar-se mais com os outros que com ela mesma. Segundo Žižek (2016, p. 3), Rousseau descreve um mecanismo libidinal preciso: “a inversão que gera o deslocamento do investimento libidinal do objeto para o próprio obstáculo. Ou seja, esse potencial destrutivo da inveja é à base da conhecida distinção traçada por Rousseau em ‘Diálogos ou Rousseau Juiz de Jean-Jacques’ entre o egotismo, ‘amour-de-soi’, o amor de si mesmo (o amor por si próprio que é natural), e o ‘amour-propre’, amor-próprio, a preferência pervertida por si mesmo em detrimento dos outros, em que a pessoa se concentra não tanto em alcançar uma meta, mas em destruir o obstáculo que se interpõe a ela: a frustração e a inveja se radicalizam, dando lugar a um ódio assassino e autodestrutivo, e as pessoas buscam a vingança violenta”.

as contradições, as perplexidades, as ambivalências do sentir/pensar/agir que ilumina o mote lacaniano O eu é um Outro, análogo ao que Gracián denomina “a montra” (vitrine, exposição), ou seja, o alimento com o qual a inveja deve nutrir-se: a montra que deve ser oferecido como alimento como alvo já deslocado para a inveja ou algo semelhante ao que Lacan, intérprete de Gracián, chama de semblante” (CERQUEIRA FILHO, 2002, p. 82). Cabe ressaltar que o semblante, tal qual elabora Lacan no Seminário 18, não é querer se passar por ou fazer-se de, fazer semblante só é possível se o real comparece para sustentá-lo. Ser é só aparência de ser. Não existe palavra verdadeira. Qualquer discurso que estabelece laços entre sujeitos precisa se acercar da verdade que ele oculta e que sustenta. Não existe discurso transparente, verdadeiro, puro, pois essa ideia de perfeição é da ordem do impossível para psicanálise. É importante destacar que para psicanálise não há oposição entre verdade e o semblante, qual seja, de que o semblante é o contrário da verdade, invalidando a relação que Lacan estabelece entre verdade e semblante. Nesse sentido, a verdade é aquilo que sustenta o semblante, e é, portanto, indissociável dele.⁹

II

No material empírico consultado até o momento destaco alguns momentos em que identificamos as questões teóricas apontadas acima. Antes, porém se faz mister esclarecer que a reestruturação do Estado sob a forma republicana no Brasil na passagem à modernidade esteve, em grande parte, nas mãos dos bacharéis, que encaminhavam as mudanças administrativas e as formas de regular e controlar as relações entre o Estado e a sociedade. Em relação ao Itamaraty, não foi diferente. O Barão do Rio Branco, nomeado ministro das relações exteriores em 1902 e exercendo o cargo até sua morte em 1912.

José Maria da Silva Paranhos Júnior (Juca Paranhos) (1845-1912). Morreu aos 67 anos. Filho do Visconde do Rio Branco. Iniciou estudos na Faculdade de Direito de São Paulo em 1862, e terminou os estudos na Faculdade de Direito do Recife em 1866, pela sua vida boêmia, que incomodava o Imperador D. Pedro II e seu pai. Durante sua juventude teve vários conflitos com Pedro II. A mais famosa delas foi o disputadíssimo cargo de Cônsul para Liverpool. Disputou este cargo com Araújo Porto Alegre e teve preterido 3 vezes seu pleito pelo imperador, para ingressar no corpo diplomático brasileiro. Em 1872

⁹ Importante enfatizar que aquilo que o semblante encobre, não é a verdade, é o real. Os discursos são forma de enganar e evitar o real, que para psicanálise não é sinônimo de realidade. Por se diz que não há discurso que não seja semblante.

conheceu e se apaixonou por Marie Philomè Stevens, uma atriz belga, sem berço e sem instrução. Em 1873 já tinha um filho em 1875 já estava com dois filhos e um terceiro a caminho. O pai nunca reconheceu o casamento e os netos. Isto criou uma situação complicada e constrangedora até que em 1876, o imperador viaja e a Princesa Izabel assinou sua nomeação por intermédio e coação do Duque de Caxias e do Barão de Cotegipe. Assim, aos 31 anos ingressa na diplomacia. Foi para Liverpool e atuou na diplomacia de 1876 a 1879, 1893 a 1901), durante esse período fixou residência, oficialmente, na Inglaterra. Alojou sua mulher e filhos em Paris, de onde ela nunca mais retornou para o Brasil, morrendo em 1898. Tiveram, ao todo, cinco filhos. Casou-se Marie em 1890 após receber o título de Barrão em 1888. Depois de ficar de 1876 a 1901 entre Paris, Londres e Alemanha (de 1900 a 1901), foi nomeado Ministro das Relações Exteriores (entre 1902 a 1912). - Morreu em 10 de fevereiro de 1912. Sua gestão foi estratégica porque significou uma mudança de rumos na diplomacia brasileira centrada na expansão e consolidação territorial e relações comerciais externas, principalmente, com a Inglaterra e os EUA, a qual cumpriu com êxito e obteve reconhecimento nacional pelos seus feitos na condução da política externa, conduzindo com maestria os intelectuais que gravitavam ao seu redor no denominado do Círculo Rio- Branco. Teve ao seu redor uma plêiade de intelectuais ligados ao campo do direito e que compunham o que se convencionaria chamar de “República dos Bacharéis” da qual foram selecionados um grupo de intelectuais que constituíram o chamado “Círculo Rio-Branco”. Nesse contexto as escolas de direito, divididas em princípio, entre São Paulo e Recife, dispunham de um poder político importante, e seus egressos foram destinados geralmente para a administração pública, participando das transformações fundamentais em sua estrutura que caracterizaram o período (SILVA, 2008).

Manoel de Oliveira Lima (1867-1928), fez parte desse círculo de intelectuais em torno do Barão, embora tenha se formado fora do Brasil e também fora do campo do direito. Nasceu em Pernambuco no Recife em 1867, porém foi para Portugal aos seis anos. Teve sua formação realizada em Lisboa, onde realizou seus estudos iniciais no Liceu dos Padres Lazaristas de Lisboa (de 1873 a 1880), de orientação jansênica e na Escola Acadêmica de Lisboa (de 1881-1884). Completou sua formação na Faculdade de Letras de Lisboa, onde se formou em 1888. Ingressou na carreira diplomática em 1891 aos 24 anos. Oliveira Lima casou-se em 1890, por procuração, com Flora Cavalcanti de Albuquerque. Este casamento solidificou os laços de Oliveira Lima com a oligarquia pernambucana e conferiu prestígio incontestado a sua pessoa no meio social ligada a classe dominante além de facilitar sua

entrada e permanência na diplomacia. Todos os autores consultados são unânimes em afirmar a extração aristocrática de Flora, inclusive com comprovação genealógica montante até Jerônimo de Albuquerque. A família Cavalcanti além do Engenho de Cachoeirinha também possuía um sobrado em Parnamirim, PE, onde Oliveira Lima ficava quando vinha ao Brasil. A autora explica a partir de Nobert Elias (*O processo civilizador* e *A sociedade de corte*), a sua ficção e construção de sua linhagem aristocrática, assim como G. Freyre faria posteriormente. O ponto forte que vai consolidar a construção da ficção foi o casamento com Flora. Todos os irmãos de O. Lima (que era o caçula) casaram-se com membros da aristocracia pernambucana. Luiz, irmão mais velho, casou-se com Paula de Holanda Cavalcanti, irmã do Barão de Suassuna: Amália casou-se com Adolpho Accioli Wanderley, senhor do Engenho Araçú, de Barreiros, PE, formado na Faculdade de Direito de São Paulo. Maria Benedita casou-se com Pedro Araújo Beltrão, senhor do Engenho, que abandonou a carreira política como abolicionista para dedicar-se à carreira diplomática. Ligado a oligarquia Souza Leão e politicamente protegido do Barão de Lucena. O que provavelmente contribuiu para a entrada de O. Lima na carreira diplomática (MALATIAN, 2001, p. 39-50; p. 79). Conciliou a atividade diplomática com o ofício de historiador que exerceu até sua morte em 1928. Aposentou-se precocemente em 1913 por conta de desavenças e brigas políticas que geraram conflitos graves no corpo diplomático. Tinha uma personalidade polêmica e fez muitos desafetos ao longo da sua vida profissional. Quando o Barão assume o ministério, aos 57 anos, Oliveira Lima, aos 35 anos, já fazia parte do corpo diplomático brasileiro. Apesar de fazer parte do “Círculo do Rio-Branco”, mantinha uma posição de polarização e isolamento, ambígua e contraditória tanto em relação ao Barão quanto em relação a Joaquim Nabuco, que fora seu amigo íntimo e Riu Barbosa, que também pertenciam ao círculo, entre outros. Era considerado um insurgente do círculo do Barão. Segundo a feliz expressão de seu biógrafo Gouvêa (1979), tinha um destemor que beirava a imprudência. Ou como defende Forster (2011), o Barão e Oliveira possuíam vocações distintas. O primeiro uma vocação intelectual e o segundo uma vocação política.

O Chanceler e o historiador viviam um no outro a realização plena da vocação, que não possuíam, mas que por isso mesmo talvez desejassem mais ardentemente. Paradoxalmente, o que mais os teria afastado seria assim essa semelhança fundamental, para além das diferenças pontuais, como polos do mesmo sinal que se repelem. Como assinala Alberto da Costa e Silva. Detestavam-se mutuamente, mas é provável que cada qual, procurasse na sua a imagem do outro (FORSTER, 2011, p. 108).

Almeida (2003), também procurou investigar as aproximações e distanciamentos entre o Barão e Oliveira Lima, respectivamente, no campo da história e da diplomacia. O autor buscou entender a construção da noção de história de ambos, em conformidade com a cultura política de sua época, e seus limites na criação de um vínculo afetivo e político posteriormente. Para Almeida, o motor das dissidências entre os dois intelectuais girou em torno das discordâncias acerca das funções a serem desempenhadas pelo diplomata dentro do Ministério das Relações Exteriores. Entretanto, encontrei na pesquisa indícios que apontam em direção diferente, ou seja, essas relações foram atravessadas por sentimentos de inveja, ressentimento e busca de reconhecimento e teve desdobramentos que vão além do confronto estritamente político. Cabe destacar que Oliveira Lima participava estritamente dos mesmos meios e das mesmas categorias de identidade e de integração social de seus pares. Pela via do casamento ingressou na rede de sociabilidade das oligarquias pernambucanas e a partir daí vinculou-se a coterie e aos círculos intelectuais importantes como a Academia Brasileira de Letras onde ingressou aos 29 anos, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de Pernambuco; além de escrever para importantes jornais da época, *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Brasil*, *Estado de São Paulo*, *Correio da Manhã*, *La Prensa*, jornal Argentino e revistas, *The Pan American Magazine*, *La Revue de Genebra*. Nesse sentido, seu isolamento e polarização em relação ao Barão do Rio-Branco parecem ter tido outras motivações.

Ao longo de sua carreira como diplomata e funcionário do Ministério das Relações Exteriores, Oliveira Lima perseguiu uma posição de destaque em todas as áreas de sua atuação, quer como diplomata quer como historiador. Entretanto, seu estilo personalista e polêmico causou-lhe problemas sérios no relacionamento com seus pares e no meio diplomático. O uso agressivo da palavra direta e a crítica imprudente foi uma constante no seu discurso político, principalmente nos escritos de jornal e cartas. Entendemos seu estilo como um excesso que pode ser lido como sintoma e inferimos que o rigorismo das suas posições contém um traço canônico jansenista: “Que o teu sim seja sim, que o teu não seja não” (Evangelho de S. Mateus - cap. 5, vers. 37). No episódio em que foi acusado de germanófilo narrado por Malatian (2013) é possível identificar esse traço. Quando a guerra foi declarada, em 1914, Oliveira presenciou a atmosfera de crescente intolerância, no entanto, manteve a habitual amizade com grupos de emigrados belgas pró-germânicos e escreveu para a imprensa brasileira suas opiniões sobre o conflito.

Não foi sem consequências: às intrigas atribuídas a Fontoura Xavier, ministro do Brasil em Londres, somaram-se as visitas da Scotland Yard à sua residência em

consequência de denúncias sobre seu posicionamento pró-Alemanha, claramente expresso na imprensa brasileira e em situações públicas, atitude incauta para alguém residente em um país que integrava com a França o grupo dos países Aliados, situados no campo contrário. Pouco a pouco o cerco se fechou ao seu redor tornando a permanência na Inglaterra insustentável. Manteve, porém inabalável convicção germanófila, ainda que revestida de pacifismo, a despeito do crescente isolamento motivado pelo afastamento dos amigos aliadófilos (MALATIAN, 2013, p. 145).

A despeito da situação delicada manteve seu posicionamento gozosamente expresso no narcisismo alimentado por seu rigorismo jansênico.

Eu mantive-me firme. José Veríssimo afastou-se (carta dele de março a q. respondi em abril, diz G. Freyre, q. de forma evangélica). Recusa de falar na Sorbonne em set.[embr.] o (carta de Martinenche). Fui-me criando reputação de pro-germânico, ajudando portanto a cabala de Fontoura, embora disto tivera consciência. Não hesitei. Vi 1.º ataque de Zepelins em 1.º de set.1915. Parti p[ara] Harvard em fins de set[embro]. Aí encontrei uma atmosfera furiosam.te inglesa [...]. Quando ia regressar, aviso de Kelsch. Fui p[ara] o Brasil: encontrei atmosfera de desconfiança: boatos de expulsão. Impossível voltar. [...]. Fui ao Rio (pretendia voltar p[ara] Londres e queria cultivar meus estudos históricos). Legação britânica avisa-me de q. não poderia desembarcar. Tinha havido outra denúncia (minha conf[erência] em Clark University sobre neutralidade). Artigos meus explorados p[ara] comprovar minhas opiniões, e rumor de q. tinha ido ao E.U. fazer propaganda germânica. Morgan foi único a tomar minha defesa. Telegrafou a Coolidge perguntando se nas minhas lições havia eu tomado atitude unneutral (LIMA, Manoel de Oliveira apud MALATIAN, 2013, p. 145).

Diante dessa atitude,

As negociações diplomáticas não conseguiram evitar que fosse impedido de regressar à Inglaterra após permanência nos Estados Unidos para ministrar um ciclo de conferências em Harvard em 1915-1916. Esse fato suspendeu a vigilância sobre suas atividades pela Scotland Yard, mas nunca mais conseguiu permissão para reingressar na Inglaterra, onde ficaram sua casa e a valiosa biblioteca, igualmente exilada. O processo de auto-exílio o levou então a “estacionar” em Pernambuco, à espera do fim da guerra para tomar novo rumo, o que acabaria ocorrendo quando conseguiu se estabelecer em Washington, onde terminou seus dias em 1928. (MALATIAN, 2013, p. 145, grifo nosso).

Outro exemplo anterior a este é o necrológio ao Barão do Rio-Branco, onde presta sua homenagem, sem deixar de lembrar-se das desavenças que guardavam.

A falta de cordialidade que entre nós existia, e que nascera da mútua desconfiança que entre nós fôra semeada, nunca me impediu de reconhecer os extraordinários serviços que o eminente brasileiro teve ensejo de prestar ao seu país [...] (LIMA, 1971, p. 1040, grifo nosso).

Ou ainda,

O visconde do Rio Branco, que foi na política interna um verdadeiro estadista, a quem o filho muito justamente admirava procurando seguir-lhe as pegadas não desdenhava a corrupção como uma arma de governo, antes a empregava com a sem cerimônia de um Wapole, usando do seu dom de fascinação, que aliás tanto o

barão do Rio Branco como Joaquim Nabuco possuíam em alto grau (LIMA, 1986, p. 190).

E mais,

[...] quando confiava o posto de Londres a Regis de Oliveira, que era um homem de sociedade mas por quem o próprio Barão não professava consideração alguma, tendo-o qualificado em conversa comigo de “pedaço de asno”. Para ter a sorte de que desfrutou na carreira, chegando a sub-secretário e falecendo como embaixador – na baía como elle dizia – valia a pena ser até asno inteiro. O termo empregado pelo barão oferece testemunha sufficiente do critério por que se pautam as seleções no corpo diplomático (LIMA, 1986, p. 216).

Diante do exposto, infiro que o estilo imprudente e o “auto-exílico” de Oliveira Lima expressa uma postura atravessada por um rigor missionário alicerçado em uma estrutura psíquica narcísica que exige reconhecimento e que, como nos informa a psicanálise, não é nunca satisfeito. Tomando como base o raciocínio abduativo indiciário, busco relacionar a estrutura psíquica, política e religiosa com a história, para desvelar os componentes políticos dos afetos e seus efeitos na formação ideológica. Assim, ressalto que os estudos de história colonial apontam um indício chave para o entendimento da construção do campo da diplomacia no Brasil, levando-se em conta o processo de rupturas e permanências culturais e políticas com Portugal a partir do século XIX. Desta feita, procuro compreender a relação entre o momento de formação do corpo diplomático brasileiro e as aplicações das noções de soberania e nacionalidade na construção do pensamento político de cunho nacional acompanhando as reflexões de Silva (2008, p. 122-123), quando estabelece a relação entre nação, diplomacia e história. O que procuro é estabelecer a questão apontada alhures entre a política como prudência (arte) em contradição com a percepção tomista da política como missão (vocação). Arte em contraposição a vocação. Ou seja, pensar a atuação dos monarquistas na república, o Barão e Oliveira e por prolongamento, Gilberto Freyre, como extensão da formação política no interior do “Círculo Rio-Branco”. E mais, identificar nos três a ação política como arte ou missão. Nesse sentido, a ideia de herança colonial como assinala Silva (2008) é fundamental.¹⁰ Temos na história colonial os aspectos

¹⁰ “Conforme defendem muitos dos autores que pensaram a construção da ideia de nação do Brasil, foi pelo viés territorial, expresso na íntima ligação com as ideias (e, portanto, cultura política) herdadas de Portugal, que se iniciou o encaminhamento das questões diplomáticas no sentido de sustentar a materialidade do Brasil enquanto território nacional. Podemos afirmar que a noção de diplomacia institucionalmente brasileira começou a ser utilizada, enquanto campo político de negociação internacional, nos anos seguintes da proclamação da independência, com a missão de fazer-se reconhecer enquanto soberana em relação à antiga metrópole. O envio do corpo diplomático imperial brasileiro à Europa constituiu o primeiro momento de materialização de um projeto dito ‘nacional’, na medida em que firmou a necessidade de se fazer enxergar no painel geral das então nações europeias como um corpo político autônomo. Este projeto, costurado pela ideia de Império-Nação referida correntemente pelos políticos da época como Reino do Brasil) e imaginada em um território de proporções continentais, foi o fomento da política internacional durante todo o período monárquico, que se estendeu pela República. Tratava-se de um projeto (enquanto organização planejada e aplicada materialmente) calcado na reconfiguração de poder central (que poderíamos chamar de Absolutista

de afirmação da nacionalidade através da “herança colonial” que era a prática dos arbitramentos comuns do foro da política internacional no concerto das nações, tanto no Brasil-Império quanto no Brasil-República. Estas práticas de origens canônicas foram utilizadas por Portugal e Espanha, em momentos de disputas, na ausência de negociações satisfatórias para ambos os lados. E nestes casos, cabe destacar, apelava-se ao Papa, enquanto santidade e autoridade maior, para decisão final, irrevogável e inapelável, publicada por meio de bulas, como foi, por exemplo, o caso do Tratado de Tordesilhas (SILVA, 2008, p. 132-132). Reforçando essa argumentação trazemos Richard Morse (2000) quando aponta que as “missões” afirmavam também a ligação de enraizamento com a colonização portuguesa e encontravam em fontes primárias cartográficas, muitas vezes de origem canônica, documentos que confirmassem as defesas nos conflitos de fronteira com os vizinhos (MORSE, 2000, 192).

Diante do exposto, é plausível afirmar que existe uma continuidade dessa concepção canônica na política externa levada a cabo pelo Barão e na sua ação política o semblante (no sentido que Lacan confere) na condução dos conflitos que teve que enfrentar, inclusive entre “sua turma” no Itamaraty, com destaque para Oliveira Lima. A partir de Silva, é possível identificar que a ideia de política como missão (em oposição à política como arte) e suas implicações com o tomismo (e o neotomismo) foram aplicados e interiorizados por diplomatas ao longo do século XIX, dentre os quais, com destaque, o Barão do Rio-Branco (SILVA, 2008, p. 131). As chamadas “missões” diplomáticas organizavam materiais e estabeleciam contatos políticos importantes a fim de orientar as falas de seus representantes em consonância com as ideias de direito referidas ao paradigma legalista e preeminência desses direitos em relação aos países com quem disputava.

Essa visão de território continental e ao mesmo tempo pacifista deixou raízes e fizeram herdeiros por várias gerações; de Dom Pedro II, passando pelo Barão do Rio-Branco e pelo grupo de intelectuais (Círculo-Rio-Branco) que o acompanhavam como discípulos, Oliveira Lima, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa; chegando a Gilberto Freyre que trabalhou constantemente com noções de conciliação (SILVA, 2008, p. 125).

Portanto, a defesa de territórios com base na “herança colonial” é ponto-chave importante para o entendimento da missão diplomática brasileira naquela conjuntura.¹¹

Ilustrado), que partilhava de ideias específicas de soberania, nutridas pelo binômio: nacionalidade e territorialidade” (SILVA, 2008, p. 123-124).

¹¹ O episódio de entrada oficial do Brasil enquanto país independente (ou nem tanto) no quadro das relações políticas internacionais representou o momento a partir do qual se assumem os interesses considerados nacionais em torno das políticas de diálogo e afirmação da soberania territorial brasileira. Inaugurada como um projeto de nação imaginado pelas oligarquias imperiais, os símbolos deste projeto se configuraram num

Confirmando essa ideia, Oliveira Lima como diplomata-historiador afirma que “para ter uma política externa eficiente precisaria ter uma história nacional bem fundamentada” (FORSTER, 2011, p. 180). Daí a missão levada a cabo por ele no seu ofício de historiador e na formação da sua biblioteca particular “Brasiliana” especializadíssima em documentos do Brasil colonial, além de seus estudos sobre o império, sobretudo sua obra mestra D. João VI. A ideia de “herança colonial” foi alvo das preocupações dos intelectuais que constituem o objeto desta pesquisa e destaca os esforços de Oliveira Lima, e seu “herdeiro” Gilberto Freyre na construção da identidade nacional no Brasil a partir de uma mesma matriz, qual seja a católico-ibérica. Desse modo, o princípio norteador do projeto de nação pensado para o Brasil por políticos e diplomatas do Império se prolongou nas mãos de Rio-Branco, Oliveira Lima e Gilberto Freyre adentrando o século XX. Segundo Mota (2010, p. 85-86), Freyre foi uma espécie de homem ponte entre a geração de Oliveira Lima e a sua:

Oliveira Lima representa o fim de uma época. Época que cede passo a passo para um novo tempo, que se anuncia na figura de um jovem pernambucano a que o historiador marcaria fundamente. Trata-se do jovem Gilberto Freyre, que desde 1917 até o falecimento de Oliveira Lima em 1928, absorveu a percepção limiana e sua sensibilidade histórica [...]. Um século se despedindo do período colonial, de seu rançoso legado e construindo Estado-Nação Imperial. Eis a síntese e significado da obra e da ação de Oliveira Lima. “Já Gilberto Freyre, uma espécie de homem ponte entre o grupo geração de Oliveira Lima e o seu próprio, representa a recém chegada modernidade, ambígua, inquieta, ensaística, curiosa e algo atrasada do século XX nos seus albos.

Em Gomes (2005) podemos verificar o grau profundo de amizade, orientação e pertencimento de Freyre a uma rede de intelectuais sob a orientação de Oliveira Lima que vai introduzindo Freyre nas suas relações nacionais e internacionais e conduzindo sua carreira. Particularmente a partir da década de 1920 quando Freyre está em Columbia completando seus estudos de mestrado e Oliveira já se encontra em Washington aposentado e ministrando cursos pelas universidades europeias e organizando sua biblioteca particular, a Brasiliana. Gomes (2005, p. 21-22) destaca que Freyre em 1920

desejo explícito de justificativa e legitimidade. Com o maior território do continente (maior inclusive que os Estados Unidos, até a compra do Alasca em 1867), havia a necessidade de pensar o país de maneira grandiosa e magistral. Compatíveis com seu tamanho estavam às aspirações de poder e de riqueza imaginados pelo Império e, a fim de consolidá-lo, era imprescindível promover o crescimento do país, de acordo com suas possibilidades econômicas, e de afirmar seu corpo político (o reino), como representante fiel deste projeto. Para isto, uma intelectualidade instruída, sofisticada nas maneiras de lidar socialmente; aristocrática e em sintonia com o campo intelectual da Europa eram fundamentais. Este foi o projeto de Brasil - Império que D. Pedro II, herdeiro do trono e criado pela figura excepcional de José Bonifácio de Andrada e Silva, pensava ser o valioso projeto de futuro para as gerações seguintes. Simbolizada por políticos como José Maria da Silva Paranhos (o Visconde do Rio-Branco), Nabuco de Araújo, Barão Homem de Melo, Barão de Penedo, dentre outros, foi esta a geração que ajudou a consolidar ideias de nação e patriotismo enraizadas para muito mais além de 1889 (SILVA, 2008, 128).

Dirige-se a Lima com um pedido de orientação: Tomo a liberdade de importuná-lo com meus planos de estudo e de vida” [...] A discussão do tema da tese é a questão que dá partida a uma conversa intelectual entre eles, o que evidencia o lugar que Lima vai decididamente assumindo na vida do estudante Freyre. O que importa observar é o mapeamento de temas considerados relevantes por ambos e também pelo professor Harding Shepherd, que viria a ser o orientador de Freyre em Columbia. [...] O que fica evidente nessa conversa a três [...].

Além do mais,

As cartas deixam ver como ele (Lima) se sente realmente feliz com o sucesso de Freyre e como investe na sua função de apresentá-lo ao mundo político-intelectual a que pertencia. Isso irá acontecer sobretudo nos EUA, pois Lima conhece vários dos mestres de Freyre em Columbia” [...] justamente por isso é ele que escreve uma carta recomendando Freyre a Shepherd e insiste para que faça bons contatos e se beneficie do conhecimento de, por exemplo, Angel Cesar Rivas, em Nova York, e do geólogo John Casper Bramer, em Stanford [...] Nesse momento, ele parece municiar Freyre de um conjunto de contatos – nomes, endereços, apresentações – em vários países [...] Eles seriam um meio de Freyre fazer contatos, de ganhar visibilidade e prestígio (GOMES, 2005, p. 26).

Oliveira Lima demonstra entusiasmo e orgulho com o sucesso de Freyre “Bem sabe como folgo em que se esteja fazendo conhecido e apreciado. Prepare-se para as invejas e não perca o bom humor” (Carta de Lima de 03/11/1922). Tereza Malatian (2001), ao traçar o perfil biográfico de Oliveira Lima não só aponta a idealização construída por ele sua genealogia para pertencer à sociedade de corte, como sua atuação política na diplomacia em torno da sua relação com as coteries do Brasil e de Portugal. Como também, percebe a relação entre Oliveira e Freyre, para além da amizade, bem como as influências do contexto de formação de Oliveira Lima em Portugal no contexto das insurreições liberais em Lisboa e no Porto; a germanização de Portugal e sua influência no pensamento de Oliveira Lima e, a carreira diplomática, como extensão do seu ofício de historiador.

Desse modo, e isto é importante, embora inscrito numa outra temporalidade, Freyre se apropriou dos temas trabalhados pela intelectualidade brasileira da geração que o precedeu, especialmente pelos intelectuais do Círculo Rio-Branco e principalmente de Oliveira Lima, de quem se orgulhou de dizer que era “herdeiro intelectual”, embora não tenha dado o devido mérito a influência teórica fundamental deste na sua obra *CG&S*.

Oliveira Lima, a despeito de sua falta de habilidade com a palavra na política, no sentido que apontamos da montra ou semblante, foi um intelectual respeitado e reconhecido na academia em âmbito internacional. O título de “Embaixador intelectual” do Brasil foi concedido a Oliveira Lima pelo professor membro do Instituto Nobel, Göran Björkman, durante a visita do diplomata a Estocolmo em 1909. Recordando em suas *Memórias*, Oliveira alude: “Com um certo senso das realidades que mais tarde caracterizou minha propaganda intelectual do Brasil, que foi o distintivo da minha atividade diplomática

[...]” (LIMA, 1896, p. 13-14). Destarte tenha consolidado seu nome nos inúmeros foros aos quais participou, a vaidade narcísica juntamente com seu rigorismo jansênico atrapalhou sua atividade diplomática sem, no entanto, prejudicar o historiador.

Se é verdadeiro o que de mim escreveu no suplemento do Times de Londres em 25 de junho de 1925, - o professor Harold Temperley da universidade de Cambridge, a saber que sou a maior autoridade viva em história de Portugal e do Brasil do primeiro quartel do século XIX, devo-o sobretudo a essa plêiade de homens notáveis que me ensinaram a estudar aquela ao mesmo tempo ciência e arte (LIMA, 1986, p. 220).

Nesse sentido, enquanto Rio Branco empreendeu com sucesso o papel proeminente de Ministro das Relações exteriores, conduzindo com maestria a política como arte. Oliveira Lima desempenhou com êxito a promoção do país inaugurando a “diplomacia cultural” abastecida por sua obra historiográfica e pelo reconhecimento internacional que conquistou. Divulgando em grandes centros acadêmicos internacionais a imagem “coesa e estável” da recém-república brasileira inserida no contexto nacional (Pernambuco) e Americano a partir das raízes ibéricas (Portugal e Espanha).¹² Contudo, preliminarmente é possível inferir que o traço rigorista jansênico alicerçado no narcisismo emoldurado na e pela vanglória de mandar, fez mais desafetos do que amigos e distanciou Oliveira Lima do Brasil, levando-o ao “auto-exílio”. Freyre (1968) em *Don Quixote Gordo* assim expressa à imagem de Oliveira Lima por Graça Aranha, um de seus desafetos.

Desconhecido, para muitos. Caricatura do realmente foi para outros tantos. Caricatura que o apresenta, ora como glutão, ora como ambicioso ou, ainda, como **invejoso**. **Invejoso** de Joaquim Nabuco. **Invejoso** do Barão do Rio Branco”.

¹² Palestras e atuação de Oliveira Lima. Viena, 1908, conseguiu dois feitos: primeiro, que o Português fosse pela primeira vez uma das línguas faladas num congresso científico e; segundo, que o compositor barroco brasileiro padre José Maurício fosse ouvido, ao lado de grandes compositores austríacos como Haydn e Mozart, num congresso de música clássica.). 1911 – Em Paris, Sorbonne proferiu a palestra *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira* (que constitui uma grande síntese da história do Brasil) e inaugurou a cadeira de estudos brasileiros na Sorbonne. 1912 – Fez uma série de conferências na universidade de Stanford na Califórnia e depois uma turnê por 11 grandes universidades americanas a convite do professor John Casper Branner, onde ministrou palestras sobre a história luso-brasileira. Essas conferências foram editadas pela universidade e foram publicadas em espanhol traduzidas por Angel Cesar Rivas e apresentadas em português sob o título de “América inglesa e América Latina em 1914. Conferências: Universidade de Berkeley (Califórnia); Lawrence (Kansas); Chicago; Madison, Ann Arbor, Cornell, Vassar, John’s Hopkins, Columbia (Nova York); Yale e Harvard. Em 1913 – Preterido para a prestigiosa missão em Londres se aposenta e retorna a Bélgica Na Bélgica, fez com que fossem criadas cadeiras de língua portuguesa nas universidades. 1914-1915 – Foi acusado de germanófilo e é impedido de retornar a Inglaterra 1915-1916 – Dirigiu a cadeira de história da América do Sul na Harvard, EUA. 1916 – Instalou-se em no sobrado de Parnamirim e acertou com a Universidade Católica Americana a doação da sua biblioteca brasileira. 1919 – Realiza conferências na Argentina sobre Panamericanismo. 1920 – Deu conferências em Columbia. 1921 – Transfere-se definitivamente para Washington, EUA. 1923 – Inaugurou a cadeira de estudos brasileiros na Faculdade de Letras de Lisboa com conferências sobre aspectos da história e da cultura brasileira. Em 1924 em 05 de fevereiro – Inaugura a Oliveira Lima Library ao público na U.C.A. Também professor honorário da Faculdade de Direito do Recife. Na doação faz duas exigências, que ele fosse o primeiro bibliotecário e que ela fosse uma biblioteca autônoma e separada na Universidade Católica. (Memórias). 1925 Ministra curso de direito internacional na universidade de Maryland (VELLOZO, 2012, p. 64-69).

Lembra também a charge de Emílio de Menezes que ficou célebre: “eis em resumo essa figura estranha/tem mil léguas quadrada de vaidade / por milímetro cúbico de banha – tão ambicioso quanto gordo”. Segundo Freyre, Oliveira Lima foi chamado de vaidoso por “aspirar ao desempenho de tarefas para as quais se encontra apto ou maduro, excesso de ambição? Despropósito? Indignidade? (FREYRE, 1968, p. 17-19, grifo nosso).

Lima desejou ser ministro do Brasil em Londres, governador de Pernambuco e ministro das Relações Exteriores, porém não obteve êxito nesses pleitos. Freyre (1968, p. 19) registra a imagem que ficou de Oliveira:

Oliveira Lima vem sofrendo, depois de morto, da tremenda força desmoralizante das anedotas e das caricaturas que seus inimigos conseguiram, ainda ele vivo, atuante e temível, armar em torno do seu nome e de sua pessoa: da sua obesidade – seu “calcanhar de Achiles”, segundo ele próprio – fácil de ser utilizada como base de toda uma lenda: a de sua glutoneria e de algumas das suas atitudes, por vezes impopulares na época em que ele as tomou: sua restrições ao Pan-americanismo de Joaquim Nabuco [...] suas críticas ao Barão [...], em algumas publicações estrangeiras; [...] seu pacifismo em face a Primeira Guerra; [...] seu monarquismo [...], suas ausências do Brasil e do Rio de Janeiro [...].

Sobre o exílio Freyre acrescenta, em terceira pessoa, seu lamento melancólico e implicitamente reflete sobre si mesmo ensaiando uma interpretação.

Cresceu o autor admirando um Oliveira Lima que, desde adolescente, conheceu de perto [...] um patriota, um brasileiro, aos seus olhos de menino e de adolescente exemplar, mesmo através de dos seus fracassos [...]. Mais; conheceu-o romantizado pelo exílio. Exílio voluntário, mas exílio. Exílio em país, no inverno frio, brumoso, cinzento, em contraste com o *Brasil que* [...] que não soube nunca tratar brasileiro tão insigne com o calor afetuosamente materno que Oliveira Lima não só merecia como desejava. Desejava sem dizer que desejava: reprimindo seus desejos. Escondendo-os. Abafando-os. E por isso mesmo sofrendo mais do que fosse franco na expressão desse anseio de filho a vida inteira um tanto afastado do seu país; servindo-o no estrangeiro. “Longe da vista, longe do coração”, diz a sabedoria popular que também insinua: “quem vai ao mar, perde o lugar”. Oliveira Lima, atravessando várias vezes o Atlântico a serviço do Brasil, perdeu, na sua terra, grande parte do lugar que deveria, talvez, ter sido seu. Inconfundivelmente seu. Viu-se esquecido por muito e substituído por alguns [...] vítima de ressentimentos, de mesquinhas, de inveja e de despeito [...] por ter sido sua própria personalidade, de homem por vezes difícil [...] provocando resistências de competidores e suscitando obstáculos de conservadores a arrojos de renovador. Personalidade angulosa em vez de redonda, isto ele foi. Quixotesca. Pernambucana; os pernambucanos mais autênticos raramente se destacam como homens psicologicamente redondos ou macios. Nenhum até hoje chegou a chanceler ou à Presidência da República; fato que pode ser apenas um acidente mas talvez represente um fenômeno psicológico mais do que sociológico (FREYRE, 1968, p. 32-33).

O uso do termo o termo “exílio” é uma referência semântica que acompanhou os discursos de Oliveira e Gilberto Freyre. As trajetórias dos atores e seus deslocamentos físicos por diversos países, com destaque à Oliveira, é uma forma de pensar sua à herança cultural da intelectualidade brasileira da virada ao século XX. Trata-se aqui de situar a política como missão. Para tal examinamos até que ponto suas obras estiveram influenciadas pelas ideias de “exílio voluntário” ou “autoexílio” associado a um pessimismo

romântico.¹³ No caso de Oliveira a missão salvífica como historiador e diplomata a serviço do projeto civilizador romano-cristão e ibérico se expressa em suas *Memórias*.

Se não sou catholico praticante e meu espirito se rebela contra certos dogmas, nutro, no entanto um entimento que já defini de "catholicismo histórico". Aprecio e exalto os beneficios que a religiao christã mais que qualquer outra trouxe à civilização, e admiro a disciplina ecclesiastica que permite o cumprimento de tão sublimes feitos de abnegação e de sacrificio como, por exemplo, os dos Jesuitas, que em todo mundo emollaram suas vidas pela fé e vazaram no seculo um moldes duradouros da cultura do Brasil que sem elles teria crescia disforme e repellente. O meu amigo Dom Sebastião Leme, que é um alto espirito escreveu-me uma vez que a minha tolerancia e bom humor literario escondiam amargor e que só a devoção curava d'isso, que pelo que eu, me achava à porta do templo, deveria penetrar n'elle. Respondi-lhe que não estava à porta, e sim pra ca do guarda vento, mais que para chegar até ao altar-mór era mister respeitar duvidas que eram antes crenças e que se tinham consubstanciado com a minha mentalidade. Apesar d'estas reservas eu nunca abjuraria o meu credo, da mesma forma que jamais renunciaria à minha patria, com o quanto lhe enxergue os defeitos e me preocupe o seu futuro (...). Do meu sentimento religioso dei prova mais palpável doando à Universidade catholica da America a minha biblioteca de 40.000 volumes incumbindo-a de prolongar a directriz da minha acção diplomática (LIMA, 1986 p.18-19).

A diplomacia cultural vivida como missão civilizadora por Oliveira Lima, que pensa o Brasil a partir de Pernambuco e inserido na tradição ibérica, parece ter sido seguida por Freyre. No seu diário em 1924 no Recife registra:

Meu plano para uma publicação comemorativa do 1º Centenário do Diário de Pernambuco [...]. É um plano regionalista, hispanista e americanista. Situa Recife nos vários conjuntos de que ele é na verdade essencial; o conjunto regional nordestino; o conjunto brasileiro; o conjunto hispânico; o conjunto americano. Plano, bem sei ideal. Não poderá ser realizado. Mas planejar trabalhos em termos ideais não é mal que deva ser sempre evitado. O quixotismo nunca deve ser de todo evitado. Ou de todo substituído por um realismo à la sancho (FREYRE, 1975, p. 150).

Nessa direção, Strieder (2002) aponta que devemos prestar atenção no papel que Oliveira Lima teve na controversa (re) conversão de Freyre ao catolicismo. E chama atenção para dois depoimentos, um de Gilberto Freyre quando ainda protestante destaca sua atuação na conversão de fiéis e faz referência ao efeito de sua fala na conversão de Orlando Dantas. E o depoimento emocionado de Ariano Suassuna sobre a catolicidade de Freyre (STRIEDER, 2002, p. 112; 114-115). Também podemos observar à ambiguidade religiosa de Freyre na declaração do Pastor Francisco Bonato Pereira do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

¹³ Exílio, como indicação semântica, denota uma relação estreita com a partida, a despedida e uma espécie de necessidade imperiosa de partir. Não por acaso, o termo indica formalmente o movimento de ida daqueles que, numa dada situação política de conflito e de discordância, são forçados a sair do seu país, do seu lugar de origem. Não chegando a ser exatamente extradição, mais forte e mais incisiva, definitiva e integral, nem mesmo expatriamento, o termo exílio envolve o significado entre uma escolha e uma falta de opção que traduz um sentido bastante particular. Especialmente, no que tange as análises acerca do pensamento político no Brasil, como desdobramento de um comportamento afetivo de cunho pessimista-romântico (SILVA, 2008, p. 163).

Os fatos narrados pelo saudoso historiador Mario Ribeiro Martins, sobre Gilberto de Mello Freyre, são verídicos e foram embasados em relatórios dos missionários norte-americanos que serviam neste Estado, particularmente no Colégio Americano Batista, no Recife, onde o seu pai Alfredo Alves da Silva Freyre foi professor entre 1908 e 1938. Esses relatórios foram publicados nas Assembleias da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos. Aliás, a família de Gilberto Freyre esteve umbilicalmente ligada aos batistas por décadas. Como disse, seu pai Alfredo Freyre foi professor por mais de três décadas. Gilberto Freyre e seu irmão Ulisses também foram professores do CAB tendo sido ambos enviados à Universidade Baylor (Batista), de onde Ulisses retornou para ensinar no CAB. Gilberto Freyre e sua irmã Gasparina foram batizados na PIB Recife, pelo missionário Harvey Muirhead, que também foi diretor do CAB por mais de vinte anos até se transferir para o Seminário Batista do Sul (1930). Embora Gilberto tenha deixado a Igreja Batista, permaneceu amigo de muitos batistas, inclusive atendendo aos seus pleitos, como chefe de gabinete do Governador Estácio Coimbra (1926-1930). Gilberto Freyre estudou no CAB desde 1910 (ou 1911), colando Grau de Bacharel em Ciências e Letras, na primeira turma, cujo paraninfo foi o Embaixador Oliveira Lima (1917). Sua irmã Gasparina Freyre Costa foi membro da PIB Recife, mudando-se para a Bahia, tornou membro da IB Mares, em Salvador. Retornando o casal ao Recife, tornaram-se membros da IB CAPUNGA até o fim dos seus dias.¹⁴

Sua ambivalência também se manifesta quando relata em seu diário em Nova Iorque em 1921: “Não perco concertos de Bach na Catedral de São João o Teólogo. É a música que mais corresponde ao que há em mim de místico para quem o Protestantismo e o Catolicismo não há fronteiras rígidas [...]” (FREYRE, 1975, p. 54).

Em 1977, Gilberto Freyre fez uma palestra na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, em Brasília, sobre Terra, Homem e Educação. Ao final da palestra, o deputado Dayl de Almeida pediu um esclarecimento a Gilberto Freyre sobre uma frase que havia pronunciado durante a palestra, afirmando que “a Igreja Católica temporariamente estava decadente”. O deputado queria saber o que Freyre queria dizer com esta frase. E Gilberto explica:

Sr. Deputado... talvez a sua maneira de ver a Igreja Católica- que eu tanto respeito - seja a de um católico... A minha maneira não é a de um indivíduo teologicamente católico. Não sou teologicamente católico. Não posso, porém, dizer que, como brasileiro, não seja católico, sociologicamente católico. Acho que todo brasileiro, mesmo quando é protestante, mesmo quando é israelita, ou maometano, ou budista, é sociologicamente católico. [...] De modo que, desse ponto de vista, sou um aculturado pela Igreja Católica, pelo catolicismo, mas teologicamente não sou católico... vendo o assunto de fora dentro... há um declínio... decadência... na ortodoxia católica em todo mundo e com reflexo no catolicismo brasileiro” (STRIEDER, 2002, p.108-109).

¹⁴ E-mail enviado pelo pastor Francisco Bonato Pereira em resposta às indagações de Claudio Marcio Coelho, referentes a pesquisa de tese doutoral do PPGHIS/UFES, em 26 de agosto de 2016.

E além do mais, Strieder chama atenção nos escritos de Gilberto Freyre para a quantidade de vezes que ele menciona os grandes místicos do cristianismo, com destaque para a mística ibérica.

Especial menção recebem, no mundo hispânico, o franciscano Raimundo Lullo, São João da Cruz, Santa Tereza de Ávila, Unamuno. Dentre os filósofos, de certa forma ligados à tradição mística, Freyre simpatiza especialmente com Santo Agostinho, Pascal, Bergson, Jacques Maritain, Péguy, Gabriel Mareei, Santayana. Causa-lhe especial admiração a atitude de Santayana, que abandonou inesperadamente a sua cátedra em Harvard, para viver o restante de sua vida enclausurado num mosteiro no sul da Itália. Dentre os grandes santos, Freyre mostra simpatia especial por São Francisco de Assis e por Santo António (STRIEDER, 2002, p.109).

O projeto civilizador que Oliveira Lima vive como missão é passado e aceito por G. Freyre. Destarte ele tenha enfrentado também dificuldades, não por inabilidade com a palavra, sobretudo escrita, onde desenvolveu um estilo sedutor ou “missionário”, digno de nota. Mas posto que considerado traidor pela Reação Católica levada a cabo por D. Leme nos anos 1920 e pela Ação Católica Brasileira dirigida por Amoroso Lima, que o consideraram traidor, trãnsfuga, e não “perdoaram” o passado jansênico de seu pai Alfredo Freyre, e do pai intelectual Oliveira Lima, além do seu passado protestante (COELHO, 2016).

A respeito da questão religiosa no Brasil republicano destaque em *CG&S*, como Freyre se refere à entrada de estrangeiros no Brasil colônia e revela implicitamente a marca da traição na família Wanderley da qual descende pela via paterna.

A nenhum inglês nem flamengo o fato, em si, da nacionalidade ou da raça, impediu que fosse admitido na sociedade colonial portuguesa da América no século XVI. O que era preciso é que fosse católico-romano ou aqui se desinfetasse com água benta da heresia pestífera. Quase se batizasse. Que professasse a fé católica, apostólica romana... A igreja era uma espécie desinfetório ao serviço da saúde moral da colônia, um lazareto onde as almas ficavam em quarentena (FREYRE, 2006, p. 277).

Continuando sua argumentação G. Freyre prossegue contando o caso da origem da família Wanderley e a acusação de trãnsfuga do jansenismo para o papismo desde aquela conjuntura. A marca dessa traição repercutiu na disputa religiosa das primeiras décadas do século XX no Brasil republicano, atingindo a família a Freyre, sobretudo pela linhagem da avó paterna de G. Freyre, Maria Raymunda da Rocha Wanderley,

Handelmann salienta que a principal exigência para adquirir sesmarias no Brasil era professar o colono a religião católica. Seria católico Whittall ou aqui se teria ligado à Igreja antes de casar-se com a filha de Adorno; do mesmo modo que Gaspar van der lei, para unir-se pelo casamento à família Melo, em Pernambuco, teve de abraçar a religião da noiva, filha de rico senhor de engenho. Do fidalgo holandês, porém, ficaram murmurando os seus compatriotas que era homem dúbio e incerto. Não perdoaram nunca o ilustre fundador da família Wanderley no Brasil haver se bandeado para os portugueses e para o papismo (FREYRE, 2006, p. 277-278).

Prosseguindo:

Dos Wanderleys têm saído para a vida política, para a magistratura e o sacerdócio, alguns homens ilustres, embora nenhum com características de gênio – exceção, talvez do barão de Cotegipe, um dos maiores estadistas do império. Mas este, ao que parece, com a sua pinta de sangue negro. Por outro lado poderiam colher-se exemplos numerosos, entre os Wanderley autênticos – entre os mais louros e cor-de-rosa -, de degenerados pelo álcool. Irregularidade pela qual chegam a ser celebrados no folclore rural brasileiro, do mesmo modo que os Albuquerque pela tendência para mentir (mitomania), os Cavalcantis [...] pelo horror a pagar dívidas e os Sousa Leão e Carneiro da Cunha pela erotomania. Nas palavras do povo: “Não há Wanderley que não beba; Albuquerque que não minta; Cavalcante que não deva” [...] Que fraqueza de caráter seria essa? A de caçador de dote? A de trãsfuga? A de ébrio? Até que ponto podemos aceitar o depoimento dos holandeses, suspeitos no assunto, desde que Gaspar foi uma espécie de Calabar¹⁵ às avessas, traindo a própria gente para colocar-se ao lado dos pernambucanos e da noiva? (FREYRE, 2006, p. 336-363).

III

Seguindo as pistas apontadas até o momento e articulando-as aos efeitos políticos da questão religiosa no Brasil republicano expressa pela herança jansênica em Oliveira Lima e G. Freyre e a marca da traição na trajetória de ambos, acrescento as observações de Elide Rugai Bastos (1998) e Vamireh Chacon (2006) que destacam como autores portugueses e espanhóis incidem no pensamento de G. Freyre. Nessa linha de raciocínio temos que em seu diário em 1921 Freyre relata; “Converso com o professor De Onis [...] Ele se espanta do fato de eu não só aceitar como desenvolver uma concepção de civilização que põe o Brasil do mesmo modo que Portugal no conjunto hispânico de nações [...]” (FREYRE, 1975, p. 54). Ou ainda: “Falo no *Oxford Spanish Club*. Muito aplaudido, entre goles de Port. Um grupo extremamente simpático, o dos hispanófilos de Oxford. Vejo-me entre eles, entre dois amores: o amor à Inglaterra e o amor à Espanha” (FREYRE, 1975, p. 110).

¹⁵ “O herói do Brasil Colônia, **Calabar** (Domingos Fernandes **Calabar**), que mesmo sendo militar do grupo português, abandonou sua tropa optando pelos holandeses, que melhor cuidavam dos colonos e tinham projetos de fixação na nova terra -Brasil - em vez de apenas explorar sem nada implantar” (DICIONÁRIO..., ©2006).

Chacon apresenta pistas fabulosas que remetem às raízes bem anteriores do pensamento de Gilberto Freyre em relação aos autores hispânicos e ibéricos. Estas pistas são facilmente identificadas no Diário e na obra CGS, e remete a textos poucos conhecidos de Freyre onde fica claro não só sua profunda influência do pensamento hispânico (no sentido de ibérico), assim como sua relação o pensamento teológico, particularmente de Raimundo Lúlio e Luís Vives.¹⁶

Quanto ao seu iberismo vejamos:

Se pertenço, como possível escritor e como possível antropólogo [...] antes à forma ibérica de escritor e de analista do Homem que qualquer outra, suponho que o seja – se de fato sou - por direito tanto de quem nasceu ibérico como de quem conquistou essa sua condição ibérica em plenitude e talvez em profundidade (FREYRE, 1968, p. 175).

Em relação à inspiração teológica

Gilberto Freyre recorre explicitamente a Raimundo Lúlio e Luís Vives, quando quer revelar as fontes das suas inspirações metodológicas humanistas mais profundas, muito além das convencionais da antropologia, sociologia e história social, nas quais fora treinado nas universidades de Baylor e Columbia nos Estados Unidos, na Inglaterra a de Oxford, em bacharelado, mestrado e inícios de inconcluso doutoramento (CHACON, 2006, p. 3).

Inclusive Chacon faz referência que em Freyre o intra-histórico é a existencialidade e o inter-histórico mulçumano é de especial importância para o catolicismo ibérico, pois segundo ele Raimundo Lúlio foi desde o século XIII, um traço de união entre o cristianismo

¹⁶ Raimundo Lúlio, Ramon Llull (de incerto nascimento, 1232 ou 1235, outro tanto de falecimento, 1315 ou 1316), era catalão de Maiorca nas ilhas Baleares, medieval ortodoxo, mas não muito. Luís Vives (1492 - 1540) vinha do "País Valencià," judeu cosmopolita e renascentista, heterodoxo mas não muito: Lúlio seduzido pelo conflito de certezas do cristianismo, judaísmo e Islã, sem perder de todo as dúvidas; Vives outro tanto pelas dúvidas de Erasmo, sem perder as certezas básicas judaicas, às quais veio a assumir após nascimento de cristão-novo. **Lúlio procurou conciliar fé e sentimento, Vives ciência e arte**, duas grandes contribuições, até sistemáticas, à cultura ocidental e mundial. Lúlio era mediterrânico universal, trafegando entre a Catalunha e o Norte da África em auto-consignadas missões de dialogo para aproximar cristãos, judeus e muçulmanos. Vives foi europeísta universal, professor universidades de Louvain e Oxford, vindo a falecer em Bruges, contemporâneo do português Damião de Góes de longas permanências na Antuérpia e Louvain flamengas. Damião de Góes e Vives foram ibéricos amigos pessoais de Erasmo, seus destinos se cruzaram diversas vezes. O precursor ecumenismo de Raimundo Lúlio destaca-se em *O livro do gentio e dos três sábios* sobre o encontro de teólogos cristão, judeu e muçulmano com o peregrino em busca da verdade. As contradições daquelas teorias são apresentadas numa dialética mais de complementaridades, que de antagonismos. Também Lúlio intentou uma "Suma theologica et philosophica" dispersa e reconcentrada na Ars compendiosa da *Ars demonstrativa* e *Ars interpretativa* em *Ars universalis*, sintetizável em *Ars brevis*. Nelas ele retoma, amplia e aprofunda a dimensão da intuição, enquanto seu contemporâneo Tomás de Aquino enfatizava o raciocínio e o coetâneo Roger Bacon privilegiava a experiência. A questão dos universais, vindo a Guilherme Ockham, e a verdade (pela diversidade dos níveis da razão e da fé) em Averróes, Lúlio as resolve pela intuição da "sapientia cordis" agostiniana, esclarecendo as categorias lógicas aristotélicas, na sua *Ars magna*. Daí a alcunha de Raimundo Lúlio, "Doctor illuminatus".Lúlio fez até incursões na crítica política, inclusive eclesiásticas, nas alegorias do seu *Livro dos animais (Libre de les besties)* (CHACON, 2006, p.1-2, grifo nosso).

e o islamismo. E nesse sentido, não podemos esquecer as contribuições árabes e mulçumanas reconhecidas e proclamadas por Freyre desde *CG&S*. E que este destaca que “entre as inspirações mouriscas, a mística de Lúlio influenciou inclusive Baltasar Gracián da qual Lúlio foi predecessor” (FREYRE, 1959, p. 100, grifo nosso). Cabe ressaltar, que a leitura que Freyre faz de Gracián se dá em outro registro, ou seja, da perspectiva da conciliação, do equilíbrio dos antagonismos, tomista, que critico a partir de Lacan que preserva a contradição (semblante) e Cerqueira Filho que lê Gracián pela ótica da política como arte e não como missão.

Temos então que Bastos (1988) concentra-se no pensamento hispânico da geração de 1898 (Ganivet, Unamuno e Ortega y Gasset) e não percebe o grau da influência do pensamento religioso de Raimundo Lúlio e Luis Vives, ou seja, da teologia política na no pensamento de Freyre. Entretanto, Chacon, que aponta e valoriza a influência dessa matriz em Freyre, não relaciona, ao menos neste texto, a vinculação deste ao projeto civilizatório cristão tomado como missão, por seu mentor intelectual, Oliveira Lima, e o prolongamento deste projeto em Gilberto Freyre. Desta feita, relacionamos esse argumento à Gracián: “As coisas não passam pelo que são, mas pelo que parecem”. “Valer e saber mostrar é valer duas vezes”. Tal é o sentido de “parecer” em política, Assim, temos que:

O disfarce não é exclusivamente um esconder-se na invisibilidade ou na ocultação, mas também uma via de escape do discurso político [...] fora do lugar do narcisismo e do perfeccionismo, longe de qualquer idealização, o herói deve mais fazer desejar do que excitar o gozo que sustenta a inveja, na expressão de Gracián. Trata-se de uma política anti-absolutista, por excelência. A vã glória de mandar ri da vanglória de mandar”. (CERQUEIRA FILHO, 2002, p. 85-86).

E, como aponta Gracián em um de seus aforismas, “só a virtude basta a si mesma. Vivo o homem, torna-se amorável, morto, memorável”.

IV

Isto posto, podemos inferir que o Barão realizou a política como arte e O.Lima, imprudente ao falar demais, não soube fazer o semblante. Termina seus dias isolado, melancólico, magoado, ressentido e “exilado” do Brasil. Significativo é essa parte do seu testamento.

[...] será única e universal herdeira de toda a minha herança a Universidade Católica da América, com sede em Washington D.C, Estados Unidos da América, á qual já fiz em vida doação da minha biblioteca, com o seguinte encargo e fim expresso – de custear e manter uma cadeira, de língua portuguesa e história literária e econômica de Portugal e Brasil, bem como, se sobrar, de distribuir subsídios entre quaisquer estudantes pobres, sem distinção de nacionalidade nem de cor, que

cultivarem com zelo essas matérias, a juízo da respectiva congregação universitária. Determino que meu corpo descanse onde ocorrer meu falecimento, sendo sepultado ou cremado de preferência, se minha religião não o vedar [...] Como epitaphio escolho somente: aqui jaz um amigo dos livros, sem indicação de nome [...] Também quero que nenhuma homenagem póstuma me seja feita no meu país ou fora dele [...] (LIMA, 1986, p. 254)

O Barão, virtuoso, foi laureado em vida e na morte. Seu falecimento ocorreu em 10 de fevereiro de 1912 quando pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro, em especial nos arredores do Itamaraty, concentrava-se uma multidão de desconhecidos, gente de todas as classes sociais, misturados entre si, conforme relatado pelos jornais as notícias que davam conta do falecimento daquele que foi enunciado como um dos mais destacados ícones da política brasileira.¹⁷ Assim, a missão salvífica se personifica na figura do Barão na vida e na morte.

Havia uma identificação com a sua figura como patriota – representante do povo, consciente e responsável do seu papel de intelectual, caracterizado pela sua erudição e pelo pragmatismo político. Aspectos que o qualificavam capaz de “defender a pátria”, materializando uma postura de rigor, seriedade, compromisso e superação. Significados estes compatíveis com a noção de “ordem e progresso” que se pretendia difundir, para além da realidade material do país (SILVA, 2008, p. 149).

Gilberto Freyre é o mais ambíguo dos três, seu percurso até CG&S foi marcado por conflitos e contradições mais da ordem da emoção do que da razão, como também foi o de Oliveira Lima. Segundo indícios presentes em fragmentos de cartas, fontes secundárias e escrita autobiográfica, Freyre revela também angústia e mal-estar. O desafio internalizado como missão salvífica de tornar-se um dos “homens fortes e habilitados a reformar o país”; o racismo experimentado no exterior por ser mestiço; o não pertencimento à estética ariana

¹⁷ “Com o passamento do Barão do Rio Branco, perde o Brasil um dos seus mais diletos filhos e um dos seus mais dedicados servidores. A República, principalmente, deve-lhe os mais relevantes e inestimáveis serviços” (*A República*, 10 de fevereiro de 1912). “A morte do Barão do Rio Branco, nesse momento, representa um desastre para a Nação, porquanto, agora, mais do que nunca, eram necessários os seus serviços. As próprias nações estrangeiras, os próprios jornais argentinos, que não olhavam o Sr. Barão do Rio Branco com bons olhos, proclamam os seus méritos de estadista e de bom patriota” (*O Baluarte*, 11 de fevereiro de 1912). “Sua obra foi enorme e grandiosa. Ele teve duas vidas: a do jornalista de talento que se fez cônsul e a do cônsul que se transformou no maior dos brasileiros pelo seu desinteressado amor à pátria, e no maior dos diplomatas contemporâneos pelo seu alto espírito, pela alta compreensão da função que exercia. Ele foi o dilatador do Brasil alargando-o e aumentando-o em terras, graças ao seu engenho, sem um leve ataque à justiça e ao seu direito” (*Gazeta de Notícias*, 11 de fevereiro de 1912). “A multidão subia e descia as escadas do Itamarati como levada ao peso de uma mudez angustiosa - e eram mais os olhos magoados, que exprimem o doloroso sentimento dessa perda que avassala o Brasil e a fraternidade sul-americana. No vasto salão onde cisma a tristeza de amigos e filhos do eminente estadista e por onde peregrinava o pesar do povo brasileiro, nós também estivemos um momento, olhando o catafalco, em torno do qual seis brandões acessos derramavam as suas lágrimas de cêra. Mas o aspecto profundamente impressionante, que nos feria os olhos, era demasiado forte para nós, que sempre veneramos no grande ministro o mais fiel, o mais seguro, o mais vigilante guarda da pátria, que ele estremeceu, sobretudo neste mundo. E, alquebrado também pele dor do grande infortúnio, afastamo-nos dali, trazendo a impressão da pena alheia, que se veio juntar à nossa” (*A Imprensa*, 12 de fevereiro de 1912).

que tanto admirava; a fantasia de ser um “menino de engenho” e a vanglória de mandar, atormentaram o jovem Freyre. Esses conflitos invadem o plano teórico de forma contraditória e a narrativa mitopoética da criação da civilização luso-brasileira nos trópicos recalca o sofrimento (*pathos*). Freyre formula na dialética da construção narcísica entre o eu ideal e o ideal do eu, o lugar a partir do qual queria ser visto. Ao descrever o *ethos* brasileiro revela o sofrimento impingido pelo colonizador (explorador). Entretanto, afetado pelo ideal de perfeição tomista expresso também no seu narcisismo e idealização do *pater famils*; constrói uma interpretação que promove a integração e a conciliação dos conflitos. Entretanto, todo o recalco pode ser novamente retomado e reutilizado numa espécie de suspensão, como aponta Freud (1976). “A negativa constitui um modo de tomar conhecimento do que está reprimido [recalcado]; com efeito, já é uma suspensão da repressão [do recalque], embora não, naturalmente, uma aceitação do que está reprimido [recalcado]” (FREUD, 1976, p. 296). A negação marca a operação do recalque e seu correlato, o retorno do recalco. Nesse sentido, o recalque do *pathos* na interpretação freyriana não é uma operação conspiratória ou maniqueísta, mas um efeito. Não temos que procurar por de trás do enunciado aparente um sentido oculto que nos conduziria a uma verdade absoluta,¹⁸ sabemos com a psicanálise que qualquer linguagem é sempre limitada. Avisados disso, evitamos a armadilha de pensar o verdadeiro e o falso em si, mas um movimento dialético de velamento-desvelamento, onde a marca do real, que não é a realidade, se apresenta como a impossibilidade de tudo mostrar ou tudo esconder.

Diante disso, inferimos que o sucesso de CG&S, a despeito da monstruosidade da colonização, produziu efeito positivo na nossa identificação com a fantasia de perfeição expressa no ideal de pureza tomista. O gozo provocado pelo olhar de aprovação do nosso algoz reifica o padrão de obediência e submissão evocado por Freyre por meio do catolicismo romano como cimento ideológico que apaziguou as contradições e violências do processo colonizador. A grande questão é que o reprimido sempre retorna e exige o reconhecimento de sua existência causando dor e sofrimento.

Sustento que Gilberto Freyre não escreve apenas um ensaio fabuloso, mas também as suas íntimas memórias. O registro estético, visual e literário no qual a imaginação ocupa

¹⁸ Entendemos que a verdade não deve ser procurada por trás das aparências. O que se mostra é sempre ilusório, cativo que se encontra das evidências que o corrompem. Ao mundo das ideias, lugar das verdades claras e distintas, opôs-se a retórica sofista. E foi a partir dessa polarização que pôde ser promovida uma viragem, na história da filosofia, dos temas ligados inicialmente à natureza (aos quais se dedicaram os filósofos pré-socráticos) para o tema do homem (antropologia), e com eles levantaram-se as primeiras questões da filosofia da linguagem.

um lugar importante é a sua marca, expressão da sua singularidade e subjetividade reveladora da complexa relação entre *pathos*, cultura e subjetividade. Destaco aí as influências do romantismo alemão e suas repercussões no romantismo inglês de Walter Pater (1910), no romantismo católico de Oliveira Lima e, sobretudo em Freyre. “Venho lendo todo o Pater – o Pater que li ou reli quase todo em Oxford, ambiente ideal para ler-se Pater. Pater e Newman. *Tenho um retrato de Newman no meu quarto [...]*” (FREYRE, 1975, p. 135, grifo nosso). Importante notar que John Henry Cardinal Newman foi um sacerdote anglicano inglês convertido ao catolicismo, posteriormente nomeado cardeal pelo papa Leão XIII em 1879. E foi beatificado no dia 19 de setembro de 2010 pelo Papa Bento XVI. Seguindo essa reflexão é Roberto Romano (1981, p. 99-100) quem afirma:

No discurso romântico acentua-se o perfil da Igreja católica, a portadora do Eterno, nova fundadora do mundo. As críticas que desde Pascal, desde Voltaire dirigiram-se contra a Companhia de Jesus, Novalis responde com sua apologia: “Esta sociedade será eternamente o modelo (Muster) de toda sociedade” e experimentará “uma expansão infinita bem como uma duração eterna”. A política romântica notabilizou-se, assim, por apresentar este traço comum: a justificação da Igreja como modelo para toda a sociedade, única maneira de superar o radicalismo jacobino e desordenado, fruto da Reforma e da impiedade moderna. De Maistre, De Bonald, Lammenais, Donoso Cortés, todos estes pensadores elaboraram uma doutrina que convergiu no foco do romantismo alemão.

A cadeia associativa por meio da circularidade de ideias permite uma interpretação da apropriação realizada por Freyre de elementos da mimesis romântica do idealismo alemão e inglês que alimentaram seu conservadorismo romântico católico. Além da rede de sociabilidade formada por sua coterie e, particularmente, por Oliveira Lima, registram indícios que causaram angústia no percurso salvífico empreendido por Freyre em busca do menino perdido a procura de filiação, de assujeitamento. Às voltas com o fantasma do Pai amedrontador, autoritário ausente/degradado do senhor do engenho que descreveu em *CG&S*; Freyre procurou tanto na obra quanto na vida, conciliar seu passado familiar à fantasia de “menino de engenho” personificado no autoritarismo afetivo (CERQUEIRA FILHO, 2005)¹⁹ de querer ser senhor de engenho, desejoso de poder e vanglória de mandar. Assim como desejou também ser um intelectual renomado e reconhecido. Ao se colocar no lugar idealizado de pai fundador do Brasil recorre à nostalgia do pai perdido, deixado do outro lado do Atlântico.

A obra *CG&S* está povoada de fantasmas. Ao mirar a composição étnica da população brasileira com olhos de conciliação, como um quadro pintado para enxergar a

¹⁹ Fantasias de poder e autoridade contida nas emoções inconscientes com permanências culturais de longa duração.

realidade da janela da sua subjetividade narcísica, sua interpretação mitopoiética produz efeitos políticos no sentir da formação social brasileira. Ao se colocar como Pai do Brasil Freyre toma como missão o desejo do Outro e se submete ao colonizador-explorador. Nesse sentido, CG&S é um prolongamento da diplomacia cultural inaugurada por Lima por meio de sua missão civilizatória de levar a imagem do Brasil coeso e integrado na sua multiplicidade e, portanto, confiável aos olhos do colonizador. Ao cunhar o conceito de equilíbrio dos antagonismos, o mestre de Apipucos acaba por teorizar sobre a prática do favor. Ao priorizar o *ethos* desde a “herança colonial”, ofereceu ângulo para pensar as relações pessoais no Brasil fora da contradição e da monstruosidade do processo colonial. Assim, talvez inconscientemente, ajuda a bloquear a concepção ideológica de uma “sociedade de indivíduos” apoiada na tradição do pensamento burguês na passagem à modernidade. Nesse sentido, o percurso epistemológico de Freyre afetado pelo ideal de perfeição tomista denegou a tensão existente entre a ideologia do favor e o liberalismo implicando no recalçamento da concepção jurídica de lei no imaginário social brasileiro. Eis a violência em ocultar a violência! A ignorância simbólica da lei resulta de uma complexa operação, onde incidem a carência da figura paterna ou a presença de uma figura paterna degradada.

A guisa de conclusão, ressalto que a dimensão do real envolvido na relação entre o semblante e a verdade, fora do lugar do narcisismo e do perfeccionismo, tão caro a O. Lima e a G. Freyre, exige afastar a idealização do herói que excita o gozo e sustenta a inveja. E assim, abre caminho para o ser reconhecido e se reconhecer, não mais a partir de uma potência exploradora nos marcos da insuficiência imunológica psíquica do gozo sem limite como expressão trágica do recalque. Nessa direção a contribuição destas reflexões é destacar os efeitos dessa complexa operação na epistemologia da teoria social brasileira. Entendemos que este é um caminho profícuo para que possamos mais fazer desejar e encontrarmos no Nome-do-Pai o lugar do desejo do filho.

Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto. O Barão do Rio Branco e Oliveira Lima: Vidas paralelas, Itinerários divergentes. In: CARDIM, Carlos Henrique; ALMINO, João (Org.). *Rio Branco, América del Sur y la Modernización del Brasil*. Rio de Janeiro: EMC, 2003. p. 241-299.

BARTHES, Roland. Repercussão de Gilberto Freyre no Estrangeiro. In: FREYRE, Gilberto et al. *Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia, sua arte*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

BASTOS, Elli Rugai. Os autores brasileiros e o pensamento hispânico. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 22., 1998, Caxambu, MG. *Anais...* Caxambu: ANPOCS, 1998. p. 1-24.

BERLINCK, Manoel Tosta et al. Esquizofrenia e Miscigenação. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 4, n. 4, p.11-29, dez. 2001.

BERLINCK, Manoel Tosta. *Psicopatologia Fundamental*. São Paulo: Escuta, 2000.

CALLIGARIS, Contardo. *Hello Brasil!* Notas de um psicanalista europeu viajando ao Brasil. São Paulo: Escuta, 2000.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A ideologia do favor & a ignorância simbólica da lei*. Rio de Janeiro: CEUEP, 1993.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Olho grande ou o olhar da inveja na política. In: _____. *Édipo e excesso: reflexões sobre lei e política*. Porto Alegre: SAFE, 2002. p. 77-86.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Autoritarismo afetivo: a Prússia como sentimento*. São Paulo: Escuta, 2005.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Sérgio (modernista) Buarque de Holanda em “Viagem a Nápoles”. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE O MÉTODO CLÍNICO, 2009, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FECAP, 2009.

CHACON, Vamireh. Lúlio e Vives: duas fontes catalãs de Gilberto Freyre. *Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio” (Ramon Llull)*, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.ramonllull.net/boletim/marco2006/luliovives1.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.

COELHO, Cláudio Marcio. *Religião e História: Em nome do pai: Gilberto Freyre e Casa Grande & Senzala. Um projeto político salvífico para o Brasil (1906-1933)?*. 2016. Tese (Doutorado)–Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

DAIX, Pierr. *Braudel*. Paris: Flammarion, 1995.

DICIONÁRIO INFORMAL. *Calabar*. ©2006. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/calabar/>. Acesso em: 25 jul. 2017.

FORSTER, Maria Theresa Diniz. *Oliveira Lima e as relações exteriores do Brasil: o legado de um pioneiro e sua relevância atual para a diplomacia brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

FREUD, Sigmund. *Neuroses de transferência: uma síntese*. Rio de Janeiro: Imago, 1914/1987.

FREUD, S. Conferências introdutórias sobre psicanálise (1916-1917). In: SALOMÃO, Jayme (Org.). *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v.15. Edição Standard Brasileira.

FREUD, S. A negativa. In: SALOMÃO, Jayme (Org.). *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1925/1976. v.19. Edição Standard Brasileira.

- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Maia e Schmidt, 1933.
- FREYRE, Gilberto. *A propósito de Frades*. Salvador: Progresso, 1959.
- FREYRE, Gilberto. *Oliveira Lima, Don Quixote Gordo*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1968.
- FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos: trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade, 1915-1930*. Rio de Janeiro: Olympio, 1975.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. ed. 51. São Paulo: Global, 2006.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- GOMES, Ângela e Castro (Org.). *Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2005.
- GOUVÊA, Fernando Cruz. *Oliveira Lima: uma biografia*. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1976. 3 v.
- LACAN, Jaques. *O Seminário: de um discurso que não fosse semblante*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009. livro 18.
- LIMA, Manoel de Oliveira. *Obra Seleta*. LIMA SOBRINHO, Barbosa (Org.). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971.
- LIMA, Manoel de Oliveira. *Memórias: (estas minhas reminiscências...)*. 2. ed. Recife: FUNDARPE, 1986. Coleção Pernambucana.
- MALATIAN, Tereza. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. São Paulo: FAPESP, 2001.
- MALATIAN, Tereza. "Não me atemorizou a pecha de germanófilo": a Grande Guerra nos diários de Oliveira Lima (1917-1918). *Dimensões*, v. 31, p. 137-158, 2013.
- MOTA, Carlos Guilherme. Oliveira Lima e a nossa formação. In: _____. *História e contra história: perfis e contraponto*. São Paulo: Globo, 2010. p. 83-115.
- MORSE, Richard. *O espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- NEDER, Gizlene. *Iluminismo jurídico-penal luso brasileiro: obediência e submissão*. Rio de Janeiro: Tavares Bastos, 2000.
- NEDER, Gizlene. Assistência e responsabilidade parental do Estado no Brasil: entre o dever e a caridade. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: ANPUH, 2003. CD-ROM.
- NEDER, Gizlene. *Duas margens: ideias jurídicas e sentimentos políticos no Brasil e em Portugal na passagem à modernidade*. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2011. Com a colaboração de Gisálio Cerqueira Filho.

NEDER, Gizlene. *As reformas políticas dos homens novos: (Brasil Império: 1830-1889)*. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Ideias Jurídicas e Autoridade na Família*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

PATER, Walter. The child in the house. In: _____. *Miscellaneous studies*. London, MacMillan and Co., 1910. p. 172-196.

ROMANO, Roberto. *Conservadorismo Romântico: origem do totalitarismo*. São Paulo; Brasiliense, 1891.

RODRIGUES, Márcia Barros Ferreira. *Ethos e Pathos: violência e poder em 'Casa Grande & Senzala'* Disponível em: <http://www.fundamentalpsychopathology.org/pagina-ano-2008-259>

SILVA, Daniella Amaral Diniz da. *Alteridade e ideia de nação na passagem à modernidade: O Círculo Rio Branco no Brasil Ubique Patriae Menor*. 2008. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal Fluminense, Niterói 2008.

SCHORSKE, Carl. *Viena fim-de-siècle: política e cultura*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

STRIEDER, Inácio. Religiosidade em Gilberto Freyre. *Perspectiva Filosófica*, v. 9, n. 18, p. 105-118, jul./dez. 2002.

TANNENBAUM F. Introduction. In: FREYRE, Gilberto. *The mansions and the shanties*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1963.

VELLOZO Julio César de Oliveira. *Um Dom Quixote gordo no deserto do esquecimento: Oliveira Lima e a construção de uma narrativa da nacionalidade*. 2012. Dissertação (Mestrado em Filosofia)-Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ZIZEK, Slavoj. Quando a inveja vira ódio. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 31 jan. 2016. Folha Ilustríssima, p. 1.

Imprensa feminina e sexualidade: 1946-1973

DOI: 10.15175/1984-2503-201810302

Anna Marina Barbará Pinheiro*

Resumo

Este artigo faz parte de pesquisa que teve como objeto de estudo as representações sobre o gênero feminino e a sexualidade das mulheres construídas pela Igreja, a Medicina e a Imprensa Feminina no Brasil entre 1946 e 1973. Este recorte cronológico inseriu-se na perspectiva de testarmos a hipótese de ter havido no país uma disjunção entre liberalização dos costumes e aumento do autoritarismo político. Assim, o período estudado compreendeu duas conjunturas diferenciadas: a que se estendeu de 1946 a 1964, e foi marcada pela resistência cultural combinada com mudanças de valores tradicionais no que tange aos costumes e a que se estendeu de 1964 a 1973, e é marcada pelo crescente autoritarismo político e por uma liberalização de costumes também crescente. No presente trabalho investigaremos empiricamente revistas femininas representativas de diferentes tendências de abordagem da temática da sexualidade, em cada uma das conjunturas estudadas. Com periodicidades diversas, aquelas que cobriam a conjuntura que vai do pós-guerra ao início dos anos 60 (*Jornal das Moças* e *Capricho*), se caracterizou por tratar de tal temática apenas de forma indireta, através da propaganda de medicamentos para as disfunções do aparelho reprodutivo feminino e de absorventes higiênicos. Do início dos anos 60 em diante analisamos a revista *Claudia*, que encontrou condições de abordar a questão da sexualidade, tanto em colunas regulares sobre “comportamento”, quanto nas “seções de cartas”; divulgando as ideias feministas quanto ao tema.

Palavras-chave: Sexualidade; imprensa feminina; *Jornal das Moças*; revista *Capricho*; revista *Cláudia*.

Prensa femenina y sexualidad: 1946-1973

Resumen

Este artículo forma parte de la investigación cuyo objeto de estudio fueron las representaciones sobre el género femenino y la sexualidad de las mujeres construidas por la Iglesia, la medicina y la prensa femenina en el Brasil del año 1946 al 1973. Se trata de un recorte cronológico con vistas a poner a prueba la hipótesis de que en el país haya existido una disyunción entre liberalización de las costumbres y aumento del autoritarismo político. Así, en el período estudiado se distinguen dos coyunturas diferenciadas: la que se extendió de 1946 a 1964 y estuvo marcada por la resistencia cultural combinada con cambios en los valores tradicionales en lo que respecta a las costumbres y la que se prolongó de 1964 a 1973, marcada por el creciente autoritarismo político y por una liberalización de costumbres también en ascenso. En el presente trabajo investigaremos empíricamente revistas femeninas representativas de diferentes tendencias de tratamiento de la sexualidad en cada una de las coyunturas estudiadas. Con periodicidades diversas, aquellas que cubrían la coyuntura que va desde la posguerra al inicio de los años 60 (*Jornal das Moças* y *Capricho*), se caracterizaron por tratar tal temática de forma indirecta, a través de la propaganda de medicamentos para las disfunciones del aparato reproductor femenino y de absorbentes higiénicos. Desde el inicio de los años 60 en adelante, analizamos la revista *Claudia*, que encontró la forma de abordar la

* Professora do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro - FCS/UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos do NEPP-DH/UFRJ. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense, mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense, bacharel em Sociologia e Política pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, E-mail: annapin09@gmail.com. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-3192-3663>

cuestión de la sexualidad, tanto en columnas regulares sobre «comportamiento», como en las «secciones de cartas», divulgando las ideas feministas sobre el tema.

Palabras clave: sexualidade; prensa feminina; Jornal das Moças; revista Capricho; revista Cláudia.

Women's press and sexuality: 1946-1973

Abstract

The following article forms part of research investigating representations of the female gender and women's sexuality as shaped by the Church, medicine and women's interest press in Brazil from 1946 to 1973. The defining of such a time period allowed us to gauge whether the country experienced a disjunction between a liberalization of customs and an increase in political authoritarianism. The period under study therefore encompasses two distinct historical moments, with 1946 to 1964 marked by cultural resistance combined with a shift in traditional values in terms of customs, and 1964 to 1973, marked by a growing political authoritarianism and a similar liberalization of customs. We conduct empirical research into women's interest magazines representative of different trends for approaching the subject of sexuality for each of the historical moments studied. In circulation across different time periods, those spanning the postwar period to the early 1960s (Jornal das Moças and Capricho) are characterized by their indirect treatment of the subject, advertising medicines for female reproductive disorders and feminine hygiene products. From the 1960s onwards, we turn our attention to Cláudia magazine, which came to approach the subject of sexuality both in regular columns on "behavior" and the "readers' letters" section publishing feminist ideas on the subject.

Keywords: Sexuality; women's press; Jornal das Moças; Capricho magazine; Cláudia magazine.

Presse féminine et sexualité : 1946-1973

Résumé

Cet article fait partie d'une recherche dont l'objet d'étude est les représentations sur le genre féminin et la sexualité des femmes construites par l'Église, la médecine et la presse féminine au Brésil entre 1946 et 1973. Ce découpage chronologique a pour objectif de tester l'hypothèse de l'existence dans le pays d'une disjonction entre libéralisation des mœurs et augmentation de l'autoritarisme politique. La période étudiée comprend ainsi deux conjonctures bien différenciées : celle qui s'est étendue de 1946 à 1964, marquée par une résistance culturelle associée à des transformations des valeurs traditionnelles en ce qui concerne les mœurs, et la période allant de 1964 à 1973, marquée de son côté par un autoritarisme politique croissant et une libéralisation des mœurs tout aussi importante. Nous mènerons ici une recherche empirique dans des revues féminines représentatives des différentes tendances de l'approche de la thématique de la sexualité dans chacune des conjonctures étudiées. De périodicités diverses, les revues de la conjoncture allant de l'après-guerre au début des années 1960 (*Jornal das Moças* et *Capricho*) étaient caractérisées par un traitement de cette thématique essentiellement indirect, à travers des publicités pour des médicaments liés aux dysfonctionnements de l'appareil reproductif féminin ou pour des serviettes hygiéniques. À partir du début des années 1960, nous avons analysé la revue *Claudia*, qui a été en mesure d'aborder la question de la sexualité de manière plus directe, aussi bien dans des articles réguliers sur le « comportement » qu'à travers le courrier des lecteurs, qui ont permis la diffusion des idées féministes sur le thème.

Mots-clés : sexualité ; presse féminine ; *Jornal das Moças* ; revue *Capricho* ; revue *Cláudia*.

女性报刊和性问题：1946-1973

本文研究 1946 年至 1973 年之间巴西的教会，医学，和女性刊物对女性性别，性问题的表述和话语构建。我们选择这个时间段进行研究是因为在此期间，巴西经历了在政治威权主义日益增强的情况下，风俗习惯的日益自由化，并且因此产生了某种思想上的扭曲与脱节。因此，在此期间，出现了两种不同的社会背景：从 1946 到 1964 年，文化抵抗运动之下的传统价值与风俗习惯的不断改变，此种改变从 1964 延伸到 1973 年，在此期间，政治威权主义不断增长，但是风俗习惯却越来越自由化。本论文中，我们根据经验分析这两个时段，两种背景下，代表不同的思想倾向的女性杂志，它们对性议题所持的各种观点。在第一阶段，从二战后到 60 年代初，这些杂志（*青年女性* 和 *任性*）只能间接接触及有关性的议题，而且是通过介绍治疗生殖器官障碍的药品广告和女性卫生棉的产品宣传。从 60 年代开始，我们分析了 *克劳迪娅* 杂志，该杂志在“行为”和“读者来信”的常规栏目中探讨了性问题，同时传播了相关的女权主义思想。

关键词：性议题；女性出版物；青年女性 (*Jornal das Moças*)；任性杂志 (*Capricho*)；克劳迪娅 (*Cláudia*)。

O corpo da mulher no *Jornal das Moças* e em *Capricho*

Este trabalho compõem um conjunto de projetos de pesquisa (PINHEIRO, 2017),^a que teve como “objeto” de estudo as representações sobre o gênero feminino e a sexualidade das mulheres construídas pela Igreja, a Medicina e a Imprensa Feminina no Brasil entre 1946 e 1973. Este recorte cronológico inseriu-se na perspectiva de testarmos a hipótese de ter havido no país uma disjunção entre liberalização dos costumes e aumento do autoritarismo político. Assim, o período estudado compreenderia duas conjunturas diferenciadas: a que se estendeu de 1946 a 1964, e foi marcada pela resistência cultural combinada com mudanças de valores tradicionais no que tange aos costumes e a que se estende de 1964 a 1973, na qual observamos o crescente autoritarismo político e uma liberalização de costumes também crescente.

Vale salientar que estabelecemos o ano de 1973 como marco cronológico em virtude do mesmo indicar o momento de auge do autoritarismo político com o governo Médici.

Nesse sentido, concebemos que o projeto de país do regime militar contemplasse, não apenas, aspectos macropolíticos e econômicos, mas incluísse uma reflexão sobre a família e, de forma mais ampla sobre os costumes. Tal reflexão pode ser concebida, também, como um projeto que, não chegava a ser concorrente, mas consoante ao católico. Julgamos que o mesmo não tenha sido plenamente bem-sucedido do ponto de vista do regime.

Corroborar esta nossa hipótese, a existência, por um lado, de todo um trabalho de “censura de costumes” realizado pelos militares na produção artística e cultural do período que, entretanto, não foi capaz de deter os avanços neste campo específico, representados pela figura emblemática de Leila Diniz e pelo movimento da Tropicália, como também, no campo jurídico, pela aprovação da lei do divórcio em 1977, ainda na vigência do regime.

Quanto à relação entre Igreja e Medicina que visamos investigar, concebemos que tenha havido, no Brasil do segundo pós-guerra uma coincidência entre as estratégias formuladas por ambas as instituições tendo em vista disciplinar corpos e mentes femininos. Deste modo, de 1946 a 1968, supomos que as representações acerca do

gênero feminino e da sexualidade das mulheres tratadas na pesquisa seriam eivadas de misoginia, tanto no âmbito do pensamento médico, quanto nas fontes de cunho teológico-clerical. De 1968 em diante, em função do início da Revolução Sexual e de avanços técnico-científicos da medicina no campo do controle da natalidade (popularização do uso da pílula anticoncepcional) o discurso desta instituição tenderia a se distanciar do discurso eclesiástico, avançando em relação a ele.

No presente trabalho utilizaremos como fontes primárias de pesquisa revistas femininas representativas de diferentes tendências de abordagem da temática da sexualidade, em cada uma das conjunturas em questão. Pesquisamos quatro revistas: *Jornal das Moças* (publicado entre maio de 1914 e dezembro de 1961) — período pesquisado: 1946-1961; *Claudia* (publicada entre abril de 1961-2000) — período pesquisado: 1961-1973; *Querida* (publicada entre abril de 1961 e abril de 1971) — período pesquisado: 1961-1971; e *Capricho* (publicada entre junho de 1952-até o tempo presente) — período pesquisado: 1952-1973.

Quanto a estes periódicos, procedemos a um levantamento sistemático, levando em conta não perdermos a visão de conjunto em relação ao período estudado e podermos nos beneficiar da análise comparativa entre cada dupla de revistas pesquisadas para cada uma das conjunturas que analisamos. Nos valem aqui do método de construção de intervalos de tempo aleatórios e recorrentes. Levantamos assim, três meses de cada ano, também escolhidos pelo mesmo critério.

Desta forma, com relação ao *Jornal das Moças*, procedemos a leitura e fichamento dos meses de maio, agosto e novembro de 1946, 1955, 1964 e 1973. Quanto a *Capricho*, lemos e fichamos os meses de junho, setembro e dezembro de 1952, 1956, 1964 e 1973.

Nestas fontes, a temática que nos interessa aparece nas propagandas de remédios: destinados a regular o fluxo menstrual feminino e/ou amenizar seus possíveis efeitos, e nas de absorventes higiênicos, uma novidade dos anos de 1940 que segue sendo tratada enquanto tal até meados dos 1960. Apesar disso, a linguagem rica em adjetivações se presta amplamente à análise.

A mulher da qual se fala em tal tipo de fonte e também, para quem as revistas se dirigem é, notadamente, aquela que ocupa o lugar, histórica e culturalmente construído como legítimo para as mulheres no Ocidente cristão, o lugar de esposa e mãe. Lugar sagrado que destitui quem o ocupa de corporalidade; daí o caráter secundário conferido ao corpo feminino em ambas as revistas.

Tratado apenas no espaço destinado à propaganda, o mesmo ainda o é de forma marginal, já que uma das únicas de suas propriedades manifestas nas revistas é a da menstruação. Vejamos assim, de que forma este procedimento é utilizado por *Jornal das Moças*. No número de 2 de maio de 1946, a revista publica a seguinte propaganda de medicamento: “Seja bela e feliz [...]. Evite os sofrimentos do sexo tomando às refeições o regulador SIAN, que regulariza as funções femininas e dá saúde e beleza à mulher” (*Jornal das Moças*, 2 maio 1946).

Embora curto, o texto da propaganda reproduz uma visão negativa do sexo, percebido como fonte de sofrimentos para as mulheres. Além disso, veicula também, uma representação do corpo feminino que remonta à medicina do século XIX, em que o útero era tido como uma espécie de microcosmo da mulher, sede não apenas, de sua saúde ou doença, como ainda de sua felicidade ou infelicidade, beleza ou feiura.¹ Tal representação ganha aspectos de tragicidade, noutra propaganda publicada neste mesmo número da revista:

Neste mês vai sofrer outra vez? [...] Esta pergunta dirigimo-la a você prezada leitora. Você que como mulher está sujeita todos os meses, aos *terríveis males* resultantes do mal funcionamento de seus órgãos femininos. Terríveis males sim, por que *além de transformarem a sua existência num verdadeiro martírio, esgotam com rapidez a sua saúde, a sua mocidade, a sua beleza*. Ponha um ponto final neste capítulo de amarguras. Não sofra mais neste mês e em nenhum outro [...]. O Regulador Xavier [...] vai afastar definitivamente os seus males (*Jornal das Moças*, 2 maio 1946).

Fonte de vida quando saudável, o útero quando “funciona mal” transforma-se, à luz do texto da propaganda veiculada pela revista, em verdadeiro algoz da existência feminina. Capaz de transformá-la num martírio e converter-se mesmo em agente da morte para a mulher, esgotando-lhe a saúde, a mocidade e a beleza, esta representação do útero que lhe confere tanto poder, torna necessário que lhe sejam dispensados cuidados especiais.

Associando, por um lado, saúde, mocidade e beleza e, por outro, doença, maturidade e feiura, o texto da propaganda, além de reproduzir uma representação de mulher carregada de misoginia por reduzi-la ao seu útero, ainda voltava uma especial carga de preconceitos contra as mulheres maduras.

Vejamos de que forma *Capricho* representava os corpos de ambas, mulheres jovens e maduras, ao longo de todo o período que pesquisamos. Tais representações

¹ Mary Del Priore recua as raízes desta visão acerca das mulheres aos séculos XVI e XVII. Quanto a esse assunto ver: Priore (1997)^a Em relação à perspectiva consolidada na medicina do século XIX, ver: Rohden (2001).^a

também incorriam no fracionamento e redução do corpo feminino ao aparelho reprodutivo, já que somente os fenômenos a ele relacionados tinham algum espaço nas páginas desta revista. Em seu primeiro número, publicado em junho de 1952, deparamo-nos, com o fenômeno da menstruação tratado da seguinte maneira numa propaganda de absorventes:

Uma arquivista fica de pé o dia todo. Um trabalho interessante, mas é um andar de um lado para o outro o dia inteiro. E aqueles arquivos intermináveis dão a impressão de cobrir quilômetros de extensão, principalmente “naqueles dias”! Graças a MODESS, porém, atravesso esse período em inteiro conforto! [...] MODESS é o sonho de toda jovem, e é supermoderno (*Capricho*, ano I, n. 1, p. 19).

Na medida em que a proposta editorial da revista pretende identificá-la como “a revista da mulher moderna”, é compreensível e coerente que localizemos nas páginas de seu primeiro número, uma propaganda de absorvente higiênico descartável que o classifique como a “solução moderna” para o problema da menstruação. Modernidade metaforizada, também, pela condição profissional da mulher que o utiliza, uma arquivista, presente no espaço público em função de seu trabalho. Cabe sublinhar tratar-se neste caso de uma modernidade reinventada pela empresa multinacional responsável pela fabricação do mencionado absorvente, já que também localizamos no *Jornal das Moças*, em número do ano de 1946, a seguinte propaganda do mesmo produto:

Se usa toalhas higiênicas comuns, veja o que dizem 1000 senhoras e senhoritas brasileiras consultadas sobre o assunto: Recente inquérito feito entre 1000 senhoras e senhoritas brasileiras, afirma que três entre quatro mulheres consideram o novo MODESS a mais segura proteção para os dias críticos. [...] Se ainda não usa o novo MODESS experimente este mês este novo conforto e proteção (*Jornal das Moças*, 2 maio 1946).

Diferindo do formato de propaganda publicada por *Capricho*, basicamente, em função da referência explícita que faz ao método, então hegemônico, de contenção do fluxo menstrual pelas mulheres, o das toalhas higiênicas não descartáveis, também não sinaliza de maneira nenhuma para a conquista feminina do espaço público no Brasil. Tal fato, certamente se explica pelas dimensões ainda muito tímidas desta conquista em meados dos anos de 1940.

A identificação do novo método, dos absorventes higiênicos descartáveis, com à ideia de modernidade, ocorre apenas no texto do cupom que a propaganda traz consigo para a solicitação de amostra grátis do produto, cupom através do qual o anunciante compromete-se, ainda, a enviar à futura consumidora, juntamente com o produto, um livrinho chamado “O que a Mulher Moderna deve Saber”.

A associação entre as ideias de modernidade e de uma “nova mulher” que pode adequar-se melhor a estes “novos tempos” se aderir ao consumo de produtos descartáveis, ainda não está plenamente construída neste formato de propaganda. Para que tal construção se concluísse, seria necessário que o mencionado processo de conquista feminina do espaço público avançasse.

Como tal processo avança no Brasil, precisamente, pela inserção da mulher no mercado de trabalho formal, é explicável que a “mulher moderna” imaginada por *Capricho* alguns anos depois, distingam-se das outras, justamente, por agregar, ao trabalho doméstico, o trabalho fora de casa. Este modelo de propaganda de absorvente adotado pela revista já em seu primeiro número, será recorrente para todo o período pesquisado, variando apenas quanto à profissão mencionada.²

Importa ainda, salientar que a grande maioria das profissões atribuídas à mulher nesse modelo de propaganda destina-se a mulheres jovens e se caracterizam pela condição de subalternidade que trazem consigo. Fica, assim, implícito que, ao longo das duas conjunturas estudadas, os cargos de chefia no mercado de trabalho formal brasileiro, estavam ocupados por homens, constituindo-se num dos muitos limites à conquista feminina do espaço público que se verifica no Brasil do segundo pós-guerra para cá.³ A chefia masculina é, inclusive, mencionada numa das propagandas da década de 1950 em que a subalternidade da mulher aparece também em sua dimensão psicológica. Assim, neste número da revista, a profissão de secretária é classificada como “uma posição invejável” mas, a personagem criada pela propaganda alega ter um “ótimo chefe”, embora exigente, o que tornaria necessário estar “sempre alerta e bem disposta” (*Capricho*, ano I, n. 3).

Em relação ao tratamento dado no *Jornal das Moças* à questão do trabalho feminino, embora o tema não apareça nas propagandas de absorventes higiênicos publicadas nesta revista, tal como ocorre em *Capricho*, ela não se encontra totalmente ausente de suas páginas. No mesmo número de maio de 1946 em que localizamos, pela primeira vez nesta fonte, a aludida propaganda, encontramos também os seguintes

² No n. 2 do ano I, a profissão referenciada será a de balconista de loja, no n. 3, a de secretária, no n. 4, a de recepcionista de consultório médico. No n. 35 do ano IV, a propaganda de MODESS não alude a nenhuma profissão, mas a do concorrente faz referência a de secretária. No n. 147 do ano XIII, retorna o mesmo modelo de propaganda e a profissão mencionada é a de recepcionista de companhia de aviação. No n. 151 deste mesmo ano, a profissão a que se alude é a de decoradora.

³ Para uma análise que enfatiza, por um lado, a natureza das tarefas e postos de trabalho habitualmente atribuídos às mulheres na indústria brasileira, voltando-se, por outro, para as representações que informam as diretrizes e práticas das chefias de diferentes níveis hierárquicos, relacionadas à diferenciação entre tarefas “masculinas” e tarefas “femininas”, ver: Rodrigues (1992).

dizeres dispersos no corpo do *Jornal das Moças*: “A mulher que trabalha deu, simplesmente, outra orientação a seu espírito laborioso. Fez de seu tempo um sacrifício a mais e leva sua força criadora a horizontes mais amplos. Mas é sempre a mulher e dizer mulher é dizer senhora do lar” (*Jornal das Moças*, p. 51, 2 maio 1946).

A ideia de natureza feminina com que a revista opera é bastante nítida, caracterizando-se, fundamentalmente, pela domesticidade. Embora exista a manifesta intenção, por parte da mesma, de enaltecer o trabalho que a mulher realiza fora de casa, cabe salientar que o referencia apenas como “trabalho”, sem qualquer complementação que o diferencie do trabalho doméstico naturalizado. Assim procedendo, o *Jornal das Moças* acaba por comprometer a aludida tentativa de enaltecimento do trabalho feminino externo ao lar.

Retomando à análise de *Capricho* e, mais precisamente, da forma como a revista, por um lado, interpreta a questão da modernidade e, por outro, busca incorporá-la, em suas dimensões de dinamicidade — da vida da “mulher moderna” que, por exercer múltiplas funções, passa a ter que lidar com uma outra noção de tempo — e de “descartabilidade” e funcionalidade dos produtos mais adequados a estes novos papéis e a este novo tempo femininos (como os absorventes higiênicos, por exemplo), ela se mostra bastante limitada quando se trata de abordar a sexualidade feminina e a educação sexual dos filhos.

Nenhuma das duas temáticas é propriamente contemplada pela revista e seguem aparecendo também, somente nos espaços destinados à propaganda, embora de forma ainda mais marginal que a questão da menstruação. Assim, a temática da educação sexual se manifestará apenas nas mesmas propagandas de absorventes higiênicos já mencionadas e, mesmo nelas, a abordagem do tema será bastante indireta.

A propaganda cujo texto reproduzimos integralmente, bem como todas as demais mencionadas, também vem acompanhada de um cupom para encomenda de um livreto intitulado “Ser quase mulher [...] e ser feliz”, classificado como “um interessante livreto de 25 páginas que ajuda as mulheres a passarem os dias críticos com despreocupação e conforto” (*Capricho*, ano I, n. 1, p. 19).

Tal detalhe, aparentemente sem importância, segundo concebemos, indica com precisão, a imensa dificuldade, ainda recorrente naquela época, de se tratar com clareza, num veículo que não tinha nem caráter científico, nem religioso-doutrinário, do funcionamento do corpo feminino. No início da década de 1950, nem mesmo nos espaços voltados à propaganda de absorventes higiênicos em revistas femininas, era possível

abordar a questão da menstruação. Se tal não era possível devido ao caráter de tabu que ainda revestia o assunto,⁴ falar mais propriamente em sexualidade e em educação sexual não era, em hipótese nenhuma cabível.

A propaganda de absorvente publicada no nº 35 do ano IV de *Capricho* alude da seguinte maneira à questão da educação sexual:

Sua filha pode ter receio de perguntar, mas, ela precisa conhecer “certos fatos” relacionados com a vida feminina. Sua filha lhe agradecerá mais tarde, se a senhora a preparar desde já para receber como normais, certas transformações que ocorrem na vida de toda a mulher. Explicações sobre o organismo feminino, apresentadas de forma simples e compreensível, são encontradas no livrinho [...]. Ela também ficará sabendo que MODESS é o método moderno de proteção íntima (*Capricho*, ano IV, n. 35, p. 31).

Em meados dos anos de 1950, no que se refere à educação sexual, a revista limita-se, apenas, a publicar propaganda de empresa multinacional, portadora da modernidade norte-americana, em que se afirma a necessidade de que as meninas tenham acesso, pelo menos às explicações sobre o funcionamento de seus corpos. No âmbito desta propaganda, a mulher-mãe, tal como definida pelo modelo nuclear-burguês de família, é identificada como agente prioritário neste processo educacional.

Segundo Gizlene Neder (1994), a atribuição deste novo lugar à mulher no interior da família que a pressupõe como alicerce da moral familiar e social, relaciona-se ao processo de construção da ordem burguesa no Brasil. Nesta perspectiva, o projeto republicano dos militares que se inspirava no positivismo de Augusto Comte e foi vitorioso quando da proclamação da República no país, teria “deitado raízes no imaginário social” tendo, inclusive, adequado aspectos do modelo católico de educação feminina. Tal projeto ensejava a um só tempo: modificações de caráter conservador no plano econômico (configurando o que se convencionou chamar de “modernização conservadora” do país), um padrão de controle político e social excludente, e a mencionada reflexão sobre a organização das famílias que evocava o padrão burguês, tendo em vista normatizar, não apenas, as famílias das classes dominantes, como também as dos setores populares.

Neste “novo” modelo de família, as mulheres deveriam ser socializadas para desempenharem o papel de mães, convertidas nesta perspectiva, em educadoras dos filhos e suportes dos maridos, no sentido de capacitá-los ao enfrentamento das batalhas

⁴ De acordo com Marina Maluf e Maria Lúcia Mott (1998, p. 395), o mistério com que a sociedade brasileira dos anos 50 cercava a menstruação pode ser medido por um episódio vivido na infância por d. Risoleta: “Disse para minha irmã: ‘tia está com a doença da Dona Zenaide’, minha mãe escutou. Aí deu uma surra de couro que até hoje quando me lembro dói. Sabe a doença o que é? É a menstruação. A patroa é que tinha essa doença [...] a gente via ela lavando aquela roupinha meio escondido, sabe criança como é? A gente já estava grandinha, mas nunca ninguém explicou [...]”.

inerentes ao mundo do trabalho externo à casa. A “boa esposa” e “boa mãe” deveria, portanto, além de ser “prendada”, demonstrando destreza no manejo e/ou gerenciamento das tarefas domésticas, ter acesso à educação formal para bem desempenhar sua tarefa como educadora.

Delinea-se, assim, o perfil da mulher-suporte, talhado pelos positivistas brasileiros do início do século como modelo para o “novo” Brasil (NEDER, 1994. p. 30-32).⁵ É tal modelo de mulher que seguimos identificando na imprensa feminina do país em meados dos anos de 1950, acrescido apenas de uma nova atribuição, a de conferir aos seus filhos, além da educação formal subsidiária à da escola, um mínimo de educação sexual.

Retomando a análise da propaganda, cabe salientar que a multinacional responsável pela veiculação da mesma se destituiu de qualquer função no processo educativo que recomenda, a não ser a de sublinhar a sua necessidade e indicar uma leitura que complemente as eventuais lacunas da mãe para realizar o papel de educadora que lhe atribui. Com relação a esta discussão, a revista, ao menos no decorrer dos anos de 1950, opta por omitir-se, passando a se pronunciar a respeito apenas, na década seguinte.

Assim, no mês de maio de 1964, localizamos numa das seções de cartas de *Capricho*, chamada “O coração pergunta, Magda Mason responde”, a seguinte solicitação de uma das leitoras: “Mamãe não me deixa sair de casa e já falei a respeito com meu professor. Ele respondeu-me que eu devia ter uma conversa séria com mamãe. Nada sei sobre a vida e o casamento e minhas coleguinhas chamam-me de ingênua. Quero a resposta pela revista [...]”

A solicitação da leitora é respondida da seguinte maneira por *Capricho*, representada pela jornalista e conselheira da coluna Magda Mason:

Estou de acordo com seu professor: você precisa conversar com sua mãe e mostrar-lhe que uma vida equilibrada comporta obrigações e divertimentos alternados. Ficar presa em casa, só com estudos e trabalhos, enquanto as outras passeiam, não me parece medida eficaz de proteção à sua virtude. Pelo contrário: criará um clima de revolta e ódio. Quanto às “coisas” que você deseja saber, evidentemente, não será possível explicá-las nesta coluna. Poderia citar-lhe alguns livros, mas receio que você seja muito pouco amadurecida para lê-los. Por que não pede à sua mamãe que esclareça suas dúvidas? (*Capricho*, ano XIII, n. 147, p. 33).

Duas outras instituições que poderiam exercer a função de educar para o exercício da sexualidade além da família, aparecem na correspondência trocada por *Capricho* e

⁵ Para uma análise dos efeitos político-ideológicos que a visão positivista da educação feminina produz na formação histórico-social brasileira, a partir do estudo sistemático das obras literárias de Sophia Lyra, ver: Buthod (1993).

sua angustiada leitora: a escola, representada pela figura do professor citado na carta, e a própria revista, metaforizada na figura da articulista Magda Mason. Entretanto, ambas as instituições, através de seus representantes, reforçam a ideia tradicional de que a educação sexual é prerrogativa da família e, no interior da mesma, pelo menos em se tratando da formação das meninas, é função materna. A revista, portanto, literalmente, se recusa a prestar a informação que lhe é solicitada.

Aqui, a demanda da leitora refere-se apenas às informações básicas acerca do funcionamento dos corpos e da sexualidade em geral, informações que declara não ter e, nem mesmo esta demanda pelo mínimo de conhecimento, a escola e a revista se sentem capazes de realizar. Também cabe sublinhar o fato das questões relativas à sexualidade não serem formuladas, nem no discurso da leitora, nem no da revista, sendo ainda tratadas como aquelas que se referem, genericamente, à vida e ao casamento e dizem respeito à virtude das mulheres.

O excessivo conservadorismo expresso na opção da revista pelo silêncio, em detrimento da informação, mesmo daquela de caráter normatizador, quando se trata de educar para a sexualidade, talvez não se explique apenas pelo contexto histórico anterior ao início da Revolução Sexual, talvez, a isso também se some uma linha editorial, realmente mais conservadora, ou mesmo receosa de ferir preceitos hegemônicos no acontecer social.

Esse conservadorismo é reforçado pelo tratamento, igualmente conservador e periférico, que a revista confere à temática da contracepção. Presente em suas páginas apenas a partir da seguinte propaganda que passa a veicular em meados dos anos de 1960:

Gravidez só quando você quiser [...] O Indicador, único aparelho de precisão importado da Suíça, calcula automaticamente os dias férteis de cada mês, por mais irregular que seja a mulher. É um aparelho científico aprovado pela Igreja. Milhares já em uso no Brasil garantem a confiança votada a este instrumento de precisão. Atenção, não confunda o Indicador com imitações duvidosas! Peça hoje mesmo folheto ilustrativo desta maravilhosa descoberta e veja como é fácil resolver seu problema conjugal! (*Capricho*, ano XIII, n. 147, p. 103).

Anunciando como novidade um método contraceptivo muito semelhante ao método de Ogino, que diferia dele apenas por buscar uma maior eficácia no cálculo dos dias férteis da mulher, a propaganda veiculada por *Capricho* aludia ainda de forma explícita à aprovação do mencionado método, tanto pela Igreja, quanto pela ciência, referindo-se também, ao fato de que o mesmo viria a resolver problemas conjugais relacionados à dificuldades de contracepção. O que tudo isso significa?

O fato da contracepção não ser diretamente discutida pela revista, mas tratada por um anunciante que tem em vista a comercialização de determinado produto, não significa que não possamos tomar o discurso construído como discurso da revista em relação à temática em questão.

Neste discurso, verificamos uma intrínseca associação de pontos de vista com a Igreja Católica, não apenas porque o produto anunciado opera de forma muito semelhante ao único método que esta instituição permite aos seus fiéis, como também porque no corpo da propaganda se alude somente à sexualidade conjugal. Reproduzia-se, assim, a ideia de que as sexualidades pré-conjugal e extraconjugal não existissem; ideia condizente com a perspectiva católico-romana extremamente conservadora.

Maternidade, conjugalidade e trabalho feminino na revista *Claudia*

Com relação a *Claudia* procedemos a leitura e fichamento dos meses de maio, agosto e novembro de 1964 e de 1973. Já a *Querida* lemos e fichamos os meses de maio, agosto e novembro de 1964 e de 1968.

A revista *Claudia*, nos números relativos à década de 1960, refletia um momento de crise e transição de costumes no qual pretendia interferir, realizando um trabalho pedagógico com suas leitoras no sentido de identificar, para elas a opressão de que eram vítimas na sociedade e que se manifestava em seus próprios lares (relação conjugal e com os filhos). A revista procurava explicar-lhes a origem desta sujeição e indicar os possíveis caminhos de superação da mesma. As saídas sugeridas sublinhavam a necessidade de reforço da autoestima através de um processo de construção da identidade que tivesse como principal referência a escolha profissional e não a afetivo-conjugal.

Este projeto de divulgação das ideias feministas encontrava-se claramente presente nos artigos assinados por Carmem da Silva, que também assinava a seção de comportamento e a correspondência que a revista mantinha com as leitoras. Tal seção transformava-se assim, a um só tempo, num importante instrumento de realização do projeto político de *Claudia* e de mensuração, tanto da extensão quanto das possibilidades de execução deste projeto;⁶ como é possível perceber a partir do seguinte diálogo travado

⁶ Uma coletânea dos artigos publicados por Carmem da Silva nos 22 anos em que escreveu para *Claudia* foi republicada pela editora Rosa dos Tempos em 1994. Ver: Civita (1994). Em relação às posições defendidas pela autora em seus artigos ver: Ribeiro (1995). A apreciação da autora sobre o conteúdo político-ideológico da atuação de Carmem da Silva em *Claudia* é muito semelhante à nossa.

entre Carmem da Silva e Maria de Lourdes Moraes, uma leitora que escreve à revista de Santos, São Paulo, em maio de 1964:

Lendo seu artigo (“você vive no tempo presente?”) achei a argumentação brilhante, mas nada prática... Na prática, vivemos ainda no regime do *casamento-emprego* para a mulher. Em que pesem todas as conquistas da emancipação feminina, as jovens querem casar o mais breve possível. E poucos pais têm autoridade suficiente para dar às suas filhas uma profissão, antes de entregá-las a um homem [...]. A jovem altamente intelectualizada, que espera e escolhe um marido à sua altura, estará fatalmente fadada à solteirice. E há muita gente boa que ainda ache que profissão para mulher é derivativo de casamento. Estupidez humana, mas é com essa estupidez que temos que nos haver porque não podemos reformar o mundo (*Claudia*, ano IV, n. 32).

A esse retrato resignado do mencionado contexto de crise e transição de costumes, Carmem da Silva responde da seguinte forma:

Estou totalmente de acordo com seu diagnóstico da sujeição feminina [...]. Discordo, contudo, de sua afirmação de que *não se pode reformar o mundo; acho que se pode e se deve fazê-lo*. A Sra. está amistosamente “intimada” a depor seu ceticismo [...] e colaborar na obra didática que *Claudia* trata de realizar entre as mulheres (*Claudia*, ano IV, n. 32).

A resposta da articulista que fala por *Claudia*, não deixa dúvidas quanto ao conteúdo político-ideológico do projeto da revista em relação a suas leitoras, trata-se de educá-las para o exercício da autonomia e da liberdade. Deste modo, a crença no caráter revolucionário da educação, percebida como instrumento de transformação social, torna-se central a este projeto.

Cabe, atentar para o fato de que, a afirmação de compromisso com “a mudança do mundo” através da educação, é formulada por Carmem da Silva e publicada por *Claudia* posteriormente ao golpe de 1964, o que talvez sinalize para um comprometimento mais amplo da revista em relação à questão das transformações sociais e políticas necessárias ao país.⁷

Com relação à questão da sexualidade em suas múltiplas dimensões, verificamos uma série de mudanças na abordagem da mesma por *Claudia*, tendo-se como referência o que foi encontrado nas revistas *Capricho* e *Jornal das Moças*. Assim, tal questão não mais se encontra restrita ao espaço destinado a propaganda de absorventes higiênicos e medicamentos para as disfunções do aparelho reprodutivo feminino, passando a ser contemplada noutros espaços da revista como, por exemplo, a mesma seção de cartas.

Assim, numa carta intitulada “Do passado...”, a leitora, que assume o nome de “Flor Perdida”, uma moça de 22 anos, habitante da cidade de Piraju, no interior paulista,

⁷ A publicação de uma matéria assinada por Vladmir Herzog, jornalista que, posteriormente, seria assassinado pela ditadura militar, neste mesmo número de *Claudia*, constitui-se em indício que reforça nossa hipótese da revista posicionar-se mais à esquerda, também quanto às questões macropolíticas.

narra uma história de defloração seguida de abandono, difamação e tentativa de suicídio, à que Carmem da Silva responde da seguinte maneira:

Você não está “desonrada” como afirma, mas sim humilhada e dolorida. Sei que as pequenas cidades são sumamente cruéis com quem não se curva 100% às suas normas. [...] Não se feche em si mesma, *estude, trabalhe, leia* e, sobretudo procure a pessoa com quem você possa desabafar. [...] Responda com *altivez* ao desprezo [...] Apoiada por uma boa amizade, você reagirá com o tempo, e estará livre para uma nova escolha, mais de acordo com seus sentimentos e sua razão (*Claudia*, ano IV, n. 32).

Coerente em relação às ideias de liberdade e autonomia femininas aplicadas, inclusive ao exercício da sexualidade, Carmem da Silva, além de desconstruir a tradicional noção de que a honra das mulheres estaria vinculada a sua conduta sexual,⁸ sugeria à sua sofrida leitora que o trabalho, a atividade intelectual, a busca de uma sincera amizade e, sobretudo, a altivez, pudessem constituir meios eficazes de combater a dor do abandono e da humilhação. Assim procedendo, realizava dentro do que lhe era possível, um trabalho de divulgação do ideário feminista e rompia, em alguma medida, com a visão acerca de gênero e sexualidade que identificamos nas revistas pesquisadas para as conjunturas anteriores.

Voltando a questão da sexualidade das mulheres jovens que aparece em *Claudia* intrinsecamente relacionada à temática da educação sexual, localizamos outras atitudes de Carmem da Silva dignas de nota em muitos sentidos. Assim, diante de uma leitora que se queixa da excessiva rigidez de sua educação no que se refere a informações sobre sexo, a jornalista lamenta que a mesma não tenha ninguém (“amigo” ou “parente”) para conversar sobre este assunto, e lhe recomenda um psicólogo para ajudá-la a “perder o medo de casar” e tirar-lhe as dúvidas sobre sexo. Além disso, Carmem da Silva também lhe indica a leitura do livro “Sexo sem culpa”, de Alfred Ellis, editado pela Ibrasa.

Em relação às posturas adotadas por *Capricho* e pelo *Jornal das Moças* diante de situações semelhantes, percebemos que *Claudia* avança em alguns aspectos. Entre estes

⁸ Para uma análise que explica as concepções hegemônicas acerca da mulher no pensamento jurídico-penal do Ocidente cristão a partir da hegemonia do pensamento religioso e do direito canônico, ver: Cerqueira Filho e Neder (2001). Nesse artigo, os autores se referem, por exemplo, à obra de Francisco Viveiros de Castro, de 1897, intitulada “Os Delitos contra a Honra da Mulher”, como uma das obras do direito penal brasileiro, em que a mulher que é violentada é vista não como vítima, mas como ré. Segundo os autores “ela é considerada responsável pelo estupro, pois se este se deu fora do lar, significa que a mulher expôs-se ao mal (na rua, lugar fora do espaço doméstico/familiar), possibilitando a exteriorização do mal que só ela possui — a sedução” (CERQUEIRA FILHO; NEDER, 2001, p. 118). Os autores observam ainda que, apesar do livro utilizar-se de uma linguagem jurídica moderna para analisar os delitos contra as mulheres, especialmente aqueles dirigidos contra seus corpos (estupro e sedução), o mesmo mostra-se envolto num emaranhado ideológico em que os preconceitos do conservadorismo clerical, que veiculam uma imagem depreciativa e misógina da mulher, manifestam-se vivamente (CERQUEIRA FILHO; NEDER, 2001, p. 118). Ver ainda: Debert e Ardailon (1987); Besse (1989).

se encontra a indicação de uma leitura como forma de intervenção no processo de educação sexual do qual a missivista se queixa, e de uma leitura que aborda questões subjetivas inerentes à sexualidade, não se atendo apenas aos aspectos meramente fisiológicos da mesma.

É possível afirmar que, embora a intervenção da revista no mencionado processo educacional ainda se dê de forma indireta, já que as informações solicitadas não são passadas pela mesma à leitora, o livro indicado não parece tratar o sexo de forma isolada das emoções que o acompanham, o que já implica numa concepção mais ampla acerca da sexualidade. Impressão que se reforça pela indicação complementar de um psicólogo à mesma leitora. Se tivermos em mente que a articulista de *Capricho* sequer se permitia indicar leituras às suas angustiadas missivistas, teremos como dimensionar o avanço presente na postura de Carmem da Silva em relação a ela.

Tal postura revela-se, também, na resposta dada pela jornalista à carta de Nilza Aguiar, uma mineira de Belo Horizonte, que dirige à *Claudia* a seguinte solicitação:

Tenho quatro filhos, um de 19 anos, uma de 10, um de 7 e um de 4. Sou muito feliz com eles. Sempre fui de opinião que as meninas, principalmente, devem ser esclarecidas sobre o *problema biológico e sexual* pelos próprios pais, [...] sem terem que fazer perguntas a colegas. Venho, pois, pedir-lhe que indique alguns livros que deverei dar a minha filha, expondo-lhe com clareza e simplicidade a *evolução da menina-moça* (*Claudia*, ano IV, n. 35, p. 8, grifo nosso).

Resposta na qual, Carmem da Silva manifesta-se da seguinte maneira:

Permita-me, inicialmente dizer, que concordo plenamente com sua opinião. Pena que nem todos os pais se lembrem desta noção tão verdadeira: é melhor que os filhos fiquem conhecendo os porquês em casa do que fora. Por isso, dou com todo o prazer as informações que pede, embora já tenha feito, aqui mesmo, na edição de janeiro. Sugiro-lhe os seguintes livros: “A vida começa com um ovo”, de Déa Heygate (muito recomendado); “A vida sexual feminina”, Dr. Alfred Matter; “Responsabilidade sexual da mulher”, de Maxime Davis; “O que as mulheres devem saber”, de Edgar de Carvalho; “Sexo e amor”, de Frank S. Cáprio. E, para ajudá-la (à senhora, bem entendido) a tratar do assunto com os seus filhos, recomendo “Problemas da adolescência” de Offélia Boisson Cardoso (*Claudia*, ano IV, n. 35, p. 8, grifo nosso).

Segundo concebemos, este novo papel que a revista desempenha, de intervenção na educação sexual das meninas, através da indicação de leituras específicas às suas mães, aponta para o surgimento, na sociedade brasileira, de novas possibilidades de aquisição de informações acerca da sexualidade humana. Informações que, uma vez adquiridas pelas mães, passam a poder ser retransmitidas às filhas. Neste caso, tais questões voltam a restringir-se ao âmbito da fisiologia, que segue sendo percebida pela mãe que recorre a revista como um problema (“o problema biológico e sexual”).

Quanto ao mencionado processo de educação, vale salientar com base nesta fonte de pesquisa que, embora algumas mães, em meados dos anos de 1960, já julgassem necessário educar sexualmente suas filhas, é possível concluir que, além de não constituírem maioria, não sabiam, ainda, como fazê-lo. Cabia, à revista, através da figura de Carmem da Silva, preencher tal lacuna.

Contudo, as dúvidas das mulheres não se restringiam apenas à educação das filhas, estendendo-se, muitas vezes, à sua própria vida sexual, como demonstra a seguinte correspondência entre Carmem da Silva e uma paulista que se identifica como advogada e assume o cognome de “Doutora”. A leitora queixa-se de que está casada há dois anos, tem uma filha de um ano e, desde que a menina nasceu, sente-se insatisfeita e insegura, pois seu marido “só é amoroso com ela” quando viajam em férias sem a filha, recebendo a seguinte resposta da revista:

Você teve uma educação rígida [...], condicionada para se defender de qualquer intimidade antes do tempo. Seu marido também foi ensinado a ver na esposa, “a futura mãe de seus filhos”, isto é, um retrato da própria mãe. O que aconteceu depois da lua de mel? Você ficou grávida e se tornou mãe, passou a ser “sagrada”. Felizmente, seu marido não está completamente estragado por essa *fantasia de mãe intocável*, pois se saem de férias os dois sozinhos, [...] ele é capaz de reencontrar uma sensualidade satisfatória. Veja se, no dia-a-dia, você não está se portando como mãe devota, veja também se [...] ele não está trabalhando de forma desgastante. Enfim, depois de procurar as possíveis falhas no seu [...] comportamento, trate de dialogar com ele francamente. Afinal, se ele pode ser um excelente “marido de férias” é porque tem aspectos positivos no casamento e uma capacidade de reação que vale a pena estimular. Não o humilhe [...] Mas, procure incentivá-lo (*Claudia*, ano 12, n. 140, grifo nosso).

Do ponto de vista do ideário feminista, a carta mostra-se politicamente correta. Identifica a rigidez do processo educacional a que marido e mulher foram submetidos em suas famílias de origem, como fonte dos problemas sexuais que enfrentam. Tais problemas resumir-se-iam na sacralização da figura da própria mãe, pelo marido, e na projeção desta imagem sacralizada na esposa, quando a mesma se torna mãe. Processo classificado por Carmem da Silva como “fantasia de mãe intocável”, que resultaria na dessexualização da relação do casal, excetuando-se os períodos de férias de ambos, com relação às funções de pai e mãe. O que fazer quanto a este quadro sintomal construído pela jornalista?

A saída por ela indicada seria o diálogo franco e aberto entre o casal, como resultado de um processo de autoquestionamento iniciado pela mulher. A conselheira, entretanto, recomenda: “busque o diálogo, sem humilhá-lo”. Assim, deixa implícito que a dificuldade sexual vivenciada por ambos, do ponto de vista da ideologia dominante,

poderia incidir de forma negativa sobre a autoestima do homem, por colocar em xeque sua virilidade.

Além da sexualidade, outra questão também muito recorrente em *Claudia* no período que analisamos é a questão do trabalho feminino.⁹ Fundamental ao ideário feminista por ser percebida no âmbito do mesmo como um dos principais instrumentos de construção da autonomia das mulheres, a questão do trabalho feminino, aparece em diversos espaços da revista.

Na seção de cartas assinada por Carmem da Silva, tal questão surge, vez por outra, claramente articulada ao projeto político-editorial de difusão do feminismo abraçado por *Claudia*, como é possível verificar na seguinte carta enviada por Maria de Lourdes Michelin, de Erechim, Rio Grande do Sul. Importa atentar para o tom em que a carta é redigida pela missivista, tom que também é assumido por *Claudia* nos comentários que tece em relação à mesma:

A amizade de Claudia e Maria de Lourdes Michelin começou em 1962, quando Claudia era uma revista de alguns meses de existência. Com o passar dos anos, a amizade tímida foi se solidificando e, hoje, soubemos com grande alegria que, desde nosso primeiro contato, ocupamos um lugar de muita importância na vida da nossa querida leitora de Erechim, no Rio Grande do Sul. Eis a carta que recebemos de Maria de Lourdes (*Claudia*, ano 12, n. 140).

O tom de uma conversa entre duas amigas permanece na carta da leitora de *Claudia* que fala a respeito da história de sua relação com o marido, a qual se confunde com a própria história de sua vida adulta:

“Como resolvi meu problema: *o trabalho salvou meu casamento*”: Hoje, após nosso encontro tão querido pensei em escrever-te, [...] tenho duas revelações importantes a fazer: a primeira diz respeito à nossa velha amizade, por isso te digo que, desde aquele nosso primeiro encontro em 1962, eu que era uma romântica mocinha de 18 anos, vibrei ao receber aquele exemplar “autografado” pelo mais charmoso dos namoradinhos e hoje, não menos “pão” dos maridos. Naquele primeiro número, confesso-te que os artigos não me diziam muito [...]. Noivamos, casamos, e os exemplares se sucederam aos meses e anos. O enxoval “bolei” quase todo com o auxílio de *Claudia*. As primeiras receitas de forno e fogão, idem. Do mesmo modo, *Claudia* me ajudou nas primeiras roupinhas e nas primeiras papinhas (*Claudia*, ano 12, n. 140, grifo nosso).

Até este momento da narrativa deparamo-nos com uma mulher contando o início de sua vida adulta que tem como ponto de partida o encontro com um homem e a descoberta do amor heterossexual, monogâmico e procriativo, por seu intermédio. Esta descoberta se faz, entretanto, acompanhar de um presente, um exemplar de *Claudia*. Até

⁹ Quanto ao ingresso acentuado das mulheres no mercado de trabalho formal brasileiro a partir dos anos de 1970, um dos fatores que julgamos explicar a importância crescente deste tema nas páginas de *Claudia*, ver: Bruschini (1989, 1994a) e Oliveira [1990?]. Quanto às principais tendências do debate teórico sobre o trabalho feminino, ver: Bruschini (1994b).

aqui, encontramos-nos apenas diante do mito do amor romântico e da representação de mulher que lhe é correlata, dependente e submissa ao homem até no que diz respeito às leituras que faz.

O elemento de contradição que desviaria esta história de seu curso tradicional encontra-se, entretanto, no conteúdo da própria revista com a qual o namorado/marido presenteia sua mulher. Conteúdo este que, de início, a incomodava bastante, como ela mesma revela à revista:

Mas algo me irritava na amiga *Claudia* [...], os artigos de Carmem da Silva que imaginava ser *a mais incomplexada das mulheres [...] a dar ordens as mais estapafúrdias*: a mulher não deve ser bibelô. Deve trabalhar fora e se emancipar! A esposa não deve ater-se a fraldas e bumbuns de bebês! [...] *Eu discordava inteiramente de Carmem. Mensalmente eu lia e discordava. Mas lia* (*Claudia*, ano 12, n. 140, grifo nosso).

Neste trecho da carta emerge a imagem estereotipada da feminista que sexualmente frustrada e afetivamente rejeitada (a expressão “incomplexada” poderia, em nossa perspectiva, ser, tranquilamente substituída por “mal-amada”), torna-se autoritária em função de seu ressentimento para com os homens (dá ordens estapafúrdias).¹⁰ Encarnada por Carmem da Silva, esta mulher-escritora (intelectual militante) que incomoda também pela inteligência manifesta na capacidade de expressão escrita, segue, entretanto, sendo lida e, a partir de um determinado momento da vida de sua leitora, seu discurso perde o caráter de agressão e passa a ser assimilado. É o projeto político-editorial da revista produzindo efeitos, como demonstram as passagens subsequentes da carta em questão.

Quando nossa filhinha fez dois anos, eu achei que deveria lecionar, mas em casa. *Recomecei a estudar, pois largara o curso normal no segundo ano*. Enquanto isso, Carmem, através de *Claudia*, me dizia coisas, e suas ideias já não me pareciam tão estranhas e agressivas. *A transformação foi se dando aos poucos. Eu via perfeitamente que podia conciliar o papel de mãe, esposa e mulher atuante*. Quando nosso segundo filho nasceu, o Marcelino, Carmem já entrara definitivamente no rol de minhas amigas (*Claudia*, ano 12, n. 140, p. 231, grifo nosso).

A transformação da leitora em relação à vivência de sua condição feminina, inicia-se com a retomada dos estudos, provavelmente interrompidos por ocasião do casamento (isto fica implícito à narrativa), fazendo-se acompanhar da percepção de ser possível conciliar os papéis tradicionalmente imputados às mulheres nas sociedades patriarcais —

¹⁰ Com relação à persistência de estereótipos que, do início do século XX aos anos de 1970, associaram o Feminismo à figura da mulher feia e mal-amada, ver: Ferreira (1995-1996). Nesse artigo, a autora sugere a relativa eficácia de tais estereótipos no sentido de neutralizar um movimento ou um conjunto de atitudes que apareciam como ameaçadores e radicais para amplos setores da sociedade.

de esposas e mães — ao papel de “mulher atuante”, até aqui ainda não identificado claramente como “mulher trabalhadora, profissionalizada e remunerada”.

A esta altura, a principal articulista de *Claudia*, anteriormente identificada como feminista agressiva e autoritária, já é chamada por sua leitora pelo primeiro nome e classificada como amiga. A narrativa se segue com o relato das dificuldades econômicas vividas pelo casal, que acabariam por intensificar o processo de transformação da mulher-leitora de, exclusivamente doméstica (esposa e mãe), em “mulher doméstica/atuante”, profissional economicamente ativa e inserida no mercado de trabalho formal capitalista.

Meu marido naquela época trabalhava em um banco, e *eu já lecionava matemática e estudava* para completar o segundo ciclo. [...] Quando o Milton deixou o banco para trabalhar de sociedade com um amigo, numa nova firma, as coisas, economicamente, começaram a ficar pretas. Num dia de muito “agradinho”, insinuei alguma coisa como *trabalhar fora*. A primeira explosão foi quase violenta. Saíram palavras assim: — E os teus filhos? A casa? Mil problemas apareceram. Já na segunda vez foi um pouco menos e, na terceira, então, ficou tudo combinado. Eu tentaria arrumar um *emprego de meio expediente*, teríamos uma *empregada fixa e eu faria a relação nominal das tarefas a serem executadas* (*Claudia*, ano 12, n. 140, p. 231, grifo nosso).

Nesta etapa da narrativa, o aludido processo de transformação da leitora adquire novos contornos, com o surgimento de inúmeras contradições. Apesar de já lecionar matemática, sob o formato de aulas particulares ministradas em casa, tal atividade, embora remunerada, não é reconhecida nem por ela, nem pelo marido como um trabalho muito distinto do doméstico.

Assim, o agravamento da situação financeira de ambos torna necessária uma negociação repleta de conflitos em torno da possibilidade da mulher “trabalhar fora de casa”. Nesta negociação, o marido ainda aparece como “cabeça do casal”, uma espécie de chefe a quem se devia pedir permissão para ultrapassar, mesmo que minimamente, quaisquer dos limites intrínsecos à representação da feminilidade tradicionalmente doméstica.

No âmbito desta negociação, nossa leitora ainda se vê obrigada a transferir parte de suas atribuições dentro de casa a uma outra mulher, uma “empregada fixa” que deveria ser mantida sob seu rígido controle, necessidade manifesta em seu texto pela menção à “relação nominal das tarefas a serem executadas” pela empregada em questão.¹¹ É possível imaginarmos que em meados da década de 1960 a hipótese de uma divisão mais igualitária do trabalho doméstico entre um casal de classe média, não pudesse, ainda, ser sequer cogitada por nenhum dos dois.

¹¹ Para uma análise acerca das relações entre patroas e empregadas domésticas na sociedade brasileira ver: Kofes (1993).

Além da empregada, a leitora de *Claudia* tem também que “optar” por um “emprego de meio expediente”, para não comprometer tanto, aos olhos do marido e aos seus próprios, o desempenho das funções de esposa e mãe. Prosseguindo em sua narrativa, ela avança na identificação das dificuldades que então se antepunham às mulheres com o seu pertencimento de classe que começavam a ousar transpor as fronteiras do espaço privado:

No fim do segundo mês fui chamada por uma firma de Engenharia e soube que fora selecionado entre quarenta moças, *na maioria solteiras*. Neste mesmo dia, recebi chamado da Secretaria de Saúde. Optei pelo funcionalismo em meio período. [...] As mudanças em nossa casa foram muitas, [...] mas quase todas para melhor. *Meu marido parecia mais terrivelmente “ligado” em mim, as crianças já não ficavam tão manhosas*. [...] Havia dias em que parecia que tudo ia estourar. Bastava uma noite de sono e o dia seguinte ficava bom de novo (*Claudia*, ano 12, n. 140, grifo nosso).

A narrativa se encaminha para o final e a missivista busca evidenciar os resultados positivos que o trabalho remunerado fora de casa teria produzido em sua vida doméstica, mais especificamente, em seu casamento, tornando o marido “mais ligado” a ela, e na relação com seus filhos, “menos manhosos” em função das ausências ocasionadas por seu trabalho. Os conflitos inerentes ao processo não são, entretanto, por ela camuflados. Assim, as mulheres solteiras seguem sendo consideradas concorrentes poderosas na disputa por um emprego, embora não invencíveis como sua própria experiência atesta.

De forma análoga, a maternidade segue sendo percebida como, a princípio, se não incompatível, de conciliação muito difícil com o trabalho fora do lar. Nesta perspectiva, uma nova gravidez, inicialmente recebida com apreensão, acaba por converter-se em fator de aumento de produtividade e revitalização das relações intrafamiliares (o nascimento do terceiro filho é recebido como se fosse o do primeiro):

Quando eu já trabalhava há quase um ano, fiquei grávida de novo. Momentaneamente “enlouqueci”. Surgiram mil problemas e dúvidas que passaram após o primeiro mês. *Funcionalmente foi o período de maior produtividade*. Ao sétimo mês de gravidez, fui promovida a chefe de seção (estatística) e recebi portaria de louvor [...]. *A gravidez deste terceiro filho foi a melhor possível*, em se tratando de uma terceira cesárea. Patrícia nasceu linda e forte, e *o Milton parecia pai pela primeira vez*. Há dez meses atrás, meu marido foi transferido da capital para o interior. Eu pedi transferência e viemos para [...] Erechim. Trabalho em uma Delegacia de Saúde no período da manhã [...] e, as terças e quintas à tarde faço assistência social em uma comunidade religiosa (*Claudia*, ano 12, n. 140, grifo nosso).

A carta, por fim se conclui com um agradecimento a Carmem da Silva e, por conseguinte, à *Claudia*: “Não me arrependo de trabalhar fora e agradeço também aos conselhos de Carmem que muito me alertaram. No momento, além de tudo, faço o vestibular para Ciências Biológicas. Quem sabe?” (*Claudia*, ano 12, n. 140, grifo nosso).

O processo de transformação/profissionalização da leitora da revista parece prosseguir com sucesso, revelando-se em plena adequação, não apenas com o projeto político-editorial de *Claudia*, como também com o momento de transição e crise de valores que a década de 1960 representou para as camadas médias urbanizadas no Brasil. Seu relato, ao invés de encarnar a plena consecução do ideário feminista da época, representa uma tentativa de conciliação entre a feminilidade tradicional (doméstica) e o modelo de feminilidade hegemonicamente defendido pelas feministas de então (em tudo oposto ao doméstico).

Retornando às temáticas de alguma forma relacionadas à questão da sexualidade, verificamos que a questão da geração da vida em seus mais diversos aspectos (biofisiológicos e psicoafetivos, principalmente), praticamente ausente das revistas anteriormente analisadas, também ganha relevância em *Claudia*. Podemos assim, localizar, por exemplo, num dos números de 1973, uma longa matéria sobre o problema da esterilidade (“Por que meu filho não vem?”), abordando, inclusive, a esterilidade masculina e seus aspectos psicológicos.

O tema da maternidade também é muito importante em *Claudia*, aparecendo em diversos espaços, tanto em seções de “caráter mais prático” (dicas sobre a confecção do enxoval do bebê, decoração do quarto e etc.), quanto em longos artigos sobre diferentes aspectos da relação com os filhos (“Quem manda na sua casa, você ou seu filho?”) e, da relação mais específica com as filhas adolescentes (“A primeira visita ao ginecologista”). Nesta última matéria, entrecruzam-se diversas temáticas importantes para as reflexões que empreendemos. Claramente voltada para informar as mães no sentido de capacitá-las enquanto educadoras das filhas, a matéria revela-se rica em detalhes sem, contudo, abandonar a precisão e a clareza das informações biofisiológicas fornecidas.

Entretanto, os aspectos subjetivos ligados à menstruação que, como afirma, marca a transição da menina para a condição de mulher, processo que não é simples, são deixados de lado. O título enfatiza a necessidade de que a moça seja informada pela mãe acerca do que está acontecendo com seu corpo e estabelece uma idade para a primeira consulta ginecológica: “Sua filha está ficando com *jeitinho de mulher*. Ela precisa saber o que está mudando; 10 anos: a idade da primeira visita ao ginecologista” (*Claudia*, ano 12, n. 142, grifo nosso).

O tom de normatização das condutas de mãe e filha (a filha precisa ser informada e sua mãe, ninguém mais além dela, precisa estar capacitada a fornecer-lhe as informações necessárias) permanece, sendo acrescido, no parágrafo inicial, de uma ideia que retorna

noutros momentos da matéria e julgamos central à mesma, a da supostamente necessária medicalização do corpo feminino:¹² “Em todas as fases de nossa vida contamos sempre com os cuidados de um médico, menos numa: a da puberdade, a adolescência, quando a juvenzinha mais precisa de uma orientação correta” (*Claudia*, ano 12, n. 142, grifo nosso).

A defesa desta ideia vem acompanhada, no corpo do texto, da concepção da puberdade como um período de dificuldades em que as jovens mulheres necessitariam de uma orientação especial, função que é prioritariamente atribuída aos médicos-ginecologistas. Nestes parágrafos iniciais, a matéria também explora um pouco os motivos que, na perspectiva de quem a redige, explicariam as dificuldades de algumas mães em substituir o pediatra das filhas pelos ginecologistas, como é possível constatar nas passagens que se seguem:

Cria-se um hiato: o lugar do pediatra, que deveria ser, automaticamente ocupado pelo ginecologista, fica vazio. Por quê? [...] Geralmente, porque as mães acham que só *depois de ela se casar* é que poderá passar por um exame clínico; outras, por *vergonha e constrangimento*. Afinal, todas essas razões surgem porque a própria mãe está desinformada a respeito. E, neste caso, você deve ter segurança para saber explicar à sua filha o que está ocorrendo com ela (*Claudia*, ano 12, n. 142, grifo nosso).

Esse conjunto de motivos poderia ser resumido, na perspectiva da revista, pela desinformação das mães, origem do “constrangimento” e da “vergonha” de algumas diante da ideia de submeter às filhas ainda virgens a uma consulta ginecológica.

Tal explicação, insuficiente e superficial por passar ao largo das questões subjetivas envolvidas com a manipulação do corpo feminino por um homem, mesmo que médico e por motivos de saúde, norteia a construção do restante da matéria no seguinte sentido: se o problema está na falta de informações das mães, trata-se apenas de informá-las da melhor maneira possível. Sendo assim, o passo posterior é o de descrever e conceituar o fenômeno da puberdade, o que é feito da seguinte forma:

Quando sua filha está ficando *mocinha*, isto é, deixou de se interessar pelas bonecas e brincadeiras para ficar esperando ansiosa uma festinha, filmes românticos e contos de amor, você deve manter com ela um diálogo franco e objetivo, evitando assim, que as coleguinhas (p. 95), tão pouco informadas quanto ela ajudem a criar fantasias e lhe transmitam ideias erradas [...]. O sinal mais evidente da puberdade é a *primeira menstruação*, que pode se dar entre os doze e os treze anos. Mas já uns dois anos antes surgem os primeiros sinais de maturidade física [...]. É nesta hora que ela precisa saber por que seu corpo está se transformando (*Claudia*, ano 12, n. 97, grifo nosso).

¹² Quanto a tal assunto, ver: Foucault (1985). Em relação ao Brasil, consultar o já clássico estudo de Jurandir Freire Costa (1993). Depois dessa obra, produziram-se muitas outras no país, também inspiradas em Foucault. Ver, por exemplo: Engel (1989, 1997) e Cunha (1989).

Assim, após uma definição tão subjetiva quanto duvidosa da puberdade como a fase da vida em que a menina começaria a interessar-se, obrigatória e naturalmente pelo sexo oposto e a acalentar o ideal do amor romântico, segue-se, contraditoriamente, uma definição que se atém apenas, aos aspectos fisiológicos que caracterizam o fenômeno. Deste momento em diante o tom da matéria passa a ser o de um manual de biologia humana.

Com o subtítulo de “Prepare sua filha para a primeira menstruação”, a revista instrui as mães a estarem aptas para responder às seguintes questões formuladas pelas filhas: “O que é a menstruação? Por que a menina menstrua? O que é ovulação?”. Uma vez fornecidas as explicações tidas como necessárias acerca destes três processos chegam-se, por fim, a uma descrição dos órgãos genitais femininos que vem acompanhada das seguintes considerações sobre o hímen: “O *hímen* (uma pequena membrana que protege a entrada da vagina) tem um orifício central por onde escoam a menstruação e outras secreções da vagina. Ele é *rompido quando a mulher casa e perde a virgindade*” (*Claudia*, ano 12, n. 142, p. 97, grifo nosso).

Tal percepção da iniciação sexual como uma perda associada, exclusivamente, ao casamento,¹³ em nossa perspectiva, pode ser interpretada como uma contradição em relação ao projeto político-editorial de difusão do ideário feminista, abraçado por *Claudia*. Talvez, seja válida a hipótese de que tal projeto fosse, realmente, encampado, apenas pela intelectual militante que o assume de forma explícita, a articulista Carmem da Silva, não estando, portanto, tão presente nos demais espaços da revista.

A matéria se encaminha para o final, reforçando, novamente, a tese da medicalização necessária do corpo da mulher: “Mesmo que a menina entre na fase púbera sem nenhum problema, deve ser iniciado o hábito da consulta ao ginecologista. Acabou a infância e, com ela, a época do pediatra” (*Claudia*, ano 12, n. 142, p. 97).

Alçado à condição de uma espécie de “guru” ou guia espiritual, fonte de tranquilidade e segurança para as jovens mulheres, as mesmas, de acordo com *Claudia*, devem aprender com suas mães a depositar, não apenas alguma, mas toda a confiança neste profissional sem temer que ele “destrua sua virgindade”, um bem sumamente valorizado pela matéria. Assim, de acordo com a revista:

Chegou a idade em que a menina começa a ter *problemas de moça*. E a melhor maneira de ensiná-la a viver tranqüila e segura é fazer com que sua filha deposite *toda* a confiança no médico-ginecologista. Existem médicos especializados em

¹³ Quanto a esta representação da iniciação sexual feminina no Brasil contemporâneo, ver: Misse (1981) e Parker (1991).

ginecologia infantopuberal que podem examinar a mocinha sem por em risco a sua virgindade (*Claudia*, ano 12, n. 142, p. 97, grifo nosso).

A única contrapartida positiva desta extrema valorização do poder médico,¹⁴ que se opera no âmbito da matéria, encontra-se, segundo concebemos, na possibilidade de superação de alguns tabus relacionados à temática da menstruação, como se verifica na seguinte passagem de texto: “As dores ou cólicas muito fortes, antes e depois das menstruações, são motivos para se pedir conselhos ao médico. *O velho conceito de que ‘mulher precisa passar por isso’ não tem mais sentido.* O ginecologista pode recomendar remédios contra essas dores” (*Claudia*, ano 12, n. 142, grifo nosso).

Mantendo-nos no terreno da temática da puberdade feminina, localizamos ainda, no mesmo número de *Claudia*, a propaganda de um aparelho para depilação, construída a partir de uma visão específica acerca desta etapa da vida das mulheres, que traz consigo uma determinada representação de feminilidade, bem como das próprias relações de gênero que lhes são correlatas. Por tratar-se da única referência localizada em nossas fontes que atesta o uso deste fenômeno psicofisiológico para a comercialização de um produto diverso dos absorventes higiênicos, tão presentes nas páginas de o *Jornal das Moças* e de *Capricho*, vale a pena analisá-la:

Na época em que você se torna mulher, você precisa aprender outra coisa [...]: você precisa ficar sabendo que neste mundo difícil, ainda se pode encontrar um sistema civilizado e carinhoso para você cuidar das pernas e embaixo dos braços. Um sistema de depilar moderno e higiênico, não tendo nada que ver com aquele sofrimento ultrapassado, tão comum de acontecer durante a novela da depilação, em forma de cortes e cicatrizes, nas mulheres que se deixam levar por temas antigos como lâminas, ceras, cremes, líquidos e etc. (Claudia, ano 12, n. 142, p. 36, grifo nosso).

Nesses parágrafos iniciais, deparamo-nos com uma representação de puberdade bastante recorrente nas diversas fontes primárias de nossa pesquisa, que a identifica como uma época de transição na qual a menina assume, integralmente, sua condição de mulher, uma época difícil e de múltiplos aprendizados.

Ingressando no mundo das mulheres adultas, caracterizado pela propaganda como um “mundo difícil”, a jovem mulher terá, entretanto, ao seu lado, um “sistema civilizado e carinhoso de depilação”, “moderno e higiênico” que, no parágrafo subsequente é contraposto ao “sofrimento ultrapassado” dos “métodos antigos”. O tema da modernidade, tão recorrente nas propagandas de absorventes higiênicos, retorna associado a um conjunto de representações positivas (civilização, carinho, higiene...).

¹⁴ Para um estudo acerca do poder simbólico dos médicos e da predominância de médicos e bacharéis na cultura de elite no Brasil, com estudo de caso no estado do Maranhão, ver: Nunes (2000).

Nos parágrafos posteriores que encerram a propaganda, a depilação surge como uma metáfora da própria puberdade, dolorosa, mas necessária (marcada por “sangue, suor e lágrimas”) e o produto anunciado aparece como uma forma de abolir a dor desta fase da vida das mulheres:

E o mais irônico é que nesta novela o final é quase sempre, bastante infeliz, marcado por *sangue, suor e lágrimas*. [...] A mulher que está vivendo no mundo de hoje pode trocar essa *tragédia* toda, pelo toque mais *suave* do século XX, o toque de ladyshave da Philips. Um depilador feminino tão *cuidadoso* que só poderia ter sido inventado por *quem conhece o assunto: os homens da Philips*. [...] O único *trabalho* que os *homens da Philips* vão dar a você vai ser o mesmo que eles deram às americanas, francesas, holandesas, argentinas e outras mulheres do mundo inteiro. A duvidazinha que aparece na hora da escolha: ladyshave a pilha ou ladyshave elétrico? [...] Ambos fazem uma depilação bem feita e com segurança, acabando com seus dramas debaixo de bastante carinho (*Claudia*, ano 12, n. 142, p. 36, grifo nosso).

Nesses parágrafos conclusivos, os “homens da *Philips*” surgem como especialistas em mulheres e puberdade, aqueles que viabilizariam o fim do sofrimento feminino com suavidade e cuidado, enfim, “com muito carinho”. Importa salientar que tal representação das relações de gênero, extremamente conservadora, tendo sido construída por uma empresa multinacional que se identifica como veículo da modernidade, é publicada numa revista feminina brasileira em 1973.

As contradições são inúmeras! No início dos anos de 1970, os ventos da Revolução Sexual, iniciada na Europa ocidental e nos Estados Unidos em fins da década de 1960, já sopravam em costas brasileiras. A revista que publicou tal propaganda, não era apenas feminina, mas trazia a si o papel de difundir entre as mulheres das classes médias urbanizadas no Brasil o ideário feminista. Além de tudo, é curioso notar como o mote da modernidade pode ser manipulado nos sentidos mais diversos, associando-se, inclusive, a representações muito conservadoras, como é o caso das relações entre homens e mulheres que a propaganda em questão propõe.

Nesse sentido, é possível comparar o uso da ideia de modernidade, ao que se opera nas propagandas de absorventes higiênicos muito recorrentes nas revistas femininas que circulavam no país entre o segundo pós-guerra e o final dos anos de 1950. Nestas, tal ideia aparecia articulada à imagem de mulheres dinâmicas e economicamente ativas, já presentes no mercado de trabalho formal capitalista.

Tal uso desta ideia conferia-lhe assim, uma feição mais progressista do ponto de vista dos costumes. Entretanto, não havia outros espaços em tais revistas para que representações análogas dos papéis sexuais fossem veiculadas. Também não era possível tocar, de nenhuma maneira em questões relativas à sexualidade.

Nesta perspectiva, importa salientar que a abertura de outros espaços para a discussão de questões relativas a gênero e sexualidade na sociedade brasileira, e por conseguinte, nas revistas que nela passam a circular a partir dos anos de 1960, notadamente em *Claudia*, corresponda a uma modificação no padrão das propagandas de absorventes higiênicos, que passam a ater-se a descrição, meramente técnica, das características do produto.

O surgimento de propagandas de outros produtos também especificamente voltados para o público feminino como a que acabamos de analisar, em que se reproduzem representações mais tradicionais das relações de gênero, se inscreve igualmente neste mesmo contexto.

Ainda no campo das representações acerca da adolescência e das relações mãe-filha adolescente, localizamos uma matéria sobre a questão da beleza¹⁵ nesta fase da vida que se presta amplamente à análise. Mantendo o tom de normatização das condutas de mãe e filha que verificamos na matéria sobre a primeira visita ao ginecologista, a reportagem em questão guarda algumas semelhanças com a anterior, mas acrescenta outros elementos à discussão da relação que pretende tematizar. Sob o título de “Você precisa ajudar sua filha adolescente a se descobrir e se valorizar”, a matéria se inicia pela condução da mãe à condição de principal educadora da filha, como é possível constatar neste parágrafo: “É *normal* que uma adolescente comece a se preocupar com a beleza. O que você deve fazer é orientá-la corretamente: como e o que ela já pode usar. Assim você ganhará a confiança e a simpatia de sua filha, que começa a descobrir os primeiros traços de sua beleza” (*Claudia*, ano 12, n. 142, grifo nosso).

Anunciando que estabelecerá normas de conduta no que diz respeito a jovens mulheres e suas mães, o texto da reportagem segue associando beleza feminina à saúde. Sob o título de “A beleza começa com a saúde”, coloca-se a seguinte questão às leitoras mães de adolescentes: “O que você acha de uma adolescente estar satisfeita com ela mesma, se achando bonita e charmosa? As mães *devem* reconhecer e admitir em suas filhas o desejo de serem mocinhas vaidosas, preocupadas com sua estética” (*Claudia*, ano 12, n. 142, grifo nosso).

¹⁵ Quanto a essa questão, importa lembrar que a estética corporal é inseparável de um trabalho sobre o corpo para o qual convergem saberes científicos e não científicos. Neste processo, o corpo se transforma em produção histórica, para onde convergem intervenções de todos os tipos desde os espartilhos e os coercitivos aparelhos de postura do século XIX até as obsessivas sessões de malhação das academias de ginástica da contemporaneidade. Para tal assunto, ver: SANT’ANNA (1995). Para uma abordagem sintética, com caráter de balanço acerca das principais questões de ordem teórico-metodológica e dos principais debates historiográficos envolvidos na construção de uma história do corpo, ver: Porter (1992).

Tangenciando a delicada questão da competição entre mãe e filha, que pode se instaurar a partir do momento em que a menina ingressa no mundo adulto, adquirindo características físicas e assumindo preocupações “de mulher”, como a preocupação com a beleza, a matéria, no parágrafo subsequente, transforma a mãe no principal agente de controle sobre o corpo de sua filha, tendo em vista adequá-lo ao padrão hegemônico da estética feminina vigente na sociedade e na época em que ambas vivem:

Um especialista afirmou que *a perfeição de um corpo feminino se consegue com a vigilância dos oito aos treze anos*. A maioria das mães preocupa-se unicamente com a espera da primeira menstruação, esquecendo os fenômenos que antecipam esta data (*Claudia*, ano 12, n. 142, grifo nosso).

O texto avança fornecendo às mães algumas dicas no que se refere ao trato com as filhas adolescentes e, aos demais leitores, informações acerca do aludido padrão de estética feminina, vigente, pelo menos, entre as classes médias urbanizadas brasileiras no início dos anos de 1970.

É preciso estar *atenta* e ser *cuidadosa* quando falar com um adolescente. Um *médico* nos deu um exemplo de uma *moça gorda*, que teve durante toda a sua adolescência uma mãe que lhe dizia: “é sempre meu bebê”. Pensar que depois ela vai emagrecer é uma pena. Pense nisso: quando uma menina deixa de brincar com os irmãos, não quer mais fazer *ginástica*, come bolacha o dia inteiro, isto só poderá resultar numa jovem com *problemas de beleza*. Para ela conseguir um *corpo delgado e equilibrado*, compete à mãe nutri-la com inteligência e fazê-la movimentar-se [...] e, *ao menor distúrbio, levá-la ao médico* (*Claudia*, ano 12, n. 142, grifo nosso).

É possível identificar como característica deste novo padrão de estética feminina, tendo-se como referência a conjuntura anterior abarcada por nossa pesquisa, a desvalorização da obesidade nas mulheres, tendo como contrapartida a recomendação da atividade física para elas. Recomendação quase alçada à condição de prescrição médica. Verifica-se, assim, uma mudança quanto à percepção do significado da ginástica para as mulheres. Tida como negativa na primeira conjuntura, torna-se, não apenas positiva, mas também medicamente necessária. A extrema medicalização do corpo feminino, muito presente na matéria que versava sobre a primeira visita ao ginecologista, retorna na afirmação com a qual esta última se encerra: “ao menor distúrbio é necessário levar a menina ao médico”.

Seguem, ainda, no corpo de tal matéria e sob a forma de um mesmo texto, dicas para a higiene pessoal, cuidado com as unhas, depilação e maquiagem com as respectivas indicações de produtos, cores, fragrâncias etc., tudo com as marcas correspondentes. Vale sublinhar que a indústria de cosméticos está intensamente

presente entre os controles que se desenvolvem sob o corpo da menina, quase em pé de igualdade com a própria mãe e a figura do médico.¹⁶

A característica padrão de tudo o que se recomenda às adolescentes é a suavidade e a moderação, indícios que apontam para uma determinada representação de feminilidade, a do mito do eterno feminino¹⁷ que segue ainda, em alguma medida, sendo identificada como normal pela revista, apesar da popularização de algumas teses feministas através do trabalho de Carmem da Silva.

Ainda no que diz respeito à temática da maternidade, agora sob o viés da relação mãe-filho, não podemos nos esquecer de que no início dos anos de 1970, *Claudia* passa a incluir em seus números uma página de quadrinhos assinada por Ziraldo, que sob o título de “The Super-mãe”, discutia, justamente, tal relação, sublinhando sua dimensão cômica.

Num dos números de 1973, evidencia-se o aspecto da crise geracional bem característica daquela época. A “supermãe”, ao entregar o convite de formatura de um amigo de infância do filho, lembra-lhe de todo o sacrifício feito por ela, inicialmente com o marido, e depois sozinha, para que o mesmo concluísse os estudos e entrasse na universidade:

Tanta luta e você o que é que faz? Nada... um vestibularzinho de eu nem sei o que [...] E fica por aí, cheio de manias, conversando bobagem, cinema experimental, comunicação, língua [...] não sei das quantas [...],deitando tarde, acordando tarde [...] Sabe o que é isso aqui? O convite de formatura do Tomás: M-E-D-I-C-I-N-A! (*Claudia*, ano 12, n. 146).

Boa sátira da mãe dedicada que sofre em função da mencionada crise, não consegue compreender o filho e verbaliza a decepção de ver frustradas as suas expectativas em relação a ele. Afinal, mesmo naquela época tão diferente da sua no tocante à questão dos costumes e dos papéis sexuais, ainda havia rapazes que se formavam em medicina, uma profissão bastante tradicional e, portanto, capaz de transformá-los em futuros provedores de suas famílias de origem e/ou dos futuros núcleos familiares que poderiam constituir a partir desta profissionalização.

¹⁶ Para uma análise da forma pela qual a indústria da beleza e o culto à beleza feminina, no final dos anos de 1980, manipulam imagens que minam a resistência psicológica e material das mulheres, reduzindo as conquistas de 20 anos de lutas feministas, ver: Wolf (1992). Para um estudo sobre a significação da aparência que tematiza a questão da moda, tendo em vista o impacto do feminismo no Brasil e os problemas de sua relação com o feminino e com os padrões de feminilidade destinados às mulheres, ver: Castro (1995-1996). Trabalhando de forma comparativa com revistas femininas de grande circulação e jornais feministas, a autora busca pensar as recusas do Feminismo diante do que identifica como feminilidade, entendendo tais recusas enquanto estratégias de luta contra as antigas molduras que enquadravam as mulheres em lugares demarcados e, supostamente, seguros.

¹⁷ Quanto a esse mito, ver: Misse (1981).

A título de tecermos considerações finais, julgamos ter trabalhado, com revistas femininas representativas de diferentes tendências de abordagem da temática da sexualidade, em cada uma das conjunturas estudadas.

Com periodicidades diversas, aquelas que cobriam a conjuntura que vai do pós-guerra ao início dos anos 60 (*Jornal das Moças e Capricho*), se caracterizavam por tratar de tal temática apenas de forma indireta, através da propaganda de medicamentos para as disfunções do aparelho reprodutivo feminino e de absorventes higiênicos. Do início dos anos 60 em diante, a revista *Claudia* já teria condições de abordar a questão da sexualidade, tanto em colunas regulares sobre “comportamento”, quanto nas “seções de cartas”; divulgando as ideias feministas quanto ao tema.

Referências

BESSE, Suzan K. Crimes passionais: a campanha contra os assassinatos de mulheres no Brasil: 1910-1940. *Revista Brasileira de História: a Mulher e o Espaço Público*, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 181-198, ago./set. 1989.

BRUSCHINI, Cristina. *Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos 70 e 80*: algumas comparações regionais. São Paulo: FCC, 1989.

BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, n. esp., jul./dez. 1994a.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 17-32, 1994b.

BUTHOD, Maria Anita. *Educação positivista e condição feminina no Brasil republicano*. 1993. Dissertação (Mestrado) — Programa de Mestrado em Ciências Políticas e Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993. Mimeo.

CASTRO, Mayra Corrêa e. Feminismo *prêt-à-porter*: significação da aparência na imprensa feminina e feminista no Brasil. *Cadernos AEL/Arquivo Edgar Leuenroth*, Campinas, n. 3-4, p. 111-152, 1995-1996.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio; NEDER, Gizlene. Os filhos da lei. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 45 p. 113-125, fev. 2001.

CIVITA, Laura Tavares (Org.). *O melhor de Carmem da Silva*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Loucura, gênero feminino: as mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX. *Revista Brasileira de História: a Mulher e o Espaço Público*, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 121-144, ago./set. 1989.

DEBERT, Guita Grin; ARDAILLON, Danielle. *Quando a vítima é mulher*. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 322-361.

FERREIRA, Verônica Clemente. Entre emancipadas e quimeras: imagens do feminismo no Brasil. *Cadernos AEL/Arquivo Edgar Leuenroth*, Campinas, n. 3-4, p. 153-200, 1995-1996.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1985. v. 1.

KOFES, Sueli. Entre nós mulheres, elas as patroas e elas as empregadas. In: ARANTES, Antônio Augusto et al. (Org.). *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1993. p. 185-194.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 367-422.

MISSE, Michel. *O estigma do passivo sexual: um símbolo de estigma no discurso cotidiano*. Rio de Janeiro: Achiamé/Socii, 1981.

NEDER, Gizlene. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, Manoug (Org.). *Família brasileira: a base de tudo*. São Paulo: Cortez/Unicef, 1994. p. 26-47.

NUNES, Patrícia Maria Portela. *Medicina, poder e produção intelectual*. São Luís: UFMA-PROIN-CS, 2000.

OLIVEIRA, Zuleica L. C. *A mulher trabalhadora no estado do Rio de Janeiro (estatísticas em série)*. [S.l.: s.n.], [1990?]. Trabalho produzido para o projeto Sistema Integrado de Estatísticas por Sexo e Cor, sob a coordenação de Neuma Aguiar.

PARKER, Richard G. *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual do Brasil contemporâneo*. São Paulo: BestSeller, 1991.

PINHEIRO, Anna Marina Barbará. *Igreja Católica, medicina e imprensa feminina: representações sobre o corpo da mulher no Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.^a

PORTER, Roy. História do corpo. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992. p. 291-326.

PRIORE, Mary Del (Org.). Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. In: _____. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 78-114.^a

RIBEIRO, Mariska. Propostas revolucionárias. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 1995.

RODRIGUES, Araccy Martins. Lugar e imagem da mulher na indústria. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 266-288.

ROHDEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.^a

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Cuidados de si e embelezamento feminino: fragmentos para uma história do corpo no Brasil. In: _____. (Org.). *Políticas do corpo: elementos para uma história das práticas corporais*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995. p. 121-140.

WOLF, Naomi. *O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

Fontes primárias de pesquisa

Revistas

Capricho: 1952 (junho, setembro e dezembro), 1956 (junho, setembro e dezembro), 1964 (junho, setembro e dezembro), 1973 (junho, setembro e dezembro).

Claudia: 1964 (maio, agosto e novembro), 1973 (maio, agosto e novembro).

Jornal das Moças: 1946 (maio, agosto e novembro), 1955 (maio, agosto e novembro), 1964 (maio, agosto e novembro), 1973 (maio, agosto e novembro).

Querida: 1964 (maio, agosto e novembro), 1968 (maio, agosto e novembro).

Fé e constitucionalismo moderno na independência do Brasil

DOI: 10.15175/1984-2503-201810303

Gabriel Lima Marques*

Resumo

Este trabalho tem por objetivo investigar o movimento constitucionalista luso-brasileiro na virada do século XVIII para o XIX, face a possibilidade de apropriação cultural do sebastianismo presente na cultura política e religiosa, a partir dos sermões de religiosos, semanários e periódicos. O sebastianismo assumiu várias versões, sempre atreladas a situações de dificuldades. Por seu turno, o constitucionalismo moderno em Portugal e no Brasil, que supostamente superaria o messianismo sebastianista pode ter sido vivenciado como solução para todas as mazelas políticas e sociais e que se instauraria um tempo de justiça, felicidade e paz, sob o manto da fé católica, instrumento tomado para facilitar a transição do velho para um novo regime.

Palavras-chave: Sebastianismo; fé; constitucionalismo.

Fe y constitucionalismo en la independencia de Brasil

Resumen

Este trabajo tiene por objeto investigar el movimiento constitucionalista luso-brasileño en la transición del siglo XVIII al XIX con respecto a la posibilidad de apropiación cultural del sebastianismo presente en la cultura política y religiosa, a partir de los sermones de religiosos, semanarios y periódicos. El sebastianismo asumió varias versiones, siempre ligadas a situaciones de dificultades. Por su parte, es posible que el constitucionalismo moderno en Portugal y Brasil, que supuestamente superaría al mesianismo sebastianista, se haya vivido como solución a todas las adversidades políticas y sociales, y que contribuiría a instaurar un tiempo de justicia, felicidad y paz, bajo el manto de la fe católica, instrumento tomado para facilitar la transición del viejo régimen al nuevo.

Palabras clave: sebastianismo; fe; constitucionalismo.

Faith and constitutionalism in Brazilian Independence

Abstract

The following work aims to investigate the Luso-Brazilian constitutionalist movement at the turn of the nineteenth century in light of a possible cultural appropriation of Sebastianism present in political and religious culture, based on religious sermons, weekly newspapers, and journals. Sebastianism assumed various forms, with all of these linked to situations of difficulty. Purported to overcome Sebastianist Messianism, modern constitutionalism in Portugal and Brazil, on the other hand, may have been experienced as a solution for all political and social evils, establishing a time of justice, joy, and peace under the mantle of the Catholic Faith, an instrument harnessed to facilitate the transition from the old to a new regime.

Keywords: Sebastianism; faith; constitutionalism.

* Professor (40 horas - DE) de Direito Constitucional da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. Advogado. Doutorando em Direito Público na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Pós-Graduado em Direito e Saúde pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. E-mail: gabriel-marques@hotmail.com. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-5977-8034>

Foi et constitutionnalisme lors de l'Indépendance du Brésil

Résumé

Cet article a pour objectif d'analyser, en se basant sur des sermons de religieux, des revues hebdomadaires et autres périodiques, le mouvement constitutionnaliste luso-brésilien du tournant du XIX^e siècle face à la possibilité d'appropriation culturelle du sébastianisme présent dans la culture politique et religieuse. Le sébastianisme a connu différentes phases toujours liées à des situations difficiles. De son côté, le constitutionnalisme moderne du Portugal et du Brésil, dont on pensait qu'il permettrait de dépasser le messianisme sébastianiste, a souvent été considéré comme une solution à tous les problèmes politiques et sociaux permettant d'instaurer une époque de justice, de bonheur et de paix sous l'égide de la foi catholique, qui a elle servi d'instrument pour faciliter la transition entre un ancien et un nouveau régime.

Mots-clés : sébastianisme ; foi ; constitutionalisme.

巴西独立运动中的宗教信仰和宪政主义

摘要

本文目的是研究十八世纪末和十九世纪初巴西—葡萄牙的宪政主义运动，及其通过宗教布道，研讨会，出版的刊物，对赛巴斯提安主义的吸收—赛巴斯提安主义对葡萄牙政治文化与宗教有着广泛的影响。赛巴斯提安主义有多重含义，但是它总是在遇见困境时出现。巴西和葡萄牙的宪政主义运动借助了赛巴斯提安主义的救世主思想，认可民间笃信的赛巴斯提安王返回葡萄牙并拯救葡萄牙人民于水火之中，在其国土上建立一个公正，幸福，和平的乐土。宪政主义运动借助了葡萄牙固有的宗教信仰，从而使得旧制度转变为新制度的交替过程更加平缓和容易。

关键词：赛巴斯提安主义，宗教信仰，宪政主义。

Introdução

É já fato há um bom tempo para historiografia brasileira que no movimento político da independência do Brasil houve uma intensa participação do clero católico. Levantamentos dão conta de que quando das cortes de Lisboa – onde alimentada ainda a utopia do poderoso império luso-brasílico – 26 padres foram escolhidos para representar os interesses das províncias brasileiras junto a metrópole. Já em outro momento – mais precisamente quando desfeito aquele sonho e convocada logo a seguir a primeira constituinte – de um total de 100 deputados, 22 eram sacerdotes (BRASIL, 1978, p. 12).

Tal volume se explica, pois como em Portugal e por consequência em seu maior território – o Brasil – as ideias típicas do Século das Luzes conviveram mitigadas pela valorização da religião como a forma mais elevada do conhecimento (NEVES, 2003, p. 27). Coube, portanto, à instrumentalização da fé cristã, entre a Revolução do Porto de 1820 e a outorga da carta política de 1824 – período que retém a atenção do presente trabalho – o papel de transmitir as novidades liberais.

Assim sendo, palavras como “Constituição” – o que poucos no Brasil estavam acostumados a lidar em sentido – era tanto a ordem do dia em inúmeros sermões de religiosos, tal qual o proferido em 1821 por um Cônego da Capela Real no Rio de Janeiro, conforme se vê no trecho a seguir:

Constituição, senhores, é o baluarte da inocência, o prêmio do merecimento, a hipoteca da segurança pública, o fiador da propriedade individual, o sacrário da bem entendida liberdade, o refúgio dos miseráveis, o brasão do sábio, o pergaminho da verdadeira nobreza da nação. Constituição é a defesa do Estado, o apoio do trono, a escala da grandeza, a melhor herança do povo, o nível da perfeita igualdade cívica. Constituição é o código universal da sociedade, a regra infalível da justiça, o Evangelho político da Nação, o compêndio de todas as obrigações, o manual cotidiano do cidadão (NEVES, 2003, p. 151).

Quanto era igualmente assunto central em inúmeros periódicos e folhetos que ilustravam as concepções de seus redatores – religiosos ou não – a partir da arraigada catolicidade popular. Caso da paródia intitulada “Padre Nosso Constitucional”, que dispunha:

Constituição portuguesa, que estás em nossos corações, santificado seja o teu nome, venha a nós o teu regime constitucional, seja feita sempre a tua vontade, um melhoramento de agricultura, navegação e comércio nos dá hoje e cada dia; perdoa-nos os defeitos e crimes passados, assim como nós perdoamos aos nossos devedores, que não nos podem pagar, não nos deixes cair em tentação dos velhos abusos, mas livra-nos destes males, assim como do despotismo ministerial, ou anarquia popular. Amem. (NEVES, 2003, p. 41)

Em ambos os casos, porém, salta aos olhos uma leitura messiânica da Constituição. E explicar a razão disso, realidade que como dito, se deu através do manejo da fé – porque fonte dos termos e da linguagem para a formulação de ideias naquela época e naquele lugar (COELHO, 2012, p. 12) – trata-se do objeto do presente trabalho.

O que vale dizer, colhidos os resultados da pesquisa feita, alcançou-se como retorno ao problema proposto, a hipótese disso se dar por uma cultura social, tipicamente portuguesa, de contestação das dificuldades (LIMA, 2005, p. 237). Quer dizer, a ideia orientadora, portanto, será confirmar com base em bibliografia especializada, sermões de religiosos e semanários ou periódicos publicados – tudo isso quanto aos procedimentos metodológicos adotados, permitindo classificar a presente investigação como bibliográfica e documental – que apesar de toda perseguição pombalina perpetrada contra o mito milenarista-sebastianista, ou em outras palavras, ao culto de algo ou alguém que seria a solução de todas as mazelas e que instauraria um tempo de justiça, felicidade e paz em terras lusas. Tal modo de observar o mundo, sempre revivido em momentos de crise em

Portugal, como foram os períodos da Restauração, da invasão napoleônica, e mais especificamente, mediante as consequências deste último evento, o próprio vintismo. Também esteve presente no movimento constitucionalista luso-brasileiro do primeiro quartel do século XIX, e influenciou sob o manto da fé, os seus rumos.

O mito do “desejado” ou o desenvolvimento sebástico em Portugal

Para explicar o surgimento do que se tornou conhecido como sebastianismo, expressão de difícil definição, cunhada com o nome de um jovem rei português, d. Sebastião – também apelidado de “o Desejado” – que desapareceu em meio a uma batalha contra os mouros no ano de 1578, no Marrocos. Outra alternativa não se afigura recomendável senão apontar para o torvelinho sentimental de expectativa e frustração que se formou em torno de seu reinado (HERMANN, 1998, p. 178).

Assim é que herdeiro das decisões políticas de seu avô, d. João III, marcadas pela desonrosa perda de praças no norte da África, d. Sebastião, embora tenha assumido o trono de Portugal com a missão de retomar a empreitada – tida por destino lusitano – de construir e alargar um império de fé.¹ Terminou, após a sua fragorosa derrota em Alcácer Quibir, adiando mais uma vez este projeto, que foi o responsável por atribuir a Portugal a posição de liderança na expansão ultramarina europeia. Bem como, dando ensejo a uma grave crise sucessória – já que não possuía filhos – que culminou no apossamento do assento régio por um estrangeiro – no caso, o castelhano Felipe II (HERMANN, 1998, p. 181).

A partir daí, seguidos alguns casos de surgimento em meio a plebe, de falsos “Sebastiãos”, como o da vila de Penamacor ou o outro da vila de Ericeira.² Afinal, como o corpo do monarca nunca foi encontrado, uma forte crença popular, nesse meio de tempo, terminou surgindo em torno da possibilidade de que o mesmo pudesse estar perdido e que tão logo reencontrasse o caminho até Lisboa, trabalharia para recobrar a soberania portuguesa perdida. É fato que com o passar dos anos e frustradas pelo tempo as

¹ Quer dizer “terminar o projeto divino – converter o orbe em um só rebanho com um só pastor, em um só corpo com uma só cabeça (no caso, bipartida: espiritual e temporal)” (LIMA, 2005, p. 21) para a enfim instauração do quinto império, ou do Reino de Cristo, que segundo a leitura do livro de Daniel, do antigo testamento, seria precedido pelos impérios babilônico, persa, macedônio e romano.

² Para mais informações sobre os falsos d. “Sebastiãos”, ver a clássica obra “*Les faux Don Sébastien*” de Miguel D’Antas.

esperanças de sua volta concreta, a história de d. Sebastião, pela proximidade de enredo, converteu-se no primeiro exemplar de uma construção cultural que se formou em terras lusas bem antes de seu nascimento e que continuaria manifestando-se por alguns séculos depois.

Quer dizer, há um certo consenso entre estudiosos do tema, de que o mito que encontra eco e se identifica material e inicialmente no contexto de vida de d. Sebastião, foi fomentado pelo trabalho de um sapateiro chamado Gonçalo Annes, popularmente conhecido como Bandarra, que com suas trovas muito populares,³ escritas entre os anos de 1510 e 1540, e que narravam a vinda de um rei instaurador da ordem (GOMES; CAMPOS; TEIXEIRA, 2014 p. 82). Deu o *start* para a produção de uma ideologia messiânico-milenarista⁴ em Portugal, que pouco a pouco, a partir de perdas e acréscimos aos textos do Bandarra, e, portanto, do surgimento de diferentes versões dos mesmos (SANTOS, T., 2009, p. 72), foi se distanciando da figura de d. Sebastião, para assumir, quando assim fosse o caso, outras manifestações.

Daí é que se d. Sebastião representa a possibilidade de salvar Portugal do desvirtuamento de seu destino. Também é d. João IV, o restaurador, aquele que representa a libertação do país do jugo estrangeiro. E não bastasse a perseguição desempenhada pelo Marquês de Pombal, no reinado de d. José I – que mais do que ir ao enalço do sebastianismo em si, na verdade isso o fez por consequência do seu ódio aos jesuítas.⁵ Rompido o século XIX, e seguidas a invasão francesa e a fuga da família real para o Brasil, passa a “Santa Constituição”, a ser daí a frente o novo depositário da esperança em meio aos reveses da pátria, como se verá adiante.

Manifestações da crença taumátúrgica na Constituição antes da Independência do Brasil

Vencido Napoleão no ano de 1815, tal fato gerou em Portugal enorme expectativa de que o rei fosse finalmente retornar ao país. No entanto, até o ano de 1820, d. João VI

³ Um poema de estrutura monotrófica que “andava em mãos de toda gente, lido, relido, decorado e discutido” (D’AZEVEDO, 1918, p. 87).

⁴ O discurso messiânico, de inspiração judaica, pressupunha o aparecimento de um messias que libertaria o seu povo das humilhações sofridas, e quando associada ao milenarismo, era tida pela concepção de um rei que unificaria a cristandade e iniciaria um reino de júbilo, antes do juízo final (MAGALHÃES, 2009, p. 211).

⁵ Tidos por ele como os autores de tudo de funesto que havia se dado a Portugal, inclusive, esta, que era tida por uma infundada crença de um povo de ignorantes (MACEDO, J., 1810).

não demonstrava qualquer interesse em proceder dessa maneira. Fato que consolidou um pesado ressentimento⁶ entre aqueles que lá residiam (VILALTA, 2016, p. 184). E que tanto fez com que alguns setores da nobreza clamassem pela superação da situação de decadência na qual se encontrava o reino⁷ – o que passava, acreditavam, pelo retorno imediato do rei e pela convocação das cortes tradicionais baseadas na representação consultiva dos segmentos da Igreja, da nobreza e do povo. Como também motivou os liberais a defenderem o mesmo objetivo junto da necessidade de regresso do monarca, só que em divergência, pleiteavam noutro giro a instalação de cortes formada pela reunião de deputados eleitos, que em caráter extraordinário e inédito realizariam a função constituinte.

Bem encaminhada a proposta do segundo grupo, inicialmente com um levante militar em agosto de 1820, que logo se dirigiu, após a adesão de Lisboa e de outras províncias em Portugal, a posse em 26 de janeiro de 1821, dos primeiros 100 parlamentares nas cortes.⁸ Chama a atenção neste ínterim, a fala de um padre de Coimbra que se via na obrigação de explicar o que é e com que Direito a nação iria formar uma constituição, porque muitos, segundo ele, não tinham noção nenhuma ou não as tinham exatas acerca disso (VIEIRA, 1992, p. 231).

Na explanação, em que o clérigo destacava que se o povo percebe que o soberano não exerce os direitos como deve e segundo o fim para que lhes foram dados. E se exatamente por ser deste modo, corre o risco de submergir no estado de que quisera fugir, quando celebrou no passado um pacto social com o monarca. É evidente que este mesmo povo deve reassumir s direitos que cederam ao soberano para tomar novas cautelas, o que

⁶ “desde 1808 difundira-se em Portugal o sentimento de ser colônia de uma colônia: invasões napoleônicas em 1808 e 1809, dominação inglesa de 1808 a 1815 e a transferência da corte para o Rio de Janeiro revelavam a perda de autonomia do reino. A presença da corte no Rio de Janeiro simbolizava a inversão dos papéis entre as partes da monarquia. Essa presença e o crescente- movimento comercial nos portos da América evidenciavam o papel secundário da economia do reino português, agora relegado à sua própria produção” (BERBEL, 2006, p. 184).

⁷ A realidade na qual se achava Portugal naquele momento histórico, de 1820, era uma onde o mesmo “estava aniquilado no meio das mais nações, que d’elle não faziam caso algum; o território da pátria estava retalhado por hespanhoes, francezes e inglezes; a nossa bandeira era continuamente insultada e enxovalhada por amigos e inimigos, sem termos força para desafrontar, e as côrtes estrangeiras tratavam-nos como se fossemos um povo desprezível. E para recuperamos o prestígio no exterior e curarmos as grandes feridas que sangravam dentro, nomeava-se presidente da regência o fanático patriarca de Lisboa. É que d. João VI só pensava em aniquillar todos os pedreiros livres e jacobinos, como d. João III os herejes e protestantes. Elle não se importava com o levantar a pátria abatida e humilhada; mas como o manter seus augustos direitos e interesses” (D’ARRIAGA, 1886, p. 574-575).

⁸ Isso porque, como se sabe, os deputados das províncias de ultramar só se apresentaram às cortes, passado um bom tempo, já que antes de se proceder as eleições, se procedeu a uma discussão das regras que para elegê-los seriam seguidas.

ele chama de constituição. E que para isso, necessária será a concorrência de deputados animados não só de valores, mas também de religião. Qualidades que associadas em seu pronunciamento, denotam cristalina a lógica que orientou os revolucionários vintistas e seus adeptos, qual seja: a de que longe de negar espaço a certeza tradicional da fé, na verdade quis casar a nova ideologia que propagandeava – o liberalismo – com um referencial simbólico de unidade e coesão nacional – o catolicismo – de modo a que esse pudesse apadrinhar a chegada daquele (SARDICA, 2002, p. 132).

Quer dizer, a ideia dos insurgentes era revestir o novo discurso político com uma roupagem de fórmulas, imagens e conceitos, que fosse do conhecimento de todos, mesmo aqueles que não fossem letrados, para alcançar o mais longínquo rincão e atingir a mais ampla aceitação popular.⁹ Daí, aliás, a abundância, entre os anos de 1820 e 1823, de referências elogiosas, tais como, quanto à constituição: “o sagrado código”; quanto as cortes: “o santuário da lei”; e quanto aos deputados eleitos: os “apóstolos da liberdade”. Isso sem falar na proliferação de catecismos, de orações e credos patrióticos. E mais até esclarecedor, no fato de que as principais manifestações cívicas tinham normalmente, a igreja como cenário, a missa como ritual, o *Te-Deum* como hino oficial, e o pároco como o oficiante.

É o caso, por exemplo, do sermão “gratulatório”, de autoria do padre Manoel Rodrigues Jardim,¹⁰ que recitado na Igreja de Nossa Senhora do Carmo de Villa Rica – atual Ouro Preto – na presença do Governador, do Capitão General, da Câmara, do Clero, da Nobreza e do Povo do lugar. Após solene juramento prestado por todos estes às bases da constituição. Fazia menção as preciosas vantagens e bens singulares de uma constituição liberal – no caso, o fim a que ela, o maior bem concedido pelos céus, colocaria às situações como a do ouro do poderoso que arranca dos tribunais sentenças de iniquidade; e a da absorção do Estado pela avidez dos hipócritas, que rojando sua ignorância no palácio, estudavam meios para extorquirem graças do príncipe (JARDIM, 1821, p. 09).

⁹ “A nova classe dominante pretendia, assim, diminuir a influência (tradicional) da instituição religiosa nas comunidades e transformá-la num mero instrumento do Estado. Nesse ensejo, os líderes políticos reassumiram as teses regalistas e, a essa luz, procuraram utilizar o aparelho eclesiástico na difusão das ideias constitucionais” (NETO, 1993, p. 265).

¹⁰ Algo que se dava pois “o cristianismo era o quadro preponderante e frequentemente o único que permitia, quando necessário, consagrar ou solenizar um acontecimento” sobretudo, em Portugal (TACKETT, 1986, p. 25).

Bem como, da carta pastoral do Arcebispo da Bahia e primeiro presidente das cortes – d. Vicente de Castro – que determinava aos párocos que estes transmitissem à seus fregueses, junto do temor à deus, também o respeito e obediência às legítimas autoridades terrenas, e a confiança e o amor ao novo sistema de governo e a constituição portuguesa que se redigia, – “arma como de hum affiado machado para extirpar criminosos abusos, levados ao último excesso e, que faziõ a Nação verdadeiramente desgraçada” (CASTRO, 1821, p. 01-07). E ainda, das súplicas contidas na Ladainha Constitucional, para que o texto magno se compadece-se dos portugueses e assim os livrasse especialmente: do poder judiciário arbitrário; da falta de responsabilidade dos ministros; da falta de crédito público; da introdução dos cereais estrangeiros por contrabando; dos monopólios em azeite; do luxo asnático; da guerra civil; da desunião do Brasil; desse perguntar, porque não se cumprem as ordens das cortes?; da demora da reforma da universidade; do ódio aos periódicos; e ainda, dentre outros, da falta de religião. Sendo tudo isso pedido, em meio a tantos, em nome do sossego milagroso, e com que sem efusão de sangue, se fez a regeneração da pátria. Para que, por fim, os que mandam e são mandados tenham conhecimento dos limites de seus direitos, ou para que fossem abolidos todos os vestígios do feudalismo (LADAINHA..., 1822, p. 01-07).

Tais manifestações, embora transmitam a ideia de constituição como uma entidade mítica, de que irradiam sabedoria, felicidade e prosperidade gerais (CAETANO, 1987, p. 482). Ou em outros termos, sejam verdadeiros exemplares de profissão de fé política em um nível à beira do taumatúrgico (VIEIRA, 1992, p. 21; CANOTILHO, 1993, p. 149; 157) – característica que ostentam por conta do próprio desenvolvimento de Portugal, que como já destacado, sempre quando diante da decadência projetava de maneira inconsciente o regresso de uma forma mítica de sentir e pensar o complexo sebastianista.¹¹ Não foram, porém, suficientes para manter unidos em esperança, ao menos não quanto ao mesmo destino que se buscava alcançar, aqueles que defendiam os interesses do Brasil. Afinal, o que se trata do foco do ponto adiante, porque a crise era vivenciada de modo diferente em Portugal e no Brasil, a diversidade de projetos para a resolução da mesma, terminou por

¹¹ O que vale destacar, não há conflito em ver uma perspectiva sebastianista da constituição ser divulgada por intermédio da religião católica, que já contem em si seu próprio messias. Afinal, ainda que o d. Sebastião histórico tenha se convertido em d. Sebastião mítico, verdadeiro Cristo nacional. O Sebastianismo ou a ideia que o mesmo trazia consigo, de esperança em meio a períodos de decadência, jamais atingiu em Portugal a categoria de Deus.

dividir os deputados de ambos os países na assembleia¹² e isso foi determinante para a independência do Brasil (BERBEL, 2006, p. 183). Que agora separado, suscitaria quando da constituinte de 1823, seu próprio sebastianismo, valendo-se também para tanto da instrumentalização da fé.

A efemeridade do sebastianismo constitucional no império dos trópicos

No início de 1821, quando as cortes já se encontravam instaladas em Lisboa, inaugurou-se entre os deputados portugueses um intenso debate sobre a representação do Brasil na assembleia. Decidindo-se no curso deste, primeiro por se esperar o posicionamento das então capitanias quanto a adesão ao movimento constitucional. E segundo, logo após aquele, por convocar enfim a eleição dos parlamentares brasílicos, sem, porém, definir um calendário comum para tanto. O que vale realçar, resultou no fato dos deputados brasileiros chegarem em Lisboa somente entre o fim de agosto de 1821 e o mês de julho de 1822. E ainda, na situação de que províncias como Minas Gerais e Rio Grande do Norte, sequer chegaram a ter um representante (SILVA, 1988, p. 91).

Apesar de assim ter sido, é certo que sem sentimento de revanche, os mais diversos esforços foram envidados pela deputação brasiliense – na medida em que foram se apresentando – no sentido de manter a integridade do Reino. Até porque, pelos debates, fica nítido que faltava a eles unidade na maior parte das pautas, já que como o Brasil era e permanece imenso em território, o mesmo, na figura de seus representantes, se dividia e se contradizia muitas vezes, dado aos interesses distintos que nutriam as províncias.

No entanto, considerando a inflexão das cortes no tocante aos poucos assuntos que eram consensuais para a maior parte dos portugueses americanos. Sobretudo quando no segundo semestre de 1821 as mesmas decidiram criar juntas provisórias de governo nas provinciais, com quadros de livre nomeação e exoneração por decisão da assembleia; exigir o retorno urgente do príncipe regente d. Pedro, para Portugal; e por último, abolir os tribunais superiores de justiça que haviam sido instalados por d. João VI, no Rio de Janeiro (NEVES, 2003, p. 283). Todos estes feitos tomaram ares de grande choque entre a

¹² Isso porque, “se polarizavam cada vez mais as divergências entre os portugueses Integristas, partidários do país único, com um só parlamento, uma só nação e submetidos ao mesmo Rei; e os brasileiros Unionistas, partidários da integração sob a manutenção de dois reinos, dois territórios autônomos, com instituições próprias, mas sob a autoridade do mesmo monarca” Cf. Macêdo, T. (2015, p. 59).

população brasileira, a ponto, inclusive, de se ouvir pelas ruas que se “a constituição é fazerem-nos mal, leve ao diabo tal coisa” (NEVES, 2003, p. 291).

Cenário que quando erigido, não por outro motivo é porque vemos no púlpito das Igrejas, local por excelência que naquele momento servia de polo circulante das ideias (DURAN, 2010, p. 110-111), uma perspectiva mais crítica. Como é o caso “do Prócer da Independência” (TITTON, 1972, p. 590) – ou Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio – que na dedicatória ao senado do seu discurso do dia 15 de setembro de 1821, dizia que desde 26 de fevereiro daquele ano havia começado a anunciar os seus sentimentos mais verdadeiros sobre a vantagem da constituição vintista (TITTON, 1972, p. 594). Mas no dia 25 de maio de 1822, logo após uma revolta que se instaurou na Bahia e que foi sufocada pesadamente por forças militares portuguesas se manifestou afirmando que:

Homens pérfidos nos haviam prometido que seríamos livres, como as Nações polidas, logo que nos jurássemos a Constituição; mas eles têm na ideia reduzirmos à hum estado peor do que o da antiga escravidão: para nos conservarem oprimidos nos cercarão com assassinos debaixo de cujas armas nossos Pais cairão mortos só pelo crime de sua sinceridade, e de sua boa fé. Eis aqui em Rezumo a história da Constituição na Bahia: não se procurem pretextos, não se renovem promessas, não se suponha que a nossa confiança tornará a renascer, a traição está manifesta, e já á vista das Nações da Europa. Todas conhecem igualmente com nosco que nunca foi da intenção dos nossos pretendidos Regeneradores conservar as inauferíveis atribuições do Reino do Brasil porque he sobre os pedestaes de nossa agricultura escravizada, de nosso commercio entorpecido, da nossa indústria paralizada que os novos Arcontes pretendião elevar huma monarquia inteiramente desgraçada, depois que eles se ajuntarão para destruírem o germen dos seus males. Dezenagemos-nos por tanto que a nossa felicidade só pode ser obra das nossas mãos debaixo das vistas do grande Arbitro dos Impérios (PAIO, 1822, p. 20).

E porque vemos também, periódicos e folhetos que se antes, na fase inicial do movimento de 1820, tinham por preocupação apenas cuidar da oposição: governo despótico versus governo constitucional. Posteriormente, quando do começo de 1822, a maioria daqueles produzidos no Brasil, passaram simplesmente a adotar uma postura mais fraca (SILVA, 1988, p. 16) quanto à formação de um Império independente e à elaboração de uma constituição própria.¹³ Como é o caso do Revérbero Constitucional Fluminense,

¹³ “se inicialmente, os jornais e folhetos que circularam na América permitiram o estabelecimento de um diálogo entre as elites brasileira e portuguesa, que não colocou em questão a integridade do Reino Unido, os acontecimentos em Portugal no final de 1821, ligados às medidas das Cortes portuguesas em relação ao Brasil, trouxeram uma mudança nas palavras e nas ideias e conduziram a um novo ideário, relacionados a algumas propostas de separatismo” (NEVES, 1999, p. 09).

que em seu número 25, datado de fins de abril daquele ano corrente, instava d. Pedro a atuar neste sentido, com tons de piedade enfática, declarando:

Sim, Príncipe, rasguemos o véo dos Mystérios, rompa-se a nuvem, que encobre o Sol, que deve raiar na Esphéra do Brasil. Eleva, eleva o Templo da Liberdade Brasileira; forme-se nelle o Livro da Lei, que nos deve reger, e sobre as Bases já por nós juradas, em grande pompa seja conduzido e depositado sobre as Aras do Deos de nossos Pais; ahi, diante do Altíssimo, que te há de ouvir, e punir se fores trahidor, jura defende-la, e guarda-la à conta do teu próprio sangue; jura identificar-te com ella; o Deos dos Christãos, a Constituição Brasílica, e Pedro, eis os nossos votos, eis os votos de todos os bons brasileiros [...] Oh dia de Glória! Quanto és bello, até mesmo lobrigado por entre as nevos do futuro! [...] Príncipe, só assim baquearão de huma vez os cem Dragões, que rugem, e procurarão devorar-nos [...] Não despréses a gloria de ser o fundador de hum novo Império (REVÉRBERO..., 1822, p. 303).

Colocações que daí em diante, com a convocação de uma assembleia constituinte por d. Pedro, em junho de 1822,¹⁴ e a consumação oficial da independência com a sua proclamação no famigerado 07 de setembro, ganham gradativamente corpo. E fizeram deslocar as críticas dirigidas às cortes para Portugal; converter os portugueses em absolutistas e tirânicos (RIBEIRO, 2002, p. 60); e construir assim o problema, que só uma constituição novamente sebastianista, no que se refere agora as expectativas do Brasil, poderia vir a dirimir.

É o que vemos no Regulador Brasileiro, especificamente no seu nº 18, quando este coloca que se o interesse do Brasil é o de escapar da alcunha de escravo, a alternativa não poderia ser outra senão confiar no jovem imperador, que tal como o seu congênere romano, de nome Constantino, faria da constituição o lábaro ou estandarte do primeiro império do sul do novo mundo,¹⁵ para espantar as nações já estabelecidas, e dentre elas, a nação-mãe, ou Portugal (REGULADOR... 1822, p. 268).

Como igualmente trata-se do que observamos no sermão de aclamação de d. Pedro como primeiro imperador do Brasil, pronunciado pelo outrora revoltoso,¹⁶ Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo, conhecido popularmente como Frei Caneca. Que na matriz do Corpo Santo, na cidade de Recife, em 08 de dezembro de 1822, logo após destacar que o Brasil esteve por três séculos submetido a um tirocínio bárbaro e cruel, e que os membros do

¹⁴ Embora a ideia inicial que dos escritos da época deixam transparecer fosse mais salvar o constitucionalismo português de seu maior inimigo, as cortes, e proporcionar a autonomia do Brasil, do que propriamente produzir o texto de um país independente (RIBEIRO, 2002, p. 52).

¹⁵ A referência é ao famoso estandarte romano no qual o imperador Constantino fez colocar o monograma do nome de Cristo em grego, e a isso atribuía suas vitórias em campanhas militares.

¹⁶ Porque insurgente ativo na Revolução Pernambucana de 1817 ou Revolução dos Padres.

congresso de Lisboa queriam com o rasgo de suas penas manter o país nesta situação (CANECA, 1979, p. 244-245). Atribuiu a d. Pedro a responsabilidade de abrir os portões do Império Constitucional. Isto é, de dar início ao processo de instalação no Brasil, de uma “concepção de inteligência acima dos mortais” (CANECA, 1979, p. 247), cuja missão era derrotar o despotismo – causa da ruína das ciências, das artes, dos costumes, da razão e da liberdade. E permitir o gênio brasileiro apresentar seus prodígios em todos os campos, sob a sempiterna proteção da excelsa Senhora, a conceição intemerata¹⁷ da formosa roseira de Jericó (CANECA, 1979, p. 248-249).

Prelúdios de euforia, cada qual, entretanto, que rapidamente irão se dissipar em meio a um conjunto de prisões, deportações, espionagem policial e restrições à liberdade de imprensa que logo desembocaria no fechamento da constituinte (SODRÉ, 1999, p. 61; 76). O que regressando à época anterior a 1820, faria da constituição não mais a herança de um sebastianismo, cuja meta era deixar para trás o velho regime e suas consequências deletérias, mas sim um ato de clemência do rei perante o espírito de um tempo novo (CANOTILHO, 1993, p. 154), ou a adesão à continuidade adaptada,¹⁸ em detrimento da ruptura (HESPANHA, 2004, p. 125).

Conclusão

O presente trabalho teve por objetivo apresentar algumas considerações a respeito do uso da fé para a propagação de uma ideia sebastianista de constituição em terras luso-brasileiras. Para tanto, em um primeiro momento, focou na explicação histórica do surgimento do mito do sebastianismo, preocupando-se por situá-lo como um exemplar messiânico-milenarista, que ao longo das situações de dificuldade enfrentadas por Portugal no curso do tempo, e ainda, junto às adaptações dos textos do Bandarra, aos poucos distanciou-se de d. Sebastião para assumir outras vertentes, até que se alcançasse a Revolução do Porto e a constituição.

¹⁷ Menção à Virgem Maria sob o título de Nossa Senhora da Conceição, pois como somente em novembro de 1822, a câmara de Recife recebeu o comunicado da câmara do Rio de Janeiro para que preparassem a aclamação do “sereníssimo senhor d. Pedro” como imperador do Brasil. Acordou-se, portanto, que isso se faria no dia 08 de dezembro, por ser este dia dedicado a padroeira do Reino de Portugal, cuja festa era bastante celebrada (SANTOS, L., 2011, p. 23).

¹⁸ O que se materializará no chamado cartismo, que consiste numa relegitimação do poder constituinte monárquico.

Bem como, logo em seguida, cuidou de apontar as manifestações de fé na constituição, no período pré-independência do Brasil. Mostrando como a religião, seja por meio dos seus interlocutores, seja por intermédio das figuras de linguagem, foi nesta etapa essencial para o sucesso do primeiro contato entre a população e o texto constitucional – cuja necessidade e o papel pouco se conhecia, mas que se instava a crer que resolveria tudo de ruim pelo qual passava o Império. O que também foi o tom no momento pós-independência e da constituinte de 1823, até, porém, que frente ao fator real de poder preponderante, ou d. Pedro I, a esperança na transição do velho para um novo regime, terminou por ceder lugar a um continuísmo meramente adaptado.

Referências

- BERBEL, Márcia. Os apelos nacionais das cortes constituintes de Lisboa. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 181-208.
- BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *O clero no parlamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1978.
- CAETANO, Marcelo. *Direito constitucional*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. *Obras políticas e literárias de frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. Organização de Antônio Joaquim de Melo. Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco, 1979.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional*. Coimbra: Almedina, 1993.
- CASTRO, Dom Frei Vicente da Soledade e. *Pastoral do arcebispo da Bahia sobre a instrução cristã e constitucional dos seus diocesanos*. Lisboa: Typographia de António Rodrigues Galhardo, 1821.
- COELHO, Luiz Filipe Alves Guimarães. *Os reinos de Daniel: profecia e política em Portugal e na Inglaterra do século XVII*. 2012. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- D'ANTAS, Miguel. *Les faux D. Sébastien: études sur l'histoire du Portugal*. Paris: Chez Auguste Durand, 1886.
- D'ARRIAGA, José. *História da Revolução Portuguesa de 1820*. Porto: Livraria Portuguesa Lopes & Cia Editora, 1886. v. 1.
- D'AZEVEDO, João Lúcio. *A evolução do sebastianismo*. Lisboa: Livraria Clássica, 1918.

DURAN, Maria Renata da Cruz. *Ecos do púlpito: oratória sagrada no tempo de d. João VI*. São Paulo: Unesp, 2010.

GOMES, Álvaro Cardoso; CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda; TEIXEIRA, Eliane de Alcântara. O sebastianismo: uma reflexão histórica e literária do mito. *Revista Lumen et Virtus*, v. 5, n. 10, p. 72-94, 2014.

HERMANN, Jacqueline. *No reino do desejado: a construção do sebastianismo em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HESPANHA, António Manuel. *Guiando a mão invisível: direitos, estado e lei no liberalismo monárquico português*. Coimbra: Almedina, 2004.

JARDIM, Padre Manoel Rodrigues. *Oração Gratulatória que depois do solemne juramento prestado a's bases da constituição...* Rio de Janeiro: Nova Officina Typographica, 1821.

LADAINHA constitucional, segundo o espírito da Constituição. Lisboa: João Nunes Esteves, 1822.

LIMA, Luis Filipe Silvério. *O império dos sonhos: narrativas proféticas, sebastianismo e messianismo brigantine*. 2005. Tese (Doutorado em História Social)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MACEDO, José Agostinho de. *Os sebastianistas*. Lisboa: Imprensa Régia, 1810.

MACÊDO, Tomás Brandão de. *Perspectivas políticas e jurídicas acerca do Brasil nas cortes constituintes de 1821-1822*. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito)–Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. A tradição messiânica portuguesa e a constituição do quinto império. *Tuiuti: Ciência e Cultura*, Curitiba, n. 41, p. 209-220, jan-jun. 2009.

NETO, Vitor. O Estado e a Igreja. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. v. 5, p. 265-284.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. A “guerra de penas”: os impressos políticos e a independência do Brasil. *Tempo*, Niterói, n. 08, p. 1-17, 1999.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura jurídica da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003.

PAIO, Frei Francisco de S. *Oração fúnebre pelos mortos...* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822.

REGULADOR BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822.

REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE. Rio de Janeiro: Typographia de Mor Garcez, 1822.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A Liberdade em construção*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/FAPERJ, 2002.

SANTOS, Lídia Rafaela Nascimento dos. *Das festas aos botequins: organização e controle dos divertimentos no Recife (1822-1850)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

SANTOS, Tania Lima dos. *A (re) escritura mítica do sebastianismo no Romance d'A Pedra do reino, de Ariano Suassuna*. 2009. Tese (Doutorado em Letras)–Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

SARDICA, José Miguel. O vintismo perante a Igreja e o catolicismo. *Penélope*, Lisboa, n. 27, p. 127-160, 2002.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Movimento constitucional e separatismo no Brasil, 1821-1823*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TACKETT, Timothy. *La Révolution, l'église, la France, le serment de 1791*. Paris: Les Éditions du Cerf, 1986.

TITTON, Gentil Avelino. Um prócer da independência: Frei Sampaio. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 32, n. 126, p. 590-611, 1972.

VIEIRA, Benedita Duque. *O problema político português no tempo das primeiras cortes liberais*. Lisboa: Sá de Costa, 1992.

VILLALTA, Luiz Carlos. *O Brasil e a crise do Antigo Regime português (1788-1822)*. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

Oitenta anos de *Divinis redemptoris*: A consolidação do anticomunismo católico

DOI: 10.15175/1984-2503-201810304

Haneron Victor Marcos*

Resumo

Este trabalho apresenta uma leitura crítica da Carta Encíclica *Divinis redemptoris*, do pontificado de Pio XI, de 1937, na marca de seus oitenta anos de existência, que consolidou as razões do anticomunismo católico. Situa-se metodologicamente no âmbito dos estudos de História das ideias políticas. Analisamos os itens da divisão temática da encíclica: I. Atitude da Igreja perante o comunismo; II. Doutrina e frutos do comunismo; III. Luminosa doutrina da Igreja, oposta ao comunismo; IV. Remédios e meios; V. Ministros e auxiliares desta obra social da Igreja. Ambientada num comunismo bolchevique de tutela stalinista, com influências destacadas – pela própria Carta – na Rússia, México e Espanha, ela segue como representativa do anticomunismo católico na contemporaneidade, implicando efeitos que vão além dos limites da Santa Sé.

Palavras-chave: Comunismo; *Divinis redemptoris*; anticomunismo católico; conservadorismo clerical; Santa Sé.

Ochenta años de *Divinis redemptoris*: la consolidación del anticomunismo católico

Resumen

Este trabajo presenta una lectura crítica de la Carta Encíclica *Divinis redemptoris*, del pontificado de Pío XI, de 1937, en la marca de sus ochenta años de existencia, que consolidó las razones del anticomunismo católico. Se sitúa metodológicamente en el marco de los estudios de historia de las ideas políticas. Analizamos los elementos de la división temática de la encíclica: I. Posición de la Iglesia frente al comunismo; II. Doctrina y frutos del comunismo; III. Opuesta y luminosa doctrina de la Iglesia; IV. Remedios y medios; V. Ministros y auxiliares de esta obra social de la Iglesia. Ambientada en un comunismo bolchevique de tutela estalinista, con influencias destacadas —por la propia carta— en Rusia, México y España, sigue siendo representativa del anticomunismo católico en el mundo contemporáneo, con efectos implícitos que van más allá de los límites de la Santa Sede.

Palabras clave: Comunismo; *Divinis redemptoris*; anticomunismo católico; conservadurismo clerical; Santa Sede.

Eighty years of *Divini Redemptoris*: The consolidation of Catholic anti-communism

Abstract:

The following work serves as a critical reading of Pope Pius XI's 1937 Encyclical Letter *Divini Redemptoris* in light of its 80th anniversary, consolidating as it did the reasons behind Catholic anti-communism. In methodological terms, the letter is located in the sphere of study concerned with the history of political ideas. We analyze the items in the circular's thematic division: I. The Church's attitude to communism; II. Doctrine and fruits of communism; III. The Church's luminous doctrine, opposed to communism; IV. Remedies and means; V. The Church's ministers and assistants employed in this social initiative. Rooted in Bolshevik communism of a Stalinist slant with prominent influences – by means of the letter itself – in Russia, Mexico, and Spain, it remains as a contemporary representative of Catholic anti-communism, implying effects beyond the limits of the Holy See.

Keywords: Communism; *Divini Redemptoris*; Catholic anti-communism; clerical conservatism, the Holy See.

* Doutorando em Direito pela Universidade de Buenos Aires. Bacharel em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí e Mastère Spécialisé em Gestão e Inovação pela École Nationale Supérieure des Mines de Saint-Étienne – EMSE, 2010. E-mail: haneron@casan.com.br. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-2299-4694>

Les quatre-vingts ans du *Divinis redemptoris* : la consolidation de l'anticommunisme catholique

Résumé

Cet article propose une lecture critique de l'Encyclique *Divinis redemptoris*, publiée en 1937 sous le pontificat de Pie XI, qui fête donc ses 80 ans et peut être considérée comme l'un des piliers de l'anticommunisme catholique. Pour ce qui est de la méthodologie adoptée, nous nous situons dans le cadre de l'histoire des idées politiques. Nous analyserons les divers éléments de la division thématique de l'encyclique : I. Attitude de l'église en face du communisme ; II. Doctrine et fruits du communisme ; III. La lumineuse doctrine de l'Église ; IV. Remèdes et moyens ; V. Ministres et auxiliaires de cette œuvre sociale de l'Église. Située dans le contexte d'un communisme bolchevique sous la férule de Staline, avec des influences - soulignées dans l'encyclique elle-même - en Russie, au Mexique et en Espagne, cette encyclique est jusqu'aujourd'hui fort représentative d'un anticommunisme catholique dont les effets se font sentir bien au-delà des limites du Saint-Siège.

Mots-clés : communisme ; *Divinis redemptoris* ; anticommunisme catholique ; conservatisme clérical ; Saint-Siège.

存在了八十年的教皇神圣救赎 通谕：天主教反共产主义的确立与巩固

摘要

本文介绍了教皇庇佑十一世于 1937 年发布的通谕—神圣救赎(*Divinis redemptoris*)并且对其进行了批判性解读。此通谕从发布日至今已经有 80 年，它巩固了天主教的反共的思想与行为。我们使用政治思想史研究方法，分析了通谕主要议题：(I) 教会对共产主义的态度；(II) 教会所理解的共产主义的学说和后果；(III) 教会反共，启蒙救世学说；(IV) 补救措施和手段；(V) 教会对这项社会工作的领导和协助。天主教会面对在斯大林的指导下的布尔什维克共产主义，及其在俄罗斯、墨西哥和西班牙所具有的广泛的影响，理所当然的挑起了反共大旗并成为当今时代的天主教反共产主义的代表，这种行为的影响力超出了罗马教廷的范围。

关键词：共产主义；神圣救赎 (*Divinis redemptoris*)；天主教的反共产主义；神职人员的保守主义；罗马教廷。

O dia 19 de março de 2017 marcou a passagem de oito décadas da edição da Carta Encíclica *Divinis redemptoris*, pela Santa Sé, então conduzida pelo Papa Pio XI. Ela representava uma consolidação das razões anticomunistas da Igreja Católica, num atribulado ambiente mundial impactado, no que toca ao tema, dentre outras coisas, pela Guerra Civil Espanhola, pelas notícias de expurgos do regime comunista soviético, assim como pelo impetuoso trabalho da Internacional Comunista fomentando células revolucionárias em todo o orbe, como no Brasil criaria corpo com o Levante Comunista de 1935.

Não era a primeira investida católica oficial contra o comunismo. Cita-se como primeira referência formal representativa a Encíclica *Qui pluribus*, de 1846, na qual Pio IX já advertia seus fiéis sobre essa doutrina, que se opondo à lei natural, “destruiria completamente os direitos do homem, suas propriedades e fortuna, e até a própria sociedade” (LUXMOORE; BABIUCH, 1999). *Divinis redemptoris*, de 1937, ainda recorda a Encíclica de Leão XIII (*Quod Apostolici muneris*, de 1878), que a qualificava de “peste mortífera, que invade a medula da sociedade humana e a conduz a um perigo extremo”.

Essas “circulares” da Igreja assumiam enorme impacto num momento histórico em que os canais informativos eram escassos, e a ramificação católica permitia a disseminação de conceitos centralmente construídos aos mais longínquos rincões. A estigmatização referenciando o comunismo em oposição às leis divinas é, portanto, uma prática secular, como por exemplo aquela construída a partir de relatórios oficiais sobre os revolucionários mortos na Comuna de Paris, de 1871, que expressavam sobre rostos distorcidos, como decorrentes de uma possessão. O anticomunismo católico foi, enfim, fonte crucial de nutrição das correntes de direita e do fascismo ao longo da história, com impacto direto na democracia representativa e até mesmo na produção legislativa decorrente.

Em 1937, Pio XI (1937, “Introdução”, par. 3) deixa expresso, já na introdução de sua Carta, que o comunismo que está a referenciar é aquele denominado “bolchevista e ateu, que se propõe como fim peculiar revolucionar radicalmente a ordem social e subverter os próprios fundamentos da civilização cristã”. A Revolução Russa e a consecutória materialização do marxismo de interpretação leninista pelo PCUS, exportada pela Terceira Internacional, passam a ser referências de combate, como fenômeno que escapara da retórica e dos círculos dialéticos do socialismo e do comunismo europeus ocidentais.

Naquele momento histórico, entendia a Sé Apostólica pela necessidade de um novo documento solene, ratificador das condenações passadas, para se contrapor ao materialismo dialético e histórico marxista de interpretação bolchevique que ferozmente atacava os predeterminismos do catolicismo, secular justificador de ilimitados poderes monárquicos. Para cumprimento desse desiderato e o alcance de uma conclusão, *Divinis redemptoris* é dividida em cinco capítulos, a saber: I. Atitude da Igreja perante o comunismo; II. Doutrina e frutos do comunismo; III. Luminosa doutrina da Igreja, oposta ao comunismo; IV. Remédios e meios; V. Ministros e auxiliares desta obra social da Igreja. Essa será, pois, a divisão do presente trabalho.

Atitude da Igreja perante o comunismo

Como antecipado, não havia novidade na condenação católica ao comunismo. Após as encíclicas de 1846 e de 1878, de Pio IX e Leão XIII, respectivamente, Pio XI apresenta toda a fatura de seu pontificado nesse mister. Foram cinco encíclicas em que, com base em experiências na Rússia, México e Espanha, se ergueu a voz contra o comunismo: *Miserentissimus Redemptor* (1928); *Quadragesimo anno* (1931); *Caritate Christi* (1932); *Acerba animi* (1932); e *Dilectissima Nobis* (1933).

A proposta era de um novo documento solene e consolidante, expedido pela Sé Apostólica (“mestra da verdade”), que sintetizasse “os sofismas teóricos e práticos do comunismo”, para salvaguardar a sociedade cristã desse “horrendo flagelo”, principalmente focado na ação do bolchevismo (PIO XI, 1937, “Necessidade de um novo...”, par. 7).

As institucionalizações sociais dos sentidos negativos e pejorativos sobre o tema têm na Igreja uma referência embrionária. Se a Santa Sé se referia “a ideias subversivas [que] ameaçam invadir rapidamente os outros países do mundo” (PIO XI, 1937, “Necessidade de um novo...”, par. 6), não era difícil prever uma dramática e negativa sedimentação conceitual também nas oposições políticas e na imprensa de situação. Não raro, e conseqüente desse labor retórico sistematizado, era encontrar matérias jornalísticas que apelavam à estigmatização associada com a religião para o afugentamento popular das siglas comunistas, como se exemplifica a partir do jornal brasileiro “O Paiz” de 1930:

O comunismo é o roubo da propriedade, a dissolução da família, a servidão do povo, a destruição da pátria. Não há religião, não há lar, não há nação dentro dos princípios, das doutrinas e das práticas do bolchevismo. A ideia de Deus desaparece (MARIANI, 1998, p. 155).

Instaura-se uma narratividade que passava uma ilusão de consenso. Acerta Marco Pereira (2009, p. 17, grifo do autor) que “muito além de uma manifestação espontânea, o anticomunismo pertence a um discurso da *ordem* extremamente elaborado, fundamentado, organizado e difundido pela Igreja”. E, por conseguinte, para as grandes massas não tocadas por uma mínima instrução educacional, política ou sindical, a sedimentação da associação entre o comunismo e um ateísmo adepto do caos social, como um verdadeiro inferno terrestre que repulsa a Igreja e todos os seus princípios, era suficientemente digerível. O “genuíno progresso da humanidade” (PIO XI, 1937, “Necessidade de um novo...”, par. 7), encerra a Carta em sua primeira etapa, dependeria da emanção da Igreja Católica, guardadora e reveladora dos preceitos divinos, insociável com a doutrina comunista. Ainda que ambas pregassem a “divisão dos pães”, divergia-se quanto aos créditos e ao mérito do gesto, bem como aos seus limites e meios.

Doutrina e frutos do comunismo

Nessa nova Carta era preciso combater as raízes dessa doutrina que, segundo ela, era incompatível com a ideia de um Deus apaziguador, civilizador, garantidor, definidor e até então ordenador (pelos exemplos ou pelo temor reverencial num plano de vida eterna), quando pelo materialismo dialético e histórico a realidade e a justiça social eram determinadas pela dinamicidade das relações ambientais e materiais, o que confluía para

a relação ou o embate entre classes (que deveriam ser extintas) e os modos e meios de produção. Não havia, pois, espaço para respostas espirituais, que justificaram por séculos o desigual e injusto estado das coisas.

E quanto a isso não se estava a tratar somente da escala “monarca vs. súdito” ou “indústria vs. operário”, mas de toda a estratificação social, alcançando o pátrio poder e a instituição do casamento, por exemplo, motivo pelo qual também se ataca – e a história revelaria o caráter retrógrado de tal ato – a emancipação da mulher e a solubilidade do matrimônio. Com a flexibilização de tudo o que de mais sagrado considerava a Igreja, e aí se inclui em destaque a propriedade, firme consolidavam nessa nova Carta a pretensão comunista de “*uma humanidade que tenha expulsado a Deus da terra*” (PIO XI, 1937, “Em que se converteria...”, par. 12, grifo do autor).

Reconhecem, sem embargo, que não só o liberalismo preparou caminho ao comunismo, mas a omissão da Igreja, ainda que tenham se olvidado que esse afastamento não se deva somente a uma questão de posicionamento territorial, mas na falta de um ativismo que avançasse contra os abusos da economia liberal, que não se coadunavam com os princípios do catolicismo.

Para sua própria proteção, posicionaram-se por muito tempo ao lado dos exploradores, e isso não seria esquecido pelos explorados, quando no poder. Daí a dedicação em protestar – e aí com justiça – contra os excessos praticados contra representantes eclesiásticos (com destaque para Rússia, México e Espanha), quando muitos sequer guardavam sintonia com o núcleo de poder político da Santa Sé, e pregavam princípios cristãos bastante similares, quando não idênticos, aos princípios socialistas e comunistas.

Não se estava diante de um texto conciliador, mas de restabelecimento de antagonismos:

É este o espetáculo que atualmente com suma dor contemplamos: pela primeira vez na história estamos assistindo a uma insurreição, cuidadosamente preparada e calculadamente dirigida contra “*tudo o que se chama Deus*” (Cfr. 2 Tess 1, 4). Efetivamente, o comunismo opõe-se a qualquer religião, e a razão por que a considera como o “*ópio do povo*”, é porque os seus dogmas e preceitos, pregando a vida eterna depois desta vida mortal, apartam os homens da realização daquele futuro paraíso, que são obrigados a conseguir na terra (PIO XI, 1937, “Luta contra tudo...”, par. 22, grifo do autor).

Quando Marx sentencia a religião como elemento de entorpecimento do povo, o faz, assim se interpreta, não como impeditivo a qualquer espiritualidade apaziguadora, mas em crítica ao predeterminismo social fundado num interesse divino ou numa “Lei Natural Cristã” (TROELTSCH, 1931, p. 32) que favorecia a perpetuação do ciclo de exploração. Não se é

pobre e explorado por uma determinada expiação divina, tampouco o monarca se perpetua como explorador por essa condição.

Do paradigmático berço da revolução comunista, a Rússia, reconhecem, mesmo com eufemismo, os séculos de “inércia” aos quais foram acometidos milhões de trabalhadores explorados por uma longa casta bem-sucedida de czares:

Não negamos que esses esforços na Rússia contribuíram não pouco para sacudir os homens e as suas instituições daquela longa e secular inércia em que jaziam, e que puderam, empregando todos os meios e processos; ainda mesmo ilegitimamente, fazer alguma coisa para promover o progresso material; mas sabemos por testemunhos absolutamente insuspeitos, e alguns bem recentes ainda, que de fato nem sequer neste ponto se conseguiu o que tanto se prometera (PIO XI, 1937, “O terrorismo”, par. 23).

Ignora a Carta, que com viés político prenuncia que os desígnios econômicos dos comunistas “também no futuro jamais o poderão conseguir” (PIO XI, 1937, “O terrorismo”, par. 23), que 1937 representava duas décadas de revolução seguintes a séculos de imperialismo. Isso não passaria impune. A refração a um novo modelo econômico calcado no coletivismo, acompanhado de um ambiente de intensas guerras civis, de tentativas de invasão por outros países e de pós-guerra (Primeira Guerra Mundial), não tornavam lúdimas tais sentenças.

Doutrina da Igreja, oposta ao comunismo

As sentenças guardavam um propósito: era momento de reafirmar que a salvação seria revelada unicamente pela “*Mestra dos povos*” (PIO XI, 1937, “III – Luminosa...”, par. 25, grifo do autor), a Igreja. Reafirma, com propósito, que “o homem tem uma alma espiritual e imortal” (PIO XI, 1937, “Que são o homem...”, par. 27), o que explica o sentido de pacificação social apregoado pela doutrina católica, mas que também explica a subserviência pacífica de tempos imemoriais na expectativa dessa imortalidade através da ressurreição em fortuna àqueles obedientes à mesma.

O propósito desse capítulo é enunciar como a doutrina católica embrenha-se no “mundo dos homens” (indivíduo, sociedade, ordem econômico-social, hierarquia social e prerrogativas do Estado) e o expande sem finitude, em contraposição às frias expectativas dialéticas e históricas do materialismo que fundamentam o comunismo bolchevique, “ameaça” de então. Afinal, nada mais antagônico do que dispor que Deus dotara Jesus Cristo de múltiplas e variadas prerrogativas, tais como: “direito à vida, à integridade do corpo, aos meios necessários à existência; direito de tender ao seu último fim, pelo caminho traçado por Deus; direito enfim de associação, de propriedade particular e de usar dessa

propriedade” (PIO XI, 1937, “Que são o homem...”, par. 27). Mas o antagonismo não residia axialmente na existência de uma entidade espiritual e superior que apregoasse, em suas escritas, os mesmos objetivos de justiça social almejados pela revolução comunista. Muitos cidadãos soviéticos mantinham sua espiritualidade sem diminuir a crença em seus novos “deuses” marxistas. Residia, sim, na não aceitação de um sincretismo com essa nova força social, na libertação do homem contra o homem sem observância do “cronograma” da Santa Sé, que afastou da rebelião por muitos séculos os famintos (não só de comida, mas por liberdade de desígnios) contra aqueles monarcas por ela respaldados. A insistência, no contexto da pacificação social, de que “para assegurar esta tranquila harmonia pela colaboração orgânica de todos, a doutrina católica confere aos governantes tanta dignidade e autoridade” (PIO XI, 1937, “Hierarquia social...”, par. 33) representava uma cruzada contra os governos populares que não obtivessem a chancela da Sé Apostólica, afastando assim forças que deveriam ser harmônicas, se fiéis – ambos os lados – à essência de sua doutrina de origem. Muito fácil, por sinal e exemplo, ver o comunismo no Sermão da Montanha.

Reconhece a Carta que também a Igreja – também, porque Marx e Engels não avançaram nesse sentido – não esquadrinhou profundamente uma burocracia estatal sobre a qual indefectivelmente se encaixariam os princípios de sua doutrina:

E assim, até mesmo no campo econômico-social, a igreja, muito embora não tenha jamais apresentado como seu um determinado sistema técnico, por não ser essa a sua missão, fixou, contudo, claramente princípios e diretivas que, prestando-se a diversas aplicações concretas segundo as várias condições dos tempos, dos lugares e dos povos, assinalam o caminho seguro para obter o feliz progresso da sociedade (PIO XI, 1937, “Beleza desta doutrina...”, par. 34).

Não considera, no entanto, ser momento para autocrítica sobre as falhas históricas de interpretação que resultaram em práticas de efeitos funestos, a mesma autocrítica que deveria – e posteriormente foi feita, ainda que se questione sua completude – ser aplicada sobre o marxismo-leninismo vigente em 1937. O antagonismo mais uma vez se mostrava não frente aos princípios cristãos, mas com a administração de interesses da Sé Apostólica resultantes da interpretação dos mesmos na hierarquização social, nomeadamente a estatal. Tanto que, contraditoriamente aos seus próprios princípios embrionários, considera que “erram vergonhosamente os que sem consideração atribuem a todos os homens direitos iguais na sociedade civil” (PIO XI, 1937, “Hierarquia social...”, par. 33).

Não só o socialismo e o comunismo encontram-se excomungados. É momento de a Carta expressar um inimigo, ao menos no plano retórico, em comum: o liberalismo. Guarda certa razão, por conseguinte, ao vaticinar que:

não haveria nem socialismo nem comunismo, se os que governam os povos não tivessem desprezado os ensinamentos e as maternais advertências da Igreja; eles, porém, quiseram, sobre as bases do liberalismo e do laicismo, levantar outros edifícios sociais que à primeira vista pareciam poderosas e magníficas construções, mas bem depressa se viu que careciam de sólidos fundamentos, e se vão miseravelmente desmoronando, um após outro, como tem que desmoronar-se tudo quanto não se apoia sobre a única pedra angular, que é Jesus Cristo (PIO XI, 1937, “Será verdade...”, par. 38).

O liberalismo, que já revelava seus dramáticos resultados, exaltava os princípios associados ao livre mercado que constantemente desrespeitavam ou ignoravam os princípios cristãos, enfraquecendo o papel de Estados cujos limites – ou falta de limites – de poderes foram historicamente abençoados pela Igreja.

“Remédios” e meios

A doutrina da Igreja é apresentada como a única apta à salvação contra a ideologia comunista, esse “pernicioso inimigo” (PIO XI, 1937, “IV – Remédios...”, par. 39) da civilização cristã. A renovação espiritual é reclamada como condição para a renovação de adeptos que poderão fazer frente a essa bipolarização sustentada pela Carta. Como ela própria ressaltara, a Igreja permaneceu ausente por muito tempo nas ramificações sociais. Embebeu-se de poderes autocráticos e defendeu-os por ação ou omissão fundada na vontade divina.

A religiosidade de seus fiéis, detecta, se mostra superficial, e sem evolução para a prática dos princípios que a fé católica professa. Invoca o desapego aos bens terrenos, como ferramenta de acalento aos ímpetus revolucionários comunistas próprios de um proletariado alijado por séculos dos prazeres materiais e mesmo da digna subsistência. A promessa de “*bem-aventurados os pobres*” (PIO XI, 1937, “Desapego dos bens...”, par. 44, grifo do autor) pelo Senhor e de que a felicidade não se encontra na riqueza não se mostraria, assim, capaz de ilidir as propostas comunistas, que aspiravam a terrena satisfação material mínima e solidária, o que os conhecidos excessos da *nomenklatura* não foram capazes de contaminar, ao menos no plano teórico.

De um lado, havia uma incitação a uma vida mais franciscana:

Para assegurar, pois, a vida eterna, e poder eficazmente socorrer os necessitados, é necessário voltar a uma vida mais modesta; renunciar aos prazeres, muitas vezes até pecaminosos, que o mundo hoje em dia oferece em tanta abundância; esquecer-se a si mesmo por amor ao próximo (PIO XI, 1937, “Caridade cristã”, par. 48).

Noutro, dirigiam-se diretamente aos “patrões e industriais cristãos”, para que limitassem o exercício do direito de propriedade reconhecido pela Igreja, “por vezes empregado para defraudar o operário de seu justo salário e de seus direitos sociais” (PIO

XI, 1937, “Deveres de estrita justiça”, par. 50). Reconhece-se que inexistente justiça social se os trabalhadores não alcançam o necessário para o digno sustento e não se lhes facilita o ensejo de adquirir uma “modesta fortuna” (PIO XI, 1937, “Justiça Social”, par. 52). É uma chamada de atenção de que era momento de ceder alguns anéis para impedir o deparar dos dedos.

Proclama Sua Santidade Pio XI que se o modo de proceder de uma fração dos católicos deixou a desejar no campo econômico-social, descortinando palco para doutrinas alternativas ou substitutivas, foi por falta de conhecimento e meditação sobre os ensinamentos pretéritos de todos Sumos Pontífices sobre a temática, reclamando novamente pelas falhas na disseminação dos ensinamentos da Igreja.

Apresenta-se uma atomística ou monopolista visão do DNA da justiça social. Há, para a Igreja, hipocrisia quando “sem renunciarem um ponto a seus perversos princípios, convidam os católicos a colaborar com eles no campo chamado humanitário e caritativo, propondo às vezes, até coisas completamente conformes ao espírito cristão e à doutrina da Igreja” (PIO XI, 1937, “Premunir-se...”, par. 57). Reputa hipócrita, também, o comunismo com um aspecto mais brando, não impedindo o culto religioso.

Ministros e auxiliares da obra social da Igreja

É momento, diante do que considera um sombrio cenário de um mundo sob o espectro do comunismo, de invocar o papel missionário dos sacerdotes, legitimados para esse desiderato da Santa Sé, junto especialmente ao encontro dos operários pobres. Cobra-se, das bases sacerdotais, o exemplo de uma vida virtuosa, o que de modo geral se fez notar essencialmente nas paróquias e nos órgãos de maior contato com o povo.

Não seria uma batalha a ser vencida sozinha. Invoca-se a ação das organizações auxiliares da Igreja, bem como se conclama a adesão das organizações de classe (operários, agricultores, engenheiros, médicos, patrões, intelectuais etc.) “que vivem nas mesmas condições culturais e quase naturalmente se reuniram em agrupamentos homogêneos” (PIO XI, 1937, “Organizações de Classe”, par. 68) – se assim pretendem se manter – numa cruzada contra esse cenário revolucionário. Apela-se ao operariado católico para que seus exemplos sirvam de recondução – exclusiva – à Igreja de seus “irmãos transviados” (PIO XI, 1937, “Apelo aos operários...”, par. 70), rogando pela concórdia entre todos os católicos, como forma de prestar incondicional apoio aos “que estão já contagiados ou tocados do mal comunista” (PIO XI, 1937, “Apelo paterno...”, par. 80).

Nessa missão, encerra-se com socorro ao Estado cristão, que deve ser garantidor da liberdade plena à Igreja, e, além de se aliar com a doutrina católica, dar exemplo de sobriedade administrativa, criar condições materiais de vida, e atingir “efetivamente os que de fato têm nas mãos os maiores capitais e continuamente os vão aumentando com grave prejuízo dos outros” (PIO XI, 1937, “Providências do bem comum”, par. 75). Tais pontos de coincidência com a doutrina socialista e comunista não serviram, no entanto e ao menos no plano formal da Carta, para uma compreensão, mínima que fosse, das razões de origem desse movimento revolucionário.

Considerações finais

De Dom Hélder Câmara, uma irretocável conclusão paradigmática: “Se dou pão aos pobres, todos me chamam de santo. Se mostro por que os pobres não têm pão, me chamam de comunista e subversivo” (INSTITUTO VLADIMIR HERZOG, [2014?], par. 1). De fato, a Igreja sempre se centrou na caridade, o que está distante de uma característica negativa. No entanto, essa política, assim resumida, representou uma estagnação que ignorou uma necessidade histórica de sublevação.

A ojeriza bolchevique não residia na espiritualidade e na fé católica pura e simplesmente (ainda que na confusa fase comunista revolucionária assim também se apresentasse), mas no predeterminismo que por séculos acalmara as massas exploradas por monarcas e estados autocráticos, como no caso da Rússia czarista.

De suas entrevistas reveladoras na ex-URSS no período pós-perestroika e glasnost, escutou Svetlana Aleksievitch (2016, p. 27) que o tempo todo o ser humano é submetido a escolhas: “a liberdade ou o bem-estar e a ordem na vida; a liberdade com sofrimento ou a felicidade sem liberdade. E a maioria das pessoas escolhe o segundo caminho”. O regime comunista bolchevique, em 1937 (ano da *Divinis redemptoris*), oferecia esse segundo caminho. A crítica de sua não consolidação não anulava o novo horizonte. Séculos de opressão, sem liberdade, sem felicidade e acima de tudo, sem esperanças que não aquelas além da vida ou da vida eterna, serviram de palco para novos bem-aventurados que apontavam soluções terrenas e imediatas para as injustiças vigentes.

Perdeu-se a oportunidade para, com os acertos e desacertos experimentados na história, se positivar a consolidação de meios de aproximação e de extração de objetivos comuns, como forma de impedir a perpetuação da “excomunhão” e a confusão mental ou espiritual daqueles que, sem abandonar as aspirações de uma vida no catolicismo, achem

nas doutrinas socialistas e comunistas (já reformadas e sem necessariamente abraçar o todo) via de adesão para as soluções das injustiças sociais que seguiam e seguem reinantes.

Referências

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *O fim do homem soviético*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. Dom Hélder Câmara. *Memórias da Ditadura*, [2014?]. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/dom-helder-camara/>. Acesso em: 7 mar. 2017.

LUXMOORE, Jonathan, BABIUCH, Jolanta. *The catholic church and communism, 1789-1989. Religion, State and Society*, v. 27, n. 3-4, p. 301-313, 1999. [CrossRef](#).

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais: 1922-1989*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima. O anticomunismo católico em cena. *Revista Nures*, n. 11, p. 1-24, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/nures/article/view/7355/5351>. Acesso em: 30 set. 2013.

PIO XI. *Divinis redemptoris*. 1937. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris.html. Acesso em 2 de jan. 2017.

TROELTSCH, Ernest. *The social teaching of the christian churches*. London: George Allen & Unwin, 1931.

La mesianización del líder: Propaganda de masas en los regímenes comunistas y fascistas

DOI: 10.15175/1984-2503-201810305

Eduardo Vega*

Resumen

Los regímenes dictatoriales del s. XX han presentado tanto características homogéneas como heterogéneas. Su origen también fue de lo más variado: golpes militares, revoluciones populares, movimiento de masas en la posguerra y hasta en democracias legítimamente aceptadas por la comunidad internacional. El grado de adoctrinamiento de la masa y aceptación popular fue ampliamente diverso, sin olvidar que el poder concentrado en el dictador es inmenso, pero también gradual, desde el autoritarismo hasta la tiranía. Todos los caudillos han necesitado valerse de habilidades de liderazgo, oratoria y de grandes dosis de mesianización popular aunque contaran con el más completo y mejor respaldo militar a sus espaldas. Cuando el pueblo está sometido bajo una autoridad única e indiscutible, el líder requiere de continuas herramientas de aceptación popular que eviten futuras sublevaciones contra el cacique. El comunismo y el fascismo siempre han estado enfrentados, pero es importante conocer no solo qué les separa, sino también qué les une.

Palabras-clave: comunismo; fascismo; demagogia; propaganda; populismo.

A messianização do líder: Propaganda de massas nos regimes comunistas e fascistas

Resumo

Este artigo analisa os regimes ditatoriais do século XX que apresentavam tanto características homogêneas como heterogêneas. Partimos da suposição segundo a qual sua origem também foi das mais diversas: golpes militares, revoluções populares, movimento de massas no período pós-guerra e até em democracias legitimamente aceitas pela comunidade internacional. Nossa hipótese é que o grau de doutrinação das massas e de aceitação popular foi bastante diverso, sem esquecer que o poder concentrado nas mãos dos ditadores é imenso, mas igualmente gradual, do mero autoritarismo até a mais cruel tirania. Os ditadores precisaram lançar mão de habilidades de liderança, de talentos oratórios e de grandes doses de mesianização popular, mesmo que contassem com o mais completo respaldo militar. Quando o povo está submetido a uma autoridade única e indiscutível, o líder precisa de contínuas ferramentas de aceitação popular no intuito de evitar futuras sublevações contra o cacique. O comunismo e o fascismo sempre se enfrentaram, mas é importante conhecer não somente o que os separa, como também o que os une.

Palavras-chave: Comunismo; fascismo; demagogia; propaganda; populismo.

The messianization of the leader: Mass propaganda in communist and fascist regimes

Abstract

The following article analyzes the dictatorial regimes of the twentieth century, discussing both their homogenous and heterogeneous features. We begin with the premise that their origins were particularly varied, encompassing military coups, populist revolutions, mass movements in the postwar period and even in democracies legitimately accepted by the international community. Our hypothesis is that the degree of mass indoctrination and popular acceptance was highly diverse, not to mention the fact that a dictator's concentrated power is immense, as well as gradual, ranging from authoritarianism to tyranny. Despite their comprehensive military support, dictators had to utilize leadership and oratory skills as well as a strong dose of popular messianization. In subjecting a population to a single indisputable authority, a leader must make continual use

* Professor da Universidad Rey Juan Carlos, Espanha. Licenciado em Publicidade, Relações Públicas e Marketing pela Universidade de Gales (2009) e doutorado em Marketing pela Universidade Rey Juan Carlos de Madrid (2013). E-mail: eduardo@evega.es. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-9176-2147>

of tools of popular acceptance in order to prevent future uprisings. Communism and fascism have been dealt with, however it is important to determine not only what separates them, but also what unites them.

Keywords: Communism; fascism; demagoguery; propaganda; populism.

La messianisation du leader : la propagande de masse dans les régimes communistes et fascistes

Résumé

Cet article analyse les régimes dictatoriaux du XX^e siècle aux caractéristiques aussi bien homogènes qu'hétérogènes. Nous sommes partis de la supposition de ce que leur origine a également été des plus variés : coup d'État militaire, révolution populaire, mouvement de masse d'après-guerre et démocratie légitimement acceptée par la communauté internationale. Notre hypothèse est que le degré d'endoctrinement des masses et d'acceptation populaire a lui aussi été des plus divers, sans oublier que le pouvoir concentré dans les mains d'un dictateur est immense, mais également graduel, et peut aller du simple autoritarisme à la tyrannie la plus totale. Les différents caudillos ont ainsi dû faire valoir leur habileté au commandement, leurs qualités oratoires et de fortes doses de messianisation populaire, et ce même lorsqu'ils pouvaient compter sur le soutien sans faille des forces militaires. Lorsque le peuple est soumis à une autorité unique et indiscutable, le leader doit constamment faire usage d'outils d'acceptation populaire à même d'éviter de futurs soulèvements contre le cacique. Le communisme et le fascisme se sont toujours affrontés, mais il est important de connaître non seulement ce qui les sépare, mais également ce qui les unit.

Mots-clés : communisme ; fascisme ; démagogie ; propagande ; populisme.

神化领袖：共产主义和法西斯政权的大众宣传

摘要

本文分析了二十世纪众多独裁政权所表现出同质和异质特征。我们知道这些独裁政权的起源也是多种多样：有些是通过军事政变上台的，有的是经历了民众革命，有些是战后群众运动中创建起来的，有些是从国际社会接受的民主政权中蜕变而来的。我们认为，各个独裁政权对群众的洗脑和民众接受独裁的程度是各不相同的，独裁者手中的权力是逐步增大的，是渐渐从威权主义到暴政。尽管他们拥有最完整和最好的军事支持，拉美地区的土皇帝们 (caudillos) 仍然需要运用领导才能和演说技巧，极力把自己打扮为救世主。尽管人民生活唯一的，无可争议的权威之下，独裁者仍然需要不断获得民众的普遍接受，以避免人民对独裁者发起反抗。共产主义和法西斯主义之间有严格的区分，但是我们不仅要知道它们之间的区别，还要将它们联系起来进行反思。

关键词：共产主义；法西斯主义；煽动民意；宣传；民粹主义

Introducción

Las dictaduras han constituido el fenómeno de mayor importancia dentro del s. XX, principalmente en lo referente al totalitarismo imperialista. Es imprescindible desarrollar un completo análisis de los mismos antes de analizar ningún tipo de propaganda, masas sociales, teorías de Joseph Goebbels, capitalismo y democracias actuales, marketing político y el resto de los diversos factores que componen este estudio. Por ello, su estudio requiere bucear en los orígenes y el porqué de los ascensos dictatoriales antes de pasar a analizar factores del presente.

La propaganda política fue uno de los principales fenómenos dominantes en la primera mitad del siglo XX, debido a la cual se produjeron las diferentes revoluciones, o intentos de revolución, comunistas y el desarrollo y triunfo político del fascismo. Incluyo otros seudofascismos como el tradicionalismo, nacionalcatolicismo y corporativismo español de Franco, o el portugués de Salazar (CAZETTA, 2017, p. 493), que desconfiaban del fascismo como pagano y moderno (RODRÍGUEZ GALLARDO, 2009, p. 431). Gracias

a la propaganda, Lenin pudo establecer el comunismo bolchevique, y los nazis pudieron obtener el poder y lograron sus victorias militares iniciales gracias a la propaganda desarrollada por el ministerio dirigido por Goebbels. Según las palabras de Lenin “lo principal es la agitación y la propaganda en todas las capas del pueblo” y Hitler, por su parte, afirmó la importancia de la propaganda nazi desarrollada por Goebbels y sus asociados dentro del Ministerio: “La propaganda nos permitió conservar el poder y nos dará la posibilidad de conquistar el mundo”.

Es más que imprescindible destacar que la etapa de entreguerras en la que Goebbels desarrolló sus 11 principios de propaganda. El pueblo podía ser considerado como una masa general bastante compacta y de difícil segmentación para estudios sociológicos, políticos o de mercado, y con un bajo nivel cultural o de estudios en comparación con la época actual, lo que facilitaba a los grupos políticos la idea de emitir un mensaje general que satisfaga la demanda popular de un grupo político, con su respectiva competencia entre los partidos políticos. Era, por tanto, más difícil la idea de hacer una división en diferentes nichos pequeños de opinión política, simplificándose a una masa común y homogénea. Ello suponía que cuanto más grande sea la masa a convencer, más pequeño ha de ser el esfuerzo mental a realizar y significaba que los partidos podían desarrollar unas estrategias de penetración enfocadas al mercado electoral, emitiendo una propaganda populista, e incluso demagoga, que capte grandes grupos del electorado. Por aquellas fechas no existía el marketing viral, pero ha sido uno de los grandes predecesores del esquema Ponzi político (VEGA FERNÁNDEZ, 2016, p. 115-119).

El artículo comienza con un análisis de los diferentes tipos de dictadura, según su caracterización al margen de la ideología del dictador o tirano. Continúa con un análisis del fascismo y del comunismo. Por otro lado se desarrolla un estudio de la necesidad de un dictador de ser un gran orador que lo muestre como líder al pueblo. El artículo concluye con una observación de las antonimias y sinonimias del comunismo y el fascismo, y con el capitalismo.

Autoritarismo, totalitarismo y tiranía

El autoritarismo es un concepto ampliamente utilizado en la definición de las diferentes dictaduras existentes y que han existido, pero que no todos entienden su significado exacto cuando lo utilizan. Debido a esto es necesario perfilar su correcta definición gracias a las abundantes investigaciones sobre dicho concepto (OVEJERO

BERNAL, 1982, p. 40). Es empleado generalmente para calificar a organizaciones o estados que pretender gestionar y conservar el poder político a través de mecanismos que se encuentren en abierta contradicción con la libertad por ser un sistema fundado primariamente en el principio de autoridad (ARENDR, 1998, p. 297).

Las mayores consecuencias negativas de un régimen autoritario recaerán sobre aquellos segmentos sociales con creencias ideológicas y libertad de pensamiento que no comulguen con el sujeto que ostenta el poder absoluto o con las decisiones de gobierno desarrolladas por el mismo, debido al orden falto de apertura que se encuentra promovido por la otra parte. Si tenemos en cuenta que la mayoría de los autoritarismos son militaristas, por lo que cuenta con los efectivos militares a sus espaldas que reprimirán y eliminarán del mapa, asesinando o encarcelando a quienes piensen de forma diferente, soliciten un cambio en las decisiones quienes rigen el poder o aboguen por un cambio en la tipología de gobierno.

A pesar de lo anterior, los regímenes autoritarios surgen habitualmente como respuesta a un supuesto caos económico y social, donde se hace imprescindible encontrar un responsable que justifique los excesos del régimen. Se utiliza como argumento principal la unidad del Estado, con actitudes intelectuales y nacionalistas que apelan a los sentimientos heroicistas que se encuentran muy lejanos de la razón y la lógica, con un bajo grado de elaboración ideológica. Ejemplos recientes de autoritarismo los podemos encontrar en la Argentina peronista, el Chile de Pinochet o en el Egipto de Nasser, unas ideas autoritarias que se fueron propagando recientemente con facilidad por Iberoamérica y Oriente Medio pero que distan mucho con la “Una, Grande y Libre” de Franco o con el “Estado Novo” de Salazar, unos dictadores pretéritos que supusieron una reconversión del totalitarismo hacia el autoritarismo, principalmente en su segunda etapa. Los regímenes autoritarios más recientes de tipo nacionalista se han dado en países subdesarrollados o en vías de desarrollo (TOUCHARD, 1970, p. 616), en los que el dictador y sus secuaces han tenido la posibilidad de introducirse entre las masas sociales y en situarse por encima de las mismas. Lenk (LENK; NEUMANN, 1990, p. 488) lo corrobora de la siguiente forma:

La estructura del partido debe ser tal que, al mantenerlo unido a la estructura social, le permita sin duda una más oportuna, más adecuada y más eficaz elaboración política, pero siempre con el objeto de estar en situación de ejercer entre las masas y a la cabeza de un movimiento de masas la necesaria dirección de una acción política.

Se pueden encontrar diversos casos de autoritarismos en países democráticos gracias a la personalización del poder que ha sido desarrollada por el gobernante que ha

vencido en los comicios. Se evidencian diversos ejemplos de autoritarismo democrático en la época contemporánea, que serán comentados a posteriori como ejemplos de tiranos sin ejercer una labor dictatorial oficial dentro de unas democracias que despiertan grandes dudas por su verdadero funcionamiento, ya sea dentro de los regímenes burocrático-autoritarios de derechas, los corporativistas de izquierdas o populistas y los que parecen de lo más democrático y competitivo, pero que controlan los colectivos que realizan los comicios (VEGA FERNÁNDEZ, 2016, p. 122).

Si recurrimos a las teorías de autores como Hannah Arendt (1951/1998) o Raymond Aron (1965/1990), la principal diferencia entre un régimen autoritario y uno totalitario se basa en que el totalitarismo elabora una ideología cuyo factor determinante es el ensalzamiento del líder único, convertir las clases en masas sociales lo más homogéneas posibles que apoyen al líder tras haberlas sometido bajo su caudillaje (ABENDROTH, 1976, p. 44). Así se desarrollan grandes cambios en la sociedad no sólo imponiendo su poder sobre la misma, sino extirpando las formas de pensamiento opuestas, mediante el adoctrinamiento y la remodelación de las mentalidades culturales para llegar a ser auténticos movimientos populares que despierten una lealtad fanática sobre sus habitantes: la Italia de Mussolini, la Alemania de Hitler o la URSS fundada por Lenin (SABINE, 1974, p. 632). Otros de los grandes factores que diferencian el totalitarismo del autoritarismo es la concentración del poder en un solo hombre que se rige sobre un gobierno de partido único como imperio de la ley (Hitler y el NSDAP, Stalin y el PCUS, etc.). El culto e incluso a la mesianización del líder como si fuera un superhombre; lo que obedecería a una ley suprema e impuesta con desprecio del dictador hacia la masa (SABINE, 1974, p. 637), gracias al desconocimiento o a la ignorancia de gran parte de la masa popular, que determina la legitimidad de las acciones de los gobernantes y del estado que gobiernan: “la ley de la historia” en la Rusia de Stalin y “la ley de la naturaleza” en la Alemania de Hitler. Se desarrolla una concepción histórica anti-racionalista y anti-materialista, cuya fecundidad sociológica se revelará en el existencialismo político y en la teoría del Estado totalitario que desarrolla un fanatismo de tipo integrista religioso (ABENDROTH, 1976, p. 45) que genera el dogma basado en que el líder es poseedor de una penetración superior que puede incluso llegar a fijar las reglas del arte, de la literatura, la ciencia y la religión (SABINE, 1974, p. 658). Incluso Giovanni Sartori (2003, p. 99) lo afirma aclarando que:

La propaganda y el adoctrinamiento totalitario no han generado un ‘hombre nuevo’, sino que han sido muy eficaces para atrofiar al hombre libre y su libertad de opinión. Cuando desde la cuna hasta su muerte el ciudadano está expuesto a una propaganda obsesiva y adoctrinante que hace cuadrar todo porque todo es falso y

que hace parecer todo como verdadero [...] estamos en presencia de un público engañado y enjaulado que no puede escapar del engaño.

En consiguiente a lo analizado en el párrafo anterior, se evidencia que el elemento esencial compartido por todos los regímenes totalitaristas es la voluntad de convertir la política estatal en un mecanismo para controlar todas las esferas de la actividad humana y ocupar todo el espacio social. Se impone la totalidad orgánica contra la disolución individualista (ABENDROTH, 1976, p. 43). Justifica su actuación política de la exaltación de un Estado omnipotente y totalitario mediante una doctrina global que pretende dominar el mundo (ARENDDT, 1998, p. 297) y se manifiesta en todas las esferas de la actuación humana en general: economía, familia, religión y familia. Así se desarrollan todos los esfuerzos totalitaristas por suprimir las diferencias de clases con el objetivo principal del engrandecimiento imperialista al someter los pueblos vecinos mediante la conquista. Reciben el apoyo de las masas populares principalmente si se ha salido de una guerra. Así ocurriría en Alemania, Italia y la URSS tras la I GM y la revolución soviética (POULANTZAS, 1976, p. 19). Se refuerza el mito del héroe o mesías que rige su poder sobre la masa social del país sobre el que gobiernan (SABINE, 1974, p. 653). Las investigaciones de Nicos Poulantzas (1976, p. 23) determinan que este mito del héroe ha sido generado porque: “es la cadena imperialista misma la que determina la homología de los efectos -fragilidad de los eslabones- debidos, en cada uno de los dos casos, a razones diferentes. Esta diferencia no pierde, por lo demás, a causa de este hecho, toda pertinencia”.

A nadie le interesaba la opinión de las masas populares, ya que lo principal era que el pueblo en su colectivo (SABINE, 1974, p. 643) se sometiera, obedeciera e hiciera las oportunas demostraciones de entusiasmo patriótico (ABENDROTH, 1976, p. 99) que comúnmente conduce a la admiración. Nada queda fuera de la jurisdicción del líder, sin división racional alguna de funciones en alguna de las ramas del gobierno ni la organización de organismos del gobierno tipo ministerios con facultades legalmente establecidas (SABINE, 1974, p. 654). Quedan controlados por el líder todos los recursos nacionales, de una forma autárquica en la mayoría de los casos. Es también imposible la creación de partidos, ni sindicatos o asociaciones de tipo industrial y comercial sin la aprobación sin permiso del gobierno, ante la carencia de una ley escrita que lo regule automáticamente.

A partir de todo lo anterior, no se puede concluir la definición del totalitarismo sin olvidar su empleo sistemático del terror sistemático y genocida con el apoyo indispensable de los cuerpos de policía secreta (la Gestapo en la Alemania nazi, la NKVD en la Unión Soviética, etc.) que eliminasen todo tipo de disidencia u oposición. En los totalitarismos más

extremos se crean una serie de campos de trabajos forzados, de tortura y aniquilación de todos los enemigos reales e imaginarios del Estado totalitario: los *gulags* de Siberia (URSS), campos de concentración y exterminio de Alemania, y los campos de reeducación norcoreanos (BECKER, 2005, p. 98). Para conocer la base de las destructivas teorías soviéticas y nacionalsocialistas, es imprescindible mencionar dos de las variadas ideas conceptuosas que fueron expresadas por los dos dirigentes y gobernantes más maquiavélicos y genocidas de la historia, incluyendo las de Joseph Stalin cuando afirmaba que “donde hay un hombre hay un problema, elimina al hombre y habrás eliminado el problema” y la de Adolf Hitler cuando defendía que “es indudable que los judíos son una raza pero no son humanos”.

El concepto de la tiranía se ha ido haciendo cada vez más difuso tras la desaparición de la etapa clásica y después del Renacimiento que definían con precisión las tiranías dictatoriales existentes por aquellas fechas. Las dictaduras contemporáneas presentan gran heterogeneidad con las que le precedían antaño. Por ello, la tiranía ya tiene un significado anticuado, siendo la dictadura de los autoritarismos y totalitarismos modernos la concepción más empleada en el presente (SARTORI, 1992, p. 69). Aun así, en la Edad Contemporánea se ha desarrollado una constante aplicación del término “tiranía” por parte de los opositores a los distintos sistemas políticos, particularmente a los que se han calificado como autoritarios y totalitarios a lo largo del s. XX -fascismos y comunismos- y de tiranos a sus dirigentes.

Fascismo o comunismo

En plena era de las masas durante la primera mitad del siglo XX Europa comenzaba a darse una crisis del liberalismo económico capitalista en los estados europeos tras la I GM y el crack del 29. Aparecían nuevos oradores políticos que presentaban nuevas ideologías contradictorias e inherentes al capitalismo para captar todos los adeptos posibles en una sociedad que carecía de capital suficiente para tener una actitud emprendedora que generase nuevos negocios que produjeran empleo. Los nuevos oradores se mostraban como intelectuales que ofrecían una nueva libertad política contra la “esclavitud del capitalismo” que marcara los “caminos de la libertad”, gracias a la intervención del Estado en la economía, con un camino marcado por una autárquica doctrina keynesianista (SABINE, 1974, p. 632-633).

El fascismo es una corriente ideológica que nace oficialmente en marzo de 1919 con los *fasci di combattimento italiano*, una réplica de las camisas rojas de Garibaldi que habían derribado el reino feudal de Nápoles para completar la unificación italiana de 1870, entre los que formaban parte incluso antiguos socialistas internacionalistas que se encontraban imbuidos dentro de un nuevo sentimiento patriótico nacional que les hacía renegar y luchar contra ese internacionalismo que defendían en el pretérito, así como universitarios intelectuales que se veían atraídos por esta nueva ideología, ex socialistas renegados, antiguos combatientes mutilados con sentimientos belicistas, obreros descontentos y los estratos más bajos de la sociedad que vivían en la intemperie (POULANTZAS, 1976, p. 67 y 68). A pesar de que pueda parecer incoherente que el fascismo también parta de influencias de las teorías marxistas, el primer programa fascista que fue expuesto el 30 de marzo de 1919 por Benito Mussolini -antiguo militante del Partido Socialista Italiano- ofrecía la jornada laboral de 8 horas, el sufragio universal de hombres y mujeres, la abolición del senado elitista, el anticlericalismo y la participación obrera en la dirección de las empresas, entre otras cuestiones de tipo liberal.

Además de Poulantzas (1976), otra gran diversidad de sociólogos, psicólogos y economistas, como François Furet y Ernst Nolte (1999), presentan el fascismo como una forma de gobierno de tipo de capitalista con una versión propia de la autarquía económica nacional (POULANTZAS, 1976, p. 366) y como auténticos movimientos populistas (SABINE, 1974, p. 658). Sus orígenes y su aplicación se remontan a los estados de excepción dentro del capitalismo. Se crea un Estado unipartidista correspondiente al estado de crisis (POULANTZAS, 1976, p. 6) del sistema pluripartidista que caracteriza a las sociedades políticamente desarrolladas (SARTORI, 2005, p. 71), bajo una doctrina autárquica de monopolio estatal de las empresas principalmente originadas por las guerras que acaban aplicando la teoría del “puñetazo en la mesa” y establecen un estricto orden militarista e imperialista, como se dio en Italia y Alemania tras la Primera Guerra Mundial (SABINE, 1974, p. 634). No obstante, los gobiernos comunistas se establecieron en situaciones no tan adversas a las anteriores en diversos países con diversos procesos de industrialización que generaron una nueva e inmensa masa social -el proletariado- que demandaba mejoras laborales y salariales que acabarían desembocando una revolución militar, o guerra civil, contra el gobierno oligárquico que les oprimía (SARTORI, 1992, p. 71-73). Ante las autarquías económicas del fascismo son importantes las siguientes afirmaciones del sociólogo y filósofo germano-hebreo, Max Horkheimer (1939): “quien no

quiera hablar de capitalismo, debería callar también sobre el fascismo” (HORKHEIMER, 2012, p. 4).

A partir de todo lo anterior podemos analizar que ambos regímenes desarrollaron a lo largo de la historia, en la práctica, una situación mucho más homóloga que aquella que es comentada públicamente. A pesar de que el movimiento fascista se nutriese del anticomunismo y el comunista del antifascismo, ambos comparten un odio al mundo burgués y liberal que les permite también unirse en muchos aspectos de fondo y de forma. Afirma Mussolini en 1923 que “aun siendo el Fascismo un fenómeno típicamente italiano, no hay duda que algunos de sus postulados son de orden universal, porque hay muchos países que han sufrido y sufren por la degeneración de los sistemas democráticos y liberales” (MUSSOLINI, 1976, p. 24). Tanto el fascismo como el comunismo atrajeron a intelectuales y fueron viveros de jóvenes líderes que, arrancando de la nada, rompieron con el pasado y atizaron la cultura del enfrentamiento entre las dos guerras mundiales, dentro y fuera de sus fronteras. Aun así, existen dos factores que asemejan al fascismo y al comunismo. El objetivo del comunismo es que la clase obrera se superponga o elimine a las clases de la burguesía capitalista. El fascismo orientó su estrategia en unificar los apoyos al fascismo paulatinamente de cada una de las clases sociales, hasta que existiera una ideología mayoritaria en la sociedad con independencia de pertenecer a una u otra clase social, tal y como hicieron Mussolini y Hitler para llegar al poder (NOLTE, 1967, p. 388). “Por consiguiente, el fascismo, antes que una política, es una mitología. Más que proponer un programa, impone un estilo. Tiene el sentido de la decoración, de la multitud, de la escenificación, de los grandes símbolos” (TOUCHARD, 1970, p. 611-612). Los mensajes políticos del comunismo y el fascismo siempre se han calcado sobre los desfavorecidos por el trabajo y la guerra, con el simple mensaje de ofrecer un futuro mejor que eliminará los desastres del pasado. “Es muy propio de las utopías el presentar la muerte del pasado bajo la forma de una imagen de la sociedad del día de mañana” (TOURAINÉ, 1982, p. 94).

Todo lo anterior ha sido demostrado por los numerosos ejemplos de dictaduras fascistas ampliamente conocidas -Italia y Alemania- y la gran variedad de regímenes comunistas que han sido igual de autoritarios, totalitarios o tiranos que los de tipo fascista. Stalin fue una gran muestra de ello por haber eliminado a todos sus enemigos reales e imaginarios y haber ordenado construir los *gulags* -campos de trabajos forzados de Siberia- que serían tomados como ejemplo de imitación por parte de los nazis para sus futuros campos de concentración y exterminio. Otros ejemplos serían la Camboya de Pol Pot que

ha dejado un país plagado de minas anti-persona que siguen mutilando niños en la actualidad gracias a su idea de exterminar intelectuales y otros “enemigos burgueses”, el régimen más hermético del mundo –Corea del Norte– que destina entre el 60 y el 70% de su presupuesto para armamento y defensa, sin olvidar otra gran cantidad de ejemplos: la Rumanía de Ceaucescu junto a su holocausto gitano, la Yugoslavia de Tito con sus discriminaciones raciales y culturales hacia bosniacos, albanokosovares y montenegrinos. Sin dejar de lado la China de Mao y otros muchos ejemplos.

En resumidas cuentas, este comunismo tan alejado y adverso a las teorías del marxismo ha presentado una gran sinonimia con el fascismo en su tipología de gobierno militarista sobre una población que presenta la homogeneidad únicamente en su nulidad de derechos y que se encuentra oprimida por un dictador o tirano que es el único que tiene derecho a todo. En ambos casos es una dictadura sobre el pueblo, y no del proletariado. “El concepto de totalitarismo pretende resumir las características estructurales fundamentales tanto del sistema comunista como del fascista” (ABENDROTH, 1976, p. 18).

Líderes y oradores

El liderazgo ha sido un tema de gran importancia para diversas disciplinas, tanto la sociología, como las ciencias políticas y el marketing. Ha quedado reflejado en la enorme y variada cantidad de estudios realizados sobre el mismo, lo cual ha facilitado el desarrollo de un campo extenso, complejo y fragmentado. Está caracterizado por la ausencia de un marco general común al existir múltiples definiciones de liderazgo por cada uno de los autores que lo han estudiado. Se ha llegado a decir que el liderazgo es uno de los fenómenos más estudiados pero menos entendidos en la sabiduría universal. En cualquier caso, el liderazgo es uno de los valores políticos básicos, y sería incomprensible la política si se prescindiera de él porque supone la aceptación efectiva y voluntaria de las pautas que el líder marca a sus seguidores (FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, 2011, p. 112). Es imprescindible destacar que “tenemos por otra parte los intentos de interpretación histórica, que tratan de explicar finalmente la ‘conquista del poder’ y la estructura del sistema nacionalsocialista a través de la patología de los caudillos fascistas y de su carisma” (ABENDROTH, 1976, p. 19).

Es totalmente imprescindible tener en cuenta el liderazgo cuando se investiga cualquier tipo de régimen dictatorial. Aunque el gobierno de una dictadura no se centra en una sola persona, la centralización del poder sí se desarrolla en cualquier dictadura sobre

la figura de un líder que exalte el entusiasmo patriótico o libertador, y que sepa guiar a las masas populares (SARTORI, 1992, p. 77). Así se presentaba Hitler como héroe del pueblo alemán y del pangermanismo contra las potencias que humillaban a Alemania o Stalin como guía del comunismo soviético y luchador contra las desigualdades del capitalismo y la tiranía fascista.

Es el líder quien representa una encarnación viviente de la autoridad como objeto de proyección e identificación, aunque para ello tuviera que recurrir a tomar el poder por la fuerza mediante un golpe de estado militar (SARTORI, 1992, p. 79-81) y someter a la población bajo su autoritarismo o totalitarismo. Así el líder puede mover y manipular a la masa, mediante la hipnosis de la misma (ADORNO, 2003, p. 13). Si la gobernanza y el liderazgo no tienen un plan concebido en su conjunto, crearán complejidad y confusión sobre la masa, así como dejarán de generar una ilusión sobre la misma que se traducirá en la pérdida de apoyos al dirigente y la posible insurrección de grupos sociales a gran escala (MEES; NÚÑEZ SEIXAS, 2012, p. 14).

Es indispensable para el líder tener cualidades de orador en su entonación y energía en el discurso, que sepa argumentar sólidamente sus decisiones, y transmita credibilidad (HORMAZÁBAL SÁNCHEZ, 2001, p. 44-46), con una disertación que refute las opiniones ajenas. Requiere también de una buena retórica que estructure un discurso orientado a la persuasión (GARCÍA, 2011, p. 561), por lo que quien desee conquistar, preservar y consolidar su poder debe contar con la mayor serie de herramientas posibles con el objetivo de ser un gran cazador de la popularidad (MICHELS, 1979, p. 169). Incluso, si el líder es atacado personalmente por sus opositores, su primera preocupación debe ser que la culpa caiga contra el partido o el gobierno en su totalidad no sólo en el sentido diplomático, sino para conservar el apoyo de los miembros de su partido y derrotar a su adversario con el peso de los números (DUVERGER, 1979, p. 27). La prensa y el resto de medios de comunicación masiva son un instrumento fundamental para difundir la fama de cada uno de los líderes entre las masas y popularizar sus nombres mediante el culto de una sensación (MICHELS, 1979, p. 168).

Para labrarse su cualidad de líder y un carisma que guíe a la masa, el dictador necesita también demostrar que pertenecía a un estrato social, grupo profesional, tenacidad en su trabajo y otra serie de factores que lo identifiquen con el pueblo sobre el que va a ejercer su dominio gubernamental de dictador, calando su corriente ideológica completamente sobre el pueblo que va a ser dirigido (ABENDROTH, 1972, p. 146). Así hicieron Mussolini, como periodista, hijo de albañil y militante socialista revolucionario, Hitler

como voluntario de guerra, artista fracasado y bohemio desorientado (ABENDROTH, 1976, p. 36), o Franco como el afortunado militar que ascendió con rapidez hasta convertirse en el general más joven de Europa desde Napoleón, con tan sólo treinta y tres años (MEES; NÚÑEZ SEIXAS, 2012, p. 236). Indudablemente, estas cualidades deben de ir acompañadas de un seudónimo que lo identifique como el guía de la masa, confiriéndole cualidades sobrehumanas en gran parte de los casos: Hitler sería conocido como el Führer, Mussolini se llamaría el Duce y Franco el Caudillo, traduciéndose en los tres casos como “el líder” o “el guía”. Ióssiv Vissariónovich tendría el seudónimo de Stalin -hombre de hierro- por su valor y firmeza contra el peligro y el enemigo del Estado soviético.

En resumidas cuentas, las masas populares tienen una gran necesidad de un líder que les guíe y les oriente, una necesidad que viene acompañada por el culto y la heroificación de sus líderes (MICHELS, 1979, p. 98). Tanto las masas obreras necesitan un líder sindical que les indique como reclamar sus derechos o los cuerpos militares requieren un general que les oriente para ganar una guerra o cumplir sus objetivos militares, por ejemplo. La masa está acostumbrada a ser dirigida y requiere una labor considerable de preparación para ser puesta en movimiento. Si los líderes hacen señales que la masa no comprende, esta deja de prestarle atención. “La masa tiene una pasión increíble por los oradores distinguidos, por los hombres de gran renombre, y si no puede obtenerlos insiste al menos en un diputado” (MICHELS, 1979, p. 100).

Conclusión final

Uno de los rasgos más distintivos de la sociedad occidental del siglo XX es la aparición y el desarrollo de una nueva sociedad de masas que sustituye en gran medida a lo que se conocía antes como las sociedades elitistas. Si en la sociedad industrial moderna el hombre había desarrollado sus instintos de masa, en el siglo XX la política, la economía y la producción comienzan a orientarse por este novedoso fenómeno de la sociedad de masas, a partir del cual estarán fuertemente dominados también los medios de comunicación de masas.

Si ya existía una sociedad de masas, la Primera Guerra Mundial la potenciaba aún más, pues significaba el reclutamiento masivo y forzoso de civiles como efectivos militares que serían enviados a la guerra. La masa femenina ocupaba los puestos laborales de carácter civil que habían quedado inhabilitados por haber pasado sus trabajadores a servir al ejército, con el objeto de satisfacer la demanda de armamento, ropa y alimentos para los

combatientes. En el periodo de entreguerras existirían grandes masas populares descontentas por la derrota, el desempleo, la pobreza y que reivindicaban cambios políticos, a partir de lo cual ascenderían los fascismos y el marxismo. A esto hay que sumarle la profunda crisis económica que azotó a Europa en plena posguerra. Nace una nueva relación entre líderes constituidos como caudillos que guiarían a la masa bajo el caciquismo, una relación entre el pueblo que exigía y el jefe que concedía.

Los diferentes grupos poblacionales de cada país mantenían generalmente los valores tradicionales de pensamiento, cultura y religión, por ejemplo, la sociedad presentaba gran homogeneidad y por ello se definía como una sociedad de masas y los partidos políticos que representaban a la élite fueron sustituidos por partidos que se definieron de masas. A comienzos del s. XX se inventaba la radio, que junto al periódico comenzaría a configurar los medios de comunicación masiva tan empleados hasta el presente en la comunicación política, gracias a los noticieros, reportajes, entrevistas y radioteatros que podían escuchar cualquiera de sus habitantes. En la sociedad de masas el concepto ideología se llegaba a vincular a “creencia” y la masa sigue un sistema de creencias prácticamente homogéneas. Las ideas personales quedan clasificadas personalmente como una subclase, y la ideología denotará únicamente el sistema de creencias políticas hasta tal punto que las ideologías que arrastraron a seguidores sumados al fanatismo, se traducían por adoctrinamiento más que por ideas u opciones políticas. Si Hitler y Mussolini no hubieran contado con la confianza de las masas no hubieran accedido al poder, al igual que no lo habrían conservado ni ellos ni Stalin, en el hipotético caso que la sociedad deseara y pudiera revelarse contra las fuerzas militares que dejaban sometida a la masa popular. Cuanto más grande es la masa a convencer, más fácil es arrastrarla debajo del líder, pero sólo el vulgo y las élites se sentirán atraídos por la fuerza del totalitarismo.

El individuo en sí se había convertido en una diminuta ruedecilla inmersa en la gigantesca maquinaria de un mundo tecnocrático, en un engranaje sin rostro y sin voluntad propia. Se deterioraron las relaciones del individuo con la sociedad, y la responsabilidad de éste hacia la comunidad. El ambiente fatalista condujo al pánico. Las masas se sentían defraudadas, oprimidas y exprimidas por las potencias victoriosas, que tenían conciencia de la quiebra de su honor nacional, y que, pese a su trabajo, veían aumentar sus dificultades económicas, creyeron que sólo hallarían la salvación en las soluciones más radicales.

Es por estas fechas cuando la propaganda fue el instrumento por excelencia de la política, limitándose a generar un mensaje creíble que fuera repetido varias veces y de

diversa forma por un mismo orador que se ofrecía a ejercer las funciones de líder sobre la masa, aunque ya hemos destacado que la política se vio transformada por la presencia de los medios de comunicación, especialmente por la novedosa televisión que se comenzaría a usar a gran escala popular tras la Segunda Guerra Mundial.

La propaganda política no se transformaría en marketing político hasta mediados del siglo XX en el momento que se rebasa la simple información política y se pasa a una comunicación política elemental multidisciplinar que se nutre de una amplia gama de disciplinas.

Referencias

ABENDROTH, Wolfgang. *Sociedad antagónica y democracia política*. Barcelona: Grijalbo, 1972.

ABENDROTH, Wolfgang. *Fascismo y capitalismo*. Barcelona: Martínez Roca, 1976.

ADORNO, Theodor. *Ensayos sobre la propaganda fascista*. Barcelona: Voces y culturas, 2003.

ARENDT, Hannah. *Los orígenes del totalitarismo* (1951). Madrid: Taurus, 1998.

ARON, Raymond. *Democracy and totalitarianism: a theory of political systems* (1965). Michigan: University of Michigan, 1990.

BECKER, Jasper. *Rogue Regime: Kim Jong Il and the looming threat of North Korea*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

CAZETTA, Felipe. Do Integralismo Lusitano ao Nacional Sindicalismo: Tensões e conflitos. *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 483-500, 2017. [CrossRef](#).

DUVERGER, Maurice. *Los partidos políticos*. Buenos Aires: Amorrortu, 1979.

FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Maximiliano. *Comunicación y reputación en empresas e instituciones*. Madrid: Universitas, 2011.

FURET, François; NOLTE, Ernst. *Fascismo y comunismo*. Madrid: Alianza, 1999.

GARCÍA, Francisco. *Jovellanos, el valor de la razón*. Oviedo: Universidad de Oviedo, 2011.

HORKHEIMER, Max. Los judíos y Europa. *Constelaciones. Revista de teoría Crítica*, Madrid, n. 4, p. 2-24, 2012. Disponible en: <https://bit.ly/2tbyQLW>. Acceso en: 19 jun. 2018.

HORMAZÁBAL SÁNCHEZ, Ricardo. *Manual de retórica, oratoria y liderazgo democrático*. Santiago de Chile: Instituto de Asuntos Públicos, 2001.

LENK, Kurt; NEUMANN, Franz. *Teoría y sociología críticas de los partidos políticos*. Barcelona: Anagrama, 1990.

MEES, Ludger e NÚÑEZ SEIXAS, Xosé (Coord.). *Nacidos para mandar*. Madrid: Tecnos, 2012.

MICHELS, Robert. *Los partidos políticos*. Buenos Aires: Amorrortu, 1979.

MUSSOLINI, Benito. Respuesta a Primo de Rivera, 22 de noviembre de 1923. _____. *El espíritu de la revolución fascista*. Buenos Aires: Informes, 1976. p. 17-48. Disponible en: <https://bit.ly/2I4500v>. Acceso en: 19 jun. 2018.

NOLTE, Ernst. *El fascismo en su época*. Barcelona: Península, 1967.

OVEJERO BERNAL, Anastasio. El autoritarismo: enfoque psicológico. *El Basilisco*, Oviedo, n. 13. p. 40-44, 1982. Disponible en: <https://bit.ly/2JXY1wc>. Acceso en: 20 jun. 2018.

POULANTZAS, Nicos. *Fascismo y dictadura*. Madrid: Siglo XXI, 1976.

RODRÍGUEZ GALLARDO, Ángel. La condición fascista de la dictadura franquista treinta y cinco años después. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, n. 40, p. 427-446, 2009. [CrossRef](#).

SABINE, George. *Historia de la teoría política*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1974.

SARTORI, Giovanni. *Elementos de teoría política*. Madrid: Alianza, 1992.

SARTORI, Giovanni. *¿Qué es la democracia?* Madrid, Taurus: 2003.

SARTORI, Giovanni. *Partidos y sistemas de partidos*. Madrid: Alianza, 2005.

TOUCHARD, Jean. *Historia de las ideas políticas*. Madrid: Tecnos, 1970.

TOURAINÉ, Alain. *El postsocialismo*. Barcelona: Planeta, 1982.

VEGA FERNÁNDEZ, Eduardo. Marketing viral político dentro del esquema Ponzi. *aDResearch*, Madrid, v. 14. n. 1, p. 108-125, 2016. Disponible en: <https://bit.ly/2K5e4rb>. Acceso en: 20 jun. 2018.

O Instituto do Ceará e a intelectualidade cearense: Identidade regional, sociabilidade e escrita da história da abolição na província

DOI: 10.15175/1984-2503-201810306

Camila de Sousa Freire*

Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva**

Resumo

Este trabalho objetiva analisar a formação de uma intelectualidade cearense entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, bem como suas redes de sociabilidade e atuação, principalmente, no que diz respeito à escrita da história e à construção de uma identidade regional cearense. Entre outros locais de sociabilidade, destacamos a atuação destes homens no Instituto do Ceará e a divulgação de suas ideias através da *Revista do Instituto*. São enfatizados alguns aspectos que ganham projeção na identidade regional cearense, como a seca e um suposto caráter especial do cearense, por meio dos discursos desses intelectuais, assim como o movimento abolicionista, que culminou com a libertação dos escravos na província em 1884. Nesse sentido, sobretudo o pioneirismo na abolição foi consolidado pelo Instituto e se tornou marco fundamental em um processo de construção identitária que relaciona memória e história no olhar sobre o passado.

Palavras-chave: escrita da história; identidade regional; Instituto do Ceará; intelectuais cearenses.

El Instituto do Ceará y el registro escrito de la abolición de la esclavitud

Resumen

La finalidad de este trabajo es analizar la formación de la intelectualidad del estado de Ceará entre finales del siglo XIX y las primeras décadas del siglo XX, así como sus redes de sociabilidad y actuación, sobre todo en lo relativo al relato histórico de los hechos y a la construcción de una identidad regional de Ceará. Entre otros espacios de sociabilidad, destacamos la actuación de las personas del Instituto do Ceará (creado en 1897) y la divulgación de sus ideas a través de la propia revista del instituto. Se hace hincapié en algunos aspectos que adquieren proyección en el discurso sobre la identidad regional de Ceará, como la sequía y un supuesto carácter especial de los habitantes de este estado, además del movimiento abolicionista, que culminó con la liberación de los esclavos en la por aquel entonces provincia de Ceará en 1884. La iniciativa pionera de la abolición en Ceará fue consolidada por el instituto y se convirtió en marco fundamental del proceso de construcción identitaria que, al mirar al pasado, relaciona memoria e historia.

Palabras clave: relato histórico; identidad regional; Instituto do Ceará, intelectuales de Ceará.

The Instituto do Ceará and the writing of the history of the Abolition of Slavery

Abstract

The following work aims to analyze the shaping of the Brazilian state of Ceará's intellectuals from the end of the nineteenth century to the early decades of the twentieth century, as well as the group's sociability and

* Mestre em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores. Graduada em História pela mesma universidade. E-mail: camilachristi@yahoo.com.br. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-6096-0615>

** Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professora Adjunta do Departamento de Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores. E-mail: anapaulabarcelos@gmail.com. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-9625-1757>

activity networks, mainly in terms of the writing of history and the building of a regional identity for the state. Among other hubs of sociability, we highlight the men's activities at the Instituto do Ceará (created in 1897) and the publication of their ideas in the Institute Journal. We emphasize several aspects of the debate on the state's regional identity, such as drought and the supposedly special character of the locals, as well as the Abolitionist Movement, to have culminated in the release of the province's slaves in 1884. Ceará's pioneering position in the abolition of slavery was consolidated by the Institute, becoming a major milestone in a process to have shaped its identity by associating memory and history in its gaze toward the past.

Keywords: Writing of history; regional identity; Instituto do Ceará; Ceará intellectuals.

L'Institut du Ceará et l'écriture de l'histoire de l'abolition de l'esclavage

Résumé

Cet article a pour objectif d'analyser la formation de la scène intellectuelle de l'État du Ceará entre la fin du XIX^e siècle et les premières décennies du XX^e, ainsi que ses réseaux de sociabilité et d'action, principalement en ce qui concerne l'écriture de l'histoire et la construction d'une identité régionale propre à cet État. Parmi les lieux de sociabilité, nous soulignerons le rôle des membres de l'Institut du Ceará (créé en 1897) et la diffusion de leurs idées par l'entremise de la revue de l'institut. Y sont mis en avant certains aspects récurrents du discours sur l'identité régionale du Ceará, comme la sécheresse et un supposé caractère spécifique de ses habitants, ou encore le mouvement abolitionniste, qui a culminé par la libération des esclaves de la province en 1884. Ce rôle de pionnier dans l'abolition de l'esclavage a été consolidé par l'Institut et est devenu un élément fondamental du processus de construction identitaire liant mémoire et histoire dans le regard porté sur le passé.

Mots-clés : écriture de l'histoire ; identité régionale ; Institut du Ceará ; intellectuels du Ceará.

塞阿拉研究所和废除奴隶制历史的撰写

摘要

本论文分析了十九世纪末至二十世纪头十年之间，巴西北部塞阿拉地区知识分子的形成，以及他们的社会交往与活动的网络，特别是他们对于历史的书写和塞阿拉的区域认同建设的贡献。除了其他的人文社交场所以外，我们重点研究塞阿拉研究所(成立于1897年)，在该所工作与活动的主要知识分子和传播他们思想的研究所学报。我们着重分析他们对塞阿拉地域认同建设具有重大意义的某些话语，比如干旱和塞阿拉人的一个所谓的特殊性格，以及塞阿拉省的废奴运动--最终导致该省于1884年解放全省所有奴隶。塞阿拉在1884年开启的废奴实践直接导致巴西全国的解放奴隶，其中塞阿拉研究所的作用是非常之大。该研究所的先锋主义思想行为是塞阿拉历史身份建构过程中的一个里程碑，它将记忆，历史与反思过去串联在一起。

关键词：历史书写，区域认同，塞阿拉研究所，塞阿拉的知识分子。

Introdução

Fundado em 1887, o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará atuou na escrita da história da então província, conferindo-lhe um lugar na história nacional e contribuindo para a construção de uma identidade regional que tinha como foco o pioneirismo na abolição da escravidão e a força do cearense capaz de superar os obstáculos climáticos oriundos da seca. Ao mesmo tempo, funcionou como espaço de sociabilidade fundamental no qual os intelectuais cearenses formavam redes, trocavam ideias e afirmavam-se enquanto aqueles que possuíam legitimidade para falar da história da região. O Instituto foi criado como instituição congênere ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), de caráter científico e cultural, com o objetivo de tornar conhecidas a História e a Geografia da província, bem como seus aspectos antropológicos. Seus fundadores foram Paulino Nogueira, Joakim Catunda, João Perdigão, Guilherme

Studart, Júlio Cezar, Padre Frota, Antonio Augusto e Antonio Bezerra, homens abastados da capital cearense, entre os quais estavam políticos, médicos e jornalistas. Segundo seus estatutos, o objetivo da instituição era “tornar conhecidas a historia e geographia da Provincia e concorrer para o desenvolvimento das lettras e sciencias” (ESTATUTOS..., 1887, p. 9).^a Neste artigo, pensamos a escrita da história e a formação de uma identidade regional no Ceará a partir da sua fundação até a década de 1950, quando acreditamos que este processo esteja consolidado com a publicação da obra *A Abolição no Ceará*, por Raimundo Girão (1956) – autor que acaba ganhando projeção na análise.

Apresentamos uma reflexão sobre quem escreve essa história de caráter regional com foco numa legitimação nacional, bem como questões referidas ao poder, às estratégias de ascensão profissional e às redes de sociabilidade constituídas por esses sujeitos. Com o auxílio de Pierre Bourdieu e Sérgio Miceli, buscamos compreender o peso do capital simbólico, das disputas no campo intelectual e da atuação em cargos públicos na leitura que produzem do passado e que se tornou referência para o olhar sobre o cearense em seus contextos e nas décadas posteriores. A análise possibilita ainda a ruptura com a linearidade na análise de trajetórias individuais ou de grupos e coletividades e com uma ideia de genialidade e vocação muito presentes na autoimagem divulgada por esses intelectuais e por seus pares e familiares. Tratamos, assim, de poder, conflito, estratégias e articulação política na escrita da história. Simultaneamente, Bourdieu nos auxilia a compreender as lutas regionais que caracterizam a construção de uma identidade (que se apropria da história) e o que possibilita que certos discursos se sobreponham a outros, que alguns sujeitos e instituições estejam autorizados a falar, como ocorre com o Instituto do Ceará e seus membros no período em tela. Com isso, acreditamos que este texto contribua para a ampliação do foco dos estudos sobre historiografia brasileira com uma análise acerca da intelectualidade cearense entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX.

Intelectuais cearenses e associações culturais no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX

A segunda metade do século XIX foi de intensa movimentação intelectual na província do Ceará. Nesse período, a partir de um maior desenvolvimento econômico, surgiram também diversas agremiações literárias que congregavam homens que, após uma fase de estudos fora da província, retornavam com uma bagagem cultural que

desejavam utilizar na interpretação da realidade de sua terra natal. É a trajetória desses homens e seu engajamento intelectual e social o fio condutor deste artigo.

Segundo Simone Souza e Frederico de Castro Neves (2015),^a intelectuais são aqueles que atuam na produção de ideias em determinado contexto; são homens e mulheres refletindo sobre seu tempo e expressando essa produção em forma intelectual ou artística, de modo a mobilizar seus contemporâneos a dela compartilhar. Essa produção demonstra a “capacidade de organização e diferenciação social de uma determinada sociedade” (SOUZA; NEVES, 2015, p. 14),^b se expressando em livros, jornais, revistas, partidos políticos, instituições, entre outros. Angela de Castro Gomes (2013, Kindle, pos. 643),^a inspirada em Jean François Sirinelli, adota uma concepção de intelectual que o entende como “produtor de bens simbólicos envolvido direta ou indiretamente na arena política”. Para Sirinelli (2003, p. 231-269),^a o estudo dos intelectuais deve basear-se numa noção ampla e sociocultural que englobe criadores e mediadores culturais. Apresentando objeções à concepção de campo e às estratégias analisadas por Bourdieu, defende a contingência, o inesperado e o fortuito. Destaca, assim, as afinidades, as afetividades e as sensibilidades ideológicas e culturais comuns. Isto sem deixar de inserir o intelectual em seu ambiente social e cultural. Aspectos dos quais compartilhamos, embora não sejam esses nossos focos nesse artigo, mas sim justamente as redes e estratégias esmiuçadas por Bourdieu.

Em Fortaleza, foi no final do século XIX que se desenvolveu de forma mais acentuada a atividade intelectual, fruto da expansão econômica na região e do contexto político do próprio país. Almir Leal de Oliveira (2015)^a trata da formação desses intelectuais da década de 1870 desde o ensino secundário, com a criação das principais instituições de ensino de Fortaleza, que surgem na mesma época. Antes da criação do Liceu do Ceará (1845) e posteriormente do Ateneu Cearense (1863), apenas uma pequena parcela abastada podia concluir os estudos. Aqueles que desejavam o ensino superior deveriam buscar em outras regiões. Mas, com a criação desses colégios ampliou-se a educação na província, contribuindo para a formação de uma geração que iria influenciar nos acontecimentos políticos ou em movimentos intelectuais e sociais, como a fundação de agremiações e o próprio movimento abolicionista. Com o desenvolvimento da região, houve um aumento das linhas de navios a vapor e de seus trajetos entre o Ceará e outras províncias e para o exterior, ampliando as relações econômicas. Com isso, amplia-se também o número de produtos comercializados, entre eles livros, revistas e jornais, como, por exemplo, a *Revue de Deux Mondes* e os livros de Spencer, Taine, Buckle, Darwin, entre

outros. Nesses mesmos vapores, chegavam ao Ceará os estudantes que retornavam à província após a conclusão do curso superior, como Antônio Bezerra de Menezes, que retorna em fins da década de 1860, após concluir o curso de Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade do Largo de São Francisco, em São Paulo. Assim como ele, outros estudantes chegavam trazendo as influências do ambiente intelectual de outras regiões. Para Almir Leal de Oliveira, a bagagem cultural adquirida por esses estudantes é muito importante, pois é a partir dela que poderão atuar em sua própria realidade.

Porém, na década de 1840, já havia sido fundado o Liceu do Ceará, oferecendo à elite cearense a formação chamada “preparatória”, pois a partir dela o estudante estaria apto a cursar a faculdade. Antes disso, esta formação deveria ser buscada em Recife, Salvador ou na Corte. É importante destacar que havia uma lei que permitia ao Colégio Pedro II conceder o diploma de bacharel em Letras, dispensando assim a necessidade de se fazer exames de admissão nas academias, o que não havia nas províncias. No entanto, mesmo sem o diploma de bacharel em Letras, o Liceu do Ceará permitiu a “capacitação da elite local” (OLIVEIRA, 2015, p. 18),^b estabelecendo dessa forma os “parâmetros intelectuais para uma possível atuação crítica, fosse ela política ou não” (OLIVEIRA, 2015, p. 18).^c O fato de não conceder o diploma de bacharel em Letras era uma restrição, mas ainda assim, diante do contexto geral, o Liceu:

[...] ampliava a possibilidade de ingresso de membros da elite local nas academias e ampliaria também o nível de participação política provincial no universo da política imperial. Nesse sentido, a criação do Liceu do Ceará se inscreve em um processo mais amplo de constituição da própria elite dirigente local (OLIVEIRA, 2015, p. 19).^d

O Liceu formaria ainda “um núcleo homogêneo de habilidades profissionais [...] a partir da concentração geográfica dos cursos, da concentração temática e especificidade dos currículos” (OLIVEIRA, 2015, p. 19).^e Pelo fato de constituírem um pequeno grupo de letrados em um ambiente de amplo analfabetismo garantiram, então, “coesão ideológica ao grupo, fator essencial na formação da elite política” (OLIVEIRA, 2015, p. 19).^f Ainda assim, o curso oferecido pelo Liceu era em regime de seriado, em um período de cinco a seis anos, o que era considerado prolongado. Esses fatores acabaram contribuindo para o desenvolvimento de instituições particulares de ensino. Dentre estas, destacava-se o Atheneu Cearense, atuando a partir de 1863. Assim, estes estudantes provenientes de camadas mais abastadas da sociedade interagiram nesses espaços identificando-se entre si e desenvolvendo um olhar sobre a realidade social próprio desses espaços nos quais estavam inseridos. Esses contatos se materializariam nos movimentos intelectuais e políticos. Segundo o autor, nesses espaços os laços de classe eram reforçados através de

práticas como obediência, disciplina, organização hierárquica e práticas culturais europeias. Essas práticas moldaram a “visão de mundo dessa geração a partir das leituras e experiências compartilhadas, que definiriam a atuação posterior desses intelectuais” (OLIVEIRA, 2015, p. 23).^g

Nesse contexto, foi fundado, por estudantes de Fortaleza, em 1870, o primeiro grupo de estudos literários e científicos, chamado Fênix Estudantal. O grupo não durou, mas com o retorno de Capistrano de Abreu e Thomás Pompeu Filho à província em 1871 houve uma nova iniciativa nesse sentido, e fundou-se a Academia Francesa, o principal movimento intelectual cearense. O grupo se reunia para estudar, ler e debater o positivismo de Comte. Além disso, criou a Escola Popular, para organizar conferências noturnas para os trabalhadores. Esse grupo articulava-se com outros que atuavam naquele momento, como os maçons, que também apostariam na educação das classes populares como elemento de transformação social, levando à civilização desejada nos moldes do positivismo, principal influência teórica dos intelectuais do período. Para Oliveira (2015, p. 25),^h “a Academia pode assim ser entendida como um movimento intelectual com propostas de leituras, articulações políticas e intelectuais e uma ação educativa”. Assim, a partir da valorização da objetividade do conhecimento científico “a relação natureza-homem passa a ser vista pela mesma ótica da objetividade” (OLIVEIRA, 2015, p. 25).ⁱ Na década de 1870, evidentemente, surgiram movimentos intelectuais contestatórios também na Corte, como destaca Angela Alonso (2009).^a A autora trabalha a chamada “Geração de 1870”, composta por intelectuais brasileiros que se apropriaram de ideias estrangeiras buscando soluções de acordo com suas próprias experiências. Essa apropriação não criava teorias próprias, mas adaptava as já existentes, contestando determinadas situações vigentes na realidade social desses intelectuais. Nesse momento, o debate girava em torno da contestação da elite política imperial, da escravidão e da própria monarquia.

Alonso destaca o liberalismo estamental, onde o elemento relevante não era o indivíduo, mas a família, incluindo os escravos; o catolicismo hierárquico, herdado da metrópole e que permaneceu no Império; e o indianismo romântico, que trouxe os ímpetus revolucionários e o sentimentalismo sob forte influência da religiosidade (ALONSO, 2009, p. 95).^b Essas ideias ajudaram a compor a tradição imperial. Os grupos contestatórios da geração de 1870 buscaram outras teorias para criticar esta tradição. Esses intelectuais, no entanto, buscaram alguns elementos da tradição imperial e seus personagens, tais como o Romantismo, com Castro Alves; personagens como frei Caneca e Tiradentes; e movimentos como a Confederação do Equador (1824) e a Revolta Praieira (1848-1850).

Sua produção constituiu-se em textos para debate público onde os temas eram o indianismo, o liberalismo, o catolicismo, a monarquia e a escravidão (ALONSO, 2009, p. 98).^c

Havia também diferentes grupos que buscavam reivindicar seus próprios interesses, pois se viam impedidos de participar das decisões políticas, como por exemplo os liberais republicanos, os federalistas positivistas e os positivistas abolicionistas. Esses grupos, mesmo com pautas diversas, tinham em comum a militância contra a escravidão. Todos viam a necessidade da abolição. Como autores lidos por estes intelectuais, Alonso (2009, p. 102)^d cita Stuart Mill, Comte e Pierre Laffitte. Assim, a geração de 1870 foi um movimento de contestação dos valores e instituições imperiais, onde cada grupo possuía suas pautas prioritárias. Porém, todos eles almejavam a abolição da escravidão, mesmo que divergindo quanto à forma como ela se daria. Para Alonso (2009, p. 111),^e este foi um movimento reformista, pois não pretendia alcançar seus objetivos por vias revolucionárias, e foi, ao mesmo tempo, um movimento social na medida em que orquestrou mobilizações coletivas. Buscou na Europa não apenas referências teóricas, mas meios de ação, principalmente na Inglaterra e na França, onde surgiam novos meios de ativismo político, como comícios, passeatas, entre outros – meios amplamente utilizados no Brasil, inclusive no movimento abolicionista (ALONSO, 2009, p. 112).^f

Foi nesse contexto que se moldou a influência do determinismo climático que iria predominar no discurso intelectual cearense da década de 1880 como base para o movimento abolicionista, a literatura e a própria identidade regional, a partir da entrada dessas novas teorias na realidade cearense. Oliveira (2015, p. 28)^j diz que:

[...] o movimento que se originou nas atividades da Academia Francesa formou entre a camada letrada de Fortaleza vínculos de afinidades que mais tarde foram encontrados nos movimentos políticos da abolição dos escravos, bem como nos movimentos literários da década de 1880.

Dessa forma, vemos também as bases teóricas que agiram como motivação para que esses homens, posteriormente, se engajassem no movimento pela abolição dos escravos. Era o desejo de intervir na sociedade a fim de acelerar sua transformação rumo ao progresso, visto que a escravidão era tida como um obstáculo ao desenvolvimento da civilização; além de se colocarem como representantes da cientificidade nesse processo. No jornal *Libertador*, órgão da Sociedade Cearense Libertadora, a mais importante e atuante sociedade abolicionista do Ceará, fundada em 1880, encontramos essa noção de escravidão como atraso. Este aspecto fica claro desde o início, já no número 02, de 1881, quando se diz: “[...] é tempo que desapareça do meio de nós esta infâmia que retarda o

nosso progresso e nos distancia do lugar que compete-nos no congresso das nações” (ABAIXO..., 15 jan. 1881, n. 2, p. 1).^a

A Academia Francesa chegou ao fim em 1875, mas, no mesmo ano, alguns de seus antigos membros, em conjunto com outros estudantes fundaram o Gabinete de Leitura, com o objetivo de manter uma biblioteca e difundir as leituras científicas na província. A partir desta agremiação, outras foram surgindo, entre elas as literárias e abolicionistas da década de 1880. Neste período, segundo Almir Oliveira, entre os temas marcantes dos movimentos sociais no Ceará estavam a reorganização após a seca, a abolição, o movimento republicano e o desejo de inserir a província nas mudanças que trariam o progresso material típico da civilização europeia. Estes temas nortearam os debates entre os intelectuais principalmente na imprensa. Foram as influências teóricas da década de 1870 que marcaram essa geração e motivaram sua ação social. Assim, colocando-se:

Como arautos de um conhecimento pragmático, voltados para uma ação direta que indicaria o caminho da civilização e progresso social esperados para o Ceará, esses intelectuais se identificariam com determinadas “missões” como a abolição dos escravos, a escrita de uma narrativa científica para o Ceará, interferindo decisivamente na consolidação de um novo universo intelectual em Fortaleza (OLIVEIRA, 2015, p. 38).^k

Segundo Gleudson Passos Cardoso (2015, p. 41),^a no Ceará, no momento de transição da Monarquia para a República, esses intelectuais atuaram em “jornais partidários, revistas científicas e periódicos literários”, disseminando visões políticas e científicas do que deveria ser a nova nação. Nesse contexto, a imprensa local se dividia em duas frentes: o jornalismo político e o literário/científico. Assim, defendiam seus princípios filosóficos e atuavam na opinião pública, informando-a dos debates políticos e intelectuais da época. Estes se baseavam em sua vivência cotidiana, em sua origem social, nas leituras que faziam; uns se fascinando com as transformações da época, outros as temendo. Dividiram-se em duas gerações. Uma foi a Mocidade Cearense, composta por aqueles que participaram dos movimentos pelo “racionalismo filosófico” (CARDOSO, 2015, p. 44)^b e pela abolição, entre 1870 e 1880, na Academia Francesa, na Sociedade Cearense Libertadora, no Centro Abolicionista e no Clube Literário. Parte destes fundou o Instituto do Ceará, a Academia Cearense e o Centro Literário. A segunda geração foram os Novos do Ceará, inspirados no movimento abolicionista, composta por camponeses e imigrantes e pelas classes populares; foram inspirados também pelas ideias democráticas e republicanas e fundaram a Padaria Espiritual e o Centro Literário. A origem social dos componentes da Mocidade era, em sua maioria, das classes abastadas, com poder na política local, e também de camadas médias que emergiam com o desenvolvimento algodoeiro. Uma

exceção seria Justiniano de Serpa, de origem popular, mas que acabou por aproximar-se dos grupos políticos oligárquicos. A Academia Francesa, então, foi uma iniciativa da Mocidade, que procurou se engajar nas questões políticas e sociais nas décadas de 1870 e 1880. Sobre a atuação da Mocidade no movimento abolicionista, Cardoso (2015, p. 48)^c diz:

Na década de 1880, a Mocidade Cearense encabeçou os debates em torno da abolição da escravatura no espaço do Clube Literário, uma ramificação do movimento abolicionista (Sociedade Cearense Libertadora e seu jornal *O Libertador*) e da então extinta Academia Francesa. Com sua revista *A Quinzena* (1887), alguns escritores como Rodolfo Teófilo, Paulino Nogueira, João Lopes, Antônio Martins, Oliveira Paiva, Justiniano de Serpa, Antônio Bezerra, Guilherme Studart, Abel Garcia, dentre outros, publicaram artigos pelo órgão que teve repercussão local e nacional. Eles justificaram com a filosofia evolucionista a abolição do cativeiro na província do Ceará (em 1884, quatro anos antes da emancipação no restante do Brasil). Em geral, refletiram que o fato foi resultado da evolução biológico-social-moral do povo cearense, por adaptar-se à ação violenta das forças mesológicas e climáticas (referindo-se à seca de 1877/1879), teria adquirido força e índole capazes de promover o bem-comum [...].

É possível perceber, então, que os mesmos intelectuais agiam em várias agremiações, como é o caso dos citados por Cardoso, reunindo-se na Sociedade Cearense Libertadora e no Clube Literário e escrevendo no jornal *Libertador* e, posteriormente, na revista *A Quinzena*. Alguns iriam também participar da fundação do Instituto do Ceará e escrever em sua revista, como Paulino Nogueira, Guilherme Studart e Antônio Bezerra, que participaram de sua fundação, e João Lopes, Abel Garcia, Justiniano de Serpa, entre outros, que escreveram na *Revista do Instituto do Ceará*. Vemos que os mesmos homens participaram de diferentes movimentos intelectuais naquela província e assim disseminavam suas ideias por diversos meios. Já na década de 1890, no momento de organização do novo regime, a Mocidade cria duas novas agremiações, ambas em 1894: a Academia Cearense, que tinha como órgão a *Revista da Academia Cearense* (1894-1922), possuindo o mesmo pensamento cientificista e evolucionista; e o Centro Literário, que através da revista *Iracema* (1895-1900) declarava apoio ao governo republicano. Nesse novo contexto histórico, esses intelectuais atuaram na sociedade visando legitimar seus interesses e dos grupos dominantes aos quais se vinculavam.

Destacando os Novos do Ceará, já na década de 1890, percebemos que seus membros tinham origem nas classes populares urbanas e do interior. Fundaram o Centro Republicano Cearense, onde iniciaram a carreira pública. Com eles, surgiram novas posturas diante das transformações sociais do período, oscilando entre aqueles que acreditavam nos ideais civilizatórios em voga; aqueles que desejavam preservar as tradições e costumes regionais e aqueles que se ressentiam com os resultados das

mudanças e ideias difundidas pela Mocidade. Dentre os Novos do Ceará, uma parte fundou o Centro Literário e outra parte a Padaria Espiritual. Essas associações, em um momento de redefinição do regime político e de reorganização das oligarquias locais, na passagem na Monarquia para a República, buscaram legitimar o que seriam os elementos genuinamente regionais e nacionais entre a cultura popular. No que se refere aos intelectuais do Instituto do Ceará percebemos que em sua maioria eram bacharéis em Direito e haviam feito seus estudos preparatórios no Liceu do Ceará e, em seguida, na Faculdade de Direito do Ceará, o que demonstra a continuidade de um grupo que se constituía na escola primária e que construiu uma trajetória política e intelectual semelhante. A maioria também galgou altos cargos na burocracia daquele Estado, seja por nomeação ou concurso, além de atuar na imprensa. Eram ligados a diversas instituições literárias ou históricas além do Instituto do Ceará, como a Academia Cearense de Letras.

A elite intelectual: carreira, cargos públicos e disputas regionalistas

Segundo Sérgio Miceli (2001),^a que tem seu estudo focado no Sudeste, aqueles intelectuais que desenvolviam suas carreiras nos cargos públicos, ligados ao governo, também eram em sua maioria formados nessas profissões. Para Miceli (2001, p. 203),^b o capital social era o principal “trunfo” para ingressar no funcionalismo público. Porém, ao falar de si mesmos, ou em falas sobre eles, será defendida uma ideia de que possuíam uma vocação inerente para a vida intelectual; ou buscavam desconectar a produção intelectual do trabalho público:

Enquanto alguns deles sujeitaram seus escritos às exigências postas pelos encargos da convocação política que os trouxe ao convívio com os núcleos executivos, outros procuraram resguardar uma parte de sua produção intelectual das injunções partidárias e das demandas que lhes faziam certas facções com que colaboravam. Todos eles, contudo, acabaram se tornando modelos de excelência social da classe dirigente da época à medida que suas obras se convertem em paradigmas do pensamento político do país (MICELI, 2001, p. 210).^c

No Ceará, ao mesmo tempo em que publicavam obras sobre a província, atendendo a uma demanda da época de tornar conhecidos seus diversos aspectos e serem reconhecidos como referências sobre o assunto, publicavam também obras de poesias, crônicas e memórias. Assim, eles atuavam em várias frentes, sendo conhecidos pela versatilidade. Como destaca Miceli (2001, p. 210),^d “o traço mais característico da contribuição dessa elite intelectual e burocrática reside nas diversas frentes em que se desdobrava sua atuação política e cultural”; além das “recompensas” simbólicas que conseguiam, em forma de reconhecimento, como eleições para Academias – no Ceará,

principalmente o Instituto do Ceará e a Academia Cearense de Letras – ou até medalhas, honrarias e monumentos em sua homenagem. A intelectualidade aqui destacada acabou por se dedicar, sobretudo, a escrever a história do Ceará. Nesse processo, se diziam levados para a carreira de escritores e intelectuais por uma inclinação inata, por possuírem vocação para tanto. Miceli (2001, p. 83)^e diz que até mesmo sem perceber esses homens “buscam justificar sua ‘vocação’, ou melhor, se empenham em reconstituir as circunstâncias sociais que, no seu entender, se colocam na raiz de suas inclinações para as profissões intelectuais”.

Para Pierre Bourdieu (2007, p. 185),^a isto se dá por se exercer um culto romântico da biografia, que parte de um “sistema ideológico” no qual está inserida a concepção de “criação” como intrínseca ao artista/escritor; ou por uma visão “utópica” do intelectual, fundamentada em uma “aristocracia da inteligência”. Ou seja, a ideia de homens dotados desde sempre de uma inteligência superior para a criação, que seria inerente à sua personalidade. Bourdieu, então, faz uma crítica às análises que não inserem a obra ou o autor em um contexto, pois acabam revestidos de uma originalidade que leva à reverência. Em sua opinião, para que a compreensão se faça, autor e obra devem ser inseridos no “campo ideológico de que fazem parte” e que demonstra “a posição de uma categoria particular de escritores na estrutura do campo intelectual, por sua vez incluído em um tipo específico de campo político [...]” (BOURDIEU, 2007, p. 184).^b Portanto, o autor deve ser inserido em um campo próprio, o intelectual, que por sua vez deve ser inserido no campo político, pois ambos estão diretamente relacionados, como percebemos através dos ganhos materiais e simbólicos que estes homens conseguem com a inserção nesses campos.

Assim, é importante perceber a relação estabelecida entre os intelectuais em seu grupo e as diferentes frações da classe dominante. Relações que geralmente são ora de aproximação, ora de afastamento. É a partir das relações que cada categoria estabelece com o mercado e suas gratificações que se estabelece o grau de permanência ou exclusão, e, ao mesmo tempo, a experiência sobre a relação entre os artistas e as frações dominantes. Porém, o colocar-se como representante de uma classe não impede o trânsito por outras. É o que ocorre com Antônio Sales, por exemplo, pois o fato de criticar a elite política de Fortaleza não o impede de aceitar cargos públicos durante a implantação do regime republicano no Ceará. Portanto, segundo Bourdieu, para explicar a ordem que se estabelece entre as posições oferecidas pelo campo e aqueles que as ocupam não é possível recorrer à vocação, pois o que há são possibilidades e oportunidades oferecidas

pelo campo no qual se está inserido. Na verdade, aquilo que se toma por vocação, ou “tomada de consciência” (BOURDIEU, 2007, p. 201),^c é o *habitus*. Assim, não se deve perder de vista a história de vida, mas situá-la, deixando claro que o indivíduo fez escolhas e que os acontecimentos não se deram de forma ordenada e linear em sua vida, apesar desses intelectuais se esforçarem em construir uma autoimagem baseada na genialidade, na vocação, na dedicação e no amor ao trabalho intelectual e na linearidade da trajetória. Há, assim, um perfil de intelectual que é moldado por esses homens e seus pares, caracterizado pela aliança entre inteligência superior e trabalho obstinado. Raimundo Girão (1900-1988) é um exemplo emblemático nesse sentido. O consideramos como aquele que consolidou a abolição no Ceará em 1884 como marco fundamental da identidade regional cearense através do seu livro *A Abolição no Ceará*, cuja primeira edição data de 1956. Girão estudou no Liceu do Ceará e posteriormente tornou-se bacharel em Direito, e desde então sua carreira deslanchou, ocupando diversos cargos públicos de prestígio em Fortaleza. Assim, passou a fazer parte da rede de sociabilidade política e intelectual daquela sociedade.

Ao analisarmos as falas de familiares e amigos de Girão, vemos novamente a ideia de vocação presente e a intenção de se criar uma trajetória linear e determinada, além da imagem de integridade na vida pública e privada. Geraldo da Silva Nobre já expressa a ideia no título de um artigo escrito sobre Girão: “Vocação e formação de um historiador”. Nele diz que Girão teria uma inteligência privilegiada, assim como aqueles para os quais “os estudos históricos são mais viáveis [sendo um dos motivos a] tradição de interesse relativo ao passado, expressa na continuidade das várias gerações de historiadores cearenses” (NOBRE, 1988, p. 1),^a como Tristão Araripe, Senador Pompeu, João Brígido, Antônio Bezerra, Barão de Studart, entre outros. Seriam homens vocacionados para o trabalho intelectual e para a pesquisa histórica. Além da ideia de vocação, esses homens, e Girão especialmente, teriam o diferencial da dedicação e do amor ao trabalho intelectual. Eles se dedicariam com amor e afinco a esse trabalho e seu resultado transformaria a sociedade e os tornaria conhecidos para a posteridade. Qualidades inerentes a eles, algo natural, como vemos em um trecho de apresentação das obras de Girão em seu site, organizado por sua família:

Em estilo claro, simples e elegante, expressava os conceitos e ideias que lhe iam jorrando da pena, com uma naturalidade que revela o pleno conhecimento da língua portuguesa. Com igual naturalidade, manejava a escrita nos diversos níveis de erudição necessários às circunstâncias e às complexidades dos assuntos enfocados (APRESENTAÇÃO..., ©2011, par. 2).^a

Seu neto Eurípedes Chaves Júnior, embora não use o sobrenome do avô, se encarregou de ser seu biógrafo, assim como outros membros da família escreveram sobre ele, em jornais, revistas e no próprio livro de Chaves Jr (2000).^a O que se percebe é que a família se dedicou a conservar e perpetuar sua memória, criando essa trajetória linear e coerente da qual já falamos. Com isso, acreditamos que esses sujeitos puderam mobilizar o capital simbólico que seu nome acionava naquela sociedade. Além disso, família e amigos buscaram demonstrar como Girão era um exemplo de homem público, um “arquetipo de cearense” (MACEDO, 1988, p. 1);^a além de um exemplo de pai, esposo e avô.

Segundo Mozart Soriano Aderaldo (1988, p.1),^a ele era um homem de “múltiplas facetas [e um grande homem em todas elas]: ótimo filho, ótimo marido, ótimo pai, ótimo avô, ótimo irmão, ótimo amigo”. Bourdieu (2006, pos. 3727, grifo do autor)^a diz que no relato de vida, o objeto desse discurso é “a apresentação *pública*, [que é na verdade] a oficialização de uma representação *privada* de sua própria vida”. Na verdade, acaba-se por mesclar essas duas esferas da vida do sujeito. Ao buscar um relato coerente entre o homem público e o privado, onde ele deve ser um exemplo nas duas esferas, a representação da vida privada no espaço público torna-se a própria vida pública, e vice-versa. Além de uma trajetória una, sem percalços, o sujeito passa também a ter uma personalidade una, sem defeitos. É o que percebemos na representação da trajetória de Raimundo Girão encontrada nesses relatos. Acreditamos então que se trata de um trabalho de enquadramento da memória, que, segundo Michael Pollak (1992),^a é caracterizado por memórias políticas constituídas, enquadradas de acordo com determinados fins. Neste caso, busca-se formar uma imagem irretocável de determinada personalidade. Além disso, a memória é um elemento essencial de construção da identidade, seja coletiva ou individual. A imagem que vemos ser construída de Raimundo Girão é irrepreensível em todos os aspectos, no público e no privado, na construção de uma identidade de político e funcionário público, intelectual e historiador, que contribuiria para a formação da própria identidade regional cearense, através de sua produção.

Bourdieu também entende que o papel dos intelectuais nas disputas regionalistas deve ser situado tanto no local quanto no nacional, de acordo com os ganhos simbólicos ou econômicos que buscam alcançar. Para ele, estes intelectuais são aqueles que sofrem a dominação, logo calculam que seus ganhos serão maiores no âmbito regional, por ali haver menor concorrência. Já aqueles pertencentes aos dominantes, buscam mais o âmbito nacional, local do poder central, onde se encontra seu capital econômico e cultural. Ou ainda, saem de seus locais de origem e vão para o lugar central, em busca desse capital

econômico e cultural, como José de Alencar, Capistrano de Abreu e Antônio Sales, no caso do Ceará. Bourdieu também nos esclarece sobre como algumas instituições possuíam os meios para legitimar determinados discursos, inseridas na luta pela identidade regional (BOURDIEU, 1989).^a Segundo ele, nessas lutas são desejados os meios de divisão pelos quais se formam e se reconhecem os grupos. Essa divisão legítima consiste no “ato de autoridade” de “circunscrever a região, o território” e de “impor a definição [...] legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território, em suma, o princípio de divisão legítima do mundo social” (BOURDIEU, 1989, p. 104).^b Nas lutas regionais, os grupos são estigmatizados e essas divisões territoriais e sociais são arbitrarias, impostas por aqueles que possuem “autoridade”, que consiste em se afirmar uma verdade, que gera reconhecimento, produzindo “a existência daquilo que se enuncia” (BOURDIEU, 1989, p. 114).^c Assim, aqueles que possuem autoridade determinam essas características para a região ao afirmar “com autoridade, quer dizer, à vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente, ele subtrai-as ao arbitrário, sanciona-as, santifica-as, consagra-as, fazendo-as existir como dignas de existir, como conformes à natureza das coisas [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 114).^d É justamente essa autoridade que propicia a enunciação de discursos legítimos que os grupos regionais buscam subverter e tomar pra si, para poder caracterizar sua própria identidade.

Ele fala ainda sobre o discurso regionalista, que diz ser performativo, ou seja, tem em vista “impor como legítima uma nova definição de fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a *região* assim delimitada” (BOURDIEU, 1989, p. 114, grifo do autor),^e em oposição a uma definição dominante já existente. A eficácia do discurso performativo consiste na autoridade de quem o enuncia. O discurso produz o que está enunciando, mas quem anuncia deve estar imbuído de autoridade para tanto, ou seja, deve estar “autorizado a autorizar” (BOURDIEU, 1989, p. 114).^f Consiste também em o discurso estar fundamentado na objetividade do grupo, ou seja, no reconhecimento e na crença que lhe conferem os membros do grupo, bem como nas características econômicas e culturais que têm em comum. Logo, o poder exercido sobre o grupo, que segundo Bourdieu (1989, p. 117)^g “se trata de trazer à existência enquanto grupo [é ao mesmo tempo o poder de impor princípios de visão e divisão comuns, ou seja] uma visão única da sua identidade, uma visão idêntica da sua unidade”, a partir do discurso oficial. A oficialização tem sua realização completa na manifestação, onde o grupo marginalizado se torna visível para os outros e para si próprio “atestando assim a sua existência como grupo conhecido e reconhecido, que aspira a institucionalização” (BOURDIEU, 1989, p. 118).^h É o que buscavam os

intelectuais reunidos no Instituto do Ceará, a partir de sua posição como instituição reconhecida para emitir discursos científicos.

Aqui é importante destacar também a abordagem do autor sobre o papel do discurso científico para legitimar determinadas classificações. É interessante observar o Instituto do Ceará sob esse prisma, como um lugar de autoridade para emitir discursos científicos, já que estes são importantes para atrair o reconhecimento para a região e sua história. Segundo Bourdieu (1989, p. 120, grifo no original),ⁱ “qualquer enunciado sobre a região funciona como um *argumento* que contribui – tanto mais largamente quanto mais largamente é reconhecido – para favorecer ou desfavorecer o acesso da região ao reconhecimento e por este meio à existência”. Para o autor, o regionalismo (como também o nacionalismo) é um caso particular das lutas simbólicas onde os agentes podem estar envolvidos tanto individualmente (em dispersão) quanto coletivamente (organização). O que está em jogo é a conservação ou transformação das “relações de força simbólicas e das vantagens correlativas, tanto econômicas como simbólicas [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 124).^j Colocadas também como lutas pelos critérios de avaliação legítima, ou lutas de classificação, onde os agentes “empenham interesses poderosos, vitais por vezes” (BOURDIEU, 1989, p. 124),^k na medida em que o valor da pessoa está reduzido à sua identidade social. Assim, nas lutas regionais, os agentes colocam toda sua vitalidade, todo seu “ser social [...] tudo o que define a ideia que eles têm de si próprios” (BOURDIEU, 1989, p. 124);^l o que para eles constitui o “nós” em oposição aos “outros”, e ao que se encontram ligados “por uma adesão quase corporal” (BOURDIEU, 1989, p. 124).^m Isso, para ele, explica “a força mobilizadora excepcional de tudo o que toca à identidade” (BOURDIEU, 1989, p. 124).ⁿ

Assim, a luta regional teria como objetivo a “reapropriação coletiva deste poder sobre os princípios de construção e de avaliação da sua própria identidade [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 125).^o Para tanto, eles se utilizam até mesmo dos estigmas que lhes são impostos em seus discursos por reconhecimento. O estigma confere as determinantes simbólicas e seus “fundamentos econômicos e sociais [que se tornam os] princípios de unificação do grupo e pontos de apoio objetivos da ação de mobilização” (BOURDIEU, 1989, p. 125).^p É o que também vemos no discurso do Instituto do Ceará, que utiliza o estigma de província pobre, castigada pelas secas, para obter reconhecimento na medida em que, apesar dessas características adversas do meio, consegue um feito considerado glorioso como ser a primeira província do Brasil a libertar todos os escravos. A luta regionalista seria também uma “resposta à estigmatização que produz o território” (BOURDIEU, 1989, p. 126).^q Se a

região não fosse um “espaço estigmatizado”, ou seja, uma província definida pela distância econômica e social em relação ao centro, privada do capital material e simbólico, que se concentra também no centro, não poderia reivindicar uma existência. Aqueles que fazem parte da região estigmatizada lutam justamente porque esta “existe como unidade negativamente definida pela dominação simbólica e econômica [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 126).^r É para romper com essa definição e inverter as características estigmatizadas que a revolta contra essa dominação toma a “forma de reivindicação regionalista” (BOURDIEU, 1989, p. 127).^s No entanto, abolir totalmente o estigma acabaria com os próprios princípios do “jogo”, que leva à reivindicação pela existência. A luta regionalista busca reconhecimento a partir da afirmação do próprio estigma e sem este não haveria busca pela afirmação da existência. Este é o paradigma que Bourdieu aponta. Acreditamos, então, que o Instituto do Ceará busca subverter o discurso de autoridade definido pelo centro, que seria o Rio de Janeiro, então corte do Império, e legitimar seu próprio discurso, alcançando reconhecimento para sua região, como órgão científico com autoridade em âmbito regional.

Anne-Marie Thiesse (1995)^a também se propõe a pensar o regionalismo, porém a partir do exemplo da França durante a Terceira República (1870-1940). A autora procura demonstrar como, naquele contexto, o regionalismo foi utilizado para demonstrar ao mesmo tempo a diversidade e a união da França – a diversidade compunha a nacionalidade. Assim, o regionalismo não teria sido construído em oposição ao nacional, mas para corrigir o centralismo excessivo em Paris, que começou a ser contestado em meados do século XIX. Dessa forma, Thiesse (1995, p. 5)^b destaca que “o regionalismo, portanto, desempenha na história francesa um papel de consolidação da identidade nacional, relegado com frequência ao segundo plano, mas subitamente colocado em evidência nos períodos de crise intensa”. Crise que naquele momento tinha como principais motivos este centralismo político e econômico em Paris, visto como um desequilíbrio; e a derrota francesa para a Alemanha na Guerra Franco-prussiana em 1870, que levou dirigentes e intelectuais a buscarem novos elementos que demonstrassem a excelência francesa. Essa grandeza consistia em sua diversidade, que fazia da França um país “abençoado pela natureza [e] o resumo ideal de toda a Europa” (THIESSE, 1995, p. 6).^c Assim, o patriotismo consistia em “conhecer, amar e avivar” (THIESSE, 1995, p. 7)^d a diversidade francesa. Ela destaca que a escola teria importante papel neste sentido, já que era ali que as crianças primeiramente aprendiam sobre a “pequena pátria”, a região, para depois aprenderem sobre a “grande pátria”, a nação, onde a região estaria inserida, contribuindo para a sua unidade. Ela destaca o surgimento de Sociedades Regionalistas a partir do início do século XX, como

museus de folclore, festivais de danças folclóricas e uma importante produção literária regionalista, de grande êxito entre o público, entre os anos de 1900 e 1930. Ela cita ainda a Exposição Internacional de Artes e Técnicas, realizada em Paris em 1937, onde os países tiveram oportunidade de expressar sua identidade nacional e seus projetos políticos, tendo a França, como tema de sua seção, o regionalismo.

Desse modo, a autora nos mostra como na França o regionalismo atuou fortemente como elemento de consenso da consciência nacional, sendo utilizado no sentido de união. Apresentava-se ainda como agente da paz social e superação dos conflitos, sendo utilizado em momentos de crise, onde cada região possuía sua identidade própria, iguais em direitos, que se complementavam no todo nacional. O que não foi diferente do que aconteceu no Brasil, como objetivamos demonstrar, onde buscava-se uma homogeneidade diante da diversidade do país. No que diz respeito à escrita da história, que é nosso foco principal, vemos como o IHGB buscou essa homogeneidade destacando a história das regiões para fortalecer a história e a identidade nacionais, seu principal objetivo diante das diversidades regionais. Por outro lado, as regiões, ao mesmo tempo em que contribuía para o nacional, fortaleciam suas próprias identidades, como no caso do Ceará. O Instituto do Ceará, dessa forma, a partir da relação com o IHGB, caracterizada por trocas e pela fluidez, produz um discurso, imbuído de autoridade científica, que legitima a identidade regional no Ceará, utilizando-se do estigma das secas para forjar uma ideia de povo cearense e do pioneirismo da abolição.

Para Albuquerque Junior (2011, p. 63),^a o “intelectual regionalista quase sempre é aquele que se sente longe do centro irradiador de poder e de cultura. Ele faz da denúncia dessa distância, dessa carência de poder, dessa vitimização, o motivo de seu discurso”, seja fazendo essa denúncia a partir da própria região ou partindo para a região central. No contexto analisado, no momento em que se pretende criar um novo olhar sobre o Nordeste e de desenvolvimento do romance regionalista, estes intelectuais cearenses se empenham na escrita da história de sua província, denunciando a distância do poder central e a carência de um interesse deste poder por sua história e, ao mesmo tempo, se colocando como aqueles que preencheriam essa lacuna a partir de seus trabalhos. Nesse sentido, o Instituto do Ceará era um local de indiscutível importância, pois como vemos, era considerado por eles como a maior sociedade intelectual do Ceará. Foi ali que estes homens se reuniram e dialogaram em torno de um objetivo comum: tornar conhecida a história do Ceará.

Os intelectuais e a abolição da escravidão na *Revista do Instituto do Ceará*

O Instituto do Ceará seguiu as mesmas características do IHGB, de valorização do documento como indicador da verdade histórica, que legitimaria a nacionalidade. Foi fundado em um contexto onde, visto de forma mais ampla, no Brasil no século XIX, agremiações como esta eram caracterizadas por práticas intelectuais e políticas através das quais buscavam interferir em seu meio social. Acreditamos, assim, que tenha se tornado uma instituição chave que legitimaria a identidade regional cearense utilizando-se amplamente da memória em torno da abolição dos escravos na escrita da história da província, conferindo-lhe caráter de verdade. Cardoso (2000, p. 10)^a defende que houve nesses espaços letrados a construção de um “ideário ilustrado cearense para o Estado e Nação brasileiros diante da transição política”. Ideário fundamentado em três bases: a chegada das “Luzes” e as ideias eurocêntricas que norteavam o progresso rumo à civilização, que conquistavam espaço entre os intelectuais cearenses naquele período; as secas, que foram interpretadas como uma fase evolutiva, dentro dos conceitos evolucionistas também em voga entre os intelectuais; e a libertação dos escravos em 1884, tida pelos intelectuais da Mocidade Cearense¹ como uma conquista institucional perante o restante do país.

Assim, cria-se a imagem do cearense forte, que supera todas as adversidades do meio e que apesar das dificuldades ainda se preocupou com seus semelhantes, no caso os cativos, possuindo, por isso, uma personalidade especial (CARDOSO, 2000, p. 12).^b Imagem esta que foi fortalecida pelo Instituto do Ceará, como se pode constatar em seus artigos que tratam da abolição, onde se afirma que logo depois da seca de 1877 a 1879, após muito sofrimento, o cearense teria se engajado na luta pela libertação dos escravos, mostrando suas supostas abnegação e coragem. Cardoso aborda ainda as questões políticas que ocorreriam no Ceará naquele momento de transição pelo qual o país passava, onde as oligarquias que então detinham o poder político buscavam meios de se adaptar aos novos rumos do país. Esses órgãos literários teriam servido a esses objetivos na medida em que, através de sua produção, buscavam inserir a população no novo contexto que se formava, fazendo crer que o país adentrava na modernidade, alcançando finalmente a civilização e o progresso, ideais caros à República – tarefa da qual também se incumbiu a imprensa.

¹ Movimento letrado ocorrido no Ceará na década de 1870 e que deu origem a agremiações, clubes e sociedades literárias.

Nesse sentido, vemos a criação dos institutos regionais como uma tentativa de aumentar a contribuição regional para a história do país. No entanto, essas contribuições seriam remetidas ao IHGB, o centro que se encarregaria de construir a narrativa da nação. Assim, essa relação se caracteriza por um movimento de trocas constantes, em uma via de mão dupla, já que estes intelectuais dos institutos regionais viam nesta aproximação uma oportunidade de afirmação. De um lado, o Ceará contaria sua história para o restante do país; de outro, o IHGB buscava a unidade e a participação da província na história nacional, obtendo ainda documentos e publicações para seu acervo. Assim, acreditamos que a relação entre os dois Institutos se caracterize pela fluidez e reciprocidade, que marcam as relações entre centro e periferia, segundo analisa Ginzburg (1989),^a onde o Instituto do Ceará tentava demonstrar, a partir de documentos, que houve muitos episódios e personagens importantes para a história do Brasil no Ceará, como a abolição dos escravos em 1884, por exemplo. Os intelectuais do Instituto buscaram, então, romper com o estigma do atraso a partir do pioneirismo na abolição.

Portanto, procuramos entender, a partir da *Revista do Instituto do Ceará*, como o Instituto fortaleceu a identidade regional a partir da memória da libertação dos escravos naquela província em 1884, em um trabalho de escrita de uma história regional que contribuía para a história nacional. Dessa forma, esses intelectuais fundamentaram o discurso de que o Ceará seria um exemplo para o país, por ser uma terra de trabalho livre, pioneira na libertação dos escravos, a primeira província a abolir a escravidão já em 1884, possuindo um povo forte, resistente às intempéries do meio e abnegado por natureza. Vemos estes aspectos em um trecho do artigo da *Revista do Instituto do Ceará* intitulado “Uma data cearense”, de Alba Valdez, publicado em 1984 por ocasião da comemoração dos cem anos da abolição no Ceará:

O povo cearense não podia supportar o innominavel trafico que rebaixava parte de seus semelhantes ao nível de alimarias. Envergonhava-o o espetaculo degradante da escravidão [...].

E o mesmo dinheiro, producto do braço escravo, queimava-lhe as mãos válidas e honradas, afigurando-se-lhe criminosa extorção.

Pois elle sabia trabalhar, combater pela vida. Sua enfribatura mais de uma ocasião fôra posta à prova: em momento histórico, para defender os brios da Pátria, nos banhados mortiferos do Paraguay; todos os dias, nas florestas virgens da Amazonia, onde os perigos enxameiam no próprio ar.

Nascido sob o céu mais ingrato do Brasil, o cearense nunca foi um predilecto da fortuna. [...]

A actividade que o caracteriza tem albaroadado contra frequentes caprichos da natureza. D’ahi talvez, sua indole afoita e generosa.

Familiarizado desde cedo com a adversidade, sciente de quanto um minuto de amargura entoxica uma existencia inteira, desolava-o a excrescencia abjecta do captiveiro.

Tornava-se mister um movimento que acabasse com aquella vergonha social. A empresa não era facil e para ella se arregimentavam as mais bellas intelligencias e as mais decididas energias.

Travou-se, porfim, a peleja. [...] E aconteceu que naquelle dia 25 de março, para sempre memorável, o sol offuscante dos trópicos saudava a primeira terra brasileira onde todos eram livres, a qual um negro de genio [José do Patrocínio] por justos motivos cognominou – Terra da Luz (VALDEZ, 1984, p. 243-244).^a

O Instituto do Ceará, como já foi destacado, seguiu as mesmas orientações do IHGB no final do século XIX, de priorização da coleta de documentos, que possuíam um caráter de verdade, sendo a história entendida como aquela dos grandes personagens e feitos que serviriam como exemplo. Em artigo da *Revista* intitulado “O Instituto e sua Revista”, em 1925, Antonio Theodorico da Costa diz que:

Folheando a utilissima Revista, pagina por pagina, vê-se á luz de toda a evidencia, que ella é farta de documentos preciosos, bem *mostrando o nosso passado e fallando dos principaes acontecimentos de que está repleta a nossa historia desde as mais longinquas datas.*

[...] A nossa historia é bella.

Nella ha feitos grandiosos que nos elevam e nos honram.

Nas suas paginas ha brilhos que jamais se apagarão, muito embora o esquecimento e o olvido dos homens caia sobre elles como um peso esmagador.

Nesta Revista tudo se encontra mais ou menos para se poder formar a nossa historia.

[...] *Temos também uma outra missão a desempenhar: - o nosso progredimento intellectual. Sem esses surtos da intelligencia não poderemos marchar com destinos certos e uma rota segura e luminosa para as conquistas da civilização.*

O Instituto é uma associação de letras bem digna e bem util.

A Revista, que publica annualmente, é muito apreciada, não aqui no Ceará, onde conta somente com trinta e dois assignantes, e onde tambem as sociedades desse genero, na sua maioria, nascem e morrem sem nunca apresentar os fructos de seus labores, mas, nos paizes estrangeiros que se esforçam para obtel-a, *como uma preciosíssima collectanea de documentação historica* e trabalhos outros do maior realce literario.

[...] Felizmente os nossos governos teem auxiliado a publicação da Revista, de vez em quando, dotando-a com pequenas verbas para que ella continue no seu afanoso trabalho e assim possa contribuir para o esclarecimento dos principaes factos de nossa vida político-social (COSTA, 1925, p. 74, grifo nosso).^a

Podemos ver, então, a ênfase numa história “bela”, motivo de orgulho por seus “feitos grandiosos”. Essa história deveria ser conhecida não apenas no Ceará, mas também pelo país e pelas demais nações ditas civilizadas. Em outro artigo sobre o Instituto, também de 1925, Eusébio Sousa esclarece como seria feito este trabalho:

Investigando o passado, rememorando as suas tradições, “arrancadas dos archivos do solo ou das pedras carcomidas dos monumentos”, *por intermedio desse “Instituto” dar-se-hia testemunho publico do quanto valia o Ceará, pois “nenhum dos*

Estados do Brasil tem como elle tamanha copia de documentos, mais vastos e seguros subsidios para a formação completa de sua historia especial” (SOUSA, 1925, p. 187, grifo nosso).^a

Seria então através do passado e das tradições, dos documentos e dos monumentos que se compilaria a história do Ceará. A província possuía meios para isto, pois dispunha de número suficiente de documentos, bastava apenas que eles fossem investigados, selecionados e catalogados, trabalho que seria efetuado pelo Instituto do Ceará. Um trabalho de fortalecimento da identidade regional cearense a partir da memória de seus feitos, principalmente o de ter sido a primeira província do Brasil a libertar todos os seus escravos em 1884.

Considerações Finais

Para finalizar, reforçamos algumas ideias já apresentadas nos parágrafos introdutórios. Pensar a relação entre a escrita da história e a construção de identidade em diferentes regiões se faz relevante por seu potencial de ênfase nas particularidades, na multiplicidade de percepções de si mesmo diante de um todo nacional. Nesse sentido, olhar para o Ceará, o Instituto Histórico e seus intelectuais permite a descentralização dos estudos sobre historiografia brasileira. Conjugamos, assim, o geral ao específico, o regional ao nacional, o micro ao macro, de modo a, inclusive, dar espaço às lutas regionais, às questões simbólicas, de poder e profissionais que formam o campo intelectual e envolvem a construção de interpretações sobre uma província no processo de escrita da história nacional. Deste modo, no contexto aqui recortado, escreve história e é reconhecido quem tem poder e se projeta em meio às lutas políticas já mencionadas. O espaço de sociabilidade representado pelo Instituto do Ceará é emblemático no que se refere a esse trabalho de construção do regional relacionado ao nacional, conjugando história e memória na produção de uma leitura do passado que deveria gerar orgulho, identificação e unidade na primeira metade do século XX. O pioneirismo na abolição, a abnegação e a força diante do clima adverso seriam, a partir desse exercício, as principais características da identidade cearense com as quais ela se projetaria no cenário nacional. Uma intelectualidade atuante, articulada e bem inserida institucionalmente foi fundamental nesse processo, buscando-se, assim, subverter posições e romper estigmas que a condenavam ao atraso e a uma condição periférica.

Fontes

Periódicos:

ABAIXO a escravidão. *Libertador: Órgão da Sociedade Cearense Libertadora*, Fortaleza, n. 2, p. 1, 15 jan. 1881. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/229865/per229865_1881_00002.pdf. Acesso em: 20 abr. 2018.^a

ESTATUTOS do Instituto do Ceará. *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo I, p. 9-11, 1887.^a

COSTA, Antonio Theodorico. O Instituto e sua Revista. *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 39, p. 69-75, 1925. Tipografia Minerva.^a

SOUSA, Eusébio. Instituto do Ceará. *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 39, p. 178-202, 1925. Tipografia Minerva.^a

VALDEZ, Alba. Uma data cearense. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. esp. – 1º Centenário da Abolição dos Escravos no Ceará, p. 243-244, 1984. Edições Universidade Federal do Ceará.^a

Referências

ADERALDO, Mozart Soriano. Ele era um homem poliédrico. *Tribuna do Ceará*, 6 ago. 1988. Disponível em: <http://www.raimundogirao.com.br/textos-sobre-girao/estudos-sobre-girao/mozart-soriano-aderaldo>. Acesso em: 15 jan. 2018.^a

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011.^a

ALONSO, Angela. Apropriação de Ideias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial - 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 3, p. 85-117.^{a, b, c, d, e, f}

APRESENTAÇÃO – Obra. *Raimundo Girão*. ©2011. Disponível em: <http://www.raimundogirao.com.br/obra/apresentacao>. Acesso em: 12 jan. 2018.^a

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: _____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 107-132.^{a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p, q, r, s}

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Arquivo Kindle, posição 2-5164.^a

BOURDIEU, Pierre. Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe. In: _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectivas, 2007. p. 183-202.^{a, b, c}

CARDOSO, Gleudson Passos. *As Repúblicas das letras cearenses: literatura, imprensa e política (1873-1904)*. 2000. 264 f. Dissertação (Mestrado)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.^{a, b}

CARDOSO, Gleudson Passos. Literatura, Imprensa e política (1873-1904). In: SOUZA, Simone; NEVES, Frederico de Castro (Org.). *Intelectuais*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2015. p. 41-71.^{a, b, c}

CHAVES JUNIOR, Eurípedes. GIRÃO, Valdelice Carneiro (Org.). *Raimundo Girão, o Homem (1900-2000)*. Fortaleza: Editores D’Aldeia, 2000. Edição Comemorativa do 1º centenário de nascimento de Raimundo Girão.^a

GINZBURG, Carlo. História da Arte Italiana. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. (Org.). *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989. p. 5-93.^a

GIRÃO, Raimundo. *A Abolição no Ceará*. Fortaleza: A. Batista Fontenele, 1956.

GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2013. Arquivo Kindle, posição 643.^a

MICELI, Sérgio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil. In: _____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 71-280.^{a, b, c, d, e}

MACEDO, Joaryvar. Raimundo Girão – as Grandes Sínteses e o Apego ao Ceará. *D. O. Letras*, ano 111, n. 12, p. 1-5, jul./set. 1988. Disponível em: <http://www.raimundogirao.com.br/textos-sobre-girao/estudos-sobre-girao/joaryvar-macedo>. Acesso em: 14 jan. 2018.^a

NOBRE, Geraldo da Silva. Vocação e Forma o de um Historiador. *D.O. Letras*, ano 111, n. 12, p. 1-4, jul./set.1988. Disponível em: <http://www.raimundogirao.com.br/textos-sobre-girao/estudos-sobre-girao/geraldo-da-silva-nobre>. Acesso em: 12 jan. 2018.^a

OLIVEIRA, Almir Leal de. Universo letrado em Fortaleza na década de 1870. In: SOUZA, Simone; NEVES, Frederico de Castro (Org.). *Intelectuais*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2015. p. 15-39.^{a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, k}

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.^a

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: R MOND, Ren  (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-269.^a

SOUZA, Simone; NEVES, Frederico de Castro (Org.). Introdução. In: _____. *Intelectuais*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2015. p. 13-14.^{a, b}

THIESSE, Anne-Marie. “La petite patrie enclose dans la grande”: regionalismo e identidade nacional na França durante a Terceira República (1870-1940). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 3-16, 1995.^{a, b, c, d}

O eco escravista: Processo histórico de formação da seletividade penal

DOI: 10.15175/1984-2503-201810307

Eugeniusz Cruz*

Resumo

Este artigo enfoca o processo histórico de formação da seletividade penal no Brasil, com um recorte específico para a situação jurídica e social dos afrodescendentes, representados em uma moldura de desqualificação moral e racial pelo pensamento político e jurídico hegemônico. Delimitamos nossa observação do sistema penal dentro dos espaços urbanos. Analisamos as legislações penais do período imperial e as das primeiras décadas do regime republicano, quando ocorre a transição de regime político (de monarquia para a república) e a abolição da escravidão. Situamos nesta conjuntura o aparecimento de demandas por mais repressão penal, quando ocorre exploração da sensação de insegurança e de fragilidade política. A análise é direcionada a partir do encaminhamento epistemológico de Gaston Bachelard, e a investigação ocorre no enfrentamento ao pensamento hegemônico, através de aberturas, fratura e ranhuras no pensamento absolutista e autoritário que direciona e rege o agir dos sistemas punitivos.

Palavras-chave: História; Direito; escravidão; seletividade penal.

El eco esclavista: el proceso histórico de formación de la selectividad del sistema penal

Resumen

Este artículo aborda el proceso histórico de formación de la denominada selectividad del sistema penal en Brasil, con una reflexión específica sobre la situación jurídica y social de los afrodescendientes, representados en un marco de descalificación moral y racial por el pensamiento político y jurídico hegemónico. Delimitamos nuestra visión del sistema penal dentro de los espacios urbanos. Analizamos las legislaciones penales del período imperial y de las primeras décadas del régimen republicano de Brasil, cuando tiene lugar la transición del régimen político (de monarquía a república) y la abolición de la esclavitud. Situamos en esta coyuntura la aparición de demandas por mayor represión penal, cuando se revela necesario ahondar en la sensación de inseguridad y fragilidad política. El análisis está encauzado según las pautas marcadas por Gaston Bachelard y la investigación del enfrentamiento al pensamiento hegemónico, a través de aberturas, fracturas y ranuras en el pensamiento absolutista y autoritario que marca y rige la actuación de los sistemas punitivos.

Palabras clave: historia, derecho, esclavitud, selectividad del sistema penal.

The echo of slavery: the historical process shaping penal selectivity

Abstract

The following article discusses the historical process shaping penal selectivity in Brazil, with a specific focus on the legal and social circumstances of the population of African descent, represented by hegemonic political and legal thought in a framework of moral and racial disqualification. We restrict our observations to the penal system within urban spaces, analyzing the penal legislations of the Imperial period and those of the early decades of the Republican regime, in light of the transition from the political regime (monarchy to republic) and the abolition of slavery. We locate the emergence of demands for greater penal repression to this period, in the light of an exploitation of a feeling of uncertainty and political fragility. The analysis is guided by a reading of Gaston Bachelard and research into the clash with hegemonic thought, by means of openings, cracks, and breaks in the absolutist and authoritarian thought that characterizes and governs the workings of punitive systems.

Keywords: History; Law; slavery; penal selectivity.

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Professor auxiliar de Direito Penal e Mestre em Direito como aluno bolsista da CAPES, pela Universidade Estácio de Sá. E-mail: eugeniuszcruz@gmail.com. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-2430-8723>

L'écho esclavagiste : processus historique de formation de la sélectivité pénale

Résumé

Cet article s'intéresse au processus historique de formation de la sélectivité pénale au Brésil sous l'angle spécifique de la situation juridique et sociale des afro-descendants, que la pensée politique et juridique hégémonique tend à disqualifier aussi bien moralement que racialement. Nous avons à cette fin mené des observations du système pénal au sein des espaces urbains et analyser les législations pénales de la période impériale et des premières décennies du régime républicain, soit à l'époque de la transition de régime politique (de la monarchie à la république) et de l'abolition de l'esclavage. C'est dans cette conjoncture que nous situons l'apparition de demandes visant le renforcement de la répression pénale par le biais de l'exploitation du sentiment d'insécurité et de fragilité politique. Ce travail se fera sur la base des idées de Gaston Bachelard et de l'analyse des résistances à la pensée hégémonique par l'entremise des fractures et des failles de la pensée absolutiste et autoritaire qui caractérise et régit l'action des systèmes punitifs.

Mots-clés : Histoire ; Droit ; esclavage ; sélectivité pénale.

奴隶制的回音：巴西的刑事选择性执法的历史形成过程

摘要

本文主要讨论巴西刑事司法制度中的选择性执法的历史形成过程，并特别关注巴西非洲裔的法律和社会状况。这些非裔的法律和社会地位都被主流政治法律思想从道德上和种族上被贬低和损害。我们在给定的城市空间内对巴西刑法制度进行观察。我们分析了帝国时期和巴西实行共和制的第一个十年期间的刑法，在这段历史时期，巴西的政体发生了变化（从君主制转变为共和制），并且在此期间，推翻了奴隶制。在这个背景下，巴西民众中出现了严格执法的诉求，因为在此期间，巴西政治上混乱，治安恶化，这都成了针对黑人的选择性执法的理由。我们根据法国当代哲学家Gaston Bachelard的理论分析研究了在奴隶的反抗之下，巴西权威主义和绝对主义思想出现的某些裂痕，以及巴西刑法的惩罚机制针对其自身的裂痕采取的补救措施——针对奴隶的选择性执法。

关键词：历史；法律；奴隶制；刑法上的选择性执法。

Introdução

A presente pesquisa investigará o processo histórico de construção da seletividade penal no Brasil, dentro de uma reflexão crítica a respeito das formas de controle social que ainda são praticadas pelo Estado na gestão das pessoas tidas como indesejáveis, a fim de atender interesses não declarados. O recorte que se propõe é em relação à construção da ideia do negro como um símbolo de perigo ou até mesmo como um inimigo, um hostil dentro da sociedade que merece os atentos olhos do sistema penal nos espaços urbanos. Com efeito, o legado dessa prática parece estar continuamente a se reinventar a partir da técnica do *völkisch* (ou popularesco) que consiste, segundo Zaffaroni (2007, p. 57), em “alimentar e reforçar os piores preconceitos para estimular publicamente a identificação do inimigo da vez”, a exemplo do ocorrido às vésperas do ano em que o Rio de Janeiro sediaria os jogos Olímpicos de 2016.

Melhor explicando, na primavera de 2015 o governo do Estado repetiu políticas de segurança pública, na tentativa de controle social absoluto de parte da população selecionada da antiga Capital da República, que remontam à práxis do século XVIII e XIX.

Naquela ocasião, jovens vindos dos subúrbios cariocas a caminho das praias localizadas na zona nobre da cidade foram retirados a força de dentro do transporte público após agentes do Estado realizarem um procedimento não previsto em lei, vale dizer, em manifesta afronta ao princípio democrático da legalidade, para verificar se os mesmos possuíam quantia em dinheiro suficiente para retornarem ao seu local de partida. Dessa maneira, adolescentes foram detidos e encaminhados ao Centro Integrado de Atendimento à Criança e ao Adolescente, sob a justificativa de não terem dinheiro para a passagem de volta (HERINGUER; BARROS, 2015). Episódios como esse parecem estar na hipótese que aqui se investiga, ou seja, submetidos a um processo histórico de repetição protagonizado pela seletividade inerente ao sistema penal brasileiro. Assim, em um grupo de 15 jovens considerados “suspeitos da prática de futuros delitos” que foi retirado de um coletivo com destino ao bairro de Copacabana, apenas um era branco, sendo todos os demais 14 com o mesmo perfil: negros e pobres, cerceados do seu direito fundamental à liberdade de locomoção, sem qualquer motivação prevista em lei.

Com a justificativa de entender melhor episódios como o acima citado, a primeira parte do estudo apresenta inquietações acerca da história das ideias políticas e do poder ligadas às questões relacionadas à problemática específica da criminalização seletiva e do controle social na transição política do regime escravocrata para a República, mais precisamente dentro do recorte histórico da virada do século XIX para o XX. O eixo central da problemática da pesquisa pode ser sintetizado com as seguintes perguntas: (i) o sistema penal no Brasil, diante de uma análise histórica, se demonstra como seletivo? (ii) caso positivo, o negro pode ser considerado como um dos alvos dessa seletividade? (iii) como o sistema penal reage às demandas por mais repressão em momentos de fragilidade política, como nas transições de regimes?

A temática das permanências histórico-culturais, que são consideradas como componentes constitutivos da estrutura social, já foi enfrentada por Gizlene Neder (2007), que considera o estudo do contexto das primeiras décadas da República como capaz de iluminar e refletir sobre o atual momento histórico (NEDER, 2012, p. 271). A fim de complementar a justificativa da pesquisa, como afirma Gaston Bachelard (1971, p. 18), a investigação se situa em mais uma tentativa de resistir e enfrentar o pensamento hegemônico, através de aberturas, fraturas, ranhuras no sólido pensamento absolutista e autoritário que direciona e rege o agir dos sistemas punitivos. Isso será realizado a partir da utilização do espaço acadêmico para confrontar e desarticular a hegemonia das ideias

que estão constantemente na pauta dos debates políticos sobre a questão da violência no Brasil, na tentativa de formar um pensamento crítico, que possibilite a superação das perspectivas que se propõem a analisar o fenômeno da criminalidade dentro de uma tradição autoritária (CASARA, 2018, p. 157-170) e, em detrimento do conhecimento, na tentativa de solucionar complexos problemas sociais. Não há nada de pejorativo nessa tentativa de desconstruir se houver o objetivo de se fazer notar que existe uma ciência - sob o prisma epistemológico - que tenta romper com o conhecimento comum através de um percurso teórico para a compreensão do fato social, como frisado pelo referido autor.

O objeto conceitual adota as concepções da teoria crítica, preconizadas por Max Horkheimer (1989, p.144), e consigna-se que o referencial teórico-metodológico envolve as formulações dos autores inseridos no campo da história do direito e da criminologia crítica, em especial, Gizlene Neder, Gisálio Cerqueira Filho, Eugenio Raul Zaffaroni, Nilo Batista, e Vera Malaguti, com a proposta de se realizar uma investigação intelectual de compreensão daquilo que acontece no tempo presente através da recuperação do processo histórico.

A hipótese é de identificar indícios de permanências históricas na formação ideológica¹ e na cultura jurídico-política brasileira, para possibilitar a compreensão dos motivos do negro estar entre os alvos preferenciais do sistema penal brasileiro. Ademais, o pensamento crítico é o eixo fundamental para a desconstrução das “verdades” que acreditam no arbítrio estatal, no uso da força e priorizam os interesses das classes dominantes direcionando o projeto criminalizador para as classes dominadas.

No que se refere aos objetivos do presente artigo, a pesquisa irá (i) analisar o contexto histórico do sistema penal durante o regime da escravidão no Brasil e a sua modificação na virada do século XIX para o XX, na conjuntura da passagem do Brasil ao regime republicano declarado em 1889, mais precisamente com as lentes direcionadas para a abolição do regime escravocrata e o cenário urbano na capital brasileira; (ii) o tratamento discriminatório do poder punitivo a determinados seres humanos, mais precisamente dentro do recorte proposto, em relação ao negro no Brasil.

O estudo proposto mostra-se relevante diante das continuidades propostas como solução para antigos problemas de violência e criminalidade no antigo Distrito Federal, que

¹ O termo ideologia, aqui empregado, “é um conceito pejorativo, um conceito crítico que implica ilusão, ou se refere à consciência deformada da realidade que se dá através da ideologia dominante: as ideias das classes dominantes são as ideologias dominantes na sociedade” (LÖWY, 2006, p. 13).

recentemente sediou grandes eventos esportivos internacionais, e tratou parte dos cidadãos como seres indesejáveis em determinadas localidades do espaço urbano.

Sistema Penal e Escravismo

O sistema penal é tradicionalmente compreendido como o complexo normativo e institucional, que decorre da noção de soberania estatal, voltado para a função declarada de garantir uma ordem social justa e igualitária, com a possibilidade do uso de medidas repressivas para a prevenção ou punição de um crime. Dentro da perspectiva crítica adotada pelo trabalho (ZAFFARONI et al., 2011, p. 60-63), diferente disso, é possível concebê-lo como o conjunto propositalmente caótico (CASARA, 2018, p. 91-105), das agências que operam a elaboração da lei penal material no plano abstrato, que permite a punição de um indivíduo diante de determinados comportamentos desviados (criminalização primária); ou que no plano concreto exerce a punição de pessoas que supostamente tenham praticado um ato definido como crime (criminalização secundária). Sob esse prisma, é entendido também como um aglomerado de órgãos estatais, tais como as instituições legislativas, policiais, judiciárias, penitenciárias; e órgãos não estatais, como no caso das universidades, organismos internacionais (Organização das Nações Unidas, OEA- Organização dos Estados Americanos) e, por fim, agências de comunicação social (rádio, televisão e jornais) que operam conforme seus interesses particulares, e de forma descoordenada.

No que diz respeito a essa última característica, é interessante ressaltar que muitas vezes essas instituições estabelecem relações de concorrência entre si, com ganhos não declarados, o que acaba por revelar uma defesa a certos setores socialmente privilegiados. Na verdade, atuam de acordo com o seu próprio poder, conforme seus próprios interesses setoriais, o que possibilita ao pesquisador identificar e demonstrar falhas e contradições em seu agir cotidiano.

Essas contradições, furos e objetivos não revelados do sistema penal, condicionados por uma tradição autoritária, podem ser observados através da análise de legislações, projetos de lei, números de prisões e presos, discursos de chefes de polícia, dentre outros dispositivos, que merecem uma releitura que possibilite, de forma mais aprofundada, o exame dessa estrutura repetitiva, através de uma investigação histórica.

Nessa perspectiva, segundo Casara (2018, p. 91-105), o significante “justiça” ausenta-se para dar lugar ao significante “poder”. Em outras palavras, o valor “justiça” pode

ser retirado no exercício concreto do sistema/poder penal, um dos principais mecanismos de controle social de pessoas indesejáveis para os donos do poder (FAORO, 1976, p. 45) político e econômico.

O estudo se voltará agora para a formação do processo histórico que introjetou no senso comum, o afro descendente como representação de um perigo para os integrantes das classes médias da sociedade brasileira.

Nesse sentido, antecedendo um pouco ao recorte historiográfico sugerido, o artigo analisa o período de formação da população negra no Brasil recém descoberto, dentro do projeto de expansão do mercantilismo, que se manifestou pelo ideal de irracionalidade, opressão e exploração por parte dos chamados descobridores. Faoro, ao observar a formação do patronato político brasileiro, constata que a direção do Estado português, ao longo do século XVI, estava configurada para a exploração de toda e qualquer forma de mercancia que propiciasse ganhos para o príncipe - senhor absoluto de todos os lucros e vantagens. Assim, Portugal, “agente econômico extremamente ativo”, nas palavras do autor, buscava nas viagens comerciais marítimas novas rendas que a terra já não lhe dava em montante compatível com as suas crescentes necessidades econômicas. O quadro histórico que refletia a realidade do mundo recém encontrado, abundante em recursos naturais e terras férteis, era a ausência de força de trabalho suficiente para a produção do referido cenário em mais valia.

Dentro daquele novo horizonte descoberto de extração de lucros, como se pode observar, o regime escravocrata foi um verdadeiro símbolo do desenho institucional do absolutismo de mercado.

Em que pese o contratualismo moderno ser uma escola que se desenvolveu ao logo dos séculos XVI ao XVIII, a partir das teorizações de Hobbes, Locke e Rousseau (STRECK; MORAIS, 2010, p. 29), a representação sobre as terras recém descobertas na América brasileira produz o mito de um lugar alheio à história, a luta de classes e ao contrato social, como se o novo continente estivesse situado tão somente dentro de um plano econômico de dilatação do mercantilismo, desconectado do processo histórico civilizatório europeu (CASARA, 2004, p. 22-52). Assim, a solução eurocêntrica, que concebia os nativos e os negros como seres juridicamente inferiores, era a de submeter estes aos seus interesses patrimoniais através de um particular regime econômico, o da escravidão.

O abuso, traduzido pela ideia de serviço forçado, perdurou para os indígenas até o ano de 1758 quando a Coroa determinou a libertação definitiva dos mesmos, prosseguindo

com a exploração brutal dos negros que, comprados na África entre os anos de 1550 e 1855, chegaram ao número de quatro milhões, em sua grande maioria, jovens do sexo masculino. Calcula-se que durante a primeira metade do século XVII, nos anos do apogeu da economia do açúcar, o custo de aquisição de um escravo era amortizado entre treze e dezesseis meses de trabalho, e mesmo depois de uma grande alta nos preços de compra de cativos, após o ano de 1700, um escravo se pagava em trinta meses (FAUSTO, 2015, p. 45-49).

Aparece aí, como observa Chauí (2000, p. 27), a identidade nacional associada à violência branca e a alienação negra, isto é, duas formas de consciência definidas por uma única instituição - a escravidão, que pode ser entendida como um processo de apropriação do trabalho do outro, da dominação do corpo, do trabalho e do tempo do ser humano através da força bruta. Em outras palavras, desde os primórdios estão sedimentadas no substrato social brasileiro as camadas estamentais, mencionadas por Faoro, formadas por integrantes que pensam e agem conscientes de pertencer a um círculo elevado e qualificado para operar e se manter no exercício do poder.

Conseqüência dessa ideia, a reflexão crítica tem negligenciado algumas considerações sobre sistema penal durante o escravismo colonial, segundo Nilo Batista (2007). Para o autor é necessário entender-se que dentro do regime da escravidão a pena pública era executada de forma diversa, uma vez que o vassalo estava inteiramente “submetido a um poder punitivo privado, no Brasil jamais regulado, que se comunicava com o poder punitivo público”, no qual cabia ao senhor - proprietário de outro ser humano - o direito privado de executar sanções penais aplicadas aos escravos em casos de transgressões ao ordenamento então vigente, vale dizer, o controle da execução penal estava no âmbito privado.

Os fundamentos jurídicos desse particular poder de penalizar eram extraídos de diversos comandos do Código Criminal do Império do Brasil, a exemplo do disposto no artigo 60 do citado diploma que estabelecia que, salvo as penas de morte ou galés, que seriam efetivadas pelo Estado, os condenados escravos teriam todas as demais sanções penais convertidas em açoites, que após a execução, seriam entregues ao senhor que se obrigava a trazer o apenado com um ferro, pelo tempo e maneira que o juiz designasse. O dispositivo, em sua parte final, limitava em 50 açoites diários a máxima intensidade da pena.

No que tange ao direito sobre o encarceramento dos negros, segundo José Pascal de Mello Freire, citado pelo autor (BATISTA, N., 2007), a mesma legislação, em seu artigo

14, §6º, previa como causa justificante à caracterização do crime de cárcere privado, o senhor que castigasse o cativo e o prendesse em casa, de modo que a brutalidade do ato não extrapolasse o direito de correção doméstica (FRANCO; NUCCI, 2011, p.135). Ou seja, já existia a criminalização da conduta de segregar a liberdade de outra pessoa, contudo, a norma penal abria uma exceção no caso do senhor que praticasse essa ação.

É perfeitamente constatável, portanto, a predominância de um poder público sancionatório executado de forma desregulada e não fiscalizada pelos senhores contra seus escravos. Essa barbaridade institucionalizada, segundo Neder (2007, p. 148-150), estava atrelada ao protótipo jurídico-penal iluminista, formado na virada do século XVIII para o XIX, como uma realidade no império luso-brasileiro e “reflete a vinculação teórica, metodológica e ideológica do absolutismo ilustrado, mesmo após a emancipação política no Brasil”, em 1822. Essa proximidade retrata a noção de existência de uma formação histórica luso-brasileira que trouxe marcas da religiosidade cristã, a exemplo do que acontecia no Tribunal do Santo Ofício, e da cultura jurídica conimbricense que atuam como uma permanência cultural bastante marcante. Em outras palavras, as ideias ilustradas decorrentes do processo histórico de secularização defendidas, principalmente, na França e Inglaterra tiveram penetração limitada no império lusitano e, conseqüentemente, no Brasil, essencialmente em razão das resistências da Igreja ao advento da razão humana, o que colocava em xeque dogmas cristãos, por sua vez alinhados aos interesses da Coroa lusitana.

O aspecto que aqui se sublinha, é que o iluminismo jurídico penal luso-brasileiro tinha uma nítida contradição entre o rol de direitos e garantias fundamentais, elencados nos incisos do artigo 179 da Constituição de 1824, dentre os quais estavam elencados a garantia da isonomia, da legalidade; e os privilégios da nobreza e o regime de escravidão que sequer eram mencionados naquela Carta. Não pode ser esquecido que, embora não fizesse menção expressa a escravidão, a citada Carta se curvava a mesma “sob a fórmula circunloquial de garantir ‘o direito de propriedade em sua plenitude’ (art. 179, inciso XXII)” (BATISTA, N., 2016, p. 33).

O Código Criminal de 1830, que viabilizava esse sistema, teoricamente articulava de um lado as ideias liberais de Beccaria e, de outro, as tentativas de controle penal absoluto e punição privada sobre os escravos, que pode ser explicado, segundo Neder, pelas concepções encadeadas pelas reformas pombalinas durante o século XVIII, na qual instaurou-se um processo de modernização conservadora em Portugal, em que é possível

destacar “a presença de uma retórica formalmente ilustrada, mas em defasagem com a prática efetiva” (NEDER, 2007, p. 106-116).

Grande exemplo disso era o tratamento dispensado ao princípio da reserva legal,² previsto em ambos os documentos mencionados, e com toda a sua significação política de ruptura com as práticas absolutistas, mas que nesse recorte histórico não passava de mera verborragia. Nilo Batista (2016, p. 34) demonstra que à revelia da citada norma, o Código de Processo Penal de 1832 possibilitava ao juiz de paz cominar penas de multa, prisão até 30 dias ou internação por 3 meses em casa de correção ou oficinas públicas, aos suspeitos de pretensão de cometer algum crime, caso não cumprissem o termo de segurança que eram obrigados a assinar, dentre outros exemplos de afronta à legalidade, sendo certo que essa possibilidade, anos adiante, em 1841, foi transferida para chefes de polícia, delegados e subdelegados.

Dentro desse regime institucional é importante lembrar que a vedação a pena de morte era anunciada como se fosse uma grande evolução, pautada pelas ideias revolucionárias e anticlericais inspiradas na Revolução Francesa, em relação às Ordenações Filipinas, anteriormente vigentes que constituíram o eixo da programação criminalizante de nossa etapa colonial tardia, sem embargo da subsistência paralela do direito penal doméstico que o escravismo necessariamente implica (BATISTA, N., 2016, p. 22).

A seletividade penal confirmava que a isonomia constitucional somente era prevista no plano abstrato, na medida em que abria uma exceção a vedação da pena capital. Essa ressalva prevista em lei, que possibilitava a execução oficial de outro ser humano, estava prevista para os casos de crime de insurreição de escravos contra senhores, previsto no artigo 113 do CCr 1830, que previa como conduta típica a reunião entre 20 ou mais escravos para conseguirem a liberdade por meio de força (ZAFFARONI et al., 2011, p. 436-440). Em outras palavras, o Código Imperial permitia a pena de morte apenas para àqueles vulneráveis ao regime econômico escravagista. Significa dizer que houve o avanço da razão em relação à vedação legal a pena capital, com exceção aos crimes de insurreição eventualmente praticados por escravos, que segundo a ordem vigente deveriam estar obedientes e submissos aos seus senhores.

Dentro desse quadro de contradições entre os ideais revolucionários iluministas e o regime de escravidão, estava a primeira codificação penal publicada no Brasil, o já citado

² Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.

Código de 1830. No plano teórico essa legislação ainda é colocada como um avanço em relação às Ordenações Filipinas, contudo, no plano da efetividade, estava alinhada aos interesses econômicos e, principalmente, atendendo ao clamor das elites.

A programação criminalizante direcionada ao inimigo do Império no Brasil

O fiasco do projeto liberal pode ser explicado pelo fato de estar no poder aquele estamento mais “diretamente interessado na conservação do regime: os proprietários rurais, que se tornam sob o império a força política e socialmente dominadora” (BATISTA, N., 2016, p. 33). Dessa maneira, a aplicabilidade da primeira codificação penal brasileira (CCr 1830) estava diretamente vinculada às ideias de identificação do inimigo público que causava medo a população, vale dizer, àqueles que dentro do pessimismo agostiniano eram identificados como os predestinados ao mal. É essa a referência criminológica que se tem em relação ao Código de 1830, ou seja, a história do medo no Brasil e seu impacto na vida social e política, já examinado por Vera Malaguti Batista (2003) em sua obra *O medo na cidade do Rio de Janeiro*. A autora mostra que esse sintoma social está diretamente relacionado aos receios populares que dizem respeito às insurreições de escravos e à criminalidade nutrida pela pobreza, que sempre desempenharam e realizam até os dias atuais, um verdadeiro protagonismo na sociedade brasileira.

Ao trabalhar a história ideológica do controle social no Brasil atual, Neder (2007) denuncia o arbítrio das fantasias absolutistas de controle social policial absoluto na subjetividade brasileira. Na Capital do Império no século XIX, a quantidade de negros na corte passou a deixar seus integrantes receosos. Segundo Casara (2004, p. 42), trata-se do medo do haitianismo, que pode ser entendido como toda e qualquer revolução negra. O então chefe de polícia - Eusébio de Queiroz - afirmou que a escravidão seria efetivamente um limite à recepção das políticas mais modernas de policiamento urbano, de corte liberal, tendo em vista a presença de escravos e libertos no mesmo espaço urbano. Para ele, o uso indiscriminado de chapéus ou de sapatos, por exemplo, ampliava a dificuldade em se implementar um policiamento voltado a tutela da cidadania, sendo a escravidão o motivo que justificaria “a não adoção plena da postura psicoafetiva e política da nova ciência de polícia” (NEDER, 2007, p. 183-184). Queiroz apontou que o único plano viável para o policiamento do Rio de Janeiro seria o confinamento dos negros nas fazendas, a forte repressão e controle policial no seu deslocamento para os centros urbanos. Dentro dessa ideia, a título de exemplo, pode ser citada a disposição da câmara municipal da Vila de

Maracás que punia com 8 dias de prisão, a mera deambulação de escravo, após 21 horas sem bilhete de autorização do seu senhor (BATISTA, N., 2016, p. 36).

É inegável que o poder punitivo discriminava os escravos e lhes conferia tratamento não correspondente à condição de pessoas humanas, pois os considerava como entes daninhos ou perigosos. Assim, dentro do que foi denominado por Zaffaroni (2007, p. 22-25) como o inimigo no direito penal, identifica-se a origem no tratamento diferenciado e discriminatório que determinados modelos de estado adotaram ao longo da história. O tema foi trabalhado, segundo o autor, pelo teórico do Estado absoluto Carl Schmitt ao afirmar que inimigo não é qualquer cidadão que venha a transgredir normas penais incriminadoras, mas sim o outro, o estrangeiro (*hostis alienígena*), aquele que incomoda o poder, os insubordinados que inspiram desconfiança e, por conseguinte, merecem tratamento diferenciado através de uma atuação seletiva do sistema penal.

Em que pese o ano de 1850 ter sido marcado pela proibição do tráfico internacional de escravos, o tráfico interprovincial continuava a ocorrer para sustentar a cultura do café no Sudeste. Sedimentado na ideologia estamental, o lento avanço rumo ao fim desse regime de exploração humana teve uma tímida evolução por meio da chamada Lei do ventre livre de 1871 (BRASIL, 1871), isto é, o primeiro passo rumo à transição para o regime de liberdades dos escravos. Essa legislação, como explica Fausto (2015, p. 186-189), na verdade, não demonstrou uma evolução significativa em relação à problemática, uma vez que em termos práticos aumentou o índice de mortalidade infantil em razão do descaso dos proprietários em relação aos recém-nascidos, especialmente em relação àqueles do sexo feminino. E “como a lei é do ano de 1871, é de se concluir que poucos foram os filhos de escravas que foram beneficiados com a liberdade ao longo desses dezessete anos que os separaram da promulgação da Lei Áurea” (HOGEMANN, 2012, p. 48).

Passo seguinte, ainda segundo Hogemann (2012), dentro da ideia de uma transição lenta e gradual, veio com a denominada Lei dos Sexagenários (BRASIL, 1885) que assegurava a libertação para as pessoas naquela condição que completassem sessenta anos de vida. Já os que contassem com idade entre sessenta e sessenta e cinco anos deveriam, conforme as disposições transitórias da legislação, prestar mais três anos de serviços e, posteriormente, poderiam ser libertados, sendo assegurada uma indenização aos senhores proprietários que seria viabilizada a partir da criação de um fundo de emancipação, diante de seu prejuízo de cunho patrimonial.

Por fim, quase três anos depois foi abolida a escravidão no Brasil, por meio da Lei 3353 de 13 de maio de 1888 que somente foi submetida à apreciação após um significativo estudo sobre os impactos econômicos, além de uma avaliação específica em termos de segurança pública. Observa-se ainda que, ao invés desse momento histórico receber a cunhagem de conquista popular contra o poder constituído – como um imperativo da secularização, a princesa Isabel deu ao ato um caráter de dádiva bondosa (CASARA, 2004, p. 22-52).

Em suma, mais de meio século após o êxito do abolicionismo no Chile e na Bolívia, o Brasil extingue a escravidão no final do século XIX, de sorte que rapidamente a nova República proclamada tratou de tomar providências quanto ao “fator risco” da transição do regime escravocrata para o sistema de liberdades.

Em que pese a reflexão aqui proposta, a historiografia tradicional do direito repressivo costuma se referir a esse momento político – publicação do CCr 1890 - como uma pseudo evolução legislativa que teria abolido a pena de morte e suprimido as sanções perpétuas e infames, tendo-as substituído pela prisão celular. Em crítica a essa posição que enfoca em grande parte a perspectiva positivista, Neder (2012, p. 71) esclarece que boa parte da análise negligencia a problemática histórico-social, e adota uma visão evolucionista pautada em uma ideia de progresso do sistema penal. Em outras palavras, ao invés de tratar a tardia libertação daqueles seres humanos com políticas públicas de educação, inclusão no mercado de trabalho, moradia, saúde, entre outras, a medida tomada foi a edição do decreto nº 847, isto é, o Código Penal de 1890 (BRASIL, 1890).

O Código de 1890 como mecanismo de transição de regimes políticos

Abolida a escravidão e instaurada a República, é inevitável o enfrentamento da problemática relativa às transições de regimes políticos que, segundo Neder (2012, p. 269) “estão a indicar não apenas rupturas, mas também permanências e continuidades que devem ser anotadas”. A partir dessa marcação, é imprescindível o enfrentamento do tema das políticas públicas destinadas ao tratamento do chamado legado autoritário, na qual são desenvolvidas formas de confrontação àquele passado não distante que se mostra predisposto a promover continuidades. Em que pese a ocorrência de uma ruptura política e institucional, a fim de que se fortaleçam as novas instituições em conformidade com o regime político que se pretende inaugurar, são imprescindíveis mecanismos destinados a evitar as atrocidades do passado (TEITEL, 2005). Para Elster (2004), as medidas relativas

às arbitrariedades praticadas pelo regime ancião podem ser definidas como o processo de julgamentos, expurgos e reparações que tomam lugar pelos desvios perpetrados pelos atores políticos do regime anterior.³ Podem ser mencionados em relação a problemática, o julgamento de Luís XVI após o processo revolucionário francês no fim do século XVIII, assim também como os julgamentos de Nuremberg no pós II Guerra.

No Brasil, no que tange a superação do regime ditatorial de 1964-1985 e a reinauguração da ordem democrática, foram adotadas diversas medidas em relação ao *ancién regime*. Podem ser aqui citadas a criação da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos (Lei 9.140/95 [BRASIL, 1995]); a Comissão de Anistia (Lei 10.559/02 [BRASIL, 2002]); o ajuizamento da ADPF (Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental) nº 153, com a finalidade de que o STF desse a Lei de Anistia (Lei 6.683/79 [BRASIL, 1979]) interpretação conforme a Constituição, de modo a declarar que a anistia concedida pelo citado diploma não se estendesse aos crimes comuns praticados pelos agentes da repressão, o que viabilizaria – em tese - uma futura persecução penal contra os responsáveis pelas atrocidades ocorridas naquele regime; além da criação da Comissão Nacional da Verdade (Lei 12.528/11 [BRASIL, 2011]).⁴

Sob o prisma do fim da escravidão, com a conseqüente declaração da República (1889), as medidas que foram tomadas no Brasil pareciam destinadas a manutenção do mesmo *status quo* anterior, vale dizer, um estado de segregação e repressão seletiva de parte da população. Doravante, a grande preocupação era garantir que os negros recém libertos fossem submetidos a um controle social penal absolutista após a inauguração da República, em uma nova onda de desconfiança generalizada com os afro-brasileiros.

Os parlamentos no Brasil eram predominantemente compostos por fazendeiros escravocratas e seus filhos, educados em profissões liberais, que monopolizavam a política, elegendo candidatos, dominando os ministérios, e as posições de mando e desmando, como afirma Sérgio Buarque de Holanda (2014, p. 86). Foi assim que no mesmo ano de 1888, quando foi finalizado aquele modelo econômico, a Câmara dos Deputados já votava um projeto de criminalização da vadiagem, com previsão de penas privativas de liberdade até 3 anos para reincidentes, em manifesta ausência de ruptura com o regime

³ “*Transitional justice is made up of the process of trials, purges, and reparations that take place after the transition from one political regime to another*” (ELSTER, 2004, p. 1-3).

⁴ O direito penal não é imprescindível para a justiça de transição, muito embora já tenha sido utilizado com essa finalidade. Quem sustenta a tese em contrário, o faz embasado no antigo mito da função preventiva da pena e na crença da bondade do poder punitivo estatal, conforme Salo de Carvalho. O que não pode ser esquecido é o fato de o sistema penal ter sempre sido objeto de manipulação dos próprios regimes autoritários (CRUZ, 2015).

jurídico do CCr 1830. Esse projeto repressivo foi elaborado na tentativa de apaziguar os medos das elites com receio das hordas de libertos que perambulariam pelas estradas furtando e surrupiando propriedades no campo; e na cidade, os bandos de capoeiras e todos aqueles pobres desocupados não admitidos na indústria (BATISTA, N., 2016, p. 63), dentro do processo de ideologização que acompanha a passagem ao capitalismo.

Com as portas das senzalas abertas, a ocupação dos espaços públicos pelos negros passou a produzir uma sensação generalizada de caos, o que reafirmou o sintoma social, que dava o fundamento para a repressão a ociosidade. Dentro do período de passagem ao capitalismo, a preocupação se dava com as taxas de incapazes, de mendigos, de negros recém-libertos, e dos demais considerados, por essa concepção, como anormais que dificultam e oneram a parte produtiva da sociedade. Assim, “no discurso deste novo sistema penal, a inferioridade jurídica do escravismo será substituída por uma inferioridade biológica”, ou seja, enquanto naquela era possível reconhecer-se uma mera decisão de poder, nesta, existia a necessidade de uma demonstração científica (BATISTA, N., 2016, p. 64), na linha daquilo que posteriormente foi afirmado por Nina Rodrigues (1894/1940) em seu livro de 1894, *As raças humanas e a sua responsabilidade penal no Brasil*, onde tentou buscar a relação biológica entre crime e raça. Ao considerar a desigualdade racial no Brasil, de acordo com as diferenças culturais de cada raça, o sistema penal brasileiro precisaria, segundo o autor, de uma imputabilidade penal também desigual. Assim, o autor acabou por defender a relatividade do conceito de crime fundamentada nos pressupostos das raças superiores (civilização ariana no Brasil) *versus* inferiores (afrodescendentes) (NEDER, 2012, p. 141-143). Essa ideia, além de estar afinada à concepção agostiniana de predestinação ao mal, alinha-se também a vertente da Escola Positiva Lombrosiana, com a tese do criminoso nato.

Pode-se afirmar que no sistema penal republicano, inaugurado pelo Código de 1890, o racismo tem uma explicável permanência no discurso criminal republicano para realizar a função de permitir um corte higienizador na população administrada e ressaltar que a neutralização dos inferiores é que deixará a vida social mais segura. O sintoma social das elites em relação ao negro recém liberto se manifestou de tal forma no cenário brasileiro a ponto de, após a abolição da escravidão em 1888 e a declaração da República em 1889, o poder constituído ter entendido que a edição de uma lei penal incriminadora ser mais importante do que a promulgação de uma Constituição, o que somente se deu em 1891.

Sem a pretensão de elaborar uma análise dogmática do CCr 1890, uma vez que a preocupação do artigo é em relação ao processo histórico de formação da seletividade penal, com um enfoque particular em relação à construção da ideia do negro como inimigo, a pesquisa passa ao estudo de alguns aspectos desse código que tinham aplicabilidade principalmente sobre os ex-escravos. Assim, o Código dividia-se em 4 livros, sendo o primeiro deles intitulado *Dos crimes e das penas*; o segundo tratava *Dos crimes em espécie*; o terceiro *Das contravenções em espécie* e; por fim, o último com a previsão *Das disposições gerais*.

A imputabilidade penal começava aos 9 anos de idade, desde que se verificasse que o réu tinha discernimento; e dos 14 anos em diante, sem a necessidade de qualquer análise, conforme o artigo 27, §§1º e 2º daquele diploma legal (FRANCO; NUCCI, 2011, p. 193). Assim, um menor de 14 anos, e maior de 9 anos de idade com discernimento, poderia ser recolhido em estabelecimentos disciplinares industriais, pelo tempo que o magistrado entendesse, contanto que o recolhimento não excedesse a idade de 17 anos, conforme o disposto no artigo 30. Assim, o jovem que cometera uma conduta desviada, considerada como crime aos 9 anos de idade, ao sair da prisão fábrica com 17 anos, teria vivido 8 anos, ou seja, quase a metade de sua vida em um estabelecimento disciplinar industrial.

No que tange às sanções penais, estavam previstas as penas de prisão celular; banimento - posteriormente extinta pela Constituição de 1891; reclusão - somente para delitos políticos; prisão com trabalho – que seria cumprida em penitenciárias agrícolas ou presídios militares; prisão disciplinar; interdição, suspensão ou perda de emprego público; e multa, conforme o artigo 43.

Chama atenção, nesse contexto, a situação do ex-escravo - recém liberto do regime de trabalho obrigatório - uma vez que o Código de 1890 também criminalizava o simples estado ou condição dessas pessoas ao fazer a previsão de crimes com condutas sem qualquer potencial lesivo a bens jurídicos. Significa dizer que o estado que foi condescendente durante séculos com escravidão, após abolir o regime, não permitia a simples diversidade cultural.

Por conseguinte, foi criminalizada pelo mesmo Código a conduta de “fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação de capoeiragem”, prevista no artigo 402, com a possibilidade de a pena chegar ao patamar de 3 anos, em caso de reincidência, a ser executada em colônias penais em ilhas marítimas ou nas fronteiras dos territórios nacionais.

Na ação policial daquela época, Neder (2012, p. 145) retrata o apoio incondicional recebido pelo chefe de polícia Sampaio Ferraz pela mídia, na política de perseguição aos capoeiras que quando presos, conforme as sanções acima enumeradas, eram enviados para cumprir penas na distante Ilha de Fernando de Noronha, em nítida política de higienização da Capital Federal em um verdadeiro *apartheid* à brasileira.

Outra criminalização que recaía especialmente sobre os afro-brasileiros era a previsão contida no artigo 399, que determinava a pena de prisão celular de 15 a 30 dias, para a conduta de vadiagem. Nesse sentido, previa o parágrafo primeiro deste dispositivo que na mesma sentença em que o juiz condenasse o infrator como vadio, ou vagabundo, seria o infrator obrigado a assinar um termo no qual ficava obrigado a tomar ocupação lícita dentro de 15 dias, contados a partir do fim do cumprimento da pena. Interessante notar que a seletividade penal mais uma vez ficaria exposta pelo teor do artigo 400 do mesmo Código que previa como causa de extinção da punibilidade, a prova por parte do condenado que comprovasse renda bastante para a sua subsistência. Ou seja, para o escravo recém liberto e condenado por vadiagem, se não cumprisse a obrigação de tomar ocupação lícita no prazo de 15 dias, poderia agora ser preso pelo prazo de até 3 anos, a serem cumpridos também em ilhas marítimas ou na fronteira do território nacional; ao contrário daquele que, pertencente a uma classe mais abastada e que comprovasse renda, teria a sua punibilidade extinta.

A pesquisa empírica feita por Neder (2012, p. 292) revela que no ano 1892, ou seja, 2 após a publicação do Código de 1890, das 655 detenções levantadas das análises dos registros dos relatórios dos chefes de Polícia e dos ministros da Justiça, e dos Livros da Casa de Detenção, guardados no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro; 229 foram motivadas por distúrbio/algazarra relativos à prática de batuques relacionados aos cultos religiosos afro brasileiros, de modo a mais uma vez caracterizar a seletividade da ação repressora.

E a primeira República não parou por aí com a sua programação criminalizante, uma vez que através de outras leis penais o sistema penal continuaria a atingir os seus alvos sociais preferências. Dessa maneira, o furto de gado que se tornou, para utilizar a expressão de Nilo Batista (2016, p. 77), um “pesadelo do latifúndio após a abolição”, foi modificado pelo decreto nº 121 de 1892 para se tornar crime de ação penal pública, punido com a mais elevada pena cominada ao furto e se tornou delito inafiançável pela edição da lei nº 628 de 1899 (BRASIL, 1899).

Por fim, pensar em sistema penal é refletir sobre as suas contradições, furos e objetivos não declarados, que merecem uma análise que possibilite, de forma mais aprofundada, o exame dessa estrutura repetitiva. Esta aponta para a possibilidade de identificá-lo como sintomático,⁵ diante da análise de suas falas, dos textos das leis repressoras, do clamor midiático por mais repressão, dos discursos de chefes de polícia notadamente direcionados a determinado alvo.

Essa estrutura repetitiva vai ao encontro da análise aqui proposta do sistema penal, na qual foi possível perceber que este atua historicamente de forma seletiva, no que diz respeito a escolha de seus alvos sociais. Além disso, funciona de forma sintomática, no que diz respeito as suas formas de atuação diante das demandas por manutenção da ordem social, sempre reagindo com a mesma estrutura sintomática seletiva, através de continuidades históricas e sem rupturas institucionais, em que pese o fim da escravidão e o advento do liberalismo.

Considerações finais

Através da investigação histórica aqui realizada, é possível compreender de uma melhor forma episódios como o ocorrido nas vésperas dos grandes eventos realizados no Rio de Janeiro, quando entre um grupo de 15 jovens presos, sem qualquer motivação legal, 14 desses eram negros e pobres, uma vez que a repressão penal é historicamente direcionada a estes. Assim, dentro do estudo dos aspectos de rupturas e continuidades, é possível concluir que aquelas somente ocorreram em um aspecto formal nas transições de regimes políticos, como no caso aqui estudado da virada do século XIX para o XX. No que diz respeito às ideologias de controle social é possível perceber as continuidades históricas de repressão penal seletiva que continuam presentes até os dias atuais, em verdadeiros espetáculos que associam a ideia de justiça ligada a repressão e ao uso da força, em prejuízo de conquistas civilizatórias fundamentais.

⁵ A ideia de um sistema penal brasileiro sintomático será melhor desenvolvida estudo posterior. Esta estrutura pode ser compreendida transversalmente pela subversão freudiana do sujeito, através do advento do inconsciente, quando foi estabelecido um novo estatuto para o sintoma, distinto do determinado pela medicina. O sintoma deixou de ser efeito de um mal, ou seja, o sinal de uma doença, em que o médico diagnostica e direciona para a cura e passa a possuir uma função fundamental, que o possibilita ser lido enquanto formação significativa do inconsciente e, nessa condição, uma mensagem a ser decifrada. A direção apontada por Freud não é no sentido da busca de uma solução, vale dizer, com o objetivo de por fim ao sintoma, mas sim, para redimensioná-lo, ao custo da rearticulação do sujeito em outro posicionamento frente a tragédia edípica (GARCIA-ROSA, 2013, p. 168-177).

Ademais, o percurso trilhado pelo trabalho permite perceber que existem sim alvos preferenciais do sistema penal brasileiro, o que autoriza caracterizá-lo como seletivo e, dentro dessa realidade, o negro pode ser considerado como de seus principais alvos.

Isso ficou demonstrado pelas diferentes formas de punição a que o negro foi submetido desde o advento da primeira codificação penal brasileira, publicada durante a escravidão, que foi anunciada como uma grande inovação liberal justamente por não mais permitir pena de morte. Contudo, a única exceção a qual caberia a aplicação da sanção capital era exatamente na hipótese dos negros se rebelarem contra seus senhores, problemática essa que se encontra localizada dentro da discussão sobre a modernidade e o atraso cultural da sociedade brasileira.

Com o fim da escravidão, já no ano seguinte foi publicada uma nova legislação penal, agora com o objetivo de perseguir ex-escravos e seus descendentes, sendo certo que estes, poderiam ser presos desde a tenra idade dos 9 anos de idade e serem submetidos a punição em estabelecimentos penais industriais até os 17 anos de idade. Já aqueles recém libertos do regime de obediência, submissão e trabalhos forçados, agora poderiam ser apenados com sanções de prisão com trabalho forçado em penitenciárias agrícolas ou presídios militares; ou enviados para cumprir penas na distante Ilha de Fernando de Noronha.

Dessa forma, o sistema penal de 1890 pode ser considerado como uma modernização conservadora, que tinha no racismo uma explicável permanência, diante dos receios das elites brasileiras assustadas com as hordas de recém-libertos a perambularem pelas ruas, sem o controle social penal absolutista.

Assim sendo, o sistema penal brasileiro pode ser definido como sintomático, uma vez que foi possível perceber a sua histórica estrutura repetitiva, de manutenção da repressão penal direcionada ao negro. Por fim, a escravidão é aqui entendida como o sintoma do sistema penal brasileiro.

Referências

BACHELARD, Gaston. *A Epistemologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1971.

BATISTA, Nilo. Pena pública e escravismo. In: NEDER, Gizlene (Org.). *História & direito: jogos de encontros e transdisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Revan, 2007. p.33-62.

BATISTA, Nilo. *Apontamentos para uma história da legislação brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871*. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos..... 1871. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm. Acesso em: 20 mar. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Secretaria-Geral da Mesa. Secretaria de Informação Legislativa. *Lei n. 3270 - de 28 de setembro de 1885*. Regula a extinção gradual do elemento servil. 1885. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=545046&id=14377125&idBinario=15779572&mime=application/rtf>. Acesso em: 22 mar. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890*. Promulga o Código Penal. 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm. Acesso em: 23 mar. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 628, de 28 de outubro de 1899*. Amplia a ação penal por denúncia do Ministério Público, e dá outras providências. 1899. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1851-1900/L628-1899.htm. Acesso em: 25 mar. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979*. Concede anistia e dá outras providências. 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm. Acesso em: 23 mar. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995*. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9140.htm. Acesso em: 23 mar. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002*. Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10559.htm. Acesso em: 24 mar. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011*. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm. Acesso em: 24 mar. 2018.

CASARA, Rubens. *Interpretação Retrospectiva: Sociedade Brasileira e Processo Penal*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004.

CASARA, Rubens. *Estado Pós-Democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. 7. impr. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CRUZ, Eugeniusz. *Justiça de transição no Brasil: análise crítica da persecução penal dos agentes da ditadura*. Curitiba: Juruá, 2015.

ELSTER, Jon. *Closing the books: transitional Justice in historical perspective*. Nova Iorque: Cambridge University, 2004.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. Porto Alegre: Globo, 1976. v. 1.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

FRANCO, Alberto Silva; NUCCI, Guilherme de Souza (Coord.). Códigos Penais Históricos do Brasil. In: *Doutrinas Essenciais de Direito Penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. v. 9, p. 185-263.

GARCIA-ROSA, Luiz Alfredo. *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2013.

HERINGUER, Carolina; BARROS, Rafaella. PM aborda ônibus e recolhe adolescentes a caminho das praias da Zona Sul do Rio. *Jornal Extra*, Rio de Janeiro, 24 ago 2015. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/pm-aborda-onibus-recolhe-adolescentes-caminho-das-praias-da-zona-sul-do-rio-17279753.html>. Acesso em: 11 nov. 2017.

HOGEMANN, Edna Raquel. Não existe justiça onde inexiste direito a memória e a verdade. In: VALLE, Vanice Lírio (Org.). *Justiça e constitucionalismo em tempos de transição*. Rio de Janeiro: Fórum, 2012. p. 41-55.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HORKHEIMER, M. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: BENJAMIN, Walter et al. *Textos Escolhidos - Teoria Crítica - Escola de Frankfurt*. São Paulo: Abril Cultural, 1989. p. 125-161. Coleção Os Pensadores.

LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 2006.

NEDER, Gizlene. *Iluminismo Jurídico-Penal Luso-Brasileiro: obediência e submissão*. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia/Revan, 2007.

NEDER, Gizlene. *Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil: criminalidade, justiça e constituição do mercado de trabalho (1890-1927)*. 2. ed. Niterói: Eduff, 2012.

RODRIGUES, Raymundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1894/1940. Acervo da Biblioteca Nacional.

STRECK, Lênio Luiz; MORAIS, José Luis Bolzan. *Ciência Política & Teoria do Estado*. 7. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

TEITEL, Ruti. The Law and Politics of Contemporary Transitional Justice. *Cornell International Law Journal*, New York, v. 38, p. 837, 2005. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=943069>. Acesso em: 8 jan. 2017.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. *O Inimigo no Direito Penal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

ZAFFARONI, Eugenio Raul et al. *Direito penal brasileiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011. v. 1.

Power and Family Law in Luso-Brazilian Thought: Enlightenment and the circulation of juridical ideas and legal culture*

DOI: 10.15175/1984-2503-201810308

Gizlene Neder**

Abstract

This text focuses on juridical ideas, with reference to the issue of power and discipline in the family in the transition to modernity. It analyses the range of juridical and political ideas permeating the heated debates that have taken place in Portugal and Brazil, when much was made to modernize civil codes (19th century). It considered firstly the process in which Enlightenment ideas circulated in the field of Law, and it focussed on *potestas* and the ideological conditionings of the discussion over civil marriage, which accompanied the secularisation and modernization process in Portugal and Brazil. This issue seems to have constituted the touchstone for the conservative resistance that hampered the reforms. These subjects have assumed enormous importance today, in view of the reform of civil code in Brazil and the debate on abortion and same sex marriage. The empirical research is based in the bibliographical production published during the 19th century (theses, books, and articles in juridical journals) in Brazil and Portugal.

Keywords: Family Law; juridical ideas; legal culture.

Poder e Direito de Família no Pensamento Luso-brasileiro: Iluminismo e a circulação de ideias e da cultura jurídica

Resumo

Esse texto enfoca nas ideias jurídicas, referidas ao poder e da disciplina familiar na transição para a modernidade. Analisa o leque das ideias jurídicas e políticas durante o debate acalorado presente em Portugal e no Brasil na época da modernização dos respectivos códigos civis (século XIX). Em um primeiro momento, consideramos o processo no qual as ideias do Iluminismo circularam no campo do Direito, destacando o pátrio poder e os condicionamentos ideológicos do debate sobre o casamento civil que acompanharam o processo de secularização e de modernização de Portugal e Brasil. Este debate constituiu o marco da resistência conservadora contra essas reformas nas codificações. Esta questão continua tendo uma enorme importância até a atualidade, se considerarmos a reforma do código civil brasileiro na virada para o século XXI e o debate sobre o aborto e o casamento de pessoas do mesmo sexo. A pesquisa empírica baseou-se na produção bibliográfica jurídica publicada durante o século XIX (teses, livros e artigos em revistas jurídicas) no Brasil e em Portugal.

Palavras-chave: Direito de Familiar; ideias jurídicas; cultura jurídica.

Poder y derecho de familia en el pensamiento luso-brasileño: la Ilustración y la circulación de ideas jurídicas y cultura legal

Resumen:

Este texto se centra en las ideas jurídicas, con referencia a la cuestión del poder y la disciplina en la familia en la transición hacia la modernidad. Analiza el rango de ideas jurídicas y políticas que impregnaron los acalorados debates que tuvieron lugar en Portugal y Brasil, cuando fueron muchos los esfuerzos destinados a modernizar los códigos civiles (siglo XIX). En primer lugar, considera el proceso en el que las ideas ilustradas

* This article forms part of a research sponsored by the Brazilian National Science and Technology Development Board (CNPq, *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico*) and by FAPERJ (Rio de Janeiro State Scientific Foundation).

** Full Professor. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brazil. Reseacher of the Brazilian National Science and Technology Development Board (CNPq, *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico*) and of FAPERJ. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: gizlene.neder@gmail.com. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-9550-015X>

Recebido em 05 de março e aprovado para publicação em 29 de junho de 2018.

circulaban en el mundo jurídico y se centra en *potestas* y los condicionamientos ideológicos del debate sobre el matrimonio civil que acompañó el proceso de secularización y modernización en Portugal y Brasil. Esta cuestión parece haber constituido la piedra angular para la resistencia conservadora que obstaculizó las reformas. Hoy en día, con el cambio de milenio, estos temas han adquirido una enorme importancia en vista de la reforma del código civil brasileño y el debate sobre el aborto y el matrimonio de personas del mismo sexo. La investigación empírica se basa en la producción legal bibliográfica publicada durante el siglo XIX (tesis, libros y artículos y publicaciones jurídicas) en Brasil y Portugal.

Palabras clave: derecho de familia; ideas jurídicas; cultura jurídica.

Pouvoir et politiques familiales dans la pensée luso-brésilienne : les Lumières et la circulation des idées et de la culture juridiques

Résumé

Ce texte s'intéresse aux idées juridiques relatives au pouvoir et à la discipline familiale lors du passage à la modernité. Il s'agit ici d'analyser l'éventail des idées juridiques et politiques qui se sont invitées dans le débat acharné ayant eu lieu au Portugal et au Brésil lors de la modernisation des Codes civils au XIX^e siècle. On s'intéressera d'abord aux processus de circulation des idées des Lumières dans le champ juridique et aux conditionnements idéologiques de la discussion sur le mariage civil qui a accompagné le processus de sécularisation et de modernisation du Portugal et du Brésil. Ce thème semble constituer la pierre angulaire de la résistance conservatrice qui a cherché à entraver ces réformes. Ces sujets sont encore d'une extrême importance aujourd'hui, au tournant du millénaire, en vue de la réforme du Code civil brésilien et du débat sur l'avortement et le mariage de personnes de même sexe. Cette recherche empirique est basée sur la production bibliographique juridique du XIX^e siècle (thèses, livres et articles de revues juridiques) au Brésil et au Portugal.

Mots-clés : politiques familiales ; idées juridiques ; culture juridique.

巴西-葡萄牙法制思想中的权力和家庭法：启蒙运动与法律思想和文化的传播

摘要

本文侧重分析司法思想，涉及家庭向现代性过渡中的权力和纪律问题。它分析了民法典现代化(19世纪)进程中贯穿葡萄牙和巴西激烈辩论的司法和政治思想。它首先回顾了启蒙运动的思想在法律领域的渗透过程，侧重于讨论司法权力与执行权力(*potestas*)和围绕世俗婚礼所产生的有关神权与政权关系的辩论。这种辩论一直伴随着葡萄牙和巴西的法制世俗化和现代化进程。这个议题似乎构成了阻碍改革的保守派抵抗现代化的试金石。这些议题于当今仍然具有重要的意义，在千年之交，关于巴西民法典的改革，堕胎和同性婚姻关系的辩论。本文研究是基于19世纪发表在巴西和葡萄牙的文献资料(论文、书籍、发表在法学期刊上的文章)。

关键词：家庭法；司法观念；法律文化。

Circulation of juridical ideas (Europe, Portugal and Brazil)

This text focuses on juridical ideas, with reference to the issue of power and discipline in the family as a key institution in the array of practices of social control and discipline in the transition to modernity. It analyses the range of juridical and political ideas permeating the heated debates that have taken place in Portugal since the end of the 18th century and in the context of Brazil's political emancipation (1822), when much was made of the intention to modernize both the criminal and civil codes. The analysis extends to the conclusion of this process in the early 20th century, when the Brazilian Civil Code was promulgated (1916), working with the bibliographical production published during this period (theses, books, and

articles in juridical journals). It considered firstly the process in which Enlightenment ideas circulated in the field of Law, bearing in mind the relationship between the metropolitan centre and the periphery as regards the sources of these ideas. Secondly, it focussed on *potestas* and the ideological conditionings of the discussion over civil marriage, which accompanied the secularisation and modernization process in Portugal and Brazil. This issue seems to have constituted the touchstone for the conservative resistance that hampered the reforms. The delay in modifying the civil code in Brazil was due to difficulties that reformers encountered in articulating the restrictions that the modern view of the rights of the person imposed (sullied by individualism, under the influence of the French civil code) on *potestas*, which in Brazil continued to be grounded in a pre-modern conception and a conservative and clerical affective attitude towards authority in the family (NEDER; CERQUEIRA FILHO, 2007). These subjects have assumed enormous importance today, at the turn of the millennium, in view of the fact that a new civil code is being drawn up and discussed in Brazil.

Of particular interest to this study is to map situations of cultural appropriation with a view to identifying the advance of juridical Enlightenment, which proposed reforms to legal codes from the late 18th century onwards. The reformers' proposals led to an ideological struggle waged over various different political force fields.

It examines Portuguese-Brazilian juridical thought and culture in terms of their relationship to the most significant idea-producing centres in Europe – that is, Italy, France and Holland. The historical and ideological dynamics of late 18th century Europe were polycentric: in the late 18th century, a vast process was under way in which ideas circulated, accompanying the circulation of people, goods, etc., not only on the European continent, but throughout its overseas extensions. The issues that set the framework for this discussion are thus the origin of the ideas (that is, the place of ideas), and authenticity and mimicry (in Portugal and in Brazil).

In both Portugal and Brazil, the urge to reform that accompanied the transition to modernity set up a dialogue with the major currents of thought in the rest of Europe. On the threshold of the 19th century, introduction of the legalist paradigm, which takes the rule of Law as the axis, on which the field of politics and ideology, hinges heralded the need to adopt modern criminal and civil codes. This meant going far beyond merely introducing constitutionalist principles designed to limit the absolute powers of Europe's monarchies,

and was related to the ongoing process of secularisation. In both countries, it was being argued that these codes were in need of reform.

In Portugal, there was considerable activity, spurred at first by commissions from the monarchy itself. During the reign of Dona Maria I, in the wake of the Marquis of Pombal's reform of Law teaching (1772), which fostered an Enlightenment intellectual training, two draft codes were commissioned from the jurist Pascoal José de Mello Freire: one of public law and another of criminal law.¹ By the end of the 18th century, this legal consultant from Coimbra had prepared a draft reform of the *Regimento para o Santo Officio* (Rules of the Holy Office), this time on commission from the Archbishop Inquisitor-General.² None of the proposals drafted by Pascoal de Mello Freire was approved. Portugal was not to have new criminal and civil codes until the mid-19th century (in 1852 and 1867, respectively).

As readers of Bentham and Voltaire (FREYRE, 2000), among others, Portuguese-Brazilian intellectuals showed a concern for political and juridical reform in the Empire. As regards Enlightenment theory more generally, jurists converged in taking care to refer to authors and books. Superficially they joined the drive to reform the hegemonic centre of thought: in Europe, Beccaria in Italy, and Grotius and Puffendorf in Holland, were paving the way for reform of criminal codes. The latter two authors particularly were greatly mentioned by both Portuguese jurists and their Brazilian counterparts who had studied at Coimbra. After all, it was the Coimbra training that lay behind the first generation of public figures to take the political helm in Brazil after its political emancipation. Meanwhile, the winds of modernity blowing from France heralded reform of the civil code. It was at this point that the core of political, ideological and affective resistance to the changes lay among Portuguese-Brazilian jurists, because the new conception of Family Law that had grown up in the process of the French Revolution entailed a secularised view of marriage, admitting divorce. Throughout the 19th century, the French civil code (of 1804, but known as the Napoleonic Code) was the ideological watershed that divided – passionately – the political universe of jurists.

In Brazil, the independence movement that culminated in political emancipation in 1822 also raised the need to produce a civil code and a criminal code for the young nation

¹ FREIRE, Pascoal Melo (Manuscript) *Direito Público de Portugal*, Reserved Section of the Lisbon National Library, COD. 8.527; FREIRE, Pascoal Melo. *Ensaio de código criminal a que mandou proceder a Rainha D. Maria I*, Lisbon: Typographia Maignense, 1823. Rare Works Section of the Rio de Janeiro National Library.

² See by the same author: *Projecto de hum novo Regimento para o Sancto Officio*, Reserved Section of the Lisbon National Library, COD. 92.

that was emerging. In 1830 the criminal code was approved. A close reading of the 1830 Criminal Code reveals the strong presence of the draft code commissioned from Pascoal José de Mello Freire in the late 18th century, along with Enlightenment penal ideas inspired in Beccaria and Bentham (NEDER, 2000). Brazil was to wait nearly another century for the civil code. It was not until 1916 that the Brazilian Civil Code was approved – that is, 94 years after political emancipation (1822) and 27 years after the Republic was proclaimed (1889). Until then Family Law had been ruled by the *Ordenações Filipinas* (Ordinances of King Dom Felipe II) of 1603. The historical situation was thus one where the pendulum swung alternately between rupture (political emancipation, drafting of a new criminal code, change of political regime from monarchy to republic, etc.) and continuity (the *Ordenações* remained in force in Portugal, and were the basis of Family Law in Brazil). The relationship between centre and periphery thus acquired unprecedented complexity depending on the point of view adopted. Where was the centre: in Italy, Holland or Portugal?

By and large, this study takes as its frame of reference the strong links that existed between Portuguese and Brazilian political thinking during the period in question. In considering the relationship between centre and periphery as regards the Enlightenment in the juridical sphere, it refers to a single historical and ideological formation in Portuguese Brazil and its relation to the various European centres mentioned above, where Enlightenment ideas were produced. In particular, it focuses on the framing of a plan to build a Portuguese-Brazilian empire drawn up by a portion of the intellectual field influenced by the political orientation of the Marquis of Pombal and his project of conservative modernization. In this project, historical updating was undertaken in such a way as to ensure the historical formation's placement in the overall panorama of the world market, without altering the (strongly hierarchized) social structure or the dominant Thomist world-view (NEDER, 2000).

It goes without saying that these subjects have assumed enormous importance today, at the turn of the millennium, in view of the fact that a new civil code is being drawn up and discussed in Brazil. To what extent is the delay in Brazil's approving a civil code symptomatic of the lingering presence of a political (and juridical) culture strongly grounded in absolutist and Thomist conceptions of power, hierarchy and obedience? To what extent does the reach of *potestas*, as formulated in the *Ordenações do Reino* (Ordinances of the Realm), perpetuate a holistic, extended model of family where the *paterfamilias* is plenipotent and the idea of the individual very tenuous? What are the implications of this structure of family

for the rights of women and of the *filius familias* (succession, dowry, emancipation, etc.)? Lastly, how has this structure affected (and how does it still affect) women's situation and the institutional model for caring for orphans and other "at-risk" children as they are known today? Moreover, are the contempt for life and the genocidal practices associated with extermination, mainly against Afro-Brazilians, not also anchored in the omnipotent absolutism of this *paterfamilias* and in the State's reiterated absence from the parental function? This study is informed by the belief that many of the problems experienced today in the field of public policies on care for children and teenagers (child prostitution, sexual abuse, rape, domestic violence, neglect) cannot be solved unless the underlying historical and cultural process is clearly understood. The fact that public policies for caring for children and teenagers, the elderly and the mentally ill have failed over more than one hundred years of the Republic (in the welfare, judicial, police or educational fields) can be said to be largely due to the timid manner in which the (more often than not, paradoxically strong and authoritarian) State has performed its parental function (LEGENDRE, 1983, 1992). This is to say that political and cultural culture in Brazil gives a degree of ideological support to the *paterfamilias* that is all-powerful in the juridical text of the law (CERQUEIRA FILHO, 1993),³ holding sway over a broad swath of kin (wife, children, other relatives, godchildren, servants and retainers). This support, in addition to its macro-political effects, which have been given considerable attention in studies in the field of Political Science (VIANNA, 1974),⁴ produces ideological and political effects, which hamper efforts to institutionalise and professionalize effective public policies. In other words, violence against women, asylums (for the mentally ill and the elderly), orphanages, prisons (including those for young offenders) – as well as the public education system – do not act fully to ensure the ideological support necessary for the State to exercise its parental function.

Family Law: continuity and discontinuity

There are strong ideological and affective links between social formations in Brazil and Portugal, which point to certain specific features in the transition to modernity. Although these social formations' place in the international market has modernized and updated them historically, by breaking with the previously dominant political and juridical mentality, clerical

³ In the text of the law alone. Such absolute powers have meant the absence or degradation of the paternal figure (in the psychoanalytical sense) in Brazil's historical and ideological formation, which has had its effect on the process of identity building.

⁴ The reference was written in 1949, which is still a fundamental source of reference for these studies.

conservatism has acted to produce psychological, political and even juridical effects favouring the continuance of Thomist conceptions. Studies of social control and discipline focussing on the issue of the family as an institution seen as a part of social control technologies constitute a privileged field for observing this process.

Proposals for reform of the penal code, which arose first in 18th century Italy with Beccaria, introduction of the 1804 French revolutionary civil code which proposed civil marriage and, later, the 1897 German civil code which was much mentioned by Brazilian jurists dealing in Family Law, led to a debate where the circulation of juridical ideas can be seen clearly.

Above all, what has to be borne in mind is how the idea of the individual was accepted (or rejected) in Brazil's historical formation during the transition to modernity (as in Europe) and, in view of the authority of the State and the family (*potestas*) in Brazilian civil law, how that idea was incorporated. At the same time, it is important to consider, on the basis of juridical thinking and the family as an institution, how forms of social control and discipline either did or did not change.

Especially as regards juridical thinking, we identified a set of absolutist fantasies of absolute social control, expressing vestiges of a rather ancient juridical and political culture, which are an enduring presence where penetration by Enlightenment proposals was insufficient to bring significant change to the social and political organization underlying juridical practices in Portugal and Brazil (BATISTA, 2000). The Thomist worldview that was spread throughout the Iberian Peninsula by the political and ideological action of the Roman Church and which upheld a rigidly hierarchical conception of society produced effects of long-lasting cultural permanence, the developments from which have strongly influenced the affective and emotional dimensions of historical formations (CERQUEIRA FILHO; NEDER, 1997). The later resist, to this day, the results of all the changes brought about by Enlightenment and liberal conceptions of rights.

We identified these permanencies by analysing the metaphors/ metonymies, and condensations/ displacements, taken here as *symptoms/ signs* revealing what is very often unconscious affective and emotional content. The Italian historian Carlo Ginzburg (1991) proposes a heuristic method centring on *marginal data, details* and *residues*. These are manifest involuntarily and enable the analyst to perform significant interpretative procedures, which we applied with outcomes in the field of the emotions and affect. Our methodological approach is heterodox. On the one hand, we are adopting the method of clues and the idea

of symptom in combination with, and in a manner extended by, a psychoanalytical perspective; on the other, we are not tied rigidly to the conception of culture and cultural permanency adopted by the Italian historian (grounded in the structuralism of Levi Strauss), as we are considering the process of cultural appropriation from a dynamist perspective.

In both Brazil (1889) and Portugal (1910), the Republican project made for a series of modernizations, after the fashion of the Pombal reforms, by separating Church and State. However, we have found evidence of a psychological and ideological continuity guaranteeing authoritarian social control practices, with emphasis on a penal juridical dogma in detriment to disciplinary procedures applied by Criminology, which, on an interdisciplinary basis, could take in issues raised by Sociology, Anthropology and by Psychology and Psychoanalysis. The permanencies and the continuity are more evident in the field of Family Law (civil law): merely discussing them has had neuralgic psycho-affective implications for the conservative clergy in the two historical formations. The outcomes of this process in the republican 20th century can be observed in how extremely difficult it was to alter the juridical statutes of Family Law and in the major obstacles positivist republicans encountered in Brazil in, for example, implementing a public education policy. Pressure from the Church against full-time public schooling, for instance, cannot – in our opinion – be understood solely as the Church, with its enormous network of confessional schools, preserving its economic interests. The cultural and ideological core of this resistance to public education and beneficent policies is strongly imbued with the idea of the Tridentine family, as a civilizational project of the Church, and constitutes the affective basis of the ideological struggles that hinder public policies in these sectors (NEDER; CERQUEIRA FILHO, 2007).

We feel that, at this turn of the millennium, the education and professional training of efficient social operators (doctors, judges, prosecutors, police officers, teachers, social workers, etc.) will have to be taken as a prime strategic point of reference for social development. Social operators must know how to deal, politically and ideologically, with these historical and cultural permanencies.

We consider Portuguese juridical thought a matrix – far more in the sense of a cultural permanency (in juridical culture), a substrate, than as a “source of inspiration” – for Brazilian juridical and political thought. The inspiration came from liberal juridical thinking as such, in terms of appearance and of thematic and ideological preferences.

This, we feel, is the reason for a certain kind of historical updating that channelled the transition towards modernity with authoritarian traits. Institutional aspects of modernization

were incorporated, while a conservative interpretation of the reforms resulted in inflexions in certain liberal ideas. The reforms brought about by the Marquis of Pombal in the mid-18th century are an example of this situation. Their formula of historical updating (grounded in political pragmatism) continues to influence the processes of modernization in Portugal and Brazil (FAORO, 1994).

Circulation of Enlightenment ideas and reforms in the field of Law

This study of the circulation of ideas is historically coextensive with the debate over reform to the civil and criminal codes, a debate, which, in Brazil, has dragged on practically from the moment of political emancipation from Portugal when the need for reform was first aired. It runs through the 1850's, when Augusto Teixeira de Freitas was commissioned by the Emperor to draft a reform law, and culminates at the other extreme of the process with heated debate at the turn of the 19th to the 20th century, when another draft law was commissioned, this time of the jurist Clovis Bevilacqua. Bevilacqua draft was questioned and reformulated by the Republican government, the principal senator and the mediator being Rui Barbosa.

Detailed scrutiny of this process can help clarify our references for the key points of the current debate over (once again) reforming Brazil's civil code. How far did the influence of the German Civil Code, mentioned above, mould the Brazilian Civil Code? Where is the much-mentioned tendency to individualism (French influence?) in the Brazilian code drawn up by Clovis Bevilacqua?

Indeed, at the turn of the 18th to the 19th century these questions were being discussed in both Portugal and Brazil. Modernization of the French code brought ideological pressure to bear for alterations to be made. Resistance from the conservative clergy (in both the historical formations studied: Portugal and Brazil) satanized the winds of modernity (NEDER, 2011); jurists addressed their arguments particularly to legitimate of civil marriage. As a result, in addition to the two countries' legislations, there is a vast body of documentation is available, including theses, books, articles and pamphlets produced at the centre of this discussion.

The framing of practices of control and discipline can be found in the Church and its strong influence on European Christianity. Michel Foucault (FOUCAULT, 1978) situates the birth of the prison in the 16th century houses of correction, while his friend Philippe Ariès (1978) underlines the importance of the Council of Trent (1545-1563) in defining the Roman

Church's civilizational strategy, in view of its delimiting a model of family and standards of control of social and sexual behaviour.

The social and ideological implications of law and rights, in terms of a broader consideration of questions relating to control and discipline outside the prison, have been highlighted by Michel Foucault (FOUCAULT; FARGE, 1982)⁵ and by Pierre Legendre (1983). The subtle workings of the micro-powers operating insidiously through the "docile bodies"; the art of distributions, through schools, barracks, timetables, hierarchical oversight, eye-play and a plethora of other control technologies, that push us out onto the street and into police control of urban space. On the other hand, we are also invited to consider these same issues within four walls: the juridical institutionalization of the family in the transition to modernity (BURGUIÈRE; LEBRUN, 1993).

The delay in modifying Brazil's civil code was due to the difficulties encountered by reformers in the juridical field in articulating the restrictions that the modern view of personal rights (tainted by individualism) imposed on *potestas*, which in Brazil continued to be grounded in a still medieval and clerical conception of authority in the family (NEDER, 2016).

The difficulties facing Augusto Teixeira de Freitas, author of the first draft civil code for Brazil, were not far from the situation described above. The first foundation for modern conceptions in the field of Family Law lay in the individualism of the Napoleonic Code. Accompanying the spread of Napoleonic influences through Europe at the turn of the 18th to the 19th century, there was a major expansion of revolutionary ideas, which drove a process of secularisation, even in formations strongly controlled by the Church, as was the case with Portugal (and Brazil), Spain and Italy (SAINT-JOSEPH, 1856). On the other hand, the obstacles of an emotional and affective-religious order encountered by Augusto Teixeira de Freitas reveal the enormous difficulty of gaining acceptance for the idea of marriage outside the control of the Church. Evidently, one cannot disregard the other obstacles and difficulties – relating to his opposition to slavery – that doomed his undertaking to failure and have been exhaustively studied by authors in the field of Law in Brazil. Nonetheless, we consider the affective-religious obstacles to have been more decisive in the failure of the first draft civil code in Brazil.

⁵ One should stress the importance of studies following a Foucaultian approach in interdisciplinary research groups. Outstanding in the field of social history is the work of Arlette Farges in co-authorship with M. Foucault himself.

From a quantitative survey of the country of origin of the bibliographical references contained in Augusto Teixeira de Freitas's *Esboço de Código Civil* (1852), considered the by clerical conservative as the most brilliant Brazilian jurist certain significant inferences may be made.

Firstly, one finds quite a restricted set of bibliographical references (a total of 106 works), such as the *Traité du Droit Romain* by Von Savigny (translated to French in 1860), which is much quoted. On the other hand, there is a considerable series of references to codes and laws in the finest style of pre-modern juridical commentaries. Notice that Von Savigny's work reached Portugal and Brazil by way of the French translation.

By contrast, the collection of bibliographical references contained in the footnotes of Clovis Bevilacqua's *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil* (Brazilian Civil Code), half a century later, displays the variety and wealth of influences, and the ideological and political openness of this author. The percentage of mentions of works originating in French juridical Enlightenment production in the field of Family Law is greater than from any other centre of production of ideas, and second only to the Brazilian references (NEDER, 2017).

The code that was approved, which restricted *potestas* by a number of individualist articles (such as children's attaining full majority at 21 years of age, and so on), was considered to have been influenced by the German Civil Code (particularly in the imprint left by Rui Barbosa on parliamentary debate over reform of the code). However, there are a number of indications that allusion to the German code may have occurred as a way to disguise (or dissent from) the influences of the French code, given that there was great political, ideological and affective resistance to accepting the latter in the Brazilian (and Portuguese) historical formations, because they were associated with the revolutionary process the Napoleon Civil Code, that contained the idea of civil marriage as a civil contract (and as consequence, introduced divorce).

Family Law in Brazil may thus be supposed to have been subject to multiple influences, although juridical literature originating in France is a conspicuous presence. A survey of the origin of the works available in the library of the Institute of Brazilian Lawyers (IAB) also shows the strong French influence in terms of the circulation of ideas and book. There are 66 books on Civil Law from France, 20 books from Italy and 23 from Brazil. We hadn't found books from Germany.

The IAB was set up in 1843, and inaugurated its library in 1896. Note that the collection in this library is exclusively the product of donations by jurists who are members of the Institute.

Most interestingly, there is a complete absence of works originating in Germany, the country that is supposed to have influenced Brazilian Civil Law. If the much-mentioned influence of the German civil code on Brazilian civil laws ever existed, it was as a result of the exhaustive participation of the senator Rui Barbosa (who was indeed a Germanophile and representative of catholic conservative thought) in the Senate Special Commission's discussions of the lower house's draft civil code⁶.

Potestas in Brazil: hierarchy and obedience

From a broader point of view, here we are dealing with relations among Church, State and Society. Church efforts to interfere in the authority of the *paterfamilias* go back many centuries. Although, at the core of the reform of the Catholic religion, it was the Council of Trent (BOSSY, 1990) that decisively implemented a civilizational and disciplinary project centred on the institution of the family, the Council of the Lateran (1215) stands as the first landmark in the Church's intervention in authority in the family (LEBRUN, 1993). Marriage became a sacrament in the dogma of the indissolubility of the bonds of matrimony. What was more important, the fiancés' consent (free, of course) opened the way for strengthening the individual *vis-à-vis* the family, thus undermining the authority of the father and his legal substitutes. No longer would he alone decide on and arrange marriages. One thus had, on the one hand, the strong presence of Christianity, which left a decisive mark on the Iberian Peninsula, imprinting on it historically and ideologically a culture that was holistic, patriarchal and openly misogynist. On the other hand, we have identified a number of steps in the construction of a certain notion of the individual, which coexists paradoxically with a holistic outlook, based particularly on Thomist philosophy (MORSE, 1989).

Modern times are considered the period when a secular ideology developed that cemented Society and shaped the State, and thus supplanted the liturgy of religious thought; this occurred particularly in the late 18th and early 19th centuries. In the two social formations

⁶ The report by Rui Barbosa was published in 1902, under the title: *Projecto de Código Civil Brasileiro – Trabalhos da Comissão Especial do Senado – Parecer do Senador Ruy Barbosa sobre a redacção do projecto da Camara dos Deputados*, 2 v. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1902.

in question (Portugal and Brazil) this process displays specific features and ambiguities, which deserve special mention.

One thus had a patriarchal universe where the *paterfamilias* was invested with authority and responsibility over all members of his household, including employees (GRAHAM, S., 1992). Each one was expected to lend obedience according to their place – as wife or as child, as retainer or as slave – as demanded by this kind of strongly hierarchized order.

The power of the head of a family was far-reaching and very broad in scope. Legally, he administered the family's properties and assets, both those of his wife and his unmarried children, and granted or denied permission for his sons to marry, or even for a widowed daughter to remarry (CAULFIELD, 2000). The marriages of his subordinates, particularly servants, depended on his consent and his participation. Male authority extended to all members of the household. According to the *Ordenações*, the head of the family had the right to inflict physical punishment on his wife, his children, his servants and his slaves. All were subject to their lord's authority. They were also implicitly under his protection. The *potestas* thus extended to all who lived or worked in the same house. At the same time, marriage was considered a sacrament administered by, and under the jurisdictional authority of, the Church, as provided for in Canon Law.

The ideas of household and family had a profound effect on the nature of politics. They came to constitute the basic units of political order, and proved particularly resistant to change. The father exercised legal authority over everyone. Legally, he could even imprison any child living with him, regardless of age. Under the *Ordenações do Reino*, children gained emancipation at the age of 25. However, “[...] *the law considered the property of children living with the family, regardless of their age, as belonging to their father*” (GRAHAM, R., 1997, p. 34). The term *paterfamilias* (father of the family) implied not only care (protection), but authority (obedience). In any case, unmarried daughters and sons remained under the yoke of *potestas* beyond 25 years of age, particularly if they lived in their father's house.

The cultural and political extent of *potestas* in Brazil affected the development of public policies on education and social assistance. Here, we feel, lies the explanation for why State intervention in these sectors has been so ineffective, even when one considers historical junctures where the State was a strong presence (the dictatorship of *Estado Novo* – 1937-1945 - or the recent military dictatorship – 1964-1984), when the legitimacy of State action was not open to question. Unlike England and its colonies, where charity and poverty

relief were undertaken by the State (the *Poor Law* came into existence in the Elizabethan period), in Portugal and Brazil these practices were restricted to the Church and the charity instituted by it, the *Santas Casas de Misericórdia* (Holy Houses of Mercy). Care for children and the elderly has been treated as a problem of the private (family) sphere: a problem for the *paterfamilias*, from whom all expect protection as a counterpart to unqualified obedience.

The family's limits extended beyond the father, the mother and their children. Protection in exchange for loyalty imposed by family bonds extended firstly to a broad range of kin by blood and by marriage. The family, with its blend of force and benevolence, was the paradigm that oriented social relations. Lack of obedience or loyalty would expose the individual to exploitation by others. In families, the threat of punishment and the promise of benevolence described the lives of wives and children, slaves, retainers, copyholders, small traders and other followers of the lord. This authority also coloured power relations, particularly in politics. It was this authority of the *paterfamilias* that the Civil Code was designed to limit.

The Brazilian Civil Code provides for the emancipation of children at 18 (partial) and 21 (total). A number of restrictions on *potestas* were signed into law. Custom however continued to dictate that children remain at home (living under their father's roof) as a duty of protection and obedience to their father. Marriage thus came to constitute a very important factor in breaking down *potestas*, in terms of building up the idea of the individual.

Throughout the period in which reform of the civil laws was being discussed in Brazil, opinions were divided for and against civil marriage. The forces of clerical conservatism and the patriarchy were particularly reluctant to transfer the whole civil register from Church to State hands, mainly as regards marriage. This was because, once under civil control, marriage would cease to be a sacrament and come to be considered a contract, as it is in most modern societies. All contracts, in juridical terms, provide for dissolution. The discussion was thus coloured by the issue of divorce and the indissolubility of marriage.

Once the Republic was proclaimed under the leadership of positivists, some who were candidly anti-clerical, the provisional government passed the law of civil records and marriage by decree in 1890, with Rui Barbosa as its mentor. When the new draft civil code, commissioned of Clovis Bevilacqua in the closing years of the 19th century, was discussed, it ran into strong opposition from Rui Barbosa, whose activities greatly delayed its approval. San Tiago Dantas (1949) interprets Rui Barbosa's intervention, notable for its criticism of the errors of language in the bill drafted by Clovis Bevilacqua, as having been a political

strategy of the then senator of the newly-proclaimed Republic to prevent the code's being approved hastily, as he believed that it should be lasting and carefully prepared. For our part, we prefer to stress Rui Barbosa's ideological and affective disagreements with the individualism present in the draft law (which reflected the influence of French juridical ideas).

It should be remembered that when the Marriage and Civil Registry Law was passed by decree, along with the 1890 Penal Code – that is, before Brazil's first republican constitution, the liberal Constitution of 1891 – the intention was anticipatory, to ensure authoritarian and repressive legal and institutional support for the technologies of social control. As was to be expected, institutionalization of the republican regime in Brazil entailed the separation of Church and State. Civil marriage was going to be introduced, one way or another. The law of 1890 (Decree No. 181) paved the way for the inevitable, though without providing for divorce, and the indissolubility of marriage was maintained until 1977.

Conclusion

To conclude, we would like to return to the subject of the ineffectiveness of public care policies for children and teenagers in Brazil.

As already said, *potestas* was restricted by the letter of the Brazilian Civil Code. However, the extent of obedience to the father conferred by custom and political practice continued to give political and ideological support to plenipotent paternal authority. Here one is dealing with a paternal figure which makes it difficult to identify limits imposed by law, in both the juridical and psychoanalytical senses. The idea that care for the infirm (the elderly, abandoned or neglected children and the insane) should be provided by setting up a state institutional structure accompanied the modernization of Brazil in the late 19th and early 20th centuries. Nonetheless, the permanency of the power of the head of the family was to produce ideological effects that hindered the process of legitimating public policies in the sector. Successful public policies in this field (carried out by governmental or non-governmental institutions) depend, at least partly, on building an ideological and affective framework to support the parental function vested in an authority capable of replacing the all-embracing figure of the *paterfamilias*.

Certainly, the debate over the new criminal and civil codes constituted the privileged setting where Brazilian society confronted social changes – which, after all, were not all that radical – regarding modernization, the formation of the Republican State, and the shifting

and diversified senses of national identity in a period of economic and social change and cultural turbulence.

Sources

FREIRE, Pascoal José de Melo. (n.d). *Projecto de hum novo Regimento para o Sancto Officio*, (manuscript). Reserved Section, Lisbon National Library.

FREIRE, Pascoal José de Melo. *Ensaio de código criminal a que mandou proceder a Rainha D. Maria I*. Lisbon: Typographia Maigneuse, 1823.

FREIRE, Pascoal José de Melo. (n.d). *Direito Público de Portugal*, (manuscript). Reserved Section, Lisbon National Library.

SAINT-JOSEPH, Anthoine. *Concordance entre les codes civils étrangers et le Code Napoléon*. 2nd ed. Paris : Cotillon, Librairie du Conseil d'Etat, 1856. 4 v.

References

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1978.

BATISTA, Nilo. *Matrizes Ibéricas do Sistema Penal Brasileiro*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos/ICC, 2000.

BOSSY, John. *A cristandade ocidental 1400-1700*. Lisboa: Edições 70, 1990.

BURGUIÈRE, André; LEBRUN, François. As mil e uma famílias da Europa. In: SEGALEN et al. (Org.). *História da Família*. Lisboa: Terramar, 1998. v. 3, p. 15-82.

CAULFIELD, Susean. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: UNICAMP, 2000.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Ideologia do Favor e Ignorância Simbólica da Lei*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado do Rio de Janeiro, 1993.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio; NEDER, Gizlene. *Emoção e Política: (a)ventura e imaginação sociológica para o novo milênio*. Porto Alegre: Fabris, 1997.

DANTAS, San Tiago. *Dois momentos de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949.

FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro?*. São Paulo: Ática, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

FOUCAULT, Michel; FARGE, Arlette. *Le désordre des familles: lettres de cachet des Archives de la Bastille*. Paris: Gallimard, 1982.

FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GRAHAM, Sandra. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

LEBRUN, François. *La vie conjugale sous l'Ancien Régime*. Paris : Armand Collin, 1993.

LEGENDRE, Pierre. *O Amor do Censor: ensaio sobre a ordem dogmática*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.

LEGENDRE, Pierre. *Les enfants do texte: étude sur la fonction parentale des États*. Paris: Fayard, 1992.

MORSE, Richard. *Espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

NEDER, Gizlene. *Iluminismo Jurídico-penal Luso-brasileiro: Obediência e Submissão*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos/ICC, 2000.

NEDER, Gizlene. *Duas margens: ideias jurídicas e sentimentos políticos na passagem à modernidade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

NEDER, Gizlene. "Casamento perfeito", cultura religiosa e sentimentos políticos. *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 3-20, jan./abr. 2016.

[NEDER, Gizlene](#). Clovis Bevilacqua: redes sociabilidade política, reconhecimento e ressentimento. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 473, p. 125-156, 2017.

NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Ideias Jurídicas e Autoridade na Família*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

VIANNA, Francisco José Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. 3rd ed. Rio de Janeiro: Record, 1974. 2 v.

LITURATERRA [Resenha: 2018, 4]

O Jardim Secreto

DOI: 10.15175/1984-2503-201810309

Gisálio Cerqueira Filho*

LITURATERRA [Resenha: 2018,4]

As resenhas, passagens literárias e passagens estéticas em *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica* são editadas na seção cujo título apropriado é LITURATERRA. Trata-se de um neologismo criado por Jacques Lacan¹, para dar conta dos múltiplos efeitos inscritos nos deslizamentos semânticos e jogos de palavras tomando como ponto de partida o equívoco de James Joyce quando desliza de *letter* (letra/carta) para *litter* (lixo), para não dizer das referências a *Lino*, *litura*, *liturarios* para falar de história política, do Papa que sucedeu ao primeiro (Pedro), da cultura da *terra*, de estética, direito, literatura, inclusive jurídicas – canônicas e não canônicas – ainda e quando tais expressões se pretendam distantes daquelas religiosas, dogmáticas, fundamentalistas, para significar apenas dominantes ou hegemônicas.

* Full Professor at Fluminense Federal University, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil and member of RCSL (Research Committee on Sociology of Law/International Sociological Association).

E-mail: gisalio@superig.com.br. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-5047-4376>

¹ Lacan, Jacques. *Outros Escritos*. Tradução Vera Ribeiro; versão final Angelina Harari e Marcus André Vieira; preparação de texto André Telles, Rio de Janeiro: Zahar, 2003, p. 11-25. [Lacan, Jacques (2001). *Autres Écrits*, Paris: Éditions de Seuil.

Recebido em 06 de agosto e aprovado para publicação em 27 de agosto de 2018.

LITURATERRA [Reseña: 2018,4]

Las reseñas, incursiones literarias y pasajes estéticos en *Passagens: Revista Internacional de Historia Política y Cultura Jurídica* son publicadas en una sección apropiadamente titulada LITURATERRA. Se trata de un neologismo creado por Jacques Lacan para dar cuenta de los múltiples efectos introducidos en los giros semánticos y juegos de palabras que toman como punto de partida el equívoco de James Joyce cuando pasa de *letter* (letra/carta) a *litter* (basura), sin olvidar las referencias a *Lino*, *litura*, *liturarios* para hablar de historia política, del Papa que sucedió al primero (Pedro), de la cultura de la *terre* (tierra), de estética, de derecho, de literatura, hasta jurídica - canónica y no canónica. Se da prioridad a las contribuciones distantes de expresiones religiosas, dogmáticas o fundamentalistas, para no decir dominantes o hegemónicas.

LITURATERRA [Review: 2018,4]

The reviews, literary passages and esthetic passages in *Passagens: International Journal of Political History and Legal Culture* are published in a section entitled LITURATERRA [Lituraterre]. This neologism was created by Jacques Lacan, to refer to the multiple effects present in semantic slips and word plays, taking James Joyce's slip in using *letter* for *litter* as a starting point, not to mention the references to *Lino*, *litura* and *liturarius* in referring to political history, to the Pope to have succeeded the first (Peter); the culture of the *terra* [earth], aesthetics, law, literature, as well as the legal references – both canonical and non-canonical – when such expressions are distanced from those which are religious, dogmatic or fundamentalist, merely meaning 'dominant' or 'hegemonic'.

LITURATERRA [Compte rendu: 2018,4]

Les comptes rendus, les incursions littéraires et les considérations esthétiques *Passagens. Revue Internationale d'Histoire Politique et de Culture Juridique* sont publiés dans une section au titre on ne peut plus approprié, LITURATERRA. Il s'agit d'un néologisme proposé par Jacques Lacan pour rendre compte des multiples effets inscrits dans les glissements sémantiques et les jeux de mots, avec comme point de départ l'équivoque de James Joyce lorsqu'il passe de *letter* (lettre) à *litter* (détritus), sans oublier les références à *Lino*, *litura* et *liturarius* pour parler d'histoire politique, du Pape qui a succédé à Pierre, de la culture de la *terre*, d'esthétique, de droit, de littérature, y compris juridique – canonique et non canonique. Nous privilégierons les contributions distantes des expressions religieuses, dogmatiques ou fondamentalistes, pour ne pas dire dominantes ou hégémoniques.

文字国 [图书梗概:2018,4]

Passagens 电子杂志在“文字国”专栏刊登一些图书梗概和文学随笔。PASSAGENS— 国际政治历史和法学文化电子杂志开通了“文字国”专栏。“文字国”是法国哲学家雅克·拉孔的发明·包涵了语义扩散·文字游戏·从爱尔兰作家詹姆斯·乔伊斯的笔误开始,乔伊斯把letter(字母/信函)写成了litter(垃圾),拉孔举例了其他文字游戏和笔误, lino, litura, liturarios, 谈到了政治历史·关于第二个教皇(第一个教皇是耶稣的大弟子彼得), 关于土地的文化 [Cultura一词多义·可翻译成文化·也可翻译成农作物], 拉孔联系到美学, 法学, 文学, 包括司法学— 古典法和非古典法, 然后从经典文本延伸到宗教, 教条, 原教旨主义, 意思是指那些占主导地位的或霸权地位的事物。

O Jardim Secreto

Gisálio Cerqueira Filho

CHESTERTON, Gilbert Keith. *O Jardim Secreto –The Secret Garden*. Tradução de Gil Reyes. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2018. Coleção Folha Inglês com Clássicos da Literatura, v. 15. Edição bilíngue.

Gilbert Keith Chesterton (29/05/1874 – 14/06/ 1936), (re)conhecido como tomista de fôlego foi não apenas um escritor inglês, mas polemista do paradoxo, implicado definitivamente em incorporar a intuição e a imaginação no paradigma racionalista que reporta a Santo Tomás de Aquino. Dedicou-se à literatura, poesia e à crítica de arte. Foi dramaturgo, biógrafo, teólogo, jornalista. Referindo-se a si próprio como adepto da ortodoxia cristã, identificou-se primeiramente com o anglicanismo, e mais tarde, a partir de 1922, converteu-se definitivamente ao catolicismo. G. K. Chesterton casou com Frances Blog em 1902, tendo vivido com ela toda a vida.

Muitos o consideram uma espécie de sucessor de John Henry Newman (21/02/1801-11/08/1890), também anglicano, mas devotado à vida sacerdotal e que se converteu ao catolicismo em 1845 com grande repercussão na opinião pública de então. Em Birmingham, dirigiu um oratório de São Felipe Néri, tendo pertencido à Ordem dos Oratorianos e chegou a ser reitor na Universidade Católica da Irlanda (1854).

Chesterton utilizava-se dos meios de comunicação, particularmente do rádio, para difundir o catolicismo e, em particular o tomismo; muitas vezes com foco na doutrina social da Igreja ou no debate “laicização X clericalismo” fazendo uso particular de provérbios, ditos populares de fácil compreensão dos ouvintes ou leitores, quase sempre fascinados com suas comparações alegóricas, chistes, metáfora e metonímias destinadas a produzir efeitos precisos.

No universo da ficção foi responsável pela criação do personagem sacerdote-detetive Pe. Brown, com erudita, mas compreensível, apologética.

O papel desempenhado pelo campo católico-anglicano, especialmente pelo Reverendo Newman e por Chesterton, repercutiu na chamada reconversão de Joaquim Nabuco, no apagar das luzes do império no Brasil e pouco mais tarde de Gilberto Freyre, quando vira as costas para *Baylor University*, nos EUA, de confissão batista. Na ocasião, travou contato com o pensamento de Chesterton na sua viagem à Inglaterra. Tal percurso ainda aguarda apuração atenta, reflexão e interpretações aprofundadas. E talvez possamos dizer o mesmo para as conversões ao catolicismo de Jackson de Figueiredo (1918) ou Alceu Amoroso Lima (1928). Incluímos neste rol também Rui Barbosa e Gustavo Corção. Pois que estava em curso a chamada terceira escolástica, na qual o papa Leão XIII (02/03/1810 – 20/08/1903) teve papel primordial. Tornando-se Papa a partir de 20 de fevereiro de 1878, foi o responsável pela encíclica *Rerum Novarum*, publicada em 15 de maio de 1891 e pelo chamamento da Igreja à presença no cotidiano mundano.

A continuidade da terceira escolástica deu-se durante o pontificado de Pio X (1903-1914). Marcos a serem destacados são o “juramento antimodernista” e o “Código Canônico” (*Codex Iuris Canonici*), outorgado durante o pontificado de Bento XV (1914-1922). Enquanto a primeira medida visava contrapor-se especialmente ao relativismo, a segunda ratificava a doutrina da Igreja em oposição às modernas codificações civis que emergiam na Europa. O Código criou a *Congregazione per L'Educazione Cattolica*, que determinou o ensino da filosofia e da teologia segundo o método e a doutrina de Tomás de Aquino nos seminários e nas escolas católicas.

O Jardim Secreto data de 1910 e se inscreve na valorização do tomismo, de quem o autor G. K. Chesterton é grande defensor. Assim, a obra *Ortodoxia* (Londres, 1908) é um precioso exercício para defender a visão filosófica da fé perante o racionalismo. Com o famoso *sense of humour* inglês, Chesterton subjetiva-se e implica-se no próprio processo de sua conversão do agnosticismo para o cristianismo, mostrando a coerência e a beleza da doutrina cristã no embate contra as filosofias modernistas.

Foi o psicanalista Jacques Lacan que definiu o *symptôme* (sintoma) da nossa época com as ideias de São Tomás (portanto do tomismo) pela homofonia que acarretava a expressão original em francês. J. Lacan constituiu-se, e ao seu pensamento, num lugar epistemológico que dialoga criticamente com o tomismo. Já Sigmund Freud, que tem um

referencial judaico, tem também certa fascinação pelo tomismo como, talvez, um dos avatares das neuroses e psicoses.²

No caso presente, o conto que temos é a explicitação de algumas teses correntes do tomismo de Chesterton encarnadas no protagonismo do personagem detetive, Pe. Brown. Um sacerdote detetive sistemático e metódico... A edição bilíngue é o volume 15 da coleção “Folha Inglês com Clássicos da Literatura” e patrocinada pelo jornal *Folha de S. Paulo*. Constitui-se em valioso exemplar também para aqueles que desejam acompanhar na língua original as diatribes do pe. Brown.

Ele recorre ao método indiciário na busca dos sinais, pistas, indícios, sintomas, que possam levar ao(s) assassino(s), mas sobretudo permita colher as tiradas de sabedoria do autor, inclusive aquelas com forte acento ideológico contra a laicização da vida (para ele e outros tantos intelectuais, o momento de virada foi a revolução francesa de 1789), cujos efeitos deletérios continuaram sendo produzidos, seja contra o clericalismo, a religião e até mesmo a fé. Pelo menos uma anedota ganhou o mundo acerca do visual físico de Chesterton. Sendo um homem gordo e grande; embora fosse alto, possuía uma barriga avantajada para os seus 1,93 m de altura e 130 kg de peso. Assim, em certa ocasião e pelo tempo da Primeira Guerra Mundial, uma senhora indagou-lhe em Londres “por que o senhor não está lá na frente de batalha?” E ele teria respondido. “Se você me der a volta completa, você verá que eu estou”. De fato, o homem era incansável, na sua luta intelectual...

Sintoma e Sinthomen

Entretanto, e este é o ponto chave para Lacan: e quando, embora devidamente interpretado, o sintoma, não se desfaz? Nos últimos anos de seu ensino, o sintoma deixa de ser uma mensagem meramente cifrada, e passa a ser concebido como também e muito especialmente, uma maneira do sujeito organizar o seu gozo (*jouissance*). Certamente esta é a maior razão para o sujeito não renunciar, assim sem mais, ao seu sintoma. Lacan diz então que nesse caso o sintoma converte-se em *sinthomen*, neologismo para falar do “pedaço da fantasia na qual o gozo é reeditado na demanda constante do *pedaço do real*

² Imbricam-se aqui a obsessão pela perfeição, o perfeccionismo, a idealização, bem como os conceitos psicanalíticos “Eu ideal” e “Ideal do Eu” (Cf. BORRMANN, 2009).

contingente em que o desejo fica preso” (CERQUEIRA FILHO; NEDER, 1997 - especialmente cap. 6).

Para Lacan este neologismo se presta a diversas associações: a síntese entre sintoma e fantasia, o homem artificial, o santo homem, Santo Tomás, o homem santo, o homem sintético idealizado, enfim o super-homem... O sintoma concebido como *sinthomen* é, literalmente, nossa única substância, o único esteio positivo do nosso ser, o único ponto que dá consistência ao sujeito. Quando o sintoma nesta concepção radical se desfaz, isso significa a ato de se deixar levar pela pulsão de morte até a destruição total do universo simbólico.

Um conto peculiar numa coleção peculiar

O conto em questão compõe, como ressaltamos, a coleção “Folha Inglês com Clássicos da Literatura”, publicado pelo jornal a *Folha de S. Paulo*, mas num esforço didático e pedagógico admirável. Além de conter a versão em português e inglês página a página e lado a lado, o volume vem com um código pessoal para acesso tanto ao *audiobook* da história em inglês, que visa o aperfeiçoamento da compreensão oral, quanto ao *e-book* da versão original que pode ser acessado através de download devidamente ativado.

Todavia o que gostaríamos de ressaltar é precisamente o aspecto tomista do pensamento de Chesterton, mesmo quando se trata do Padre Brown detetive. Chesterton teve a capacidade e a sensibilidade para dizer *Presente!* onde quer que o sintoma do tomismo se apresente.

Referências

BORRMANN, Ricardo. *Tal mercado, tal príncipe: o paradigma da perfeição na economia política burguesa*. 2009. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio; NEDER, Gizlene. *Emoção e política: (a)ventura e imaginação sociológica para o século XXI*. Porto Alegre: SAFE, 1997.

COLABORADORES DESTE NÚMERO

Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva

Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professora Adjunta do Departamento de Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores.

E-mail: anapaulabarcelos@gmail.com

Anna Marina Barbará Pinheiro

Professora do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais FCS/UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos do NEPP-DH/UFRJ. Doutora em História Social pela UFF, mestre em História Social pela UFF, bacharel em Sociologia e Política pela PUC-Rio.

E-mail: annapin09@gmail.com

Camila de Sousa Freira

Mestre em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores. Graduada em História pela mesma universidade.

E-mail: camilachristi@yahoo.com.br

Eduardo Vega

Professor da Universidad Rey Juan Carlos, Espanha. Licenciado em Publicidade, Relações Públicas e Marketing pela Universidade de Gales (2009) e doutorado em Marketing pela Universidade Rey Juan Carlos de Madrid (2013).

E-mail: e.vega@aol.es

Eugeniusz Cruz

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Professor auxiliar de Direito Penal e Mestre em Direito como aluno bolsista da CAPES, pela Universidade Estácio de Sá.

E-mail: eugeniuszcruz@gmail.com

Gabriel Lima Marques

Professor (40 horas - DE) de Direito Constitucional da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. Advogado. Doutorando em Direito Público na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Pós-Graduado em Direito e Saúde pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

E-mail: gabriel-marques@hotmail.com

Gizlene Neder

Professora Titular de História da Universidade Federal fluminense. Pesquisadora do CNPq e da FAPERJ. Editora de *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*.

Full Professor. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brazil. Reseacher of the Brazilian National Science and Technology Development Board (CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) and of FAPERJ. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica* editor.

E-mail: gizlene.neder@gmail.com

Gisálio Cerqueira Filho

Doutor em Ciências Humanas (USP-1980). Professor Titular de Teoria Política e pesquisador sênior na Universidade Federal Fluminense (LCP-UFF). Editor de *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*.

Membro da AUPPF - Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental.

E-mail: gisalio@superig.com.br

Haneron Victor Marcos

Doutorando em Direito pela Universidade de Buenos Aires. Bacharel em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí e Mastère Spécialisé em Gestão e Inovação pela École Nationale Supérieure des Mines de Saint-Étienne – EMSE.

E-mail: haneron@casan.com.br

Márcia Barros Ferreira Rodrigues

Professora Titular de Sociologia da Universidade Federal do Espírito Santo. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorado em Ciência Política pela UFF. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. Coordenadora do Núcleo de Estudos Indiciários (NEI), Pesquisadora do CNPq, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES) e membro efetivo da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental (AUPPF). Realiza pesquisas relacionadas à área de violência urbana, com ênfase no crime de homicídio e sobre pensamento social e político brasileiro.

E-mail: mbfrodrigues@gmail.com